

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

TESE DE DOUTORADO

**FOME E QUESTÃO AMBIENTAL:  
UMA LEITURA A PARTIR DA OBRA DE JOSUÉ DE CASTRO**

CLEDER FONTANA

ORIENTADORA: PROF<sup>a</sup>. DR<sup>a</sup> DIRCE MARIA ANTUNES SUERTEGARAY

PORTO ALEGRE, JULHO DE 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**FOME E QUESTÃO AMBIENTAL:  
UMA LEITURA A PARTIR DA OBRA DE JOSUÉ DE CASTRO**

CLEDER FONTANA

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup> Dirce Maria Antunes Suertegaray

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Luiz Fernando Mazzini Fontoura (POSGEA/UFRGS)  
Prof. Dr. Nelson Rego (POSGEA/UFRGS)  
Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes (PPGG/UNESP-PP)  
Prof. Dr. Ruy Moreira (POSGEO/UFF)

Tese apresentada ao  
Programa de Pós-graduação  
em Geografia como requisito  
para obtenção do título de  
Doutor em Geografia.

PORTO ALEGRE, JULHO DE 2014.

### CIP - Catalogação na Publicação

Fontana, Cleder

Fome e questão ambiental: uma leitura a partir da obra de Josué de Castro / Cleder Fontana. -- 2014. 213 f.

Orientador: Dirce Maria Antunes Suertegaray.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, BR-RS, 2014.

1. Fome. 2. Questão ambiental. 3. Relação sociedade e natureza. 4. Josué de Castro. I. Suertegaray, Dirce Maria Antunes, orient. II. Título.

*Por com eles ter vivido, em diferente lugar e tempo,  
experiências associadas ao tema desta pesquisa:*

*Para Vancelino, meu pai.  
Para Fernando Bilhalva Vitória, irmão que a vida me deu.*

## **AGRADECIMENTOS**

Pela sua capacidade de dar possibilidade as potencialidades humanas, aos que, verdadeiramente, fazem as instituições de ensino brasileiras públicas.

À professora Dirce Maria Antunes Suertegaray, minha orientadora, por ter acreditado e acompanhado este trabalho. Também devo agradecê-la pela convivência alegre e afetuosa e pela seriedade e empolgação com o ímpeto pelo debate e conhecimento.

Aos professores das bancas que este trabalho foi submetido: Álvaro Luiz Heidrich, Luiz Fernando Mazzini Fontoura, Sandro de Castro Pitano, Nelson Rego, Bernardo Mançano Fernandes e Ruy Moreira, pela atenção e disposição em contribuir com esta pesquisa.

Aos professores que ministraram as disciplinas que cursei no doutorado: Álvaro Luiz Heidrich e Dirce Maria Antunes Suertegaray, do POSGEA, e Alceu Ravanello Ferraro e Augusto Nivaldo Silva Triviños, do PPGEDU, pelos exemplos e apreço pelo conhecimento.

Durante a realização deste estudo, tive a satisfação pessoal e acadêmica de conviver com os integrantes do Núcleo de Estudos Geografia e Ambiente (NEGA/UFRGS), coordenado pela Dirce: À Evelin Biondo, Pedro Frantz, Pablo Ferreira, Cláudia Pires, Cristiano Quaresma, Mateus Oliveira, Daniele Vieira, Eliza Delfino, Dilermando Cattaneo, Théo Lima, Sinthia Batista, Helena Bonetto e Éder Rodrigues, entre outros, sou grato pela convivência e pelos debates.

Aos membros do Centro de Estudos Josué de Castro, do Recife, e do Instituto de Educação Josué de Castro, de Veranópolis, por terem me recebido quando buscava por escritos de Josué. Ao Miguel de Oliveira e a Mônica Paranhos por terem me acompanhado, no Rio de Janeiro, em busca de textos para esta pesquisa. Ao Luiz Fernando Krüger que, de São Paulo, me enviou textos que só lá seria possível encontrar. Aos pesquisadores da obra de Josué que quando entrei em contato, gentilmente, me enviaram os resultados de seus estudos.

Ao Almir Nabozny, colega de turma, pela amizade e conversas compartilhadas.

Ao Fernando Bilhalva Vitória, Ivan Petry Feijó, Marcelo Braun de Freitas, Jucenir Garcia da Rocha e Gerson Nei Lemos Schulz, pela amizade de longa data.

A Laura Senna Ferreira e seus familiares, pela convivência destes tempos. A Laura, que de tão perto tem me acompanhado, pela contribuição intelectual e pelos sentimentos.

Aos meus familiares, por na convivência à distância, me fazer querer estar próximo. A Fandila e ao Vencelino, meus pais, pelo cuidado e incentivo.

***Via-Sacra (ou Via Crucis)***

*Sexta-Feira Santa, no caminho da via-sacra,  
avisaram: Lá está Ele, comendo.*

*Ao aproximar-se, viu-se melhor  
estava o jovem, a puxar firme com a mão  
o osso da pata, enquanto triturava a carne vermelha com os dentes.*

*Olhando mais de perto  
a carne, não era lebre, que fosse gato  
aparentava ser rato.*

*O bicho (que diabos!), era um Gambá.*

(Em alusão a *O Bicho*, de Manuel Bandeira).

## RESUMO

A presente pesquisa problematiza relações entre o problema da fome e a questão ambiental. Tem por objetivo tencionar as relações entre as dimensões do social e do natural na obra de Josué de Castro como uma amálgama para pensar a problemática da fome tangenciando seus vínculos com a problemática ambiental, demonstrando que a obra do autor expressa uma crescente preocupação ambiental. Além disso, visa evidenciar a trajetória do autor nos estudos da fome, mostrando o que fome e questão ambiental possuem em comum, para pensar a emancipação humana de ambos os problemas. O trabalho consiste em um estudo da produção intelectual de Josué de Castro, o que se faz recorrendo à pesquisa bibliográfica em sua possibilidade de leitura, análise e interpretação de produções escritas que permitem qualitativamente o conhecimento de fenômenos sociais. Estudando a obra de Josué de Castro busca-se fazer emergir a conexão entre sociedade e natureza, marcada pela forma de produzir a vida. Dessa forma, abre-se a possibilidade para projetar a emancipação social das limitações e/ou impossibilidades impostas às potencialidades da natureza, da qual o homem faz parte. Assim, tornando indissociáveis os problemas da destruição da natureza e da fome, em síntese, a questão ambiental.

**Palavras-chave:** Fome; questão ambiental; relação sociedade e natureza; Josué de Castro.

## **ABSTRACT**

This research discusses the relation between the problem of hunger and the environmental issues. It aims to create a tension in the relations between the social and the natural dimensions in Josué de Castro's work as an amalgam in order to think about the problem of hunger related to the environmental issues, which reveals a growing environmental concern in the author's work. It also seeks to highlight the author's studies on hungry, showing what hunger and environmental issues have in common and thinking about human emancipation from both problems. The work consists on a study on Josué Castro's intellectual production using literature research and the possible interpretations and analyses of his written production with the goal of building a qualitative understanding on social phenomena. The study of Josué de Castro's work seeks to bring out the connection between society and nature, marked by the way that life is produced. Thus, it is possible to design the social emancipation of the limitations and – or impossibilities imposed to the potential of nature of which man is part. Therefore, the problems of the destruction of nature and hunger become inseparable which reveals in summary the environmental issue.

**Key words:** Hunger; environmental issues; relation between society and nature; Josué de Castro.



## **ABREVIATURAS E SIGLAS**

ASCOFAM – Associação Mundial de Luta Contra a Fome

CID – Centro Internacional para o Desenvolvimento

FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ONU – Organização das Nações Unidas

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Retirantes. Obra de 1944, de Candido Portinari .....	59
Figura 2: Zonas geográficas alimentares brasileiras.....	87
Figura 3: Zoneamento do Brasil em função dos tipos regionais de alimentação .....	88
Figura 4: Detalhamento do regime alimentar indicado para a zona I.....	89
Figura 5: O Ciclo dos Caranguejos. Ilustração de Darel para as Obras Completas de Josué de Castro.....	105
Figura 6: Mapa das áreas alimentares do Brasil .....	121
Figura 7: Mapa das principais carências existentes nas diferentes áreas alimentares do Brasil .....	122
Figura 8: Ensaio de mapa pedológico do Brasil .....	135
Figura 9: Planisfério do desenvolvimento .....	186

## SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	12
<b>1 ANALOGIAS ENTRE FOME E QUESTÃO AMBIENTAL .....</b>	<b>31</b>
1.1 A natureza está interligada consigo mesma .....	32
1.2 A Geografia: Fragmentação entre natureza e sociedade? .....	37
1.2.1 Paradigmas da Geografia .....	37
1.2.2 O homem e o ambiente .....	38
1.3 Sociedade e natureza: Da concretização do espaço geográfico a relação fome e questão ambiental .....	40
1.4 Para além da dicotomia do natural e do social, o ambiental (e a fome) .....	47
<b>2 O SOCIAL E O NATURAL NO ESTUDO DA ALIMENTAÇÃO E DAS CONDIÇÕES DE VIDA .....</b>	<b>61</b>
2.1 Os primeiros passos do estudioso da fome .....	61
2.2 O ponto de partida: O problema da alimentação .....	64
2.3 O problema da alimentação dimensionando(-se) (por) outros temas .....	70
2.4 Geografia e alimentação: A alimentação brasileira .....	78
2.5 Tudo aí, é, foi ou está para ser: O inquérito sobre as condições de vida e os contos de <i>Documentario do nordeste</i> de 1937 .....	90
<b>3 O SOCIAL E O NATURAL NO ESTUDO DA FOME .....</b>	<b>109</b>
3.1 A confirmação intelectual .....	109
3.2 A fome, de tabu a conceito .....	112
3.3 A <i>Geografia da fome</i> .....	117
3.3.1 Áreas alimentares (de fome) do Brasil .....	118
3.3.2 Geografia e Ecologia: A noção de sondagem ecológica no estudo da fome e o debate fome e questão ambiental .....	133
3.4 A <i>Geopolítica da fome</i> .....	145
3.4.1 O panorama mundial da fome .....	146
3.4.2 Alimentação e população: Josué de Castro no embate com o neomalthusianismo ou <i>Geopolítica da fome</i> em elementos para a relação fome e questão ambiental .....	157
<b>4 O SOCIAL E O NATURAL NOS ÚLTIMOS ESCRITOS .....</b>	<b>170</b>
4.1 O homem em dimensão universal .....	170
4.2 Estranha geografia: O problema da terra e da agricultura .....	173
4.3 A fome nos debates sobre (sub)desenvolvimento e meio ambiente .....	184
4.4 <i>Homens e caranguejos</i> : O romance descortinando fome e questão ambiental .....	192
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	200
REFÊRENCIAS .....	204

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

### Problemática de pesquisa

Estudando os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2004 e a *Geografia da fome*, na dissertação de mestrado (FONTANA, 2009)<sup>1</sup>, as primeiras palavras sobre a obra de Josué de Castro (1908 – 1973), remetiam-se a Abramovay (1996). Da leitura que Abramovay (1996, p. 1) realiza da *Geografia da fome*, registrou-se que o autor considera a mesma uma construção interdisciplinar que reúne o médico, o epidemiologista, o estudioso das relações sociais e o conhecedor do meio natural e que, da síntese destes elementos, afirmava que se trata da “primeira grande obra sobre os problemas ambientais brasileiros, visto naquilo que mais interessam à sociedade: seu impacto sobre os homens”.

Em relação à existência de elementos que permitem pensar a presença de uma abordagem ambiental na obra de Josué, naquela oportunidade, registrou-se que “boa parte dos últimos escritos de Josué convergem para questões ambientais”, ao que seguiu o acréscimo de que “não se deve entender que antes o autor não tivesse preocupações ambientais” (FONTANA, 2009, p. 124). No mesmo ensejo, citou-se Campos (1997, p. 169), para quem “a visão planetária e ecológica do mundo como um *organismo vivo e unitário*, com suas partes ligadas entre si, aparecia constantemente em *Geopolítica da fome*”. Tais questões foram encerradas com a lembrança de que “no prefácio da primeira edição da *Geografia da fome*, Josué diz que com a mesma procura ‘realizar uma sondagem de natureza ecológica’”<sup>2</sup>.

De 2009 em diante, passando pela elaboração do projeto de pesquisa, paulatinamente, buscou-se congregiar os argumentos que resultam na tese de doutoramento que ora se apresenta. A mesma versa sobre fome e questão ambiental, o que se pretende apresentar e discutir a partir da produção intelectual de Josué de Castro. Tal problema emerge de afirmações tanto do próprio autor em questão, como de apontamentos de leitores e comentadores da sua obra, referindo-se, principalmente, a *Geografia da fome*.

---

<sup>1</sup> A dissertação tinha por objetivo representar, através da cartografia temática, os dados de insegurança alimentar da PNAD de 2004, a partir do que se buscaram aproximações e/ou distanciamentos em relação à situação apresentada na *Geografia da fome*.

<sup>2</sup> Sobre a crescente presença de tais elementos no desenvolvimento da obra de Josué, Porto-Gonçalves (2004a, p. 2), considerou: “cerca de 30 anos após a morte de Josué de Castro, ocorrida em 1973, nos vemos diante de questões que ele vinha se ocupando cada vez mais, qual seja, a questão geopolítica implicada no debate sobre a fome e o meio ambiente”. Lima (2007, p. 15) foi mais enfático e afirmou que Josué “buscou uma compreensão articulada da ciência, entendendo o ser humano como envolto em seu ambiente (...). Ambientalista de primeira hora, epistemólogo dos saberes que desvelam a miséria humana em sentido concreto e simbólico”.

Especificamente sobre esta, com a utilização dos princípios da ciência geográfica, Josué propôs uma sondagem ecológica, com a qual entende ser possível demonstrar as ações e reações dos seres vivos diante das influências do meio.

Para Taranto (1993, p. 45), com a noção de sondagem ecológica, Josué procura caracterizar as causas naturais e sociais que condicionam os tipos de alimentação e, ao mesmo tempo, “verificar tal influência sobre a estrutura econômica dos diferentes grupos humanos”. Taranto define a teoria de Josué como bio-social e a diferencia da evolucionista de Darwin: “a luta pela vida, a seleção natural, o malthusianismo são, para De Castro, somente a mistificação de um desenvolvimento econômico distorcido, que encontra os seus fundamentos no imperialismo e suas manifestações mais evidentes na pobreza e na superpopulação”.

Andrade (2004, p. 115), considera a *Geografia da fome* um clássico porque expõe a realidade alimentar brasileira, sobremodo, “porque associa os problemas de alimentação com os problemas do meio ambiente, ecológicos”. Ao estudar a fome, Castro (1984, p. 59) relaciona-a com o entorno do homem como um todo, pois considera que vivemos em um mundo como “um organismo vivo, unitário, onde todas as partes estão indissolúvelmente ligadas”, assim defende que quando “uma destas partes sofra de fome e esteja ameaçada de morrer e apodrecer na miséria, todo o organismo está ameaçado”. Por isso, Fernandes; Gonçalves (2007, p. 11) expressam que, para Josué, “a fome é o problema ecológico número um na medida que todo ser vivo deve alimentar-se para se manter vivo”. O homem como ser biológico, não escapa da questão ecológica e, consideram os autores, que na perspectiva de Josué, a questão ecológica incorpora uma dimensão social, como, por exemplo, a estrutura fundiária e, uma questão cultural, como os diferentes regimes alimentares. Desse modo, sobre Josué, sintetizam: “ele vê o ambiente inteiro”.

Das obras de Josué decorrem duas questões que adquirem caráter essencial no desenvolvimento da presente pesquisa. Primeiro, no que diz respeito à elucidação do fenômeno da fome, preocupando-se com este em seus aspectos coletivos e definindo-o como social, no entanto sempre demarcando a relevância dos aspectos individuais e naturais (Josué era médico de formação, foi professor de fisiologia e clinicou, especificamente, questões relacionadas a nutrição). Segundo, a produção intelectual e a atuação política de Josué são impregnadas da busca de soluções para o problema da fome.

A análise destes pontos demonstra a dedicação e o esforço teórico e político de pontuar, discutir e justificar elementos e posições que levassem, no seu entender, a uma efetiva superação de tão caro drama. Em suas reflexões, fazendo referência aos avanços tecnológicos, Josué destaca a grande capacidade de produção de alimentos que a Terra possui

e acredita que essa, aliada a processos de distribuição equitativos, levaria a uma sociedade sem fome. Tais preocupações de Josué, em sua essência, expressam concepções de relações entre sociedade e natureza, uma vez que a produção de alimentos e a alimentação ocorrem mediadas por relações entre os homens e destes com a natureza.

Desta maneira, tanto na desmistificação como no apontamento de solução ao problema da fome, na obra de Josué de Castro, estão presentes questões que dizem respeito às relações entre sociedade e natureza. E, portanto, estão associadas ao que no decorrer da pesquisa apresenta-se como ambiental, particularmente, do ponto de vista da Ciência Geográfica<sup>3</sup>. Ainda em 1958, Seppilli (1958, p. 317) considerou que Josué abriu “o caminho para uma compreensão histórica e global do grande problema enfrentado”, a saber, o da “relação dialética ‘humanidade – ambiente natural’, fornecendo assim um exemplo metodológico fundamental para a Antropogeografia e para as ciências sociais, em geral”.

Enquanto prática de conhecimento da realidade, a Ciência Geográfica, não em poucos casos, ao estudar o que se denomina de ambiental, concentrou-se em fenômenos que dizem respeito a dinâmica, ou sua decorrente interferência via ação antrópica, da natureza. A consequência disso é que como ambiental, o homem, se quer enquanto natureza, é abordado. O máximo que se aproxima, restringe-se a decorrências que de alguma forma atinge o homem. Desta maneira, fome e questão ambiental são problemas de universos distintos, que não se cruzam, que não dialogam.

Buscando ver para além desta forma, para relacionar fome e questão ambiental, o que se procura fazer a partir da obra de Josué de Castro, é necessário recorrer a referenciais que não separem natureza e sociedade. Em síntese, discussão que perpassa a história da Ciência Geográfica e que, em parte, questiona a recorrente crítica a ciência moderna como se esta fosse, na sua totalidade, fragmentadora entre ciências da natureza e ciências da sociedade.

Tendo em conta o exposto, partilhando da ideia de que “a fome é a questão central dos estudos e da luta de Josué de Castro” (FERNANDES; GONÇALVES, 2007, p. 18), o presente trabalho consiste em uma investigação do fenômeno social da fome na obra do autor e busca relacionar fome e questão ambiental. No horizonte de seu desenvolvimento, a pesquisa mira as relações entre sociedade e natureza como possibilidade de fundamentação de uma perspectiva que considere, ao mesmo tempo, o homem e a natureza.

---

<sup>3</sup> Sobre a potencialidade explicativa dos conceitos em diferentes áreas do conhecimento, Santos (2002, p. 87) considerou que “conceitos em uma disciplina são frequentemente apenas metáforas nas outras, por mais vizinhas que se encontrem. Metáforas são *flashes* isolados, não se dão em sistemas e não permitem teorizações”.

Estas concepções resultam, a partir do que se pretende demonstrar no transcorrer da exposição, do entendimento de que a forma como os homens relacionam-se entre si está associada à forma como se relacionam com a natureza. Assim, enquanto as relações forem de exploração da natureza está colocada a existência da fome. Isso significa dizer que a própria superação da fome, para além de uma relação entre os homens, exige uma específica relação dos homens com a natureza. Desta forma, a superação da fome como fenômeno social é indissociável de uma questão ambiental, ou seja, os homens, enquanto natureza, ao se relacionarem, relacionam-se com a natureza, regulam-se socialmente, ao passo que regulam o metabolismo homem-natureza.

## **Objetivos**

Considerando o que exposto até aqui, a presente pesquisa tem como objetivo principal tencionar as relações entre as dimensões do social e do natural na obra de Josué de Castro como uma amálgama para pensar a problemática da fome tangenciando seus vínculos com a problemática ambiental, demonstrando que a obra do autor expressa uma crescente preocupação ambiental.

Como objetivos específicos, delimitam-se:

- \* Evidenciar a trajetória intelectual-acadêmica elucidando a originalidade teórica-metodológica de Josué de Castro nos estudos da fome, iniciada com preocupações em relação à alimentação e sua paulatina incorporação de preocupações ambientais;

- \* Apresentar a atuação política de Josué de Castro em relação ao fenômeno social da fome, revelando a importância das expressões do autor para a inserção do tema na pauta nacional e internacional;

- \* Mostrar que os problemas ambientais, a partir do pensamento de Josué de Castro e, mais especificamente, do estudo da fome, são insolúveis se não passarem pela resolução do problema da fome;

- \* Demonstrar que os dramas relacionados à fome e a questão ambiental, na obra do autor, são pensados vinculados a problemática do desenvolvimento, o que permite refletir sobre possibilidades de emancipação em relação à fome e aos problemas ambientais;

- \* Discutir a relação sociedade e natureza na geografia a partir da obra de Josué de Castro, expondo o ambiental como abarcador de fatores naturais e de fatores sociais, o que torna possível pensar formas de (re)apropriação da natureza de maneira emancipada tanto do problema da fome como da problemática ambiental.

## **Josué de Castro e a possibilidade de diálogo entre fome e questão ambiental**

Na história do pensamento geográfico brasileiro, quando se fala em fome, tem-se a necessidade de mencionar o nome de Josué de Castro, como já demonstraram as pesquisas de Carvalho (2001 e 2007), Nunes (2003) e Campos (2004). A produção intelectual do autor desenvolveu-se dos anos 1930 até os anos 1970, legado que transita por um vasto leque de áreas do conhecimento, sempre com limites tênues no que diz respeito aos fatores naturais e aos fatores humanos. De um modo geral, a literatura acerca da obra do autor aponta *Geografia da fome* (1946) e *Geopolítica da fome* (1951) como as duas principais publicações.

Na época das publicações das Obras em questão, não havia, de modo sistematizado, discussões sobre questão ambiental. Preocupação que, conforme coloca Gonçalves (2008), ganha corpo nas décadas de 1960 e 1970. Assim, pode-se perguntar, o que a obra de Josué, dedicada ao estudo fome, tem haver com questão ambiental? Ou ainda, que motivos levam a buscar em Josué relações entre fome e questão ambiental?

Na dedicatória da obra intitulada, precisamente, de *O desafio ambiental* (PORTO-GONÇALVES, 2004), lê-se o seguinte:

A Josué de Castro

Por antecipar uma abordagem que, mais tarde, será conhecida como socioambiental, característica do pensamento ambiental latino-americano (...). A abordagem ecológica invocada por Josué de Castro está longe do ecologismo de Primeiro Mundo, na medida em que recusa a distinção entre o natural e o social, entre natureza e cultura, entre o ambiental e o político. Josué de Castro está entre aqueles que, no pós-guerra, dedicaram a vida para que a problemática da fome fosse tomada numa perspectiva ecológica – biológica, social, cultural e política – e, ao mesmo tempo, vista como um problema nacional e mundial.

Se da obra de Josué pode-se depreender uma abordagem socioambiental, esta é resultada de uma concepção de relação da sociedade com a natureza, a qual se desenvolve em decorrência do estudo da fome. Os estudos do problema da fome realizados por Josué consistem em mistos de denúncia das realidades encontradas seguidos de propostas de resolução para a mesma. Josué não só estudava a fome, mas combatia-a e, por isso, expressa concepções de relações entre os homens, como também destes na apropriação da natureza, em outras palavras, de relações da sociedade com a natureza.

Na *Geografia da fome*, por exemplo, através do que concebe como método geográfico, “cujo objetivo básico é localizar com precisão, delimitar e correlacionar os fenômenos naturais e culturais que se passam à superfície da terra”, Castro (2006, p. 16) diz procurar realizar uma “sondagem de natureza ecológica”. O autor considera a alimentação o fenômeno que mais “se presta para ponto de referência no estudo ecológico destas correlações entre os grupos humanos e os quadros regionais que eles ocupam”.



Por isso, define a *Geografia da fome* como um “ensaio de natureza ecológica” que possibilita “descobrir as causas naturais e as causas sociais que condicionam” os tipos de alimentação (CASTRO, 2006, p. 17). A partir do que acredita “poder trazer alguma luz explicativa a inúmeros fenômenos de natureza social até hoje mal compreendidos por não terem sido levados na devida conta os seus fundamentos biológicos”.

Retomando a obra do autor pode-se perceber que os seus primeiros escritos, centrados no problema da alimentação, são a base para o desenvolvimento da produção intelectual, com os estudos sobre o problema da fome. Em 1946, na primeira edição da *Geografia da fome*, Castro (1946, p. 22) frisa que “já é tempo de precisar bem o nosso conceito de fome”. A partir de então, a definição de fome não é dissociada de uma concepção de natureza, pois diz respeito à falta de determinados elementos nutritivos que, diretamente, afeta o desenvolvimento do próprio corpo humano. No entanto, o mais crucial no seu entendimento da fome, trata-se de que a mesma é uma questão social, uma vez que está atrelada a uma dinâmica que impossibilita aos humanos (re)comporem-se fisicamente.

Além disso, o autor distingue dois tipos de fome, a epidêmica e a endêmica e destaca as especificidades regionais que possibilitam afirmar que há casos em que a situação natural seria mais favorável e, mesmo assim, as condições de alimentação não são apropriadas de um modo social que possibilita uma existência humana plena, dando como exemplo típico a zona da mata do nordeste brasileiro.

Em detrimento do estudo da fome individual, tanto no que diz respeito ao mecanismo fisiológico, como no seu aspecto subjetivo, Josué busca estudar a fome coletiva. O autor concentra-se no estudo da fome parcial, a mais grave, pois permanente. E, sem desconsiderar as incidências e as consequências sociais das fomes totais defende que a fome parcial atinge populações inteiras que vão sendo dizimadas lentamente, apesar de que comem todos os dias.

Assim, na leitura da obra de Josué percebe-se que existe uma preocupação em construir teoricamente em que consiste a fome. Além disso, pode-se afirmar que para o autor existem “fomes” que podem ser caracterizadas pela amplitude das suas dimensões e consequências sociais.

Josué deslocou as causas da fome da natureza para um plano social, o qual não se desenvolve independente das relações da sociedade com a natureza. Por isso, seu trabalho comporta a preocupação que perpassa a história da geografia enquanto ciência, qual seja, a de constituir-se enquanto conhecimento que se situa na interface entre sociedade e natureza (SUERTEGARAY, 2004). Em decorrência disto, é a partir do estudo da fome, causada pelas relações entre os homens, que na obra de Josué, está presente a questão da apropriação da

natureza, tanto no que diz respeito ao consumo desmedido dos recursos naturais<sup>4</sup>, como no sentido de uma apropriação social que levasse a emancipação humana da fome.

Em 1972, Josué expôs seu conceito de meio, considerou que o mesmo abrange o impacto do homem sobre o contorno e o impacto do contorno sobre a vida dos grupos humanos, por isso defendeu que o meio “abrange aspectos biológicos, fisiológicos, econômicos e culturais, todos combinados na mesma trama de uma dinâmica ecológica em transformação permanente” (CASTRO, 1984, p. 101). Josué entendia que esse conceito de meio “é mais amplo e mais objetivo que o resultante de uma concepção do meio como sistema de relações mútuas entre os seres vivos e o contorno natural, considerando ambos como fenômenos isolados” (CASTRO, 1984, p. 102). Desta maneira, Josué firmou que fome e questão ambiental são problemas que estão vinculados, inclusive, colocou a fome como problema ambiental cabal, pois defendeu que “é preciso considerar a degradação da economia dos países subdesenvolvidos como uma poluição do seu meio humano” (CASTRO, 1984, p. 104). A partir disso, Castro (1984, p. 108) pleiteou em favor de um “desenvolvimento pacífico mais igualitário e não poluidor”.

Considerando estas colocações, entende-se que a partir da obra de Josué e, mais especificamente do estudo da fome, está colocada a possibilidade de estudar a constituição da natureza e da natureza humana enquanto relação social que se apropria da natureza e produz, ao mesmo tempo, a destruição da natureza e da natureza humana. Em outras palavras, como segue durante o desenvolvimento da presente exposição, a tentativa consiste em buscar explicações que permitem relacionar fome e questão ambiental.

## **Metodologia**

A presente pesquisa pretende ser uma reflexão sobre fome e questão ambiental, considerando algumas teorizações sobre as mesmas, constatando a presença, o significado e o que se entende por ambas, sobretudo, empenhando-se por apresentá-las dentro de uma totalidade. Desta forma, no que diz respeito à história do pensamento geográfico brasileiro,

---

<sup>4</sup> Leff (2009) considera que a introdução de técnicas de cultivo provenientes da Europa eliminou práticas produtivas tradicionais que eram fundadas na diversidade de cultivos e adaptadas às condições ecológicas tropicais, o que levou à erosão dos solos e à consequente diminuição da produtividade natural, afetando as populações rurais. Como exemplo da problemática ambiental exposta, o autor cita a *Geografia da fome*, quando aborda os efeitos do cultivo da cana-de-açúcar no nordeste brasileiro: “Esta zona possuía nas suas origens os solos tropicais mais férteis. Seu clima favorecia a agricultura, o que explicava a presença, no passado, de abundantes florestas onde cresciam inúmeras árvores frutíferas. Hoje se implantou a cana-de-açúcar. O resultado é que esta região é uma das quais onde a fome faz mais estragos no continente latino-americano. A ausência de hortas e gado criou um problema de alimentação muito grande, numa região em que a agricultura diversificada poderia produzir uma variedade infinita de produtos agrícolas” (CASTRO apud LEFF, 2009, p. 31).

retoma-se a obra de Josué de Castro. Enquanto estratégia de abordagem da mesma delimita-se as concepções de natureza e sociedade como possibilidade de relação entre os dois temas centrais, fome e questão ambiental.

Estabelecem-se estes por considerar que os mesmos perpassam os escritos do autor, permitindo compreender sua obra como uma totalidade, como também pela importância que os mesmos possuem dentro do campo que a pesquisa se insere, a Ciência Geográfica. Assim, por um lado, estabelecido o entendimento do que seja o ambiente e, por outro, as concepções de natureza e sociedade na abordagem do problema da fome empreendido por Josué de Castro, procura-se percorrer um caminho que tencionando as concepções na obra do autor, permita pensar a problemática da fome em seus vínculos com a questão ambiental, sobretudo considerando as transformações na natureza e na natureza humana.

Desta forma, a proposta parte das concepções teóricas diversas e busca considerar os fundamentos teóricos presentes na obra de Josué de Castro. Como toda proposição de pesquisa, esta demanda atenção para trabalhos que abordam questões que dialogam com o que está sendo proposto, o que vale tanto em relação ao tema, como ao campo empírico.

Abordando o que delimitou como “vozes esquecidas” da Geografia no Brasil, Monteiro (1980, p. 41) aponta autores que não tiveram o reconhecimento de sua devida contribuição, caso que considera ser o de Josué de Castro, que “obteve enorme projeção internacional pelas suas obras ‘Geografia da Fome’ e ‘Geopolítica da Fome’, obras essas que não despertaram entusiasmo em nossa comunidade”.

Nos estudos do pensamento geográfico brasileiro é possível encontrar uma série de trabalhos sobre a obra de Josué de Castro, como as dissertações de Carvalho (2001) e de Nunes (2003) e as teses de Campos (2004) e de Carvalho (2007). Carvalho (2007) lista doze trabalhos sobre a obra de Josué (monografias, dissertações e teses, distribuídas em cinco áreas do conhecimento). Silva (2012, p. 804) apresenta uma lista com dezenove trabalhos (teses, dissertações e monografias produzidas no Brasil entre 1990 e 2009), mas após estes, os números aumentaram. Além destes, os livros, capítulos de livros e artigos de periódicos, demonstram que a obra do autor instigou a realização de um considerável número de pesquisas, o que se acentuou nos últimos anos<sup>5</sup>.

O presente trabalho envolve a história do pensamento geográfico brasileiro, no entanto, por propor que, recorrendo à obra de Castro, a investigação é um esforço na tentativa

---

<sup>5</sup> Em Silva (1998, p. 529); Castro (2007, p. 81) e Silva (2012, p. 804) encontram-se listas das principais publicações sobre a produção intelectual de Josué.

de firmar uma discussão que possibilite expressar a fome em seus liames com a problemática ambiental, a pesquisa comporta elementos de epistemologia da geografia.

Considerando que na obra de Josué de Castro “a fome é o problema ecológico número um” (FERNANDES; GONÇALVES, 2007, p. 11) e, que por sua vez, a mesma pode ser compreendida a partir do entendimento do entrelaçamento das concepções de sociedade e natureza presente no pensamento do autor, propõe-se uma discussão histórica-epistemológica dentro da ciência geográfica. Em decorrência disso, considera-se que, por um lado, o estudo afirma a pertinência e necessidade da permanente reflexão epistemológica e, por outro, a importância da história do pensamento geográfico brasileiro<sup>6</sup>.

O presente trabalho recorre à pesquisa bibliográfica como recurso e fonte de pesquisa. Fazendo referência a Rummel, sobre pesquisa bibliográfica, Marconi; Lakatos (1999, p. 23) afirmam que essa é a que “utiliza materiais escritos”. Sobre este tipo de pesquisa, Eco (1983, p. 39) considera que existem fontes de primeira e de segunda mão. O autor entende que “uma fonte de primeira mão é uma edição original ou uma edição crítica da obra em apreço”, assim traduções e antologias são fontes de segunda mão. Desta forma, o estudo desenvolveu-se, preferencialmente, a partir de fontes de primeira mão, entretanto de acordo com as necessidades e disponibilidades, recorreu a fontes de segunda mão.

Firmar a possibilidade de uma pesquisa bibliográfica, para além de asseverar a pertinência das discussões históricas e epistemológicas da gênese, desenvolvimento e construção do conhecimento da humanidade como um todo e das ciências, no caso particular a Geográfica, significa firmar a palavra como campo de disputa. Assim, lembra-se Fernandes (1984, p. 9) quando disse que em uma sociedade de classes como a brasileira não existiam “simples palavras”. Por isso, considera que:

Se a massa dos trabalhadores quiser desempenhar tarefas práticas específicas e criadoras, ela tem de se apossar primeiro de certas palavras-chave (que não podem ser compartilhadas com outras classes, que não estão empenhadas ou que não podem realizar aquelas tarefas sem se destruírem ou sem se prejudicarem irremediavelmente).

A preocupação com a precisão no uso das palavras, enquanto uma forma de comunicação é, consideravelmente, antiga. O que vale também para a análise de textos, da qual lança mão a pesquisa bibliográfica. Na história do pensamento ocidental, disputas por

---

<sup>6</sup> Como contribuição para a diferenciação e entendimento destas questões, dentro dos estudos metodológicos do pensamento geográfico, Sposito (2004, p. 15) diferenciou conhecimento de pensamento. Para o autor, o “conhecimento refere-se à produção intelectual dos geógrafos em suas mais diferentes investigações, na busca de realizar uma leitura da realidade objetiva”. No que diz respeito ao pensamento, considerou que o mesmo “é decorrente do trabalho epistemológico de discussão e reflexão daquilo que é acumulado pelas leituras da realidade, resultando em novos conhecimentos em níveis mais abstratos”.

interpretações dos textos sagrados, por exemplo, chegaram a compor um campo dentro da Teologia, a exegese. Na história da Filosofia, nos diálogos de Platão, a maiêutica socrática é indissociável das preocupações com a precisão das definições e do uso das palavras. Nos últimos anos, no contexto dos movimentos sociais brasileiros, o uso, por exemplo, da palavra “ocupação” em oposição à “invasão”, marcou a contradição e o antagonismo presente na luta pela terra. Tudo isso implica dizer que as palavras não são neutras, mas pelo contrário, que carregam sentidos e explicitam disputas.

O desenvolvimento de uma pesquisa bibliográfica exige, essencialmente, o cuidado com a análise de textos, ou seja, sua leitura e interpretação. Assim, impõe-se a necessidade de uma reflexão que sustente tal tarefa. Para isso, recorre-se ao que Bardin (1977) e Triviños (2009) definem como análise de conteúdo. A perspectiva definida pelos autores, remonta ao início do século XX, no entanto a sistematização e definição da análise de conteúdo ocorreram nos anos 1940, com Berelson.

A definição da análise de conteúdo de Berelson (apud BARDIN, 1977, p. 19) como “uma técnica de investigação que tem por finalidade a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação”, segundo Bardin, ao mesmo tempo em que resume as preocupações dos anos 1940 e 1950, levou a um desinteresse pela perspectiva. Porém, ainda nos anos 1950, considera Bardin, ocorreu um rejuvenescimento da análise de conteúdo, às preocupações quantitativas somaram-se as qualitativas: “na análise qualitativa é a *presença* ou a *ausência* de uma dada característica de conteúdo ou de um conjunto de características num determinado fragmento de mensagem que é tomado em consideração” (BARDIN, 1977, p. 21). Desde então, a exigência da objetividade tornou-se menos rígida e passou-se a aceitar a combinação da compreensão, mas ainda com contribuição da estatística. Assim, a análise de conteúdo deixou de ser apenas descritiva, antes se toma “consciência de que a sua função ou o seu objectivo é a *inferência*” (BARDIN, 1977, p. 22).

A análise de conteúdo, segundo Bardin (1977, p. 39), desenvolve-se a partir de três procedimentos: descrição, inferência e interpretação.

Se a *descrição* (a enumeração das características do texto, resumida após tratamento) é a primeira etapa necessária e se a *interpretação* (a significação concedida a estas características) é a última fase, a inferência é o procedimento intermediário, que vem permitir a passagem, explícita e controlada, de uma à outra.

Dessa maneira, o fundamento da especificidade da análise de conteúdo reside na articulação entre: i) a superfície dos textos, descrita e analisada e ii) os fundamentos que determinam as características dos próprios textos. Daí porque, quando se realiza uma análise de conteúdo, o que se procura estabelecer “é uma correspondência entre as estruturas

semânticas ou lingüísticas e as estruturas psicológicas ou sociológicas (por exemplo: condutas, ideologias e atitudes) dos enunciados” (BARDIN, 1977, p. 41).

Assim, Bardin (1977, p.42) define a análise de conteúdo como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Enquanto procedimento de estudo de textos, a análise de conteúdo desenvolve-se em momentos diferentes, mas não desconexos: i) pré-análise; ii) exploração do material e iii) tratamento dos resultados e interpretação.

A pré-análise é fundamental para se certificar da viabilidade da pesquisa, pois consiste no recolhimento e organização do material a ser analisado, uma vez que sem acesso ao mesmo, a pesquisa se quer inicia. Este momento, para Triviños (2009), também se trata da realização de um primeiro contato geral e panorâmico com o material empírico, indo na direção do que comumente denomina-se de pesquisa exploratória, a qual permite a formulação do problema de pesquisa e dos objetivos, a delimitação de possíveis caminhos e a especificação do campo que será fixado atenção. Com este intuito, foram realizados contatos e consecutivas visitas de estudos. Além disso, durante todo o desenvolvimento da pesquisa buscou-se reunir teses, dissertações e artigos. O objetivo consistiu em mapear informações sobre textos e documentos referentes à obra de Castro, sobretudo, no que tange ao tema da presente pesquisa.

A exploração do material ou descrição analítica compõe-se de “procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (BARDIN, 1977, p. 34). Triviños (2009, p. 161) lembra que este momento é fundamentado “pelas hipóteses e referenciais teóricos”. Se tanto Bardin, como Triviños falam em codificação e classificação, na pesquisa que está sendo proposta, destaca-se o que ambos os autores denominam de categorização ou análise categorial, pois esta “pretende tomar em consideração a totalidade de um ‘texto’, passando-o pelo crivo da classificação e do recenseamento, segundo a frequência de presença (ou de ausência) de itens de sentido” (BARDIN, 1977, p. 36).

Assim, delimitam-se temas referenciais centrais para/no desenvolvimento da pesquisa. Neste caso, a fome na obra de Josué de Castro e, como estratégia de abordagem e pela importância no campo do conhecimento que a pesquisa se insere, a questão da natureza e da sociedade. Desta forma, no entrelaçamento destes, buscam-se as relações entre o problema da fome na sua interface com a problemática da questão ambiental.

Na forma de proceder da análise de conteúdo, segundo Bardin, inicia-se pela descrição, no entanto esta consiste em um momento preparatório para se chegar ao que afirma tratar-se de “saberes deduzidos”. Assim, na análise de conteúdo, o “interesse não reside na descrição dos conteúdos, mas sim no que estes nos poderão ensinar após serem tratados” (BARDIN, 1977, p. 38).

Em decorrência disto, chega-se a inferência, ou seja, apoiando-se nos materiais e informações organizadas no que Triviños define como pré-análise, busca-se aprofundar as conexões entre as ideias, por exemplo, tecendo relações entre as categorias delimitadas e estudadas. Para Bardin, a inferência é o que possibilita dar um salto qualitativo no transcórre do desenvolvimento da pesquisa, o que é a intenção da análise de conteúdo. Para Bardin (1977, p. 40) com a inferência pode-se chegar às condições de produção das mensagens<sup>7</sup>. O autor considera que a especificidade da análise de conteúdo reside na articulação da superfície dos textos (descrita e analisada) com os fatores que determinam estas características.

Em Bardin (1977) há uma efetiva presença de elementos cartesianos e de valorização de aspectos quantitativos. Já Triviños (2009), que defende a existência de três grandes enfoques teóricos (positivismo, fenomenologia e marxismo) na pesquisa em ciências sociais, sustenta a análise de conteúdo na pesquisa qualitativa (a qual sem desprezar o quantitativo concentra-se na passagem deste para o primeiro e vice-versa). Para Triviños (2009, p. 160) a operacionalização da técnica depende da coerência e clareza do enfoque teórico adotado e do discernimento do enfoque que orienta as mensagens que estão sendo estudadas:

O método de análise de conteúdo, em alguns casos, pode servir de auxiliar para instrumento de pesquisa de maior profundidade e complexidade, como o é, por exemplo, o método dialético. Neste caso, a análise de conteúdo forma parte de uma visão mais ampla e funde-se nas características do enfoque dialético.

Desta forma, a partir da interpretação dos textos, a tentativa consiste em estabelecer relações entre o conteúdo das mensagens com a realidade social. Assim, segundo Triviños, pode-se falar em conteúdo manifesto e conteúdo latente, ou seja, é necessário ultrapassar o conteúdo manifesto das mensagens para aprofundar a análise do conteúdo latente, tomados na especificidade apontada por Triviños (2009, p. 162), que esclarecendo esta questão, afirmou:

---

<sup>7</sup> Bardin (1977) entende que as condições de produção das mensagens correspondem ao que Henry e Moscovici chamam de condições de produção: “qualquer análise de conteúdo visa, não o estudo da língua ou da linguagem, mas sim a determinação mais ou menos parcial do que chamaremos *as condições de produção* dos textos, que são o seu objecto. O que tentamos caracterizar são estas condições de produção e não os próprios textos. O conjunto das condições de produção, constitui o campo das determinações dos textos” (HENRY e MOSCOVICI apud BARDIN, 1977, p. 40). Bardin (1977, p. 40) considerou que o posicionamento de Henry e Moscovici tende a valorizar apenas a produção da mensagem, deixando de lado a questão da recepção da mesma. E, deixando aflorar a presença de elementos positivistas, afirma “preferir a denominação mais neutra de *variáveis inferidas*”.

O primeiro pode orientar para conclusões apoiadas em dados quantitativos, numa visão estática e a nível, no melhor dos casos, de simples denúncia de realidades negativas para o indivíduo e a sociedade; o segundo abre perspectiva, sem excluir a informação estatística, muitas vezes, para descobrir ideologias, tendências etc. das características dos fenômenos sociais que se analisam e, ao contrário da análise apenas do conteúdo manifesto, é dinâmico, estrutural e histórico<sup>8</sup>.

Considerando que toda análise e interpretação exigem reconstituição, a produção intelectual de Josué e as pesquisas realizadas sobre sua obra são demasiadas amplas para ser abordadas na sua extensão. Por isso, estabelece-se a condição de não alçar a exaustão das fontes, antes se busca concentrar nos aspectos qualitativos, com vista a dar conta do tema central da pesquisa, as relações entre fome e questão ambiental.

Apesar da necessidade de contato com toda a produção intelectual de Josué, algumas obras recebem atenção especial, dentre estas *Geografia da fome* e *Geopolítica da fome*, por nelas se encontrar aplicado o que o autor compreende por geografia, do que deriva a perspectiva ecológica empreendida. Antes destas, associado ao trabalho de médico preocupado com a questão nutricional, Josué já havia desenvolvido uma série de estudos sobre alimentação, além de ter realizado trabalhos empíricos e descritivos, abordando, normalmente, problemas ligados a sua cidade natal e ao nordeste brasileiro.

Por outra parte, após *Geografia da fome* e *Geopolítica da fome*, Josué produz uma série de escritos que, em meio as discussões sobre (sub)desenvolvimento culmina com o debate da época inicial das preocupações ambientais, quando da conferência de Estocolmo (1972). Assim, no retrazar o desenvolvimento das obras do autor, a tentativa consiste em desenvolver o fluxo das ideias buscando-se as relações entre sociedade e natureza e, a partir do estudo da alimentação e da fome, ir apontando vínculos entre fome e questão ambiental.

Nunes (2003) apontou a dificuldade de reunir as obras de Josué, o que no desenvolvimento da pesquisa, se confirmou. A princípio, pensava-se em encontrar reunidas no Centro Josué de Castro, no Recife, o que não foi possível<sup>9</sup>. A partir disso, fez uma continua

---

<sup>8</sup> Sobre esta questão, Triviños (2009, p. 162) ainda acrescenta que “os investigadores que só ficaram no conteúdo manifesto dos documentos seguramente pertencem à linha positivista. As primeiras sistematizações do método tiveram claramente essa tendência. Os analisadores do conteúdo latente, além do manifesto, têm também raízes idealistas, especialmente quando se realizam as tentativas de interpretação dos livros e documentos sagrados, em primeiro lugar, e logo nas tentativas de desvendar pressupostos especialmente de natureza cultural, como valores característicos dos indivíduos, sem outras vinculações. A tendência de índole materialista dialética do emprego do enfoque de análise de conteúdo apresentou-se quando surgiu com ênfase o estudo da ideologia e suas vinculações com variáveis complexas da vida social, como os modos e relações de produção e as classes sociais e suas formações históricas em determinadas sociedades”.

<sup>9</sup> Em setembro de 2011, com contato prévio, fez uma visita ao Centro de Pesquisas Josué de Castro, no Recife PE, onde ficava a biblioteca particular de Josué. Chegando lá, informaram que tais obras, recentemente, haviam sido transferidas para a biblioteca da Fundação Joaquim Nabuco. Nesta informaram que as obras iriam passar por um processo de higienização e catalogação, para então ficarem disponíveis para consultas. Desde então, em repetidas ocasiões, contactou-se a biblioteca buscando informações, no entanto o acervo ainda não se encontra disponível (o último contato foi realizado em novembro de 2013).



busca, em um número considerável de bibliotecas, em diferentes cidades, tentando encontrar uma por uma das obras, inclusive, nas suas diferentes edições<sup>10</sup>.

No transcorrer da pesquisa, teve-se dificuldade para lidar com as fontes, pois não em poucas ocasiões, encontravam-se as mesmas passagens com origens distintas ou mesmo, nos trabalhos sobre a obra de Josué, citações com referências que não se preocupavam em datar as ideias que estavam sendo produzidas.

Levando em conta que “todo trabalho de epistemologia crítica supõe uma base de história das ideias” (MOREIRA, 2010, p. 9), com a intenção de mostrar um panorama geral da produção intelectual de Josué e, ao mesmo tempo, para auxiliar na sistematização das principais referências para o desenvolvimento da presente pesquisa, elaborou-se uma lista das principais publicações do autor<sup>11</sup>. Quando a publicação registra e, se pertinente, a lista mantém o seguinte esquema de apresentação: Título. Ano. Editora. Observações (informações que podem facilitar na contextualização e/ou sintetizam a publicação).

\* **O problema fisiológico da alimentação no Brasil (Síntese das bases fisiológicas para construção dos regimes alimentares)**<sup>12</sup>. 1932. Tese apresentada para concurso de Livre Docente da Cadeira de Fisiologia na Faculdade de Medicina de Recife-PE. Com acréscimos, foi publicada como *O problema da alimentação no Brasil* e, posteriormente, como *O problema da alimentação no Brasil (Seu estudo fisiológico)*.

\* **As condições de vida das classes operárias no Recife**. 1932. Imprensa industrial. Com tal título, Castro (1939, p. 98) diz ter publicado em “Separata do ‘Boletim do Ministerio do Trabalho’ – Janeiro de 1935 – Rio”. Em tal fonte, assinado por Josué de Castro, encontra-se “Estudo economico das condições de vida das classes operarias do Recife”. Intitulado de “As condições de vida das classes operárias no Nordeste” o mesmo texto encontra-se em Castro (1936, pgs. 89 – 107) e em Castro (1959, pgs. 75 – 91). Consiste no relatório do estudo sobre as condições de vida entre trabalhadores, realizado no Recife-PE.

\* **O problema da alimentação no Brasil**. 1934. Companhia Editora Nacional. Com acréscimos, é a publicação da tese de 1932. Posteriormente, em 1939, com novos acréscimos, é publicado com o título de *O problema da alimentação no Brasil (Se estudo fisiológico)*.

\* **Alimentação e raça**. 1936. Civilização brasileira. Conta com prefácio de Edgar Roquette-Pinto e está associado ao período em que o autor foi professor de antropologia, no Rio de Janeiro. O livro divide-se em duas partes, a primeira sobre alimentação e, a segunda, reúne quatro textos mais breves, dentre eles o estudo das condições de vida realizado no Recife. A publicação também possui um anexo, trata-se do “Inquérito sobre as condições do trabalho agrícola no Brasil”, originalmente, publicado em Castro (1935b). O esforço do autor é de relacionar a alimentação com o contexto social brasileiro, combatendo a ideia de raça inferior e demonstrado o papel da alimentação, colocando a fome como fator determinante da suposta preguiça dos trabalhadores.

---

<sup>10</sup> Neste sentido, na biblioteca do Instituto de Educação Josué de Castro (Veranópolis, RS), onde se esteve em outubro de 2011 e, em diversas bibliotecas setoriais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde se esteve em março de 2012 e em setembro de 2013, foram os locais onde se encontrou um maior número de publicações. Na biblioteca da Duke University (EUA), onde se esteve em junho de 2012, foram encontradas, especialmente, as obras publicadas fora do Brasil. Nesta garimpagem, os sites de compras coletivas de livros usados deram uma grande contribuição.

<sup>11</sup> Para uma relação completa das publicações de Josué, cf. Taranto (1993, p. 139–154), Silva (1998, p. 496–528), Castro (2004, p. 91) e o sítio do Projeto Memória: disponível em: <<http://www.projeto memoria.art.br/>>, acessado em repetidas ocasiões.

<sup>12</sup> No desenvolvimento desta pesquisa foram utilizados textos publicados de acordo com diferentes normas ortográficas e nesta exposição, quando transcrevendo ou citando, mantém-se a grafia original.

- \* **A alimentação brasileira à luz da Geografia Humana.** 1937. Globo. Terceiro livro que o autor dedica ao estudo da alimentação no Brasil, o qual realiza recorrendo a geografia, ciência que, no seu entender, permite uma visão de totalidade. O livro está associado às atividades desenvolvidas como professor de Geografia Humana e, apesar de centrar-se no problema da alimentação, foi definido como um esboço da *Geografia da fome*. Dividido em três partes, retoma o estudo biológico da alimentação; realiza um estudo das possibilidades alimentares no território brasileiro, considerando o meio e o homem e, finalmente, levando em conta as duas primeiras partes, expõe o que seria uma alimentação racional nas diferentes regiões brasileiras.
- \* **Documentario do Nordeste.** 1937. José Olympio. Trata-se de uma compilação de escritos entre 1935 e 1937, publicados em jornais. Reúne contos, ensaios e análises críticas de trabalhos literários. É parte da produção regionalista de Josué, pois os textos, majoritariamente, abordam o nordeste, sobretudo, o Recife.
- \* **A festa das letras.** 1937. Globo. Publicação em co-autoria com Cecília Meireles. Direcionado às crianças, combinando poesia e desenhos, o livro busca difundir práticas alimentares saudáveis.
- \* **Fisiologia dos tabus.** 1938. Companhia Industrial e Comercial Brasileira de Produtos Alimentares. Publicação de 1938 e, com acréscimos, em segunda edição em 1941. Sendo este último reproduzido em *Ensaio de biologia social*, porém foram suprimidos os subtítulos e as figuras.
- \* **O problema da alimentação no Brasil (Seu estudo fisiológico).** 1939. Companhia Editora Nacional. Deriva da tese de 1932, também publicada em 1934. A edição de 1939, em relação a anterior, apresenta uma série de acréscimos, a começar pelo subtítulo, “Seu estudo fisiológico”, que retoma o título da tese de 1932. Na edição de 1939, os capítulos são os mesmos das edições anteriores, porém maiores, sobretudo, os últimos; apresenta uma série de “tábuas” de composição de alimentos a mais do que a edição anterior e, em apêndice, conta com o acréscimo do “Inquérito sobre as condições de alimentação popular no Distrito Federal”. As diferentes edições contam com prefácio de Pedro Escudero. No texto, Josué parte da fisiologia, mas objetiva a alimentação (preocupação com o estabelecimento de uma alimentação racional).
- \* **Geografia humana: Estudo da paisagem cultural do mundo.** 1939. Globo. Consiste em um livro didático, na folha de rosto consta: “rigorosamente de acordo com o programa oficial do 3.º ano seriado”. Com frequência aparecem elementos das obras que o autor vinha produzindo, quando não muito, expõe em linguagem mais acessível, ideias que defende em seus demais livros. Dedicou um número considerável de páginas a questão da alimentação; apresenta textos longos, intercalados com uma boa quantidade de mapas, figuras e desenhos<sup>13</sup>.
- \* **Science et technique.** Sd. Moderne. Em listas de obras do autor, aparece as vezes como sendo de 1937 (*O Problema da alimentação no Brasil*), as vezes como de 1938 (*Geopolítica da fome; Fatores de localização da cidade do Recife: Um ensaio de Geografia Urbana* e *A cidade do Recife: Ensaio de Geografia Urbana*).
- \* **La alimentación en los trópicos.** 1946. Fondo de Cultura Económica. Publicação realizada no México. Com adaptações para a discussão da alimentação nos trópicos, trata-se da tradução de partes de *A alimentação brasileira à luz da geografia humana*, além do que conta com três outros textos: i) áreas alimentares brasileiras (CASTRO, 1957, p. 171); ii) o estudo das condições de vida das classes trabalhadoras do Recife (CASTRO, 1935) e iii) o inquérito sobre as condições de alimentação popular no Distrito Federal (CASTRO, 1939c, p. 195).
- \* **Geografia da Fome: A Fome no Brasil.** 1946. O cruzeiro. Publicada pela primeira vez em 1946, em reedições, possui mudanças, sobretudo, acréscimos. Nas Obras Completas do autor é o Volume I (CASTRO, 1957b) e, em edições seguintes, passou a ser os Volumes I e II (CASTRO, 1961). Elucida a fome no Brasil e, normalmente, é apontada como a principal obra de Castro, responsável pela ampla divulgação do seu nome.
- \* **Fatores de localização da Cidade do Recife: Um ensaio de Geografia Urbana.** 1948. Imprensa nacional. Derivada da tese de concurso para a cadeira de Geografia Humana na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil.
- \* **Geopolítica da Fome: Ensaio sobre os problemas de alimentação e de população no mundo.** 1951. Casa do estudante. Com primeira edição datada de 1951, passou por reedições, que apresentam acréscimos. Também integra as Obras Completas do autor. Consiste no estudo do problema da fome no mundo. Normalmente, depois

---

<sup>13</sup> Em 1998, em entrevista a *Caros Amigos*, entre várias referências ao nome de Josué de Castro, Milton Santos falando do seu percurso até a Geografia, lembrou a influência do mesmo: “Também um fato, e muito importante: no ginásio, o livro de texto era o *Geografia humana*, de Josué de Castro. Era uma espécie de história contada através do uso do planeta pelo homem. Aquilo me impressionou” (SANTOS, 1998, p. 22).

da *Geografia da fome*, é apontada como a segunda mais importante publicação do autor, mas no que diz respeito à projeção internacional do nome do autor, talvez seja a principal.

\* **A cidade do Recife: Ensaio de Geografia Urbana.** 1954. Casa do estudante. Em primeira publicação, em 1948, foi intitulado de *Fatores de localização da Cidade do Recife: Um ensaio de Geografia Urbana*. Posteriormente, o mesmo texto, mas com título de “Um ensaio de Geografia Urbana: A Cidade do Recife” integra a publicação das Obras Completas do autor, onde ocupa a segunda parte do vol. V, isto é, de *Ensaio de Geografia Humana*. A obra é dividida em V partes: Introdução; Fundamentos fisiográficos; Ocupação humana da região; A fundação da cidade e Localização e crescimento da cidade. São 166 páginas e conta com 24 figuras.

\* **Três personagens: Einstein, Fleming e Roosevelt.** 1955. Casa do estudante. Publicação de três discursos proferidos na Câmara Federal por ocasião de homenagem aos ilustres. Os três discursos também se encontram em *Ensaio de biologia social*, porém sem a apresentação e as 12 ilustrações que o livro contém.

\* **Ensaio de Geografia Humana.** 1957. Brasiliense. Não consiste em textos inéditos e integra a publicação das Obras Completas do autor. A obra é dividida em duas partes: i) com acréscimo de “A geografia como ciência” (p. 11 – 15), que já havia sido publicado em Castro (1951b) e de “Áreas alimentares no Brasil” (p. 171 – 191), é o texto dos capítulos I até parte do capítulo XI de *Geografia humana: Estudo da paisagem cultural do mundo*, no entanto sem figuras, fotos e mapas, dessa forma, qualitativamente, fica aquém da publicação pretérita e ii) consiste na reedição de *Fatores de localização da cidade do Recife: Um ensaio de Geografia Urbana*, de 1948 (que em 1954, foi publicado com o título de *A cidade do Recife: Ensaio de Geografia Urbana*).

\* **Documentário do Nordeste.** 1957. Brasiliense. Faz parte das Obras Completas e não consiste em publicação inédita. O livro apresenta três partes: na primeira, com a adição do conto “A seca”, são os contos da primeira parte do livro homônimo de 1937, porém com acréscimos de ilustrações de Darel. Portanto, são escritos da década de 1930. A segunda parte, apresentada pelo autor como “estudos de índole sociológica”, reúne textos da anterior publicação homônima, o relatório do estudo das condições de vida da classe trabalhadora do Recife, um discurso parlamentar, três ensaios (influência negra na alimentação brasileira; regionalismo e cultura brasileira e sobre a cidade do Recife) e, por fim, uma análise sobre raça e clima aplicada ao Nordeste, texto que integra o estudo da relação o homem e o meio, já publicado em Castro (1937, p. 109 – 125). Assim, são textos que se estendem pelas décadas de 1930 a 1950. A terceira parte, os “estudos biológicos”, são dois textos sobre o valor nutricional e a composição química de propriedades alimentares (o primeiro sobre os “alimentos bárbaros” e o segundo sobre a Mucuña), resultados de estudos empreendidos em parceria com pesquisadores do Instituto de Nutrição. São pesquisas da década de 1940 e estão associados à atuação de Josué na área da nutrição.

\* **Ensaio de biologia social.** 1957. Brasiliense. Integra as Obras Completas do autor. Consiste em uma reunião de ensaios, artigos de congressos e discursos produzidos pelas décadas de 1930 a 1950. Destacam-se os trabalhos de “biologia social”, como os estudos de propriedades alimentares e da relação alimentação e doença (normalmente, pesquisas desenvolvidas no Instituto de Nutrição e escritos com coautorias); da função social das universidades e da ciência e, os discursos parlamentares, que abordam, sobretudo, economia e desenvolvimento.

\* **O livro negro da fome.** 1960. Brasiliense. Publicado como Vol. VIII das Obras Completas do autor. No prefácio, adverte que o mesmo é originado do manifesto, de 1957, de cerca de 30 páginas, que recomenda a criação da Associação Mundial de Luta Contra a Fome (ASCOFAM). O livro é dividido em duas partes: i) capítulos (sendo três, nos quais aborda a relação fome e desenvolvimento econômico; a luta contra a fome e, por fim, a ASCOFAM, estrutura e atividades desenvolvidas) e ii) apêndices (são três: a Resolução da X Conferência da FAO, de 1959, a qual indica a criação da Campanha Mundial Contra a Fome; o Relatório da primeira reunião do Comitê Consultivo da Campanha Mundial Contra a Fome, realizado em Roma e presidido por Josué, em 1960 e, por último, o projeto Proteínas para a América Latina, elaborado por Josué, em consonância com a Campanha da FAO). O livro conta com ilustrações da pintora Anna Kindynis, são 12 desenhos originais, entre os quais o da capa, sem título nem legenda, pois Castro (1960, p. 7) considera que todos levariam o título de “fome”.

\* **Ensayos sobre el subdesarrollo.** 1965. Siglo veinte. Tradução de partes de *Ensaio de Biologia social*.

\* **Sete palmas de terra e um caixão: Ensaio sobre o nordeste, área explosiva.** 1965. Brasiliense. Escrito entre outubro de 1962 e fevereiro de 1964, a pedido de uma editora dos EUA, é direcionado ao público estadunidense. Dentre as publicações de Josué é uma das poucas que, no decorrer do tempo, não passou por mudanças. Tem como foco as inquietações sociais, sobretudo, das ligas camponesas e sua luta pela terra que o nordeste brasileiro passava. Expõe a grande propriedade e a monocultura como causa da fome e, considerando que a população apresenta crescente conscientização de suas reais condições de vida (ou melhor, de fome), demonstra-se otimista em relação às mudanças sociais e, por isso, define o nordeste da época como uma área explosiva.

\* **¿Adonde va la America latina?**. 1966. Editorial Latino Americana. Livro organizado a partir de uma passagem de Josué pelo Peru, em maio de 1965. Reúne falas de cinco conferências, sendo quatro na Universidad Nacional de Ingeniería e a uma na Universidad Nacional Mayor de San Marcos; discursos da cerimônia de colação do grau de Doutor *Honoris Causa*, pela Universidad Nacional de Ingeniería e, em apêndice, documentos da estrutura, objetivos, intenções, organização e integrantes do Centro Internacional para o Desenvolvimento (CID), fundado e presidido por Josué, em Paris, após a cassação dos seus direitos políticos. Nas conferências, com frequência, retoma idéias presentes em *Sete palmas de terra e um caixão: Ensaio Sobre o Nordeste, área explosiva*; analisa a América Latina, com destaque para o Nordeste do Brasil, sobretudo, o problema da terra e o papel da juventude e das universidades; o contexto atômico e da paz como solução é tema recorrente.

\* **O subdesenvolvimento econômico**. 1966. Editorial Presença. Por Josué de Castro e outros. O livro é uma coletânea de textos, entre os quais, “A luta contra a fome no Nordeste do Brasil” (p. 163 – 177), de autoria de Josué de Castro. Na ocasião, Josué aborda, as atividades desenvolvidas pela ASCOFAM no nordeste do Brasil, as quais afirma ser desenvolvidas no âmbito da Campanha Mundial Contra a Fome, da FAO.

\* **Homens e caranguejos**. 1967. Brasiliense. É o único romance de Josué. Independente de reedições mantém o texto original. Tem como inspiração a história da própria família (o livro possui um prefácio, no qual Josué expõe o caráter autobiográfico), a convivência que Josué teve com moradores dos mangues do Recife e os contos que o autor escreveu anos 1930. O tema central é a fome e, no desenvolvimento do enredo, descreve a vida nos mangues do Recife: como a população oriunda do sertão e dos canaviais organiza sua vida em sintonia com as condições ecológicas do mangue. Trata da exclusão do campo e da repulsão que a cidade oferece aos imigrantes, aos quais resta apenas o mangue, ao qual vão se integrando a ponto de, por fim, gerar um “estranho mimetismo”.

\* **A explosão demográfica e a fome no mundo**. Sd. Edições Itau. Segundo Fernandes; Gonçalves (2007, p. 82) publicado em Lisboa, em 1968. É o mesmo texto, da parte com título homônimo, que se encontra em *Fome, um tema proibido: Últimos escritos de Josué de Castro* (CASTRO, 1984, p. 28 – 50).

\* **Latin american radicalism: A documentary report on left and nationalist movements**. 1969. Randon Hause. Em co-organização com Louis Irving Horowitz e Jonh Gerassi. Reunião de texto que analisam a América Latina. O livro divide-se em três partes, cada uma delas apresentadas por um dos organizadores. Entre os 25 autores figuras ilustres que vão de Celso Furtado a Che Guevara.

\* **A estratégia do desenvolvimento**. 1971. Seara nova. Publicado em Portugal, possui apenas 41 páginas, sendo que com exceção das primeiras 12, é o mesmo texto da parte homônima, que se encontra em Castro (1984, p. 87 – 100). Originalmente o texto foi apresentado na Conferência sobre *O Meio e a Sociedade em Transição* (New York, 27 de abril a 2 de maio de 1970), ocasião em que Josué participou na condição de relator geral do problema *A Produção Mundial e a sua distribuição*. No texto, pontua a distância entre norte e sul; precisa as noção de (sub)desenvolvimento e destaca a importância da educação/formação para o desenvolvimento.

\* **Fome, um tema proibido. Últimos escritos de Josué de Castro**. 1983. Vozes. Publicação póstuma, organizada por Anna Maria de Castro (filha de Josué), que busca reunir os principais escritos da maturidade do autor. Tratam-se de trabalhos em forma de artigos, apresentações em congressos ou partes de outras publicações. O livro divide-se em duas partes, cada uma com quatro textos. Além disso, apresenta dois anexos, o primeiro com uma série de entrevistas concedidas pelo autor e, o segundo, de depoimentos sobre o autor e sua obra.

Pelo número de trabalhos que abordam a obra de Josué, considerando o que pretende a presente pesquisa, uma série de questões encontra-se satisfatoriamente resolvidas, assim estas podem ser tomadas como pressupostos dos quais, quando oportuno, se toma como referência ou então se remete o possível leitor aos mesmos. Neste sentido e, considerando a necessidade de situar o autor e sua obra em seu contexto científico-intelectual e histórico, pode-se valer, por exemplo, de Campos (2004) e Nunes (2003); a respeito da inserção do tema da fome na história do pensamento geográfico brasileiro, tem-se como referência Carvalho (2007). No entanto, em função das questões objetivadas pela presente pesquisa recorre-se, especialmente, a Silva (1998), que além de ser uma extensa e aprofundada análise da obra de Josué, apresenta uma série de documentos pessoais não publicados.

No transcorrer da pesquisa buscou-se reunir e ler o maior número possível de publicações sobre ou que envolvam a obra de Josué de Castro. Na redação final, alguns destes trabalhos foram citados com maior frequência, outros acabaram nem sendo referidos, mas nem por isso deixaram de contribuir<sup>14</sup>. Pelo seu caráter de breve apresentação, os artigos de periódicos e os capítulos de livros sempre oferecem análises objetivas e um grande número de informações esclarecedoras<sup>15</sup>. Além das publicações sobre a vida e as obras de Josué<sup>16</sup>.

### **Da exposição**

A apresentação da pesquisa é composta por quatro capítulos: um, de cunho geral, e três de exposição e análises da produção intelectual de Josué de Castro.

O primeiro capítulo busca fundamentar a possibilidade do debate proposto. Assim, consiste em um esforço direcionado a associar fome e questão ambiental. Partindo de uma discussão filosófica-naturalista, passa-se pelo referencial teórico ligado à Ciência Geográfica e, finalmente, tenta-se demonstrar a pertinência da obra de Josué para debater tais questões.

Sendo o estudo da obra de Josué apresentado em três capítulos, a apresentação dos resultados da pesquisa efetua dois “cortes” na produção intelectual do autor. Assim, para afastar qualquer dúvida, é necessário dizer que a obra do autor é uma totalidade, mas que enquanto objeto de estudo, no seu momento de apresentação, mesmo reconhecendo a sua continuidade impõe-se a necessidade de expô-la em partes.

Dito isso, a delimitação das partes segue um critério tanto cronológico (a produção da obra) como temático (os temas que a obra versa). Portanto, em cada um dos capítulos, umas obras recebem destaque em relação às outras, que recebem destaque em outras partes.

Assim, a respeito da obra de Josué de Castro, da primeira em relação a segunda parte, demarcam-se: i) o lapso de tempo entre as obras, uma vez que, após 1939, o autor voltou a publicar apenas em 1946 e, ii) em parte, a superação do tema discutido, em outras palavras, a ocorrência de transformação qualitativa do objeto central da produção intelectual do autor: de

---

<sup>14</sup> Além dos já referidos, lembra-se: Tobelem (1974); Taranto (1993); Magalhães (1997); Nascimento (2002); Melo; Neves (2007); Cardoso (2007); Schappo (2008); Vieites (2008); Rêgo (2009) e Costa (2010).

<sup>15</sup> Destes trabalhos, Abramovay (1996 e 2008); Andrade (1997; 2003 e 2004); Carvalho (2003); Vasconcelos (1999 e 2001); Batista Filho (2008); Lima (2009); Filho (2003 e 2008); Vieites; Freitas (2009) e Picchi (2010) contribuíram com esta pesquisa.

<sup>16</sup> Como a coletânea de textos publicados em comemoração ao 50º aniversário de Josué, ASCOFAM (1958); Castro (2004); a coletânea de artigos de Andrade et al (2003); a publicação organizada por Fernandes; Gonçalves (2007), que além de comentários, análises e dados biobibliográficos, possui textos do próprio Josué e, finalmente, o vol 10, nº 1 da revista **Cronos**, dedicada a Josué. Quando este trabalho estava em sua fase final de redação tomou-se conhecimento da publicação coordenada por Tânia Elias Magno da Silva (SILVA, 2012) que, infelizmente, não se teve mais tempo para dar a devida atenção, mas que certamente em muito teria contribuído. Pelo menos no sentido acadêmico, tudo isso indica a vivacidade da obra de Josué de Castro.

1939 para 1946, da alimentação, a centralidade da produção passa para a fome, mantendo-se o esforço da compreensão do fenômeno pelo olhar da geografia, tentativa iniciada em 1937.

Desta forma, o segundo capítulo demonstra que, apesar do nome de Josué estar associado ao tema da fome (as pesquisas sobre a obra do autor, centram-se no tema da fome, como é o caso da presente), o autor foi um estudioso da alimentação. A análise das primeiras obras do autor possibilita perceber que as mesmas são fontes pouco exploradas, até por não terem como objetivo central a fome. Esse aspecto pode, erroneamente, passar a impressão de que tais publicações não merecem a mesma atenção das obras posteriores. No entanto, nas primeiras obras, a busca do conhecimento do problema da alimentação é marcada pela conexão entre os “universos” fragmentados do natural e do social. No capítulo é possível encontrar as primeiras abordagens do tema da fome, ainda que em forma de contos, nos quais expressa uma profunda relação da sociedade com o local onde vive.

O terceiro capítulo estuda as duas principais publicações de Josué, a *Geografia da fome* e a *Geopolítica da fome* que, tendo como base o estudo da alimentação, são centradas no problema da fome; é nelas que o autor rompe com o tabu da fome. Delas, respectivamente, busca-se extrair, a partir da noção de sondagem ecológica e do embate que o autor trava com o neomalthusianismo, elementos que possibilitem relacionar fome e questão ambiental.

Da segunda para a terceira parte do estudo da obra do autor, além da questão temporal, o corte busca centrar-se nas obras que já contam com o pressuposto da demonstração do fenômeno da fome. Assim, a produção do após *Geografia da fome* e *Geopolítica da fome* volta-se a superação do problema da fome (do que não se deve deduzir que esta não estivesse presente nas duas publicações), inclusive, como se pode ver nos acréscimos que o autor realizou, especialmente, na primeira delas.

A liberação da preocupação de demonstrar a fome, possibilita ao autor, preocupar-se com outros temas, do que, na terceira parte do estudo da obra do autor (quarto capítulo), dá-se ênfase para a questão da terra e da agricultura, da participação do autor no debate sobre desenvolvimento e poluição e, finalmente, da retomada dos contos que ocorre em forma de romance. É em meio a isso que se busca uma derradeira tentativa de entrelaçamento entre fome e questão ambiental.

No estudo da produção intelectual de Josué, em todas as partes, se buscam os vínculos entre a sua produção e o local de origem das mesmas, ou seja, as vivências do autor, desde a juventude no Recife, passando pelo desempenho da sua profissão de formação, até chegar à atuação política. Traços que andam lado a lado com o desenvolvimento do seu pensamento.

## 1 ANALOGIAS ENTRE FOME E QUESTÃO AMBIENTAL

Com vista a discutir o problema da fome relacionado à questão ambiental a partir da obra de Josué de Castro, neste primeiro momento, a exposição gira em torno da dialética entre sociedade e natureza e coloca-se como um esforço de analogia entre fome e questão ambiental. A mesma tem como fundamento o pressuposto de que a preocupação em situar-se na interface das dimensões do natural e do social, além de longínqua, perpassa a história da Ciência Geográfica.

De um modo geral, como a pesquisa consiste em um estudo da obra de Josué de Castro, poder-se-ia perguntar o porquê da necessidade de relacionar fome e questão ambiental em um momento que antecede a análise da obra do autor em questão. A justificativa remete a duas questões. Primeira, é que na forma como vem sendo formulada nas últimas décadas, o que se denomina de questão ambiental não consistia em uma preocupação deliberada por parte de Josué de Castro e, segunda, pelo fato de que a fome, comumente, não faz parte dos denominados problemas ambientais. Quando não muito, o par que aqui se pretende propor analogias, é colocado como oriundo de questões de universos distintos e, aparentemente, o diálogo pode parecer sem sentido<sup>17</sup>.

Colocado desta maneira, salienta-se que o objetivo central, para este momento, é a articulação entre fome e questão ambiental. Assim, para além de detalhar as particularidades das perspectivas dos autores a quem se recorre, concentra-se no que permitem depreender em comum, por isso demarca-se o fato de, primeiro, possibilitarem uma leitura do ambiental que não se reduz ao estudo da natureza e, segundo, por mesmo que de modo pontual e, frisa-se mesmo sem terem por objetivo deliberado a relação que aqui se pretende problematizar, lançaram algum olhar sobre a questão da fome.

---

<sup>17</sup> No desenvolvimento desta pesquisa encontrou-se apenas dois trabalhos que afirma intenção deliberada de associar fome e questão ambiental: um primeiro, que direciona-se a questão da disponibilidade de alimentos, trata-se de Bayliss-Smith; Owens (1996). Os autores consideram os alimentos como “o mais fundamental dos recursos que as pessoas obtêm de seu ambiente”; associam escassez de alimentos e preocupação ambiental, pois o suprimento e a garantia da alimentação representa uma adequação dos relacionamentos ecológicos da população e, a partir disso, afirmam que “a escassez de alimentos cabe claramente dentro da categoria de preocupação ambiental” (BAYLISS-SMITH; OWENS, 1996, p. 135). Um segundo, trata-se de Porto-Gonçalves (2006) e será abordado ainda neste capítulo. Além destes, Brügger (1999, p. 26) na categoria de “problema ambiental”, afirma estarem inclusos a fome, o controle de armas e os recursos naturais, mas trata-se de uma afirmação que não tem continuidade.

Para desenvolver a proposta deste primeiro momento, de modo pontual, visita-se algumas construções teóricas. Inicia-se retomando uma concepção filosófica-naturalista, ao que segue alguns apontamentos da história do pensamento geográfico e, finalmente, certas expressões hodiernas do que seja o ambiental. A tentativa busca situar diferentes formulações que (in)viabilizam um possível diálogo entre as duas questões centrais que perpassam a pesquisa, fome e questão ambiental.

### **1.1 A natureza está interligada consigo mesma**

A questão das relações entre sociedade e natureza foi abordada por Karl Marx, mais especificamente, o autor expressou concepções que demonstravam preocupações ecológicas, é o que defende Foster (2010). Em relação à ciência geográfica, é significativo que Foster (2010), logo na introdução de *A ecologia de Marx*, faz referência a um geógrafo, Massimo Quaini. “Marx”, nas palavras de Quaini lembradas por Foster (2010, p. 23), “denunciou a espoliação da natureza antes do nascimento de uma moderna consciência ecológica burguesa”.

Em *Marxismo e geografia*, obra que Foster se refere, Quaini (2002) defende que o marxismo consiste em uma união entre teoria e história, o que implica, por um lado, em compreender o presente, dialeticamente, como uma forma histórica e transitória e, por outro, uma união entre história e teoria; história e ciência; história e natureza; território e sociedade etc., o que possibilita ao autor afirmar que o materialismo histórico, enquanto teoria científica “supera a dissociação entre natureza e história, considerando simultaneamente a relação do homem com a natureza e a relação do homem com o homem” (QUAINI, 2002, p. 23).

Foster (2010, p. 107) considera que a partir dos *Manuscritos econômicos filosóficos de 1844*, pelo resto da vida, “Marx sempre tratou a natureza, na medida em que ela entrava diretamente na história do homem através da produção, como uma extensão do corpo humano (isto é, ‘o corpo inorgânico’ da humanidade)”. Conforme coloca Foster (2010, p. 107), para Marx, a relação homem com a natureza é “uma relação orgânica”, da qual o próprio corpo do homem faz parte. Assim, é essencial colocar a existência do mundo objetivo, por conseguinte de seres humanos objetivos: “dizer que o homem é um ser *corpóreo*, vivo, real, sensorial, objetivo com poderes naturais significa que ele tem objetos *reais*, *sensoriais* como objetos do seu ser e da sua expressão vital” (MARX apud FOSTER, 2010, p. 113).

A respeito destas questões, segue algumas considerações, a partir do próprio Marx. Ciente da pontualidade desta questão para a presente pesquisa e dos possíveis labirintos que



uma leitura de Marx pode levar, toma-se como referência um fragmento dos *Manuscritos econômicos filosóficos de 1844* (MARX, 1989).

Na forma capitalista de produção, Marx considera que, mesmo partindo dos pressupostos da economia política, supondo a propriedade privada, sobretudo a separação trabalho, capital e terra, o trabalhador decai a mais miserável mercadoria: “a miséria do trabalhador está na razão inversa do poder e da magnitude da sua produção” (MARX, 1989, p. 147). Disso, resulta a acumulação dos benefícios do trabalho em um número reduzido de mãos. Por isso, o autor propõe partir de um fato econômico-político:

O trabalhador se torna tão mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a *valorização* do mundo das coisas aumenta em proporção direta a *desvalorização* do mundo dos homens. O trabalho não produz só mercadorias; produz a si mesmo e ao trabalhador como uma *mercadoria*, e isto na proporção que produz mercadorias em geral (MARX, 1989, p. 148).

Estas considerações permitem Marx concluir que o objeto que o homem produz, ou seja, o resultado de seu trabalho enquanto objetivação, se lhe defronta como um ser alheio, com um poder independente do produtor. Destarte, a partir das palavras de Marx, no capitalismo a “realização efetiva do trabalho aparece como *desefetivação* do trabalhador, a objetivação como *perda e servidão do objeto*, a apropriação como *alienação*, como *exteriorização*” (MARX, 1989, p. 149). Assim, “a realização efetiva do trabalho tanto aparece como *desefetivação* que o trabalhador é *desefetivado* a ponto de morrer de fome” (MARX, 1989, p. 150)<sup>18</sup>. Para Marx, na forma capitalista de produção, o trabalhador se relaciona com o produto do seu trabalho como um objeto alheio, sendo que quanto mais o trabalhador dá de si, tanto mais poderoso torna-se o resultado que ele cria frente a si. Assim, a vida que o trabalhador põe no objeto passa a não mais pertencer a ele, mas ao objeto. Portanto, quanto maior o produto do trabalho, inversamente, tão menor o trabalhador, constituindo uma exteriorização, uma existência alheia e independente dele.

Desta maneira, a partir da objetivação do trabalho, Marx pontua quatro formas de alienação. A primeira é denominada de *alienação da coisa*, a qual se manifesta na relação do trabalhador com os produtos do seu trabalho a partir do momento em que o objeto produzido

---

<sup>18</sup> Em *Homens e caranguejos*, remontando a sua infância, Josué atribui ao contato com os mangues sua descoberta da fome. No entanto, foi como médico recém formado que pela primeira vez pode presenciar e avaliar as consequências da fome. Neste momento, está se aproxima da ideia de “desefetivação”: “comecei, também, a trabalhar numa grande fábrica e a verificar que os doentes não tinham uma doença definida, mas não podiam trabalhar. Eram acusados de preguiça. No fim de algum tempo, compreendi o que se passava com os enfermos. Disse aos patrões: sei o que meus clientes têm. Mas não posso curá-los porque sou médico e não diretor daqui. A doença desta gente é fome”. Palavras de Josué de Castro, disponível em <[http://www.projetomemoria.art.br/JosuedeCastro/cont\\_bio3.htm](http://www.projetomemoria.art.br/JosuedeCastro/cont_bio3.htm)>, acessado em 28 de nov. de 2011.

torna-se alheio: tão logo é criado, o produto não pertence ao produtor, antes contrapõe com um poder sobre o mesmo (MARX, 1989, p. 154).

A segunda forma consiste naquilo que Marx atribui a denominação de *auto-alienação* e dá-se no ato da produção. Dentro da própria atividade produtiva, quando o trabalho é uma atividade alheia, não pertencente ao trabalhador, configurando-se em uma atividade voltada contra ele mesmo, não sendo no processo de trabalho que o trabalhador satisfaz suas necessidades, antes tem o trabalho como meio para alcançar a satisfação das necessidades.

Partindo de que o homem é um ser genérico, não só por fazer do gênero, tanto do seu próprio como do das demais coisas, o seu objeto, mas na medida em que se relaciona consigo mesmo como com o gênero vivo, Marx considera que o homem vive da natureza. Para o autor, a natureza forma uma parte da consciência humana, assim como forma parte da vida e da atividade humana. Fisicamente, o homem vive só destes produtos da natureza (alimento, vestuário etc.), assim a universalidade do homem aparece precisamente na universalidade que faz da natureza inteira o seu corpo inorgânico, pois é meio de vida imediato e matéria (objeto e instrumento da atividade do homem), nas palavras do próprio autor:

A natureza é o *corpo inorgânico* do homem, a saber, a natureza na medida em que ela mesma não é corpo humano. O homem *vive* da natureza, significa: a natureza é o seu *corpo*, com o qual tem que permanecer em constante processo para não morrer. Que a vida física e mental do homem está interligada com a natureza não tem outro sentido senão que a natureza está interligada consigo mesma, pois o homem é uma parte da natureza (MARX, 1989, p. 155).

Assim, Marx entende que na medida em que o trabalho aliena do homem o seu produto e a si mesmo, a função ativa do homem, ou seja, a sua atividade vital aliena do homem o gênero, isto é, a capacidade de transformar e criar que define os seres humanos como espécie (terceira forma da alienação), fazendo da “*vida do gênero* um meio da vida individual”, por isso “em primeiro lugar aliena a vida do gênero e a vida individual, e em segundo lugar faz da última em sua abstração um fim da primeira, igualmente na sua forma abstrata e alienada” (MARX, 1989, p. 155).

Para Marx o homem diferencia-se dos demais animais pela atividade, pois o último não se distingue dela, por sua vez o homem faz da mesma um objeto do seu querer e da sua consciência. A consciência é o que distingue o homem do animal, é por isso o homem um ser genérico, de trabalho livre, no entanto “o trabalho alienado inverte a relação de maneira tal que precisamente porque é um ser consciente o homem faz da sua atividade vital, da sua *essência*, apenas um meio para a sua *existência*” (MARX, 1989, p. 156).

Desta maneira, o trabalho que, primeiramente, aparece como meio de satisfazer a necessidade de manutenção da existência física, tão logo que a vida produtiva enquanto vida

do gênero faz da atividade da vida apenas um meio de vida, implicando na alienação em relação à natureza<sup>19</sup>, leva, finalmente, a quarta forma da alienação: uma vez que o homem está alienado em relação à espécie, ele está alienado em relação aos outros homens, ou seja, em relação à sociedade. A alienação dos homens uns dos outros é inseparável da alienação da natureza e da natureza humana.

Portanto, a partir de Marx, o trabalho alienado faz do ser genérico do homem um ser alheio a ele, apenas meio de (sub)existência individual. Aliena do homem seu corpo, o produto de sua atividade, a natureza fora dele, os outros homens, sua essência espiritual e sua essência humana (MARX, 1989, p. 158). Em síntese, em sua forma capitalista, a alienação da atividade humana, por meio do caráter genérico do homem, aliena o homem e, uma vez considerando o sentido da natureza estar interligada consigo mesma, aliena a natureza.

Entre os fluxos e refluxos das recorrências a Marx para o entendimento e explicação das relações ecológicas dos seres humanos e da natureza, Foster destaca Christopher St. John Sprigg (mais conhecido pelo pseudônimo de Christopher Caudwell)<sup>20</sup>. Por entender que o pensamento de Caudwell tem como elemento central a mútua determinação do sujeito-objeto, Foster (2010, p. 338) define-o como “crítico-realista”. “Concretamente”, considera Foster (2010, p. 338), “isto assumiu a forma de uma constante insistência no caráter coevolucionário da relação entre os seres humanos e a natureza”.

A tentativa de refletir sobre analogias entre fome e questão ambiental implica em pensar uma abordagem coevolucionária às relações entre o homem e a natureza. Ainda na introdução de *A ecologia de Marx*, Foster (2010) atribui esta preocupação a Caudwell, sobretudo, quando este afirmou que “os homens não podem mudar a natureza sem mudar a si mesmos” (CAUDWELL apud FOSTER, 2010, p. 27). A partir da dialética de Caudwell comentada por Foster, está explícito que quando mudam a natureza, os homens, mudam a si mesmos. Neste sentido, algumas ideias de Caudwell expostas no epílogo de *A ecologia de Marx*, podem contribuir para a analogia entre fome e questão ambiental.

Para Caudwell, defende Foster, tanto a abordagem burguesa da economia, como a concepção de biologia (e ecologia), eram caracterizadas pelas mesmas rupturas com a

---

<sup>19</sup> Colocado desta forma, a natureza assume figura de inimiga, deixando de ser meio de existência, pois o homem e, portanto, a natureza, não se realiza mais nela. Condição esta que Marx debate-se por atribuir, em seu contexto histórico, à forma capitalista de produção, à oposição de classes.

<sup>20</sup> Caudwell faleceu em 1937, aos 29 anos, sendo que parte de sua produção intelectual só foi publicada meio século depois de escrita (FOSTER, 2010, pgs. 337 e 338).

dialética, por isso a ambas, aplicava os mesmos tipos gerais de críticas<sup>21</sup>. Tais críticas de Caudwell, por estarem associadas às relações entre sociedade e natureza, entende-se que contribuem para a compreensão das relações entre fome e questão ambiental, por isso conforme se encontram em Foster (2010, p. 340), segue as próprias palavras de Caudwell:

1) Não é possível separar o organismo do meio ambiente como opostos mutuamente distintos. A vida é a relação entre pólos opostos que se separam da realidade, mas se mantêm em relação ao longo de toda a teia do vir a ser. 2) A evolução da vida não pode ser determinada pelas vontades da matéria viva apenas, ou pelos obstáculos da matéria não viva apenas. 3) As leis do meio ambiente, na medida em que elas constroem as operações da vida, não são dadas no meio ambiente, mas dadas na relação entre o meio ambiente e a vida. 4) O desenvolvimento da vida é determinado pelas tendências da vida. Mas a história não se apercebe das vontades dos indivíduos; é apenas determinada por elas, e por sua vez as determina. 5) A relação dentro de uma espécie ou entre espécies não é exclusivamente inimiga, no sentido de indivíduos lutando pela posse individual de uma oferta limitada de alimentos. A oferta de alimentos é em si uma decorrência das relações particulares entre a vida e a natureza... Analogamente, a multiplicação de uma espécie não é inimiga de outra, se ela é o alimento dessa espécie. Ou a relação entre as espécies pode ser benéfica mas indireta, como quando as aves distribuem as sementes, as abelhas distribuem o pólen e os pólipos de coral formam os arrecifes.

A esta passagem de Caudwell, Foster (2010, p. 341) acrescentou que “o próprio fato de a relação entre os organismos e o meio ambiente ser uma *relação*, segundo Caudwell, significa que, como toda relação, ela era mutuamente determinante”. A perspectiva de Caudwell, no entender de Foster (2010, p. 341), é indissociavelmente, materialista, dialética e coevolucionária, por isso “captava a essência de uma visão de mundo ecológica” e evitava “o dilaceramento da dialética marxista e a bifurcação dos reinos humano e natural”.

Deste modo, a partir de Caudwell, além de estar posta uma *relação* entre o natural e o social, considerando a totalidade das interpenetrações entre natureza e sociedade, todas as (im)possibilidades de (re)composição da natureza não podem ser vistas como dissociadas das (im)possibilidades de (re)composição da natureza humana. Desta forma, tornando indissociável o que, majoritariamente, denomina-se de degradação ambiental, entendida enquanto poluição ou destruição da natureza exterior ao homem, da degradação da própria natureza humana através da fome. Compreensão esta, a partir de Caudwell, só possível frente ao estabelecimento de uma dialética coevolucionária às relações entre o homem e a natureza.

---

<sup>21</sup> Foster (2010, p. 337) considerou que a melhor expressão do ponto de vista de Caudwell está no prefácio de *Studies and further studies*: “ou o diabo se infiltrou entre nós com enorme poder, ou há uma explicação causal para uma doença comum à economia, à ciência e à arte”.

## 1.2 A Geografia: Fragmentação entre natureza e sociedade?

### 1.2.1 Paradigmas da Geografia

Ao abordar a pergunta *Para onde vai o pensamento geográfico?*, Moreira (2008) recorre a Tatham, que situa o nascimento da geografia moderna na segunda metade do século XVIII, alimentada pelo Iluminismo e pelo Romantismo alemão. Desde então, no entender de Moreira (2008, p. 13), a geografia conhece três momentos, que se diferenciam por seus respectivos paradigmas, a saber: i) paradigma holista da baixa modernidade (séculos XVIII-XIX), período do Iluminismo e do Romantismo Alemão, ambos marcados pelo idealismo filosófico; ii) paradigma fragmentário da modernidade industrial (XIX-XX), caracterizado pela filosofia positivista e iii) paradigma holista da hipermodernidade (anos 1960-1970 em diante), com a presença de uma pluralidade de referências filosóficas com predomínio da fenomenologia husserliana, da filosofia da linguagem e da filosofia da práxis marxista.

A partir dos paradigmas pontuados por Moreira, faz-se uma pergunta: Para falar de fome e questão ambiental, qual a importância de retomar as filosofias e os paradigmas da Geografia? Em uma tentativa de resposta, especificamente, adentra-se nas implicações do paradigma fragmentário da modernidade industrial.

De acordo com Moreira (2008), na segunda metade do século XIX, representada pelo “fim da influência da filosofia idealista alemã e da emergência do positivismo”, inicia uma nova fase de referência filosófica no mundo das ciências, o que traz como consequência uma “extrema fragmentação do conhecimento” (MOREIRA, 2008, p. 24)<sup>22</sup>. No paradigma moderno industrial, Moreira (2008, p. 25) frisa a ocorrência de uma “fragmentação generalizada” (pulverização da geografia em um número crescente de geografias sistemáticas) e de uma “aglutinação das setorizações em campos de agregados por seus conteúdos comuns”, o que origina o “nascimento da geografia física e da geografia humana, e, por extensão, da geografia regional”.

Criticando o holismo da baixa modernidade, a modernidade industrial, segundo Moreira (2008, p. 25), autonomiza as esferas inorgânicas, orgânica e humana. Dentro do que está sendo proposto aqui, esta autonomização das esferas implica em uma mudança substancial no conceito de natureza e, em decorrência, na exclusão do homem, que era entendido como parte desta no paradigma anterior.

A natureza holista dos iluministas e românticos vê seu conteúdo reduzido ao de uma natureza inorgânica, tornando-se uma coisa física. Então, chamaram-se de

---

<sup>22</sup> Moreira (2008, p. 30) não reduz o paradigma moderno industrial à fragmentação, antes afirma a existência de “pensadores mais emblemáticos deste momento paradigmático da geografia”, os quais seriam Ratzel, La Blache, Reclus e Hettner.

geografias físicas sistemáticas a estas geografias setoriais aí surgidas. A esfera do orgânico, embora êmulo da geografia integrada de Humboldt, é deixada de lado. E a esfera humana é simplesmente abandonada. Uma mudança no conceito de homem então se dá em paralelo, excluído da natureza. Excluído o homem da natureza, todos os fenômenos saem definitivamente do contexto holístico (MOREIRA, 2008, p. 26).

Diante de uma ciência fragmentária/fragmentada e de um homem “excluído”, de maneira dualista, pode-se pensar, em uma perspectiva “aglutinadora”, a existência de duas vertentes: uma preocupada com a dinâmica da natureza e outra preocupada com a dinâmica humana. No primeiro grupo estaria a geomorfologia, a climatologia, a biogeografia, entre outras; no segundo, a geografia da população, a geografia política, a geografia econômica etc. Nesta configuração, não seria difícil de concluir que as questões ambientais e o problema da fome fazem parte de diferentes “fragmentos” da Geografia<sup>23</sup>. Pensando no esquema N-H-E (natureza, homem, economia) de Moreira (2008), conclui-se que as questões ambientais estão no primeiro terço (N) e a fome no segundo terço (H). Resta ainda o E, ou seja, a dinâmica da economia, a transformação da natureza e do homem em possibilidade econômica.

Seguindo esta linha de raciocínio, seria difícil tratar das relações entre fome e questão ambiental. Entretanto, compartilha-se da ideia de que a geografia construiu-se na interface natureza e sociedade, conforme proposto por Suertegaray (2005, p. 47). Por ora, na busca de possíveis diálogos, recorre-se ao apresentado por Claval (2011) a respeito da geografia como estudo das relações do homem com o ambiente.

### 1.2.2 O homem e o ambiente

Expondo sobre a Geografia como estudo das relações do homem com o ambiente, Claval (2011, p. 112) destaca que existem muitas maneiras de contar as relações dos grupos com seu “ambiente natural, com o seu meio”, o que se propõe a expressar através de uma perspectiva histórica.

O autor coloca como ponto de partida a noção hipocrática de meio (*milieu*). O médico Hipócrates (460-377 a.C) recorre ao meio para compreender o homem e as afecções que o atingem. Considera o meio como um conjunto de elementos que influencia sobre as funções orgânicas do corpo humano, assim relaciona macrocosmos e microcosmos. No século XVII, Claval aponta o nascimento da concepção denominada de ambientalismo sensualista, que tem como fundamento Jonh Locke (1632-1704). Ao contrário da ideia de inatismo que prevalecia até então, Locke defende que o mesmo é limitado, pois através das sensações o homem entra

---

<sup>23</sup> A redução do ambiente a um “físico” e, por sua vez, em oposição a um “humano” não faz parte apenas de entendimentos longínquos: “O distanciamento entre o geógrafo físico ou ambientalista e o geógrafo humano ou estudioso do social (mesmo que se trate do *espaço social*, construído) sempre foi sensível e nos nossos dias tende cada vez mais a crescer”, é o que defende Vesentini (1997, p. 10).

em contato com o mundo e o espírito desenvolve-se e adquire a forma que conserva posteriormente. Mais tarde, Claval afirma a existência de um ambientalismo herderiano. Para Herder (1744-1803), na relação entre o homem e o ambiente, o fundamental não é o indivíduo, mas o grupo, por isso busca explicar as correspondências entre o meio no qual vivem as pessoas e suas culturas. Claval considera, também, a existência de um ambientalismo evolucionista: a partir de Lamarck (1744-1829), que destaca a importância da cooperação entre os seres, tratando os laços entre as formas de vida e o meio em termos de correspondências e harmonias e, de Darwin (1809-1882), que frisa o papel ativo do ambiente na seleção, sobretudo, com a relação reprodução e alimentação.

Claval (2011, p. 132) comenta as aproximações da Geografia com a Ecologia, ciência em que prevalece a noção de “*milieu*” e afirma que “a Botânica é a primeira disciplina a ter realmente explorado as relações entre os seres vivos e o meio”. Para Claval (2011, p. 133), dos primeiros relatórios da Geografia e da Ecologia, tira-se que: i) a vida humana depende dos alimentos tirados das plantas e dos animais, por isso para compreender uma região convém partir do levantamento das possibilidades que ela oferece e ii) o clima constitui dado determinante para compreender as condições ecológicas próprias de cada região.

Na Geografia, Claval considera que a análise do meio foi marcada pela Ecologia, a qual abriu como possibilidade, primeiramente, a decomposição de áreas da superfície da terra com a intenção de distinguir pequenas parcelas. Neste fazer, para dar conta da complexidade das diferentes áreas, o estudo do meio que de início considera realidades pontuais, amplia-se para a noção de ecossistema, entendido como um “conjunto das unidades elementares entre as quais existem relações e que constituem assim uma unidade de ordem superior” (CLAVAL, 2011, p. 135).

Partindo da ideia de gêneros de vida, Claval (2011, p. 136) diz que os geógrafos do fim do século XIX e início do século XX são conscientes da insuficiência da Ecologia do seu tempo. Assim, desenvolveram demarcações específicas em relação à ecologia humana e, por isso, destacaram a maneira pela qual os seres humanos tiram parte do meio onde se instalam, a fim de produzir o necessário, sobretudo, a alimentação. Além disso, Claval (2011, p. 138) destaca que, frente a constante presença de estudos que consideram a “influência que o ambiente exerce sobre os homens”, os geógrafos não podem deixar de lado as “mudanças que as sociedades impõem ao ambiente”.

A partir disso, Claval conclui que, historicamente, as relações entre o homem e o ambiente sempre chamaram a atenção, mas durante muito tempo, interessaram mais aos médicos e cientistas políticos que aos geógrafos. No entanto, há dois séculos, a situação

modificou-se e os geógrafos entendem esta relação como seu campo de estudo, a ponto de que “hoje, não se encontraria um geógrafo que considerasse que os mecanismos utilizados nesse domínio estão fora do seu campo de estudo” (CLAVAL, 2011, p. 141).

A partir da retomada histórica exposta, Claval (2011, p. 141) considera que “a ideia de ambiente demorou a precisar-se” e que, por muito tempo foi “inábil”, pois “invocava mais correspondências, harmonias das relações de homologia que relação de causalidade”. Sobre o binômio homem e natureza, Claval recorre a Febvre, para quem a geografia não tem por objeto procurar influências: “é um problema de ‘relação’, e não ‘de influências’”, era o que Febvre defendia, lembra Claval (2011, p. 141).

Da época de Febvre até a atualidade, considera Claval (2011, p. 141) que as coisas mudaram bastante. Dessa maneira, expressa que “os geógrafos contemporâneos preferem dizer que a ação humana está sujeita a ‘condicionantes’, tira proveito dos ‘processos’, leva em conta os ‘riscos’”. Assim, “a natureza não é mais analisada como uma categoria externa à sociedade” e a “geografia humana não se confunde mais com estudo das relações do homem com o meio, mas atribui-lhe sempre um lugar essencial”, sendo que a perspectiva para estudar estes problemas não é mais unicamente naturalista, antes “combina a abordagem dos fluxos materiais e da vida e leva em consideração a percepção e a valorização que os homens dão àquilo que os cerca” (CLAVAL, 2011, p. 142).

A partir destas considerações, ao se entender a fome como uma carência material, pode-se começar a pensar em relações entre fome e questão ambiental: quer seja enquanto fluxos materiais, quer seja enquanto o homem, entendido como natureza, atuando socialmente sobre uma natureza exterior, busca saciar a fome. A natureza do homem, conforme se apreende da obra de Josué, em processo de troca com o meio, é o que permite ao homem satisfazer-se, sobretudo, em termos alimentares. Por sua vez, a produção desta satisfação, só possibilitada pela forma como os homens interagem com o meio, é perpassada e perpassa as percepções e as valorizações.

### **1.3 Sociedade e natureza: Da concretização do espaço geográfico a relação fome e questão ambiental**

Faz algum tempo que a Geografia vem sendo posta como a ciência do espaço. De imediato, adjetiva-se: ciência do espaço geográfico, resultado das atividades humanas. Com isso, afirma-se o caráter humano e histórico que o espaço comporta. Dessa maneira, a concretização do espaço é imprescindível do trabalho. Santos (2002a, p.150), afirmou que “o



espaço geográfico é a natureza modificada pelo homem através do seu trabalho”. Por isso, trabalho e espaço devem estar no centro das preocupações dos geógrafos.

Ao definir trabalho, Liedke (2006) dá ênfase ao elemento humano, mostrando que o propósito, em relação ao que está sendo construído, é o que caracteriza a atividade humana. Para a autora, o trabalho é a “atividade resultante do dispêndio de energia física e mental, direta ou indiretamente voltada à produção de bens (materiais ou imateriais), contribuindo, assim, para a (re)produção da vida humana, individual e social” (LIEDKE, 2006, p. 319).

Para Karl Marx, o trabalho também está estritamente relacionado à atividade humana. É possibilidade de emancipação (o que não acontece nos processos desenvolvidos pelas demais espécies), possui um propósito e parte de uma imaginação, de uma construção ideal e intelectual. Por isso, considera que “o que distingue, de antemão o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo na sua cabeça, antes de construí-lo em cera” (MARX, 1985, p. 149). Em forma de relação capitalista, o trabalho é entendido por Marx (1985) como a única maneira de se produzir capital, ao mesmo tempo em que aprofunda a separação entre natureza e sociedade.

O trabalho, para Martins (2001, p. 39), é entendido como a “capacidade produtiva do homem de produzir para si uma natureza outra que a natureza natural do mundo”, o que vai na mesma direção da afirmação de Heller (1983 apud MARTINS, 2001, p. 39) de que: “no trabalho a natureza atua sobre a natureza”.

Sobre o trabalho como produtor do espaço, Carlos (2001, p. 62) compreende que “ao produzir sua vida (sua história, a realidade), a sociedade produz, concomitantemente, o espaço geográfico”. Condições que são “produzidas pelo trabalho como atividade humana, logo, o desvendamento da atividade do trabalho considerado como processo produtor do espaço geográfico é o ponto de partida” (CARLOS, 2001, p. 62). Assim, o espaço geográfico, nada mais é do que o resultado de um dispêndio de energia em forma de ação humana, o que resulta, na construção da realidade mundana.

Nos últimos tempos, a noção de espaço tem sido uma preocupação permanente entre os geógrafos, quer seja no sentido da sua definição, quer seja no sentido da sua relevância enquanto compreensão de mundo, ou seja, enquanto possibilidade interpretativa e explicitativa dos contextos sociais.

Nesta segunda direção lembra-se o esforço de Soja (1993, p. 18), no sentido de crítica à concepção historicista que trata o espaço como o “fixo, morto e não-dialético, e o tempo, como a riqueza, a vida, a dialética e o contexto revelador da teorização social crítica”. Em contraposição, Soja defende, como o próprio subtítulo de sua obra indica, “uma reafirmação

do espaço na teoria social crítica”, o que implica na proposição de um “materialismo simultaneamente histórico e geográfico”, ou seja, uma “dialética tríplice de espaço, tempo e ser social” (SOJA, 1993, p. 19), exigindo, assim, uma re teorização entre história, geografia e modernidade, uma vez que esta última privilegiava o tempo.

Abordagem que também se preocupa com a questão espacial é a de Harvey (1998), que parte das mudanças que vêm ocorrendo nas últimas décadas, sobretudo no que diz respeito às ideias de efêmero e fluidez, expressas como elementos compositores de uma suposta pós-modernidade, que teria decretado o fim das metanarrativas. Mesmo demonstrando que os atributos característicos do que vem se chamando de pós-moderno são os do ápice do moderno, a partir, sobretudo, da década de 1970, Harvey (1998, p. 117) constata “modificações radicais em processos de trabalho, hábitos de consumo, configurações geográficas e geopolíticas”. Segundo Harvey (1998, p. 174), deslocamentos espaciais e temporais levaram a uma permanente criação de novos centros geográficos de acumulação, configurando uma competição espacial. Entretanto, considera Harvey que no início dos anos 1970 se esgotam as possibilidades de deslocamentos, instaurando-se uma crise. Com isso, o autor defende a origem de um novo, mas ainda não definido, modelo de acumulação, chamado de flexível que, na busca de lucro, combina estratégias de mais-valia absoluta e mais-valia relativa. Isso reforça a necessidade de controle do trabalho, que envolve uma “mistura de repressão, familiarização, cooptação e cooperação, elementos que têm de ser organizados não somente no local de trabalho como na sociedade como um todo” (HARVEY, 1998, 119). Esse modelo, que não é homogêneo, busca uma reprodução ampliada do capital, apesar das efemeridades, fragmentações e dispersões espaciais, o que repercute nas esferas sociais e ambientais.

No sentido de definições de espaço, para uma visualização panorâmica, Di Méo; Buléon (2007, p. 22-27) pontuam as concepções de: i) espaço do mundo vivido: concepção abstrata e subjetiva do espaço kantiano, forma pura, *a priori*. O espaço torna-se produto da consciência que o concebe alto, longo e largo. Por ser subjetivo somente pode ser representado em função da experiência individual e social que adquirimos dele; ii) espaço geográfico cartesiano: objetivo e racional, resultado da visão newtoniana de espaço absoluto e infinito, como substrato e da concepção cartesiana de pensamento *versus* extensão, o que implica em existências físicas independentes do espírito humano; iii) espaço enquanto produção social: espaço social, estrita produção material, simbólica, ideológica ou ideal das sociedades. Compreende a produção e transformação, que Lefebvre descreve como responsáveis pela articulação entre os sistemas culturais, políticos, religiosos e econômicos e

iv) espaço hiper-real: remonta a Baudrillard, para quem, depois do Renascimento, emergiram três ordens de significações de mundo e do espaço: falso (cópias imperfeitas de uma criação divina feitas pela arte); produção (revolução industrial) e simulação e simulacro (transformações midiáticas que criam um hiper-real, pretensamente, mais verdadeiro e mais perfeito que a própria realidade). A partir das três primeiras concepções, Di Méo; Buléon (2007, p. 26) consideram o espaço como uma “composante multidimensionnelle de l’homme et de ses sociétés”.

Antes de Di Méo; Buléon (2007), Santos (2002, p. 23), ao modo de Soja (1993) e Harvey (1998), buscou uma “contribuição geográfica à produção de uma teoria social crítica”. De momento, no que diz respeito à proposta de Santos, atenta-se para a definição de espaço. A partir de uma perspectiva que considera as técnicas e o tempo, o autor propõe que a geografia deve estudar “o conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações que formam o espaço” (SANTOS, 2002, p. 62). Assim, como conceito de espaço, afirmou:

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como um quadro único no qual a história se dá. No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois cibernéticos fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina (SANTOS, 2002, p. 63).

A partir da diferenciação de coisas (formas naturais) e de objetos (formas artificiais), Santos (2002, p. 65) afirma que “hoje, cada vez mais os objetos tomam o lugar das coisas”, pois estas, quando utilizadas pelo homem, passam a ser objetos. No que diz respeito às ações, Santos (2002, p. 82) entende que “é o próprio do homem” e que os propósitos relativos à ação são realizados por meio dos indivíduos.

Para Suertegaray (2005, p. 47) o conceito de espaço de Santos “expressa a articulação entre natureza e sociedade”, tratando-se, neste caso, de uma natureza artificial ou tecnificada, pois para Santos, no período atual (Meio Técnico-Científico-Informacional), não é possível pensar uma natureza puramente natural.

Suertegaray (2005, p. 47) partilha da ideia de que “o espaço geográfico constitui o conceito balizador da geografia” e que, apesar das variadas acepções de espaço geográfico, os geógrafos, na construção da geografia, conceberam uma análise de conjunto do natural e do humano, permitindo com que o conceito expressasse a articulação Natureza e Sociedade, o que constituiu um objeto de interface entre as ciências naturais e as ciências sociais.

Embora tome como referência o conceito de espaço geográfico de Santos (2002), Suertegaray (2005, p. 49) expõe uma compreensão própria. Conforme já havia expressado em

Suertegaray (2000), entendendo-o como “uno e múltiplo”, afirma o espaço como “aberto a múltiplas conexões que se expressam através dos diferentes conceitos”, os quais denomina de operacionais, que são, entre outros, paisagem, região, território, lugar, redes e ambiente. Cada conceito, segundo Suertegaray (2005, p. 49), sem desconsiderar os demais, “permite focar o espaço geográfico sob uma perspectiva”. Assim, o espaço geográfico é pensado como uma totalidade dinâmica operacionalizada a partir de especificidades, a qual se dá, nas palavras da autora, da seguinte forma:

o espaço geográfico é dinâmico. Sua dinâmica é representada pelo movimento, por exemplo, o girar do círculo (das cores). No movimento tem-se o branco (o espaço geográfico como presença das cores-multicores), no repouso tem-se a presença de cores, individualmente definidas, cada cor representa, em meu imaginário, um conceito, território (vermelho), região (amarelo), lugar (azul), ambiente (verde) etc. O disco em movimento, os giros expressam a idéia: um todo uno, múltiplo e complexo. Esta representação é elaborada no sentido de expressar a concepção de que: o espaço geográfico pode ser lido através do conceito de paisagem, e/ou região, e/ou território, e/ou lugar, e/ou ambiente; sem desconhecermos que cada uma dessas dimensões está contida em todas as demais. Paisagens contêm territórios e/ou regiões que contêm lugares que contêm ambientes valendo, para cada um, todas as conexões possíveis (SUERTEGARAY, 2005, p. 50).

A partir disso, entende-se a possibilidade de expressar uma tentativa de construção de uma leitura do espaço, através do conceito de ambiente, que sustente uma leitura da fome com o que se denomina de questão ambiental. Afirma-se isso a partir da compreensão de que, quando se fala em questão ambiental, apesar desta abranger o elemento humano, corre-se o risco de concentrar esforços nas manifestações externas ao homem o que, apesar da reconhecida pertinência, não atribui as devidas dimensões da amplitude da questão do ambiente, uma vez que o mesmo não pode ser confundido com impactos na natureza, mas antes deve ser compreendido como “as derivações/transformações na natureza e na natureza humana” (SUERTEGARAY, 2005, p. 58). Disso decorre a necessidade de buscar a compreensão das relações entre sociedade e natureza não como se estas fossem opostas, mas antes como uma totalidade em movimento.

Buscando elementos que contribuam para justificar o trabalho como produtor do espaço e que, ao mesmo tempo, enquanto processo dialético, implique em permanentes derivações e transformações da natureza e da natureza humana, recorre-se a Marx (1985, p. 149), quando concebe o trabalho como

um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele a ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza.

Conforme demonstrou Foster (2010), a concepção materialista histórica de Marx não separa natureza e sociedade, antes busca compreendê-las em um único processo, da qual resulta uma concepção ecológica. O conceito de metabolismo de Marx, considera Foster, permite tanto um significado ecológico como um significado social, ou seja, possibilitou que Marx “expressasse a relação humana com a natureza como uma relação que abrangia tanto as ‘condições impostas pela natureza’ quanto a capacidade dos seres humanos de afetar este processo” (FOSTER, 2010, p. 223).

Se o espaço geográfico consiste, como colocou Santos (2002a), na natureza modificada pelo homem através do trabalho, a transformação da natureza pelo homem se dá também a partir do uso de ferramentas. Daí a importância de que

não é o que se faz, mas como, com que meios de trabalho se faz, é o que distingue as épocas econômicas. Os meios de trabalhos não são só medidores do grau de desenvolvimento da força de trabalho humana, mas também indicadores das condições sociais nas quais se trabalha (MARX, 1985, p. 151).

Os meios de trabalho, que são para Marx (1985, p. 150), “uma coisa ou um complexo de coisas que o trabalhador coloca entre si mesmo e o objeto de trabalho e que lhe serve como condutor de sua atividade sobre esse objeto”, indicam a forma como o trabalho está organizado, tanto no que se refere ao desenvolvimento técnico, como nas relações de produção. Assim, os meios de trabalho estão associados às derivações e às transformações da natureza e da natureza humana e, sobretudo, indicam o que cabe aos sujeitos inseridos no processo de produção. Desta forma, ao trabalhar e construir o espaço geográfico, a naturalidade dos homens relaciona-se socialmente<sup>24</sup> e, ao mesmo tempo, socializa a natureza.

Por isso, tanto a fome como o que nos últimos tempos vem se chamando de questão ambiental são resultados de um único movimento, aquele das relações entre os homens e destes com a natureza. Em outras palavras, “a produção capitalista só desenvolve a técnica e a combinação do processo de produção social ao minar simultaneamente as fontes de toda a riqueza: a terra e o trabalhador” (MARX, 1985, p. 102).

Assim, fome e questão ambiental, antes de ser duas linhas paralelas *ad infinitum*, como posto pelo paradigma moderno industrial, estão associadas e, conforme o exposto até aqui, podem ser aprendidas por um mesmo e único conceito, o de ambiente. Pois, a leitura do espaço geográfico através do ambiente, defende Suertegaray (2004), enfatiza a transfiguração da natureza. Assim, segundo a autora, abordar o espaço geográfico na sua face ambiental é

---

<sup>24</sup> Para Marx (1982, p. 4), “o homem é no sentido mais literal, um *zoon politikon*”, como já havia considerado Aristóteles. No entanto, Marx vai além e defende que o homem não só é animal social, mas “animal que só pode isolar-se em sociedade”. Por isso, todo trabalho e toda produção só pode ser social.

conceber a presença do homem como ser natural e ao mesmo tempo oposto à natureza, promotor de profundas transformações na natureza em si mesma e na sua própria natureza.

Abordando a perspectiva que denomina de geografia e ambiente, Suertegaray (2004, p. 113), afirma que o termo ambiental “indica a compreensão do ser na relação com seu entorno”. Ainda, acrescenta que “este ser pode ser entendido individualmente ou coletivamente, de forma genérica, ou como um ser social e historicamente construído”. A relação do ser com seu entorno, tomada no sentido ambiental exposto pela autora, comporta o natural e o social, superando a separação natureza e sociedade para buscar a consideração dialética da relação do homem com a natureza e a relação do homem com o homem.

Traçando uma aproximação com o que Josué entende como fome, pode-se lembrar sua concepção de que a fome é “um complexo de manifestações simultaneamente biológicas, econômicas e sociais” (CASTRO, 1961, p. 57), ou de que a fome não é mais do que a expressão biológica de um fenômeno social: “A fome é para mim a expressão biológica de males sociológicos, estando em íntima relação com as distorções econômicas que denominei de *subdesenvolvimento*” (CASTRO, 1984, p. 115). Assim, permite-se concluir que o autor preocupa-se com a fome em um âmbito coletivo e historicamente construído.

Quando relata seus primeiros contatos com a fome, Josué descreve a situação de vida da população nos mangues do rio Capibaribe, no Recife, da seguinte forma:

O fenômeno se revelou espontaneamente a meus olhos nos mangues do Capibaribe, nos bairros miseráveis da cidade do Recife: Afogados, Pina, Santo Amaro, Ilha do Leite. Esta é que foi a minha Sorbonne: a lama dos mangues do Recife, fervilhando de caranguejos e povoada de seres humanos feitos de carne de caranguejo, pensando e sentindo como caranguejos. Seres anfíbios – habitantes da terra e da água, meio homens e meio bichos. Alimentados na infância com caldo de caranguejo: este leite de lama. Seres humanos que se faziam assim irmãos de leite dos caranguejos. Que aprendiam a engatinhar e a andar com os caranguejos da lama e que depois de terem bebido na infância este leite de lama, de se terem enlambuzado com o caldo grosso da lama dos mangues, de se terem impregnado de seu cheiro de terra podre e de maresia, nunca mais se podiam libertar desta crosta de lama que os tornava tão parecidos com os caranguejos, seus irmãos, com as suas duras carapaças também enlambuzadas de lama.

Cedo me dei conta deste estranho mimetismo: os homens se assemelhando em tudo aos caranguejos. Arrastando-se, acachapando-se como os caranguejos para poderem sobreviver. Parados como os caranguejos na beira da água ou caminhando para trás como caminham os caranguejos (CASTRO, 2001, p. 10).

Tomando esta descrição de Josué para fundamentar a possibilidade de uma leitura do espaço entendido como uno e múltiplo, a respeito de uma leitura a partir do conceito de ambiente, Suertegaray (2005, p. 57) considerou que “podemos, ainda, nos perguntar sobre as derivações/transformações que ocorrem na natureza e na natureza humana a partir deste modo de viver e coletar caranguejos. Estaríamos, neste caso, buscando decifrar a questão ambiental”.

Considerando-se os estudos da fome e das áreas alimentares realizados por Josué, através das formas como a população, enquanto natureza, apropria-se de uma natureza exterior e constitui-se socialmente, afirma-se a possibilidade de estudar as derivações e as transformações que ocorrem na natureza e na natureza humana presentes na obra do autor.

#### **1.4 Para além da dicotomia do natural e do social, o ambiental (e a fome)**

Para pensar o problema da fome relacionado à questão ambiental, impõe-se a necessidade de refletir sobre o que, na interface natural e social, entende-se por ambiental. Conforme vem sendo posto, o ambiental está para além das dicotomias entre o natural e o social, em outras palavras, implica em conceber homem e natureza de maneira articulada. Para isso, no momento, recorre-se a algumas formulações que giram em torno desta problemática e permitem estabelecer um diálogo com as formulações de Castro.

Caracterizando a comunidade de geógrafos brasileiros, no que diz respeito ao que delimitou como “tendências temáticas preferenciais e vetores ideológicos”, Monteiro (1980, p. 45), através de uma representação gráfica, onde a Geografia está localizada no centro de uma pirâmide, coloca as ciências da terra e as ciências biológicas no topo e, entre estas o ambientalismo. Por sua vez, as ciências econômicas e as ciências sociais estão dispostas na base e, a estas, dizem respeito o desenvolvimento e a justiça social, respectivamente.

Especificamente, sobre a tendência do ambientalismo, Monteiro (1980, p. 48) afirmou:

É constituído por Geógrafos que, mesmo considerando o prisma antropocêntrico da geografia, vêm nela primordialmente a ciência dos lugares. Embora considerando que aumenta cada vez mais o poder de decisão e a capacidade de alteração antrópica, os “Sistemas” organizados na superfície da terra, comportar-se-ão sempre como sistemas naturais e, como tal, devem ser pesquisados. Isto sob o impacto ideológico universal da “cruzada pró meio ambiente”, sob o lema de “só temos uma terra”.

Nesta concepção de ambientalismo, mesmo considerando a ação humana, prevalece uma aproximação do ambiental com a dimensão natural, com um exterior ao homem. Apesar das polêmicas, a tentativa de construir perspectivas que dessem conta ao mesmo tempo do social e do natural, como visto, acompanham a história da geografia e, como pano de fundo, perpassa esta questão o que se entende por natureza.

O próprio Monteiro (1980) defende que a essência da Geografia repousa no binômio Homem-Ambiente, o que só é possível quando se considera que, enquanto composição da natureza, o ambiente também seja resultado da ação humana. Assim, no ambiente, para o autor, está incluído o resultado da ação humana:

Para muitos de nós, geógrafos de hoje, a proposição de que o âmago da questão geográfica repousa ainda no binômio HOMEM-AMBIENTE parece coisa

ultrapassada, restritiva e fora de propósito. Isso só acontece, entretanto, se insistirmos em considerar “ambiente” como sinônimo de “natureza” mas, de modo nenhum, se reconhecermos dentro desta noção toda a variada gama de modificações, alterações e criações que o homem, cada vez mais e de modo mais efetivo, produz na face da Terra – ponto de partida para projetá-lo em todas as dimensões do Universo (MONTEIRO, 1980, p. 88).

Em *A questão ambiental no Brasil (1960 – 1980)*, Monteiro (1981) coloca a Conferência de Estocolmo (1972) como símbolo da eclosão da questão ambiental. Na opinião do autor, tal Conferência deixou claro que os desejos políticos e econômicos estão acima das preocupações com o ambiente e, além disso, que o mundo encontrava-se dividido pelos interesses conflitantes entre nações ricas e nações pobres, sendo a poluição obra mais das nações ricas do que das nações pobres.

Mesmo não tendo por objetivo estudar a fome, perpassa todo o escrito de Monteiro (1981) o apontamento de vínculos entre questão ambiental e questão (realidade) social, com destaque para a oposição riqueza x pobreza<sup>25</sup>: “todos os nossos atrasos nas questões social, política e ambiental”, sustenta Monteiro (1981, p. 124), “devem ser fundidos em uma só perspectiva, pois que cada um delas, isoladamente, é uma dimensão das outras”.

Falar em ambiental na Geografia impõe remontar a noção de meio (CLAVAL, 2011) e, mais especificamente, as ciências biológicas, com o conceito de meio (*milieu*) (SUERTEGARAY, 2005). Suertegaray (2005, p. 56), lembra que, de acordo com Bertrand (1982), “o conceito de meio se define em relação a alguma coisa, portanto, está impregnado de um sentido ecológico”.

Conforme Leff (2001, p. 74), o conceito de meio, que está implícito em diferentes áreas do conhecimento, “surgiu explicitamente dentro do campo da organização biológica que caracteriza o fenômeno vital ao ser importado por Lamarck da mecânica newtoniana”.

A noção de meio que aparece ali como o éter ou fluido intermediário entre dois corpos transformou-se mais tarde no entorno ou no ambiente conformando como um sistema de conexões que circulam e englobam os centros organizadores de certos processos materiais (biológicos, econômicos, culturais) (LEFF, 2001, p. 74).

Leff (2001, p. 74) considera que este entendimento de meio levou Augusto Comte a pensar a relação do organismo com seu meio “como uma função sujeita a um conjunto de

---

<sup>25</sup> Monteiro (1981, p. 20) em relação à questão da poluição, chegou a fazer referência direta a Josué: “JOSUÉ DE CASTRO (1973), a propósito do ‘modelo’ do Clube de Roma apontava que no subdesenvolvimento – produto do desenvolvimento – estava a causa primária da poluição”. A isso, seguia o próprio Castro: “os países subdesenvolvidos que lutam pela sobrevivência devem se preocupar com os problemas do meio e do desenvolvimento em escala mundial, para se defenderem das agressões que seu próprio meio sofre há séculos por parte das metrópoles colonialistas, destruidoras de condições humanas nas áreas subdesenvolvidas”.



variáveis suscetíveis de serem estudadas experimentalmente e quantificadas”<sup>26</sup>. Assim, o meio é um sistema de relações entre organismos e entre estes e seu entorno.

Depois disso, Leff (2001, p. 77) afirma que, mais tarde, os estudos progrediram, englobando o comportamento de “populações poliespecíficas ou comunidades e seu meio ambiente”, pensando mais no sentido de “superorganismos”, dissolvendo o sistema de relação entre organismo e meio. O autor defende que esta compreensão, por mais que seja totalizante, é vista na maioria das vezes de um ponto de vista da ecologia que não dá conta da dinâmica ecossistêmica, uma vez que esta, além dos fenômenos físicos, comporta processos sócio-históricos. Portanto, via conceito de meio impõem-se empecilhos para a análise da materialidade.

No entanto, não são apenas estas as noções e teorizações que foram expressas. O próprio Leff (2001, p. 17), logo no prólogo de sua *Epistemologia ambiental*, coloca a mesma como “um trajeto para chegar a saber o que é o ambiente” e, acrescenta, “esse estranho objeto do desejo de saber que emerge do campo de externalidade e de extermínio para o qual foi enviado”. Em sua crítica a racionalidade econômica e ao conhecimento moderno, Leff (2001, p. 17) desnaturaliza o ambiente, pois afirma que o mesmo “não é a ecologia, mas a complexidade do mundo; é um saber sobre as formas de apropriação do mundo e da natureza através das relações de poder que se inscrevem nas formas dominantes de conhecimento”.

Em certo momento, Leff (2001, p. 59) coloca a problemática ambiental, que pontua como “a poluição e degradação do meio, a crise de recursos naturais, energéticos e de alimentos”, como uma crise de civilização, o que permite questionar a racionalidade econômica e tecnológica dominante, inclusive colocando em xeque os paradigmas estabelecidos pelo conhecimento. Segundo o autor, para a problemática ambiental, “confluem processos naturais e sociais de diferentes ordens de materialidade” (LEFF, 2001, p. 60).

Em sua crítica à ciência moderna, Leff (2001, p. 78) coloca o ambiente como o negado, um vazio, como possibilidade de construção de uma nova racionalidade alternativa: “o ambiente é a falta insuperável do conhecimento, esse vazio onde se aninha o desejo de saber gerando uma tendência interminável para a completude das ciências, o equilíbrio ecológico e a justiça social”. Desta forma, Leff (2001, p. 111) defende que a “questão ambiental é uma problemática de caráter eminentemente social: esta foi gerada e está atravessada por um conjunto de processos sociais”.

---

<sup>26</sup> A respeito das implicações comteanas, Leff (2001, p. 74) lembra Canguilhem, quando afirmou que: “A partir daí podemos compreender o prestígio da noção de meio para o pensamento científico moderno. O meio transforma-se num instrumento universal de dissolução das sínteses orgânicas individualizadas no anonimato dos elementos e dos movimentos universais [...]. O meio é na verdade um puro sistema de relações sem suportes”.

Mesmo não tendo como objetivo direto abordar o problema da fome, Leff (2001, p. 111) dá indícios de relações desta com a questão ambiental. Para o autor, “os processos de destruição ecológica mais devastadores” não estão dissociados dos processos de “degradação socioambiental”, especificados pelo autor como a “perda de fertilidade do solo, marginalização social, desnutrição, pobreza e miséria extrema”. Todos estes, a partir do que expõem Leff (2001), são resultados de um mesmo modelo, a racionalidade econômica<sup>27</sup>. Destarte, a partir do autor, o ambiental comporta as dimensões do natural e do social e, além disso, é colocado como possibilidade de uma reapropriação social da natureza, livre tanto da degradação da natureza, como da pobreza social, portanto, da fome.

O ambiente está integrado por processos, tanto de ordem física como social, dominados e excluídos pela racionalidade econômica dominante: a natureza superexplorada e a degradação socioambiental, a perda da diversidade biológica e cultural, a pobreza associada à destruição do patrimônio de recursos dos povos e a dissolução de suas identidades étnicas; a distribuição desigual dos custos ecológicos do crescimento e a deterioração da qualidade de vida. Ao mesmo tempo, o ambiente emerge como um novo potencial produtivo, resultado da articulação sinérgica da produtividade ecológica, da inovação tecnológica e da organização cultural (LEFF, 2001, p. 159).

Como crítica a fragmentação do conhecimento, legado da ciência moderna, Leff (2001, p. 167) considera que a questão ambiental exige um enfoque sistemático e um conhecimento holístico, desta forma a questão ambiental é apontada como associada ao esforço de “reunificar uma realidade escindida pela destruição ecológica e pela desigualdade social”.

A história da Ciência Geográfica é perpassada pela preocupação do entendimento das relações entre sociedade e natureza, mais precisamente, pela “busca da conexão entre a dimensão natural e social” (SUERTEGARAY, 2004, p. 112). Em decorrência disso, a forma como esta relação foi compreendida e expressa, levou a alguns posicionamentos clássicos: o determinismo, o possibilismo, a interação dialética e a compreensão fenomenológica, é o que coloca Suertegaray (2004, p. 116). Assim, para encaminhar a discussão proposta aqui, recorre-se à síntese das interpretações da relação homem x meio exposta pela autora:

Na sua origem, a discussão desta relação buscava uma interação homem x meio e compreendia meio como sinônimo de natural, ou seja, nesta visão o homem era entendido como externo ao meio, ou externo à natureza. Ao longo do tempo, a

---

<sup>27</sup> Na exposição de suas ideias, Leff (2001) com frequência, à racionalidade econômica/capitalista, opõe a racionalidade ambiental: “dentro da racionalidade capitalista, as forças produtivas fundem-se no predomínio dos processos tecnológicos que alimentaram um processo de acumulação do capital marcado por uma extrema divisão do trabalho, bem como por uma centralização econômica e uma concentração do poder, desconhecendo os potenciais ecológicos e erodindo as bases de sustentabilidade do processo econômico. Dentro dos objetivos de uma racionalidade ambiental, o desenvolvimento das forças produtivas incorpora as condições ecológicas de produção e regeneração de recursos assim como os valores culturais e as motivações sociais no reconhecimento, valorização, defesa e o ‘colocar em produção’ recursos sociais potenciais” (LEFF, 2001, p. 90).

geografia vai transformando sua compreensão e passa a pensar o ambiente como homem/sociedade e seu entorno. O homem não só está envolvido pelos “objetos e ações”, mas envolve-se com eles, numa integração conflitiva.

Da discussão sobre o ambiente, aponta Suertegaray (2004), que derivam duas questões: i) conforme colocado por Aliata e Silvestre, o ambiente elimina toda a tensão, toda a contradição e o homem se torna o único sujeito em um mundo oposto a ele e ii) pensar o ambiente sem negar a tensão sob as diferentes dimensões, sendo que na geografia retoma-se um pensamento conjuntivo, onde meio ambiente vai sendo tomado por inteiro. Esta segunda perspectiva, conforme Suertegaray (2004, p. 117), é empreendida por Gonçalves (2008) quando coloca que a análise do ambiente exige compreensão das práticas sociais, das ideologias e das culturas envolvidas.

Desta forma, por mais que a noção do que seja o ambiental possa ter origem nas preocupações expostas pela biologia e pela ecologia, a mesma, sem desprezá-la, não se restringe ao estudo da natureza. Portanto, o ambiental, mesmo comportando, não se reduz: i) ao natural; ii) a noção de *milieu* e iii) as manifestações exteriores ao homem.

A partir disso, é importante trazer para o debate algumas ideias expostas por Gonçalves. Em *Os (des)caminhos do meio ambiente*, Gonçalves (2008) considera a questão ambiental como uma problemática complexa, o que “decorre do fato de ela se inscrever na interface da sociedade com o seu-outro, a natureza” (GONÇALVES, 2008, p. 140). Por isso, frente ao binômio natural-social, a questão ambiental, no entender de Gonçalves (2008, p. 139), questiona a tradicional distribuição das competências por áreas do conhecimento:

A questão ambiental não pode ser reduzida ao campo específico das ciências da natureza ou das ciências humanas. Ela convoca diversos campos do saber, pois a questão ambiental, na verdade, diz respeito ao modo como a sociedade se relaciona com a natureza. Estão aí implicadas, portanto, as relações sociais e as complexas relações entre o mundo físico-químico e o mundo orgânico.

Defendendo que todas as sociedades e culturas instituem uma determinada ideia do que seja a natureza e que, por isso, o conceito de natureza não é natural, mas antes criado e instituído, o próprio autor define *Os (des)caminhos do meio ambiente* como um “ensaio sobre o conceito de natureza subjacente às relações sociais” (GONÇALVES, 2008, p. 9).

Nas décadas de 1960 e 1970, aponta Gonçalves, o surgimento de movimentos sociais, do qual apesar de não se confundir, está associado o movimento ecológico<sup>28</sup>. O movimento

---

<sup>28</sup> Enquanto movimento social, considera Gonçalves (2008, p. 18) que os movimentos de operários, mulheres, negros, indígenas etc., possuem um traço comum, o de emergir a partir de “determinadas condições sociais de existência que lhes dão subsistência”. Considerando como condição social, o modo como a sociedade conforma o corpo social dos indivíduos, ao contrário dos movimentos citados, não há para o movimento ecológico, um corpo social, o que confere particularidade para este que, por isso se configura como mais difuso e menos apreensível que os demais (GONÇALVES, 2008, p. 21).

ecológico no Brasil emerge quando “a nossa esquerda de então acreditava que o subdesenvolvimento do país se devia fundamentalmente à ação do imperialismo, que tinha como aliado interno a oligarquia latifundiária”, motivo do “atraso e da miséria” do povo brasileiro (GONÇALVES, 2008, p. 13). De outro lado, tecnocratas brasileiros declaravam que a “pior poluição é a da miséria”, defendendo a atração de capital estrangeiro, o que leva a um ataque aos recursos naturais. Enquanto luta social, o movimento ecológico, no entendimento de Gonçalves (2008, p. 21), propõe outra relação da sociedade com a natureza, com isso está “propondo um outro modo de vida”, o que só é possível a partir da expressão de uma concepção de natureza. Por isso, encaminha o autor, uma mudança na relação homem com a natureza, conseqüentemente, transborda para uma nova forma de relacionamento dos homens entre si, daí o potencial de transformação social do movimento ecológico que, pelo seu caráter difuso, abarca causas que vão do desmatamento a questão nuclear, passando pela contaminação dos alimentos.

Acerca do tema da fome e suas relações com a questão ambiental, contribuição mais direta de Gonçalves, neste caso, Porto-Gonçalves (2006), encontra-se em *A globalização da natureza e a natureza da globalização*, mais especificamente, na Parte IV, intitulada de “A fome e o meio ambiente”. Essa parte do livro em questão tem importância destacada para o desenvolvimento das ideias do presente trabalho, por um lado, pelo equacionamento dos temas da fome e do meio ambiente e, por outro, pelo fato de fazer referências diretas a Josué de Castro.

A dialética sociedade e natureza é exposta pelo autor através do que denomina de “saberes e sabores”, em outras palavras, a questão da satisfação das necessidades alimentares é colocada por meio dos conhecimentos que possibilitam a apropriação da natureza, possível mediante a vitalidade da diversidade natural/cultural. Recorrendo a Josué, especificamente, a ideia de a fome ser uma pulsão criativa, Porto-Gonçalves (2006, p. 208), coloca a centralidade da alimentação, à qual está associada à questão do natural e do social: “o sucesso de qualquer espécie animal depende, portanto, de como resolve a questão da alimentação, do abrigo e proteção por meio da constituição de seus habitats e de seus hábitos”.

Porto-Gonçalves (2006, p. 221) considera que a separação entre agricultura, pecuária e extrativismo representa histórica e ecologicamente a quebra do elo da cadeia trófica; o autor acrescenta que hoje esta divisão se aprofundou e o que está em jogo é a separação “do saber e do fazer”, sendo que a produção de alimentos está associada à questão da diversidade ambiental: o reduzido número de espécies na produção de alimentos leva a redução da diversidade genética/cultural. Assim, frente ao dado de que 90% da alimentação procede de

15 espécies de plantas e de 8 espécies de animais (SANTAMARTA apud PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 221), a partir das próprias palavras de Porto-Gonçalves (2006), pode-se dizer que a *agri* está cada vez mais perdendo seu complemento, a *cultura*, uma vez que a diversidade natural não é dissociada da diversidade cultural.

Sobre o contexto pós 2ª Guerra Mundial, Porto-Gonçalves (2006, p. 225) aponta a revolução verde como tentativa de “despolitizar o debate da fome atribuindo-lhe um caráter estritamente técnico”, assim acreditava-se que o desenvolvimento técnico científico seria capaz de resolver o problema da fome e da miséria. Por sua vez, o autor aponta que o aumento da produção é menor que o aumento do consumo de fertilizantes<sup>29</sup>, além disso, muda a composição da alimentação do trabalhador. Como se isso não bastasse, entende Porto-Gonçalves (2006, p. 262) que o atual modelo agrário/agrícola traz consequências para a “saúde humana e do planeta”, em relação ao primeiro, pelo desconhecimento das consequências da transgenia, em relação ao segundo, pela simplificação dos agroecossistemas que repercute na evolução das espécies.

Estas considerações de Porto-Gonçalves vão na mesma direção das colocadas por Leff (2006, p. 477), quando associou a degradação ambiental à produção da pobreza: “a destruição da base de recursos naturais, o desenraizamento da população de seu entorno natural, a dissolução de suas identidades coletivas, suas solidariedades sociais e suas práticas tradicionais”. Deste modo, considera que pobreza e destruição ecológica são resultados de uma mesma racionalidade: a racionalidade econômica que explora ao mesmo tempo o homem, a mulher e a natureza.

A pobreza é resultado do esgotamento da fertilidade dos solos devido à irracionalidade ecológica de uma agricultura altamente tecnificada e à capitalização da natureza, que encontra seus limites na imposição da maximização do benefício econômico aplicada acima das condições de sustentabilidade dos ecossistemas (LEFF, 2006, p. 479).

Porto-Gonçalves fita uma taxativa incompatibilidade entre acumulação do capital e problemática ambiental, assim coloca-se como crítico da ideia de desenvolvimento sustentável. Além disso, critica a velocidade com que as transformações vêm se processando: “além das temporalidades naturais, outras temporalidades inscritas e escritas pelos diferentes povos e suas culturas que, entretanto, terão que levar necessariamente as temporalidades naturais em consideração” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 276).

---

<sup>29</sup> “Segundo a FAO, entre 1950 e 2000, a produção de grãos em todo o mundo aumentou, embora de modo desigual segundo as regiões, passando de 631 milhões de toneladas em 1950 para 1.835 milhões de toneladas em 2000, um aumento de 2,9 vezes, portanto. Para o mesmo período, entretanto, o consumo de fertilizantes passou de 14 milhões de toneladas, em 1950, para 141 milhões de toneladas em 2000, ou seja, um aumento de 10,1 vezes” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 228).

Desta conjuntura, pelo seu caráter contraditório, Porto-Gonçalves (2006, p. 264) não aponta apenas aspectos negativos, antes pelo contrário, em relação à separação campo e cidade, a população do campo até então ameaçada, tem agora na cidade importantes aliados, justamente, pela questão da alimentação:

a questão agrária/agrícola se urbanizou e, assim, é a relação cidade-campo como um todo que está em discussão. Aquilo que parecia impossível, num mundo que se acreditava cada vez mais urbanizado e, inexoravelmente urbanizando-se, vem ocorrendo nos últimos anos, isto é, a crescente importância das lutas camponesas, indígenas e de tantas populações que reivindicam o direito ao território, à sua cultura, aos direitos coletivos e comunitários sobre o conhecimento acerca de cultivares e de remédios e que hoje se unificam diante da ameaça de ter a sua biotecnologia ancestral sendo poluída geneticamente por grandes corporações que, antes de tudo, visam seus próprios interesses e não os da humanidade. Essas populações até aqui vistas por muitos como atrasadas e condenadas à extinção têm hoje importantes aliados nas grandes cidades. Afinal é o alimento que damos a nossos filhos que está correndo perigo, enfim, é a nossa reprodução que está em jogo.

De tudo isso, pode-se sintetizar que pensar relações entre fome e questão ambiental exige buscar uma perspectiva que se situe para além tanto da dimensão natural, como da dimensão social, em outras palavras, uma perspectiva que considere as particularidades de ambas as dimensões e comporte-as no que as diferencia, opõe e as aproxima: uma relação dialética entre sociedade e natureza.

Neste sentido, a discussão concentra-se em torno da relevância da relação entre sociedade e natureza presente na obra de Josué de Castro. Em termos conceituais, por um lado, considerando a preocupação principal do autor, recorre-se ao problema da fome, por outro lado, em função das especificidades da área do conhecimento que a pesquisa se insere, a Ciência Geográfica, aponta-se o ambiente como o conceito que possibilita pensar as relações entre as concepções de Josué e, respectivamente, destas com o conceito de fome. Assim, a tentativa principal converge para possíveis liames entre fome e questão ambiental.

Na década de 1930, Josué de Castro iniciou uma longa trajetória de estudos sobre o problema da alimentação e da fome, tema que o levou as suas duas principais obras, *Geografia da fome* (1946) e *Geopolítica da fome* (1951). Ambas possuem caráter eminentemente geográfico, resultado do contato com a Geografia Humana. Com elas, Josué denunciava e alertava sobre o problema da fome que, segundo o autor, é uma marca do subdesenvolvimento e, em parte, resquícios das estruturas socioeconômicas do colonialismo (CASTRO, 1961, p. 497)<sup>30</sup>.

---

<sup>30</sup> Sobre a expansão dos horizontes geográficos do século XVI, Castro (1961, p. 50) afirma que essa gerou um aparente esplendor, por isso não interessava mostrar a tragédia da fome, “produto, antes de tudo, da desumana exploração das riquezas coloniais por processos de economia devastadores, monocultura e latifúndio, que permitiam a obtenção, por preços vis, das matérias-primas indispensáveis ao seu industrialismo próspero”.

Em função de suas publicações e atuação em organismos internacionais, Castro ciente das consequências da fome, não se dedica apenas a localizar e denunciar este fenômeno, sobretudo, buscou elucidar suas origens, marcando seus aspectos sociais e refutando a ideia de que a fome é resultado de aspectos naturais.

Esta abordagem da fome está presente e perpassa a obra de Josué e de forma mais acabada encontra-se na *Geografia da fome* e na *Geopolítica da fome*. Na edição mais recente da *Geografia da fome* encontra-se uma apresentação de Milton Santos. Santos (2006, p. 29) define Josué como “um autêntico possibilista”<sup>31</sup> e, a respeito da delimitação das áreas alimentares brasileiras e da diferenciação entre fome epidêmica e fome endêmica, sobre o papel seminal da Obra, afirma:

Examinando a questão da fome no Nordeste brasileiro, que em sua juventude dizimava periodicamente grandes contingentes populacionais no sertão, ele mostrou que a vertente naturalista segundo a qual esse fato se devia às contingências do clima, era uma explicação equivocada. Dizia-se, então, que a fome no Nordeste interior tinha como raiz a aridez climática. Assim a culpa do desastre era da natureza, isto é, de ninguém, e não da sociedade. Tomando a questão pela sua raiz, Josué de Castro mostrou que havia carências alimentares tanto no Nordeste seco quanto na chuvosa Zona da Mata. Mas no Nordeste semi-árido, formado pelos sertões, as deficiências nutricionais eram episódicas, ligadas sem dúvida a um déficit periódico na provisão de alimentos, situação que apenas aparentemente era ligada ao clima, já que a baixa do consumo de comida em certas ocasiões devia-se sobretudo à pobreza generalizada da população, incapacitada de fazer transportar produtos alimentares ao seu lugar de residência e até mesmo de fugir para outras áreas pois lhe faltavam vias e meios de transporte e, mais simplesmente, dinheiro para comprar provisões de boca. Por isso, considerou adequado qualificar essa contingência como de fome epidêmica. Já no Nordeste úmido a fome seria ainda mais grave porque era praticamente permanente; chovia de modo regular, as terras eram consideradas de boa qualidade, mas as populações pobres eram anêmicas e as causas dessa penúria não eram estudadas, nem consideradas. A subalimentação era tida como algo natural. Por isso Josué de Castro a adjetivava como fome endêmica. O uso monopolista da terra pela cana-de-açúcar constituía um impedimento a outras utilizações; portanto, a situação resultante para a população pobre era permanente<sup>32</sup>.

Na *Geopolítica da fome* o autor dedica a cada continente um capítulo da obra, sendo que o assunto do livro gira em torno da questão da fome ser um fenômeno natural ou uma condição social “criada pelo próprio homem” (CASTRO, 1961, p. 45). Ao que o próprio Castro (1961, p. 79) responde que “não são as condições naturais que conduzem os grupos humanos à situação de fome, e sim certos fatores culturais, produtos de erros e defeitos graves das organizações sociais em jôgo”.

---

<sup>31</sup> A influência de Vidal de La Blache e de Maximilien Sorre na geografia médica de Josué de Castro foi o objeto de estudo de Vieites (2008).

<sup>32</sup> Com os conceitos de fome epidêmica e de fome endêmica, Fernandes; Gonçalves (2007, p. 13) consideram que Josué “permite superar uma imagem forte construída desde há muito que se associa a fome à seca. Josué não deixa dúvidas de que é na Zona da Mata que a fome se constitui num fenômeno estrutural”.

As atividades acadêmicas e políticas desenvolvidas por Josué sempre estiverem relacionadas à busca de soluções para a fome e de condições de vida mais dignas para a humanidade. O que justifica a manifestação de sua insatisfação com o trabalho desenvolvido na FAO, por isso, ao deixar o cargo de presidente da instituição, disse:

me sinto decepcionado diante da obra que realizamos. Decepcionado pelo que fizemos porque, a meu ver, não elaboramos até hoje uma política de alimentação realista que ponha em linha de conta, ao mesmo tempo, as desesperadas necessidades do mundo e nossos objetivos. Não fomos suficientemente ousados, não tivemos a coragem suficiente para encarar, de frente, o problema e buscar as suas soluções. Apenas afluímos a sua superfície, sem penetrar em sua essência, sem querer, na verdade, resolvê-lo, por falta de coragem de desagradar alguns. Precisamos, a meu ver, ter a coragem de discordar de certas opiniões para aceitarmos a imposição das circunstâncias, resolvendo o problema no interesse da humanidade (CASTRO, 1960, p. 64).

Em 1957, ano seguinte de sair da presidência da FAO, Josué empenha-se para fundar a ASCOFAM<sup>33</sup>. Em *O livro negro da fome*, que em parte é o texto que recomenda a criação da ASCOFAM, Josué diz que essa tinha como objetivo, além de apresentar a situação alimentar mundial, “recomendar a necessidade urgente de que fosse coordenado um movimento de sentido internacional capaz de combater com eficácia os fatores que determinam a fome universal” (CASTRO, 1960, p. 1). Se Josué não viu na FAO a possibilidade de uma concreta solução à fome, o autor não se dá por vencido e segue, por um lado denunciando as condições alimentares mundiais e a fome no mundo e, por outro, anunciando estratégias de combate à fome, problema que, do ponto de vista do autor, não é insolúvel.

Castro (1960, p. 23) afirma que “a fome sempre existiu”, mas entende que a existência dela no século XX, com todo o desenvolvimento científico e tecnológico que maximiza a potencialidade da terra em termos de produção de alimentos à disposição da humanidade poderia sanar o problema. Por isso, o autor defende a concepção de que a fome é um problema de ordem social: “a fome é produto antes de tudo de uma má distribuição da riqueza e de uma má planificação da economia mundial onde não se procura dar atendimento às necessidades biológicas reais de cada povo, mas apenas às suas necessidades solváveis” (CASTRO, 1960, p. 29). “A fome é, regra geral, o produto das estruturas econômicas defeituosas e não de condições naturais insuperáveis” (CASTRO, 1984, p. 35). Concebendo a fome como produto de criação humana, Josué entende que o mesmo é “capaz de ser eliminado pela vontade criadora do homem” (CASTRO, 1960, p. 26). Esta concepção perpassa os escritos de Josué e é a motivação para uma permanente luta em busca de soluções.

---

<sup>33</sup> Taranto (1993, p. 21) afirma que com a obra desenvolvida na FAO, na ASCOFAM e em outros organismos internacionais, “De Castro lutou para elevar o nível de vida das massas populares de seu país”. Ao “seu país”, pode-se acrescentar, “e do mundo”.



Em um ensaio publicado próximo a passagem do centenário de nascimento de Josué, Abramovay (2008) retomando o caráter interdisciplinar da *Geografia da fome*, traz para a discussão a atualidade do autor. Segundo Abramovay, Josué levou adiante o que pesquisadores contemporâneos procuram fazer, que consiste em reunificar natureza e sociedade e que “é nessa ligação que está a chave para compreender e enfrentar os desafios alimentares do século XXI” (ABRAMOVAY, 2008, p. 2706). Ao que Josué definiu como método geográfico, Abramovay (2008, p. 2705) diz que Josué é o “verdadeiro precursor da abordagem socioambiental dos problemas do nosso tempo”. Antes disso, Porto-Gonçalves (2004a, p. 51) já havia afirmado que “Josué de Castro antecipa uma perspectiva de abordagem que mais tarde seria conhecida como socioambiental”. Consideração que Porto-Gonçalves (2004; 2006) reafirmou<sup>34</sup>.

Monteiro (1981) quando estuda a questão ambiental no Brasil no período de 1960-1980, faz referência ao conceito de meio de Josué, empregado em Castro (1984). A respeito da questão, há de se considerar que Josué desenvolve uma abordagem que, para além de não separar natureza e sociedade, não reduz e não sobrepõe uma à outra. Como contribuição para a relação fome e questão ambiental, Monteiro (1981, p. 22) considerou que “a questão ambiental nos países em desenvolvimento não deve ser referenciada apenas aos aspectos de impacto e degradação do contorno natural, já que estes são, em grande parte, um reflexo da ânsia em escapar à poluição da pobreza, no seu esforço de desenvolvimento”.

Em 1972, em Estocolmo, Josué tratou o subdesenvolvimento como causa primeira da poluição. O autor expôs um conceito amplo de meio: “considerado globalmente”, defendeu Castro (1984, p. 101), “o meio tanto compreende fatores de ordem física ou material quanto fatores de ordem econômica e cultural”.

Afirmando que fome e destruição ambiental são problemas que estão vinculados, Josué coloca a fome como o problema ambiental cabal, visto que sustentou ser “preciso considerar a degradação da economia dos países subdesenvolvidos como uma poluição do seu meio humano” (CASTRO, 1984, p. 104). Assim, defendeu a necessidade de um “desenvolvimento pacífico mais igualitário e não poluidor” (CASTRO, 1984, p. 108).

Apoiado no referencial teórico e conceitual de sua época, Josué não emprega o conceito de ambiente. No entanto, sua leitura da realidade, a partir do que apontam Fernandes; Gonçalves (2007) e do que vem sendo exposto até aqui, entende-se que permite pensar em

---

<sup>34</sup> Sobre o fato de já em 1946, com a *Geografia da fome*, Josué ter afirmado a fome como problema ecológico número um, Porto-Gonçalves (2006, p. 207), considerou: “o que surpreende é que Josué de Castro tenha dito isso numa época em que a questão ecológica sequer estava pautaada e que os ambientalistas, ainda hoje, sequer o considerem como um dos mais importantes pensadores e ativistas da questão”.

uma dimensão ambiental presente na obra do autor, a qual, certamente, não poderia deixar de estar associada ao problema da fome. Esta questão é a propulsão e, sobre a qual, gira o eixo central do presente trabalho.

Reduzindo as expressões de Josué a palavras conceitos, aponta-se a noção de sondagem ecológica da *Geografia da fome*, bem como o conceito de meio, expresso em seus últimos escritos (já no contexto da emergência da problemática ambiental da virada dos anos 1960 para os anos 1970), como os que possibilitam desenvolver relações entre a fome e questão ambiental, a partir da perspectiva aqui exposta.

Além disso, se foi observando os mangues da sua terra natal que Josué diz ter descoberto a fome, dentre suas descrições, o que o autor denomina de “ciclo do caranguejo”, por um lado permitiu a Josué denunciar empiricamente umas das formas visíveis da fome e está presente em seus primeiros escritos, sobretudo, na primeira edição de *Documentários do nordeste* (1937), bem como nos escritos do final da sua vida, na sua única publicação em forma de romance, *Homens e caranguejos* (1967) e, por outro possibilita questionar quais as consequências de tal condição social, tanto para o homem como para a natureza, no sentido de suas derivações e transformações, ou seja, para a questão ambiental, conforme é posto por Suertegaray (2000; 2004).

Desta maneira, a dimensão ambiental presente na obra de Josué pode ser tomada como expressão que permite, inclusive, entender e combater o problema que o autor é o expoente, a fome. Por sua vez, considerando o homem em sentido *lato*, inclusive como ser biológico, pensa-se na possibilidade de tomar a fome, para compreender a ação humana no sentido de transformação da natureza e, por conseguinte, da própria natureza humana. Posto desta forma, a perspectiva empreendida por Castro, a partir do estudo da fome, contribui para a compreensão da problemática ambiental e, de modo correlato, as perspectivas ambientais, permitem refletir sobre a fome, em suas relações com a questão ambiental, presente na obra do autor.

Por isso, conhecer a trajetória intelectual de Josué de Castro, da medicina passando pela nutrição, fisiologia e antropologia para chegar à geografia, é fundamental para compreender a obra do autor enquanto um entrelaçamento das questões naturais e sociais. Desta forma, acredita-se que somente é possível entender a fome em suas relações com a questão ambiental na obra do autor, elucidando a dinâmica das dimensões do natural e do social, presentes na obra do autor.

Por fim, como metáfora para a analogia fome e questão ambiental, recorre-se a uma forma de arte, a pintura e ao quadro *Retirantes*, de 1944, de Candido Portinari (Figura 1).



Figura 1: Retirantes. Obra de 1944, de Candido Portinari

Fonte: Projeto Portinari. Disp. em <[www.portinari.org.br/#/acervo/obra/2733](http://www.portinari.org.br/#/acervo/obra/2733)> acessado em 01 de ago. de 2013.

O que Portinari expressou em forma de pintura, pode ser aproximado com o que Josué expôs tanto através da ciência, como da literatura. É o que se tenta demonstrar na continuação: a fome, o desespero da fuga, os corpos mirados e grotescos, enfim, a vida biológica e de todas as potencialidades humanas esvaindo-se. A partir do que se pode extrair da obra de Josué, manifestações da condição social no corpo e na vida de todas e todos<sup>35</sup>.

---

<sup>35</sup> A aproximação entre fome e arte foi feita pelo próprio Josué, sobretudo, na *Geografia da fome*, em *Documentário do Nordeste* e em *O livro negro da fome*. Na primeira, em algumas edições, o autor inseriu uma série de pinturas e, dentre elas, chama-se a atenção, especialmente, para as figuras 12 e 14 que se encontram em Castro (1957 e 1961), respectivamente, “Retirantes da sêca de 1877 (Desenho especial de Percy Lau baseado numa gravura original da época)” e “Cabeça de retirante (Detalhe do quadro de Portinari)”. No segundo, pela presença de ilustrações de Darel cf. (CASTRO, 1959). No terceiro, pela disposição de 12 ilustrações da pintora grega Anna Kindynis cf. Castro (1960). Josué manteve uma aproximação com grandes figurões das artes brasileira. O próprio Portinari, em 1936, chegou a retratar Josué cf. “Retrato do Prof. Josué de Castro. Desenho de Portinari – 1936” (ASCOFAM, 1958, entre p. vi e vii), que estampa a capa do livro de Fernandes; Gonçalves (2007). No mesmo ano de 1936, no *Jornal A Nação*, Josué escreveu o artigo intitulado “Independência artística do Brasil”. Sobre este artigo, Schappo (2008, p. 69) afirmou que “Josué demonstra sua admiração pela obra de Portinari”. E, por fim, vale registrar que Filho (2008, p. 2700) afirmou que Josué, “descrevendo os corpos abatidos pela fome no Sertão Nordestino, o registro clínico constitui um Portinari em texto”.

\*\*\*\*\*

Apesar das poucas abordagens acadêmicas sobre, os referenciais teóricos que aqui foram expostos, permitem propor relações entre fome e questão ambiental. Para isso foi necessário recorrer, sem se reduzir, à tradição que a Ciência Geográfica comporta de conexão entre natureza e sociedade e ao conceito de ambiente, considerando que este comporta o caráter conflitivo entre as duas dimensões. Assim, para além do natural, o ambiental também apreende a natureza resultada e resultante do contexto social, inclusive, em seu caráter natural, o próprio homem.

De todo modo, tal tentativa, não se reduziu à Ciência Geográfica, antes buscou, em um plano filosófico-naturalista, argumentos que não desconectam a realidade em sua totalidade. No caso desta pesquisa, considerou-se as dimensões naturais e sociais, do que origina uma perspectiva ecológica e, não menos, que demonstra a impossibilidade do indivíduo humano, porque explorado, faminto, exteriorizar-se enquanto humanidade.

Assim, esta pesquisa encaminha no sentido de que a ruptura entre natureza e sociedade resulta na destruição da natureza, inclusive, da humana. Considera-se, também, que a questão ambiental não diz respeito apenas à degradação da natureza, mas também da exploração e degradação do homem, que também é natureza.

Além disso, relacionado a esta discussão, buscou-se trazer algumas considerações que a obra de Josué de Castro, objeto de estudo desta pesquisa, permite depreender, sobretudo, tentando demonstrar, a partir das relações entre sociedade e natureza, a possibilidade de associar fome e questão ambiental.

Por fim, tendo como base a obra de Josué de Castro, demarca-se a tentativa de relacionar fome e questão ambiental como uma contribuição da produção intelectual do autor e, mais especificamente, a partir do estudo da fome, adentrar na problemática ambiental, bem como a partir da problemática ambiental, contribuir com os estudos da fome. Haja vista que ambos os problemas derivam das relações que a humanidade estabelece com a natureza e consigo mesma.

## 2 O SOCIAL E O NATURAL NO ESTUDO DA ALIMENTAÇÃO E DAS CONDIÇÕES DE VIDA

### 2.1 Os primeiros passos do estudioso da fome

A casa em que nasci tinha ao lado um grande viveiro de peixes, de caranguejos e de siris. Se não nasci mesmo dentro do viveiro, como os caranguejos, já com dois anos estava dentro dele  
(CASTRO, 2001, p. 14).

A respeito de Josué de Castro, analisando “o homem, o cientista e seu tempo”, Andrade (1997, p. 170), considerou ser necessário fazer

uma conexão de sua passagem pela vida, ligando-o ao tempo e ao espaço. Onde ele nasceu, como formou seu caráter e sua personalidade, o que o levou a refletir sobre o seu povo e o seu tempo, como procurou as ligações, em escalas geográficas, entre o local, o nacional e o internacional e como projetou o seu pensamento tanto nos meios acadêmicos como na sociedade.

Josué Apolônio de Castro nasceu em setembro de 1908, no Recife-PE, litoral do nordeste brasileiro. Seu pai, oriundo do sertão paraibano, como retirante, migrou em 1877 para a capital pernambucana, onde se tornou vendedor de leite. Sua mãe nasceu na zona da mata pernambucana e, na capital, trabalhava como professora primária. A infância de Josué foi vivida na proximidade com os mangues, vivência significativa a ponto de que para o todo e sempre iria se remeter aos caranguejos.

Conforme os relatos sobre Josué, era desejo de sua mãe que estudasse medicina, por sua vez era vontade do pai que o fizesse na Bahia (SILVA, 1998, p. 30). As abordagens destas peculiaridades de sua vida não trazem detalhes dos anos em Salvador-BA. Por meio de pesquisa em materiais pessoais de Josué, Silva (1998, p. 30) expõe relato do próprio comentando certo desencantamento em relação às aulas que frequentava, o que se estendia, inclusive, aos anos no Rio de Janeiro. Pernambucano (1983, p. 202) se resume a dizer que “convencido de ter esgotado a Bahia”, Josué “transferiu-se para a faculdade do Rio”.

Segundo Otávio Pernambucano<sup>36</sup>, quando Josué ausentou-se do Recife para estudar, nas férias, o passeio preferido era o mangue. Do que observavam e das conversas com os moradores, espontaneamente, emergiam inquietações: “como ser gente, vivendo como bicho?” (PERNAMBUCANO, 1983, p. 204).

---

<sup>36</sup> Otávio Pernambucano foi colega colegial de Josué e, pelo que se encontra em *Academia Pernambucana de Medicina* (1983), como também em Silva (1998), era o seu principal confidente.

No Rio de Janeiro-RJ, Josué formou-se em medicina em 1929. Conforme comenta Pernambuco (1983, p. 203), com “sua mania de catar gente”, Josué fez amizade com Alfonso Reyes<sup>37</sup>, então embaixador mexicano no Brasil e, a época da formatura, com um grupo de universitários brasileiros, rumava ao México para participar da posse presidencial de Pascual Ortiz Rubio<sup>38</sup>. Depois de uma breve estadia naquele País<sup>39</sup>, Josué foi aos Estados Unidos, onde segundo Silva (1998, p. 35), estagiou por quatro meses. Assim, em 1930, voltava ao Recife, sua terra natal, onde iniciou carreira de médico e, tão logo, como professor.

No Recife, Josué permaneceria até o final de 1934, quando se mudou para o Rio de Janeiro. De acordo com o que expõem Pernambuco (1983), Silva (1998) e Melo; Neves (2007) a estadia no Recife foi um período de busca de atuação profissional. Devido sua origem pobre, Josué desejava possibilitar melhores condições de vida, inclusive para sua mãe.

Nestes anos, Josué clinicou, exerceu o magistério e teve a oportunidade de revisitar as condições de vida da população próxima do local onde viveu sua infância: os habitantes dos mangues. Condição significativa e definidora como base empírica para o estabelecimento das questões que iriam nortear o desenvolvimento do arcabouço intelectual do autor.

Relembrando o início da carreira, Josué deixou transparecer uma quase casualidade da direção que sua atenção iria tomar, a preocupação com as questões nutricionais:

Formado fui para Recife. Ia para a Secretaria da Educação. Olívio Montenegro, Sílvio Rabelo, Gilberto Freyre e outros eram do grupo de José Maria Belo, que ia ser governador. Um cargo na educação me estava destinado por todos êles. Foi quando estalou a revolução de 30, com a vitória da revolução foram-se os sonhos de um bom emprego na administração de Pernambuco. Não houve posse e a coisa gorou. Abri então, consultório, prá fazer nutrição. Eu, na realidade, queria era ser psiquiatra, mas o Ulhoa Cintra tinha dois aparelhos de metabolismo. Me vendeu um. Resolvi fazer nutrição. Um só livro, *O tratado*, de Umber, figurava na biblioteca. As doenças da nutrição eram cinco na época: obesidade, magreza, diabete, gôta, reumatismo. Como era coisa nova, passei a ter uma clientela brutal, apesar de minha cara de menino que assustava os primeiros clientes (apud SILVA, 1998, p. 47).

Clinicando casos voltados a questões nutricionais, Josué continuaria, posteriormente, no Rio de Janeiro<sup>40</sup>. Segundo Pernambuco (1983, p. 208), logo que retornou ao Recife, quando procurava emprego, Josué elaborou um plano de nutrição para hospitais, escolas e

<sup>37</sup> Alfonso Reyes iria traduzir de *La alimentación en los trópicos* (CASTRO, 1946b), publicado no México.

<sup>38</sup> “Terminei a faculdade em 29, no Rio, pois só fiz os três primeiros anos na Bahia. Mas não me diplomei porque tive que sair chefiando uma delegação de estudantes à posse do presidente do México, que Otávio Mangabeira e Ronald de Carvalho me proporcionaram. Aliás nem cheguei a colar grau. Embarquei duas horas antes da cerimônia” (CASTRO apud SILVA, 1998, p. 34).

<sup>39</sup> Schappo (2008) analisa a significância da passagem de Josué pelo México, sobretudo, do ponto de vista da luta pela reforma agrária e pela preservação das culturas locais, com seus milenares cultivos agrícolas.

<sup>40</sup> Segundo Santiago (2008, p. 31), “com 24 anos, ele tornara-se um profissional reconhecido na cidade. Possuía um badalado consultório, onde se dedicava à especialidade de fisiologia e para onde acorriam as senhoras gordas da sociedade que queriam emagrecer e não sabiam como”. Mais tarde, Josué afirmou: “comecei a sentir que não interessava ganhar dinheiro. Achava tremendo isso de ficar emagrecendo senhoras gordas da sociedade, enquanto a cabeça me martelava com o problema da fome de tanta gente” (apud SANTIAGO, 2008, p. 38).

fábricas. Tal plano, pelo que se encontra nos escritos do autor, apenas parcialmente foi aplicado com militares, resultando inclusive em uma publicação, na qual estuda a relação alimentação e exercícios físicos, expondo a importância da alimentação racional<sup>41</sup>.

Entretanto, atividade mais significativa que esta, trata-se da vivida como médico de uma fábrica, oportunidade em que constatou que a preguiça e as doenças que, supostamente, levavam a indisposição para o trabalho, no fundo, tratava-se de fome. Tal diagnóstico, quando comunicado aos patrões, custou a dispensa dos serviços prestados<sup>42</sup>.

Resultado desta experiência de Josué e, com influência sensivelmente direta na base das preocupações do autor em relação ao tema da fome, trata-se da realização do inquérito sobre as condições de vida entre operários no Recife. Com o mesmo objetivava elucidar as condições de vida de tal população, sendo os resultados do estudo publicado no *Boletim do Ministerio do Trabalho, Industria e Commercio* (CASTRO, 1935). Além deste, a mesma experiência foi a base para a produção de uma série de escritos em forma de contos, que junto com outros que remetem aos anos da infância e da adolescência vividas no Recife compõem a obra *Documentario do Nordeste* (CASTRO, 1937b).

No início dos anos 1930, o retorno de Josué ao Recife, marca seu ingresso no magistério, atividade apontada por Silva (1998, p. 357) “como a mola propulsora de toda a sua carreira”. Em 1932, Josué tornou-se professor de duas faculdades (MELO; NEVES, 2007, p. 43)<sup>43</sup>. De acordo com Silva (1998, p. 52 e anexo do sub capítulo), na Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais do Recife, Josué foi professor de Geografia Humana.

Na Faculdade de Medicina do Recife, em 1932, Josué ingressou como professor de Fisiologia. Na ocasião, apresentou a tese *O problema fisiologico da alimentação no Brasil* (CASTRO, 1932). Do que se pode perceber da leitura do conjunto da obra do autor, o tema da referida tese foi o centro, entorno do qual girou grande parte das suas discussões durante a década de 1930, estendendo-se, inclusive, pelas décadas seguintes. Nas preocupações iniciais de Josué o problema alimentar figurava como elemento central, sendo o estabelecimento de uma alimentação racional o foco de vários dos seus primeiros escritos. Com as vivências da

---

<sup>41</sup> A referida publicação trata-se de “Alimentação e cultura física”, anexo de *Alimentação e raça*. Nela considera a alimentação um dos co-fatores mais importantes da educação física, sendo esta a possibilidade de “adaptar melhor o individuo ás exigências do meio”, “para obtenção de um complexo vital psico-físico harmonioso e equilibrado” (CASTRO, 1936, p. 126 e 127). Relaciona alimentação quantitativa e qualitativa, considerando que indicando uma alimentação adequada, o “educador está fazendo cultura física e das melhores”, combinando exercícios físicos e hábitos alimentares, “estará fazendo então o mais que nos é dado fazer neste mundo: aperfeiçoar a obra da natureza” (CASTRO, 1936, p. 131).

<sup>42</sup> Josué descreveu em “Assistência social”, conto que integra *Documentario do Nordeste* (CASTRO, 1937b, p. 47), as peripécias da experiência como médico de fábrica.

<sup>43</sup> Em Silva (1998, p. 356 – 414) é possível conferir as impressões deixadas por Josué como professor.

infância e adolescência, estudando o problema alimentar e, com a base empírica do inquérito realizado no Recife, paulatinamente, Josué passa a se preocupar com a questão da fome, como se pretende expor no transcórre deste trabalho.

Posteriormente, quando se mudou para o Rio de Janeiro, na então Universidade do Distrito Federal, foi professor de Antropologia (SILVA, 1998, p. 65). Também no Rio de Janeiro, na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, com a tese *Fatôres de localização da cidade do Recife - Um ensaio de Geografia Urbana* (CASTRO, 1948), assume a cátedra de Geografia Humana.

Com o estudo dos problemas alimentares, o nome de Josué associou-se ao campo da Nutrição. De um modo geral, defendendo a criação de órgãos tanto de pesquisa como de assistência voltados à alimentação, os escritos do autor encaminhavam possíveis soluções às “falhas” alimentares. Como exemplo destas questões lembra-se a defesa da criação de “Institutos especiais” para o estudo e solução do problema da alimentação no Brasil (CASTRO, 1932, p. 50) e a indicação de regimes alimentares direcionados as populações das diferentes regiões geográficas brasileiras (CASTRO, 1937, p. 151 – 155).

Foi a partir deste ideário que, no Rio de Janeiro, Josué criou um laboratório “para a prática da boa nutrição” (SILVA, 1998, p. 359), ministrando curso de Dietética. Além disso, Josué participou, idealizou, fundou e dirigiu uma série de órgãos voltados para a alimentação, do que se destaca, em 1946, a criação e direção do Instituto de Nutrição da Universidade do Brasil<sup>44</sup>. Na mesma Universidade, Josué criou e dirigiu o periódico científico *Arquivos Brasileiros de Nutrição*, no qual, inclusive, publicou pesquisas sobre propriedades nutritivas de alimentos<sup>45</sup>.

## 2.2 O ponto de partida: O problema da alimentação

A produção intelectual de Josué de Castro, nos seus primeiros anos, centra-se no problema da alimentação. Considerando a produção escrita pode-se apontar a tese *O problema fisiológico da alimentação no Brasil*, de 1932, como o marco inicial. De acordo com as informações disponíveis nas publicações de Josué, este trabalho foi publicado em 1934, com o título de *O problema da alimentação no Brasil* (CASTRO, Sd.) e, posteriormente, em 1939, com o título de *O problema da alimentação no Brasil (Seu estudo fisiológico)* (CASTRO,

---

<sup>44</sup> Atualmente, Instituto de Nutrição Josué de Castro, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Sobre o mesmo cf. <<http://www.nutricao.ufrj.br/>> acessado em 04 de setembro de 2013.

<sup>45</sup> O periódico *Arquivos Brasileiros de Nutrição* foi criado em 1944 e dirigido por Josué até 1954 (volumes 1 a 10), sendo que a publicação do mesmo se estendeu até 1968, totalizando 24 volumes (VASCONCELOS, 1999).



1939), sendo este último, consideravelmente, aumentado<sup>46</sup>. Dessa maneira, exigindo atenção para tal detalhe, sobretudo, no que diz respeito à progressiva inclusão do tema da fome.

Referindo-se a *O problema da alimentação no Brasil* (CASTRO, Sd), Silva (1998, p. 201) registrou a significância da mesma nos primeiros estudos de Josué:

Esta obra, resultante de sua tese de ingresso à cátedra de Fisiologia na Faculdade de Medicina de Recife será, durante um período, um marco na sua produção intelectual. As obras que foram publicadas a posteriori e cuja temática versam sobre problemas alimentares, gravitarão em torno de idéias bases lançadas neste trabalho, aproximando-se delas ou afastando-se, conforme os avanços no campo da ciência médica e no campo da nutrição.

Nesta fase da sua produção, é o médico nutrólogo com preocupações sociais sobre o problema alimentar que se destaca. Busca seguir os rigores do trabalho científico, argumentando sempre alicerçado em resultados de pesquisas realizadas, tanto no Brasil como no exterior. A preocupação em discutir o regime alimentar do brasileiro, que se caracteriza pelo baixo poder aquisitivo, é o traço marcante de seus estudos.

Em *A alimentação brasileira à luz da geografia humana*, em nota explicativa que apresenta a publicação (CASTRO, 1937, p. 13), Josué afirma que desde 1929 vem estudando o problema da alimentação no Brasil e, remetendo-se a publicação de *O problema da alimentação no Brasil* e de *Alimentação e raça*, adverte que “se, no primeiro dêsse livros, abordámos apenas o aspecto fisiológico da questão, já, no segundo, procurámos relacionar o fenômeno biológico com vários aspectos sociais da vida brasileira”. Justificando a retomada do problema da alimentação em uma terceira obra, chama atenção para a contribuição da geografia humana para a compreensão do tema.

Assim, além de *O problema fisiológico da alimentação no Brasil* em suas respectivas edições, *Alimentação e raça* (CASTRO, 1936) e *A alimentação brasileira à luz da geografia humana* (CASTRO, 1937) compõem os principais registros escritos de Josué de Castro, nos anos 1930, sobre o tema da alimentação. A estes, com um caráter empírico e em forma de estudo de caso, deve-se incluir os inquéritos realizados pelo autor, sobretudo, o estudo sobre as condições de vida da classe operária no Recife, publicado com o título de *O Valor da alimentação – Estudo economico das condições de vida das classes operárias no Recife*

---

<sup>46</sup> As datas de publicação desta obra já geraram algumas dúvidas. Campos (2004, p. 139) afirma que a publicação da mesma ocorreu em 1933, com uma provável 2 edição em 1934. Em nota explicativa (CASTRO, 1937, p. 13), o próprio Josué afirma ter publicado *O problema da alimentação no Brasil* em 1934. Pesquisando em volumes de diferentes edições, encontrou-se um volume sem data e sem referência de edição (CASTRO, Sd.), o que leva a crer que seja a 1 edição. No entanto, na página seguinte da folha de rosto do volume de 1939 (CASTRO, 1939) publicado com indicação de 3 edição, consta que a 1 edição é de 1932, publicada no Recife e a 2 edição é de 1934, publicada pela Companhia Editora Nacional, em São Paulo. Este mesmo volume apresenta uma lista com os títulos publicados na coleção do qual faz parte, nesta, está a publicação de Josué como sendo “2.<sup>a</sup> edição”. Na pesquisa realizada ao longo do desenvolvimento deste trabalho não foi encontrado volume que constasse como sendo 2 edição. Disso tudo, supõe-se que a primeira publicação seja em forma de tese, apresenta em 1932 (CASTRO, 1932); a segunda, em 1934 com o volume sem data (CASTRO, Sd) e, a terceira, a publicação de 1939 (CASTRO, 1939), sendo as duas últimas publicadas pela Companhia Editora Nacional.

(CASTRO, 1935). Apesar do comportar objetivos bem diferentes dessas, *Fisiología dos tabus* (CASTRO, 1941) e *A festa das letras* (MEIRELES; CASTRO, 1996) são publicações que também versam sobre o tema da alimentação.

É sobre estes escritos que por ora se pretende lançar atenção. A tentativa consiste em fazer um estudo dos mesmos a respeito do problema da alimentação buscando elementos que permitam, a partir da expressão da relação sociedade e natureza, ver como, em termos de escrita, as preocupações do autor deslocaram-se para o tema da fome, bem como para encontrar possíveis argumentos para tratá-lo como análogo a questão ambiental.

Nas três principais obras sobre alimentação, Josué parte do estabelecimento do que denomina de fisiologia da alimentação, passa pela discussão e apresentação de uma série de alimentos, demonstrando seus aspectos quantitativos e qualitativos, atentando para as necessidades de desenvolvimento dos indivíduos e ao desempenho no trabalho, culminando com a fixação de um padrão alimentar definido como racional.

À luz de tais pressupostos, Josué delimita como objetivo de *O problema da alimentação no Brasil (Seu estudo fisiológico)*, “sistematizar dentro das possibilidades máximas de síntese – as noções básicas que a fisiologia atual fornece para compreensão do problema alimentar”. Isso porque entendia que o “conhecimento da constituição físico-química da matéria viva, do seu equilíbrio dinâmico, dos seus gastos e necessidade vitais, do conceito geral de nutrição – o estudo enfim do metabolismo orgânico – é o ponto de partida para a investigação científica da alimentação” (CASTRO, 1939, p. 5).

Josué demarca a necessidade de encarar o problema da alimentação sob um ponto de vista científico. Isso não significa que restrinja o mesmo a uma área, antes pelo contrário, acautela que um trabalho sobre alimentação deve abranger os vários aspectos da questão, sendo o mesmo consideravelmente vasto, indo da culinária ao econômico, do higiênico ao moral, do social ao médico etc. De todo modo, isso não impede o autor de considerar que o mesmo “é antes de tudo e principalmente fisiológico”<sup>47</sup> (CASTRO, 1939, p. 16).

A partir da defesa desta concepção o autor parte para a definição e estudo de uma série de questões de forma ligada a sua área de formação, a medicina e, mais especificamente, direcionando-se ao tema da nutrição. É significativo e ilustra esta questão a insistência na definição do que seja alimento, uma vez que a mesma está presente nas três principais obras sobre o tema (CASTRO, 1939, 1936 e 1937).

---

<sup>47</sup> No estudo da alimentação, demonstrando a centralidade do problema fisiológico, é interessante atentar para a ocorrência da palavra “fisiológico” no título das publicações de Josué, haja vista sua presença na tese de 1932, sendo ausente na edição seguinte (CASTRO, Sd), mas com posterior retorno na edição de Castro (1939).

Castro (1939 e 1937) defende a necessidade de partir da concepção do que seja alimento do ponto de vista biológico, afirmando que tal noção não é fixa, antes varia com o desenvolvimento da ciência. Como exemplo toma a entrada da noção de energia no estudo do problema da alimentação (bioenergética). Até esta noção, expõe que o alimento era considerado “como simples trocas de matéria”, portanto “ideia de simples massas inertes, de função puramente plástica, servindo para a construção da matéria viva e para o reparo dos seus gastos e estragos materiais”. Com a noção de bioenergética, considera Castro (1937, p. 32) que “brotou a concepção do valor biológico do alimento, como fonte de energia” e, a partir disso, ficou evidenciado que “tôdas as manifestações energéticas são retiradas dos alimentos pelo ser vivo”.

Castro (1939, 1937 e 1936) discute a questão das vitaminas. Lembra casos que mesmo sendo atendidas as necessidades energéticas, registrava-se ocorrência de doenças, que eram curadas ou agravadas com mudanças no regime alimentar. Segundo o autor, tais acontecimentos levaram a ideia de “doenças de carências” (CASTRO, 1937, p. 33). Josué precisava as vitaminas como “substâncias-reguladoras ou excitantes específicos dos fenômenos vitais, produzindo em doses mínimas, efeitos notáveis” (CASTRO, 1937, p. 34).

Com o conhecimento da noção de vitaminas, salienta o autor que o alimento não poderia continuar sendo reduzido a fonte fornecedora de matéria e energia, uma vez que sabe-se que o mesmo também possui funções reguladoras. Portanto, expõe Castro (1937, p. 34 e 1939, p. 22), que a noção de vitaminas exige redefinir o que seja alimento. Mesmo incompleto, o conhecimento das vitaminas, é o que permite uma última definição de alimento. Para isso, acompanhando Oppenheim, Castro (1939, p. 22 e 1937, p. 34) define alimentos como “materiais externos que servem ao organismo para determinados fins nutritivos”.

Em síntese, a partir deste arcabouço do que seja alimento, no estudo fisiológico da alimentação, Josué diferencia e concentra-se em discutir o problema da alimentação considerando o seu valor: i) energético; ii) plástico e iii) regulador (CASTRO, 1937, p. 35 e 1939, p. 23). Entende o primeiro como quantitativo e passível de ser medido em calorias, o segundo e o terceiro como qualitativo. Juntos, os três compõem o que denomina de fatores de importância fundamental, assunto que aborda nas três publicações (CASTRO, 1939, 1937 e 1936), pois julga que “são as verdadeiras bases fisiológicas” (CASTRO, 1939 p. 23). Além disso, para uma aplicação prática dos regimes, Castro (1939, p. 23) considera que se impõe conhecer o que define como fatores secundários da alimentação, que são os valores: i) de saciedade; ii) utilização digestiva e iii) volumétrico do resíduo.

Sobre os fatores fisiológicos de importância fundamental na alimentação, Castro (1939, p. 27) tem em conta que “o estudo da bionergetica alimentar visa exatamente estabelecer, baseado numa série de teoremas de termoquímica animal, a noção da ração energética conveniente ao organismo vivo”. A importância de conhecer tal necessidade, continua o autor, deve-se ao fato de que “o regime alimentar racional, sob o ponto de vista energetico, deve cobrir com suas receitas, as despesas energéticas do organismo”. Em relação ao aspecto qualitativo dos alimentos, com consideravelmente destaque para o papel dos sais minerais e das vitaminas, Castro (1937, p. 73) chama a atenção para a necessidade de demarcar “quais as proporções máximas, ótimas e mínimas em que eles devem entrar na constituição da ração alimentar racional, para que esta ração seja completa e harmônica”.

Demonstrando a contínua preocupação com as questões alimentares, a exposição dos fatores fisiológicos de importância secundária na alimentação, que na edição de Castro (Sd.) são expostos em menos de duas páginas, na edição seguinte (CASTRO, 1939) passam a ocupar nove páginas, discutindo os alimentos, considerando a sua capacidade de despertar no organismo a sensação de satisfação alimentar; de ser digerido e aproveitado pelo organismo e, por fim, de produzir volume para o funcionamento intestinal. Depois de expor o que entende por cada um dos fatores na alimentação, conclui que “são estes os aspectos fisiológicos complementares que devem guiar os hábitos alimentares racionais” (CASTRO, 1939, p. 141).

Do estudo do problema fisiológico da alimentação como um todo, de forma pontuada, Castro (1939, p. 145) chega às seguintes conclusões: 1) a demonstração de que “o problema da alimentação é, sob qualquer aspecto, um problema de fisiologia aplicada”; 2) o estabelecimento de que o conhecimento do seu mecanismo é a base (para médicos, higienistas e sociólogos) “para que procedam com segurança e critério científico ao aconselhar, prescrever ou criticar as variadas formas de alimentação humana” e 3) a fixação de que a alimentação fisiológica do homem deve satisfazer os requisitos de “prover em dose suficiente as necessidades energéticas do organismo, fornecer quantidade úteis de substâncias orgânicas indispensáveis (...) e ainda doses eficientes de sais minerais e de elementos reguladores ou vitaminas indispensáveis ao perfeito funcionamento orgânico”.

Com base nestes princípios, Josué buscava estabelecer um padrão alimentar racional. Alimentação que, seguindo os pressupostos demarcados, deve ser formada por “proporções mutuas”, de certa forma que “o regime alimentar racional deve ser assim um regime suficiente, completo e harmônico” (CASTRO, 1937, p. 72)<sup>48</sup>.

---

<sup>48</sup> Para uma maior abordagem destes três princípios na escritos de Josué, cf. Lima (2009).

A delimitação desta estrutura consiste em uma espécie de espinha dorsal por meio da qual o autor encaminha o estudo e exposição na tentativa de conhecer o que entende como o problema da alimentação. Por completo, a abordagem destas questões é a obra *O problema da alimentação no Brasil (Seu estudo fisiológico)*, de 1939, que foi sendo ampliada nas suas três sucessivas edições; de *A alimentação brasileira à luz da geografia humana* ocupa uma das três partes que compõem a obra e, por sua vez, em *Alimentação e raça*, o autor remete o leitor a primeira obra, pois considera que na mesma estudou “com mais profundidade o aspecto fisiológico do problema” e, sobre a última define-a como “seu complemento e onde pretendo encarar o mesmo tema mais por seus aspectos sociais e econômicos” (CASTRO, 1936, p. 22).

Na construção do estudo da fisiologia da alimentação no Brasil, mesmo partindo pela questão da nutrição, logo de início, Castro afirma que a alimentação não é apenas um processo interno, mas também resultado das condições do meio. Assim, além de abrir flancos para inserir a questão do clima e sua relação com a alimentação, deixa margem para pensar a mesma dentro das dimensões naturais, tanto interna como externa ao homem:

A nutrição é o total de processos por meio dos quais os seres vivos recebem e utilizam os materiais exteriores necessários à manutenção da vida. Na realidade, os fenômenos vitais não são efeitos de uma atividade puramente interna; são, ao contrário, a resultante da ação recíproca entre a matéria viva e o ambiente, donde as duas condições essenciais de vida, uma interna, que é a organização celular e outra externa, que é a existência de um meio conveniente (CASTRO, 1937, p. 31).

A insistente e recorrente retomada do problema fisiológico da alimentação, o que se dá em três obras (CASTRO, 1939, 1936 e 1937), inclusive quando não muito com textos repetidos, com reescrita e acréscimos de exemplos de estudos de caso realizados por ele mesmo ou por outros autores justificando a pertinência da discussão, possibilita considerar que, em termos de produção escrita, originalmente, Josué estava preocupado em explicar o problema da alimentação. Sendo o mesmo definido, como referido acima, antes de tudo e, principalmente, fisiológico, Josué não se restringe a este aspecto. Pelo contrário, expressa-o de maneira que o mesmo perpassa e é perpassado por uma série de outros temas.

Sobre os caminhos que tomam a interpretação do problema alimentar exposto por Josué, Silva (1998, p. 205) afirmou que “seus estudos de fisiologia alimentar e da problemática nutricional buscam sempre sensibilizar os leitores para as agruras das populações mais carentes e revelam sua visão globalizante do fenômeno e sua preocupação em nunca dissociar o meio social do meio natural”.

Desde seu início, a produção intelectual de Josué é marcada pela pluralidade, tanto de temas, como de áreas de conhecimento que recorre para dar resposta a fenômenos sociais. Neste percurso, o tema da alimentação descortina-se entre recursos naturais e possibilidades

econômicas, sempre considerando a necessidade de conhecimento para estabelecer um padrão alimentar coerente com ambos e com os hábitos alimentares locais.

### **2.3 O problema da alimentação dimensionando(-se) (por) outros temas**

No estudo do problema da alimentação, as preocupações de Josué são permeadas por um considerável número de temas, que vão desde o levantamento de condições sociais e consequentes relações com as condições naturais onde as mesmas acontecem, passam pela pesquisa de propriedade nutricionais de certos alimentos, até chegarem a defesa e indicação da criação de instituições de pesquisa e da implantação de programas de alimentação.

No desenvolvimento de tais preocupações, aspecto que merece ser frisado trata-se da abrangência escalar dos problemas estudados por Josué. Os fenômenos abordados pelo autor, na década de 1930, alternam-se de estudos pontuais a dimensão da escala nacional brasileira. Esta última sendo retomada na *Geografia da fome* e, posteriormente, ampliada a todos os continentes na *Geopolítica da fome*.

Estas questões, no plano do conhecimento, para além da sua significância em termos da confluência de várias áreas, conferem a obra de Josué de Castro uma perspectiva impar e autêntica. Por ora, centra-se em alguns elementos que são dimensionados e dimensionam-se pelo estudo da alimentação. O exercício busca por em linha de vista como, na abordagem do tema da alimentação, Josué trata a questão das relações entre o natural e o social.

No estudo do problema da alimentação no Brasil, preocupado com o estabelecimento de um padrão alimentar, a relação alimentação e as condições climáticas de onde se desenvolvem as atividades de trabalho, é um dos temas marcantes nas discussões de Josué. O autor visa compreender a dinâmica do clima atuando sobre o homem, o que busca explicar a partir da precisão do metabolismo de base. O conhecimento deste, de acordo com o raciocínio de Josué, é de fundamental importância para o esclarecimento do problema fisiológico da alimentação, pois está associado ao aspecto quantitativo da mesma (o consumo de calorias).

Por metabolismo basal, Castro (1939, p. 28 e 1937, p. 36) entende a “quantidade de calor que o animal despende, estando em repouso absoluto, jejum e em neutralidade térmica, por hora e por metro quadrado de sua superfície cutânea”. Do ponto de vista de Castro (1937, p. 37) “o conhecimento desta constante fisiológica, é da maior importância no campo da alimentação, porque, constitui a parcela fixa da quota energética a determinar na construção de qualquer padrão dietético para uso coletivo dos grandes aglomerados humanos”.

O debate acerca da variação do metabolismo de base é comentado por Pedro Escudero no prefácio de *O problema da alimentação no Brasil (Seu estudo fisiológico)*. Escudero

(1939) lembra que a respeito da questão da influência das condições climáticas sobre a alimentação e da decorrente alteração do metabolismo basal, as opiniões dividem-se em dois grupos: i) os que entendem que o metabolismo basal de todos os homens em todos os climas é igual e ii) quem defende que os habitantes do trópico tem um consumo menor de calor<sup>49</sup>.

Conforme Vasconcelos (2001), Josué era admirador dos trabalhos de Escudero, por quem, inclusive, teria sido influenciado. Mesmo assim, Josué defendia a importância de precisar o metabolismo de base, o que expõe em Castro (1939) e, de forma mais contundente, em Castro (1937, p. 42). Sobre a persistente preocupação em explicar a dinâmica do metabolismo basal, são palavras do próprio autor: “interessados há oito anos no estudo dos problemas de alimentação, procurando recolher dados científicos suficientes para estabelecer o padrão alimentar no Brasil, quisermos firmar nossa opinião pessoal sobre as variações do Metabolismo Basal em função do clima” (CASTRO, 1937, p. 42).

Josué propõe-se a estudar tal questão entre habitantes do Recife, delimitando um caso com 94 indivíduos. Em tal pesquisa chega ao valor de 34,6 como a média do metabolismo basal entre estes, índice que representa 12,8% mais baixo que de indivíduos de climas frios e temperados, conforme as referências demonstravam (CASTRO, 1939 e 1937). Quando comparado com o valor de 31,6 calorias do metabolismo basal dos habitantes do Rio de Janeiro, o metabolismo dos habitantes do Recife é 7,5% maior. Tais dados levam o autor a questionar “a que se deve imputar esta diferença” (CASTRO, 1939, p. 41).

A explicação, do ponto de vista do autor, estaria nas condições climáticas locais. Considerando as temperaturas médias, sendo de 22,7° no Rio de Janeiro e 25,5° no Recife, o metabolismo dos habitantes do Recife era para ser mais baixo, ao contrário do que demonstram os dados (CASTRO 1939, p. 41). Assim, além da temperatura, Josué defende que a umidade trata-se de uma variável fundamental para a compreensão de tal caso. Portanto, no seu entender, a explicação dos diferentes valores encontrados reside na “importância extraordinária que tem a humidade relativa do ar sobre as variações fisiológicas do metabolismo basal nos climas tropicais” (CASTRO, 1939, p. 42).

Na elucidação de tal questão, de Ratzel, Castro (1939, p. 43) afirma recorrer a restrição do conceito de clima às “propriedades sensíveis do ar”, precisamente, da temperatura e da umidade, sobretudo, “de como se apresentam distribuídas e combinadas estas

---

<sup>49</sup> Escudero defende que o estabelecimento dos gastos do metabolismo basal pouco contribui para definir a alimentação e que a idade, as condições de vida e de trabalho são critérios mais relevantes em tal tarefa. Por isso, advoga que é nos refeitórios e nas cozinhas das fábricas e não nos laboratórios que esta será definida. Na mesma oportunidade aponta a nutrição como possibilidade de resolução de um dos problemas que agita a sociedade do momento: “la alimentación racional y económica de los pueblos” (ESCUADERO, 1939, p. XXX).

propriedades”. Como reforço da ideia de que existam diferenças de metabolismo basal, Castro (1939, p. 44) cita Thomson e, mais especificamente seus dados de que com umidade relativa de 70-75%, 76-85% e 86-90%, corresponde uma porcentagem de CO<sup>2</sup>, respectivamente de 4,75, 4,60 e 4,45 expirado por indivíduos em função da variação da umidade relativa. Destes dados conclui que da “relação matemática entre a quantidade de calor produzida pelo ser vivo e de gás carbônico eliminado vemos que a proporção que a umidade aumenta, baixam as combustões orgânicas e diminui assim o metabolismo de base” (CASTRO, 1939, p. 45).

No desenvolvimento do raciocínio de Josué deve-se apontar a relação calor e fisiologia. O autor observa que o controle fisiológico da temperatura corporal ocorre pelos meios essenciais (condutibilidade e irradiação), mas também pelos meios complementares da sudorese e consequente evaporação (CASTRO, 1939, p. 46). Ambos os fatores, em condições de climas quente e úmidos podem levar a aclimação: “os animais homeotermicos, entre os quais está incluído o homem, procuram manter sua temperatura constante, subtraindo o meio interno às oscilações térmicas do ambiente, graças às suas funções termo-reguladoras” (CASTRO, 1939, p. 47). Desta maneira, defende que:

A aclimação é o recurso lento de que o organismo lança mão para conservar íntegros seus atributos vitais. Sob a ação de condições climáticas desfavoráveis à eliminação do calor central, o ser vivo diminui a produção deste calor como único meio que lhe resta para manter seu equilíbrio térmico. Sendo, em última análise, as temperaturas elevadas do ambiente, e as altas humidades relativas do ar, os maiores obstáculos à emissão do calor, são estes os fatores que obrigam o organismo a diminuir o seu Metabolismo de Base. Esta nova concepção de que nos climas tropicais a baixa do Metabolismo Basal não é proporcional unicamente à temperatura, mas obedece também ao fator humidade relativa do ar, explica e ao mesmo tempo se impõe pela observação e interpretação de certos fatos que dizem mais eloquentemente do que velhas e complicadas teorias (CASTRO, 1939, p. 48).

O estabelecimento destes pressupostos, no entender de Castro (1939, p. 48), explica: i) a diferença de metabolismo entre os habitantes do Rio de Janeiro e do Recife e ii) os resultados iguais entre europeus e habitantes dos trópicos. Estas evidências permitem o autor concluir que o “Metabolismo Basal é uma constante muito relativa, variando principalmente em função das condições climáticas externas” (CASTRO, 1939, p. 49).

Em *A alimentação brasileira à luz da geografia humana*, depois de retomar o estudo comparativo entre Rio de Janeiro e Recife e acrescentar o caso das cidades de Rio-Branco e Nazaret, no Estado de Pernambuco, Castro (1937, p. 55) estabelece o que define como “leis gerais das variações fisiológicas do metabolismo de base”:

- 1º O clima constitui o único fator externo capaz de fazer variar em condições fisiológicas o Metabolismo de Base;
- 2º O Metabolismo de Base nos climas tropicais é mais baixo do que nos climas frios e temperados;



3º Esta baixa é condicionada pela temperatura efetiva através da ação de cada um dos seus fatores componentes, predominantemente temperatura e humidade relativa;  
4º Num clima quente, porém sêco, pode o Metabolismo Basal manter-se igual ao dos habitantes dos climas frios e temperados.

O próprio Josué tem ciência da possibilidade de que a interpretação de tal construção tome um caminho determinista do clima sobre o homem. Por isso, ainda no capítulo sobre a fisiologia da alimentação, ou seja, antes de adentrar no estudo antro-po-social da alimentação, adverte: “é evidente que hoje ninguém mais acredita na ação direta do clima atuando sobre o homem e impondo-lhe características visíveis de maneira violenta, como se dá no mundo das plantas. Mas, isso não quer dizer que esta ação do clima seja nula” (CASTRO, 1937, p. 52). A partir desse entendimento, o autor defende que “a ação do clima sobre o homem processa-se, assim, ocultamente, pelas variações funcionais do meio interno, e passam despercebidas aos olhos dos menos avisados. É de tal ordem a ação do clima sobre o Metabolismo de Base”.

A busca do conhecimento das especificidades fisiológicas, além de demonstrar o forte vínculo dos primeiros estudos de Josué com a sua área de formação, a medicina, já encaminha a preocupação do autor em ver os fenômenos a partir de um ponto de vista que prescindia do círculo de apenas uma área do conhecimento. Mais do que isso, desde os primeiros escritos, a abordagem empreendida por Josué situa-se numa linha tênue de associação entre o que é social e o que é natural, por mais que o autor não prescindia e tente precisar particularidades de cada uma das respectivas dinâmicas.

Na construção da reflexão sobre o problema alimentar, Josué passa pelo debate do tema da raça. *Alimentação e raça* é do mesmo ano em que seu autor foi indicado para professor de antropologia no Rio de Janeiro. Segundo Magalhães (1997, p. 33) em sintonia com as interpretações dominantes nos anos 1930, Josué “privilegia o aprofundamento da análise da alimentação, buscando fazer crer ao País – e posteriormente ao mundo – que este era o problema central para a construção da nacionalidade, e não mais a raça ou o clima”<sup>50</sup>.

---

<sup>50</sup> “O debate em torno de raça e das explicações centradas em determinações de herança biológica dominava o ambiente intelectual tanto na Europa como nas Américas no final do século XIX e no início do XX” (LIMA; SANTOS; COIMBRA JR, 2008, p. 107). *Alimentação e raça* conta com prefácio de Edgar Roquette-Pinto, segundo Magalhães (1997, p. 40), quem em 1936, indicou Josué para ser professor de Antropologia Física, na Universidade do Distrito Federal e a quem Josué dedicaria *A alimentação brasileira à luz da geografia humana*, definindo-o como “grande mestre e amigo”. Sobre a sintonia de Josué com as interpretações dos anos 1930, registra-se que em *Alimentação e raça*, no anexo intitulado “Alimentação e aclimação” (CASTRO, 1936, p. 109 – 118), o autor aborda o processo de adaptação humana aos climas quentes. Sobre o processo de aclimação e adaptação em tais locais, em detrimento das condições climáticas, dá ênfase à habitação, ao vestuário, ao regime de trabalho e, sobretudo, à alimentação. A partir do que considerou: “a análise dos vários fatores técnicos da aclimação têm para nós uma grande importância nesta nossa fase de auto-colonização. A utilização racional desses fatores pode orientar melhor as nossas correntes imigratórias e estabelecer a conduta a seguir para facilitar aos imigrantes uma adaptação perfeita ao nosso clima tropical” (p. 113) e, ao final do texto, sintetizou que “fica portanto provado que a aclimação de um povo aos nossos climas, não depende primordialmente de qualidades étnicas nem de supostos caracteres antropológicos desse povo, mas sim dos seus hábitos e gêneros de vida. Fica

Igual as demais obras de Josué dos anos 1930, *Alimentação e raça* também expressa a preocupação com o estabelecimento de uma alimentação racional, a qual repercute na constituição dos homens e da sociedade. É a partir desta compreensão que Josué defende que a alimentação influi decisivamente nas qualidades vitais, por isso no entender de Castro (1936, p. 18) a mesma atua “sobre os caracteres e a evolução da raça”. Assim, considera que “um indivíduo, uma classe, um povo bem alimentado, será sempre um indivíduo, uma classe, um povo forte”. Contrariamente, “grande número de males individuais e coletivos”, como por exemplo, baixa resistência à doenças, incapacidade ao trabalho e curta longevidade, “são ocasionados por uma alimentação imprópria e insuficiente”.

Como causa da alimentação imprópria, Castro (1936, p. 18) aponta dois fatores: i) econômico (pobreza: “com salários miseráveis que percebem, não podem os trabalhadores adquirir para consumo da sua família, a quantidade suficiente de alimentos indispensáveis”) e ii) social (“falta de conhecimento do público das bases da alimentação racional”<sup>51</sup>). Frente a tal quadro, na busca de uma alimentação racional, com *Alimentação e raça* propõe-se a contribuir com a orientação da alimentação, dentro das possibilidades econômicas, melhorando a qualidade da mesma (CASTRO, 1936, p. 19).

---

também provado que, pela utilização científica e racional dos vários fatores técnicos de aclimação, qualquer povo se pode adaptar aos climas tropicais” (p. 117). Analisando o desenvolvimento do pensamento geográfico no Brasil no período de 1890-1930, Machado (2000, p. 7) afirma que “compreender o status da mão-de-obra nas diferentes partes do país, como ela se adaptava ao ambiente geográfico, ou como o ambiente afetava sua capacidade de trabalho, eram questões bastante concretas naquele momento”, segundo a autora, preocupação presente na abordagem de E. Roquette-Pinto, que “foi membro das expedições da Comissão Rondon (1907-1913) à fronteira oeste”. Castro (1937b, 141-145) defende Roquette-Pinto da acusação de ser discípulo de Ratzel. A obra de Josué, especificamente nos anos 1930, apresenta várias referências a Roquette-Pinto. Talvez, o que sintetiza o apreço do primeiro pelo segundo, seja a afirmação de Roquette-Pinto utilizada como epígrafe em Castro (Sd, p. 9): “a antropologia prova que o homem, no Brasil, precisa ser educado e não substituído”. Para um panorama geral das concepções defendidas por Roquette-Pinto cf. Lima; Sá (2008).

<sup>51</sup> Desde os primeiros escritos, Josué chama atenção para a educação alimentar. Com este intuito, em 1937, em parceria com Cecília Meireles publicou *A festa das letras*. Ribeiro (2011) chamou a atenção para a circulação desta publicação em escolas e pelas sucessivas edições, mais de seis décadas depois de sua primeira publicação. Direcionado para o público infantil, o livro parte da ideia de que se come do que se aprendeu a gostar, bem como de que comer é diferente de alimentar-se: “esquece-se que comer não basta, que é preciso ficar alimentado” (MEIRELES; CASTRO, 1996, sp). Os autores expõem que a alimentação está associada à educação e, se iniciada enquanto criança, torna-se hábito quando adulto; com o volume afirmam que “procurou-se apenas apresentar à criança os elementos essenciais, imprescindíveis a uma alimentação completa e harmônica”, tornando *A festa das letras* um “pretexto agradável para fazer chegar às crianças, revestidos de certo encantamento, esses primeiros preceitos de higiene alimentar, indispensáveis à sua vida”. O livro é composto de versos e rimas. Para cada letra de alfabeto, mensagens sobre comidas (normalmente, frutas e verduras) que combinam alimentação saudável com poesia. Todos os versos são acompanhados de desenhos que associam a mensagem com as imagens, facilitando a identificação dos alimentos. Com exemplo, segue o verso da letra “j”:

Já vem o **J**, **J**ovem, **J**ovial,  
Jogando **J**ambo e **J**abuticaba,  
**J**abuticaba, **J**ambo, **J**amelão.  
Só não pode **J**ogar esta fruta imensa  
que não cabe na mão:  
**J**aca-dura, **J**aca-mole, **J**aca-doce que é,  
com uma casca enrugada que nem **J**acaré.

Na exposição dos referenciais que possibilitassem cumprir com o objetivo estabelecido, Josué considera que as substâncias alimentares são uma combinação de um número limitado de alimentos, todos insubstituíveis. Assim, chega ao que chama “lei do mínimo”, ou seja, “cada elemento deve entrar na ração pelo menos numa certa dose, abaixo da qual surgem distúrbios sérios no organismo. Distúrbios ocasionados pela fome parcial, específica, pela falta dum determinado elemento” (CASTRO, 1936, p. 24).

Para demarcar o conhecimento dos alimentos de forma que orientasse a alimentação, Castro (1936) estuda, detalhadamente, a carne, os sais minerais, as vitaminas, o leite, os cereais e, por fim, as verduras e legumes. Apesar de atribuir a alguns alimentos um status especial, como o faz para o leite (“absolutamente indispensável na alimentação infantil, é essencialmente indicado na alimentação dos jovens e é o mais completo de todos os alimentos para os adultos” [CASTRO, 1936, p. 63]), considera que “não há alimento completo e só a associação de várias substâncias constitui uma alimentação racional” (CASTRO, 1936, p. 66).

Visando uma alimentação racional, no estudo das propriedades nutricionais, Josué relaciona a alimentação praticada com os recursos possibilitados pelas condições naturais. A partir disso, chama atenção para a relação alimentação e características físicas da população e, tomando como exemplo o continente africano, faz referência as “diferenças patentes entre as tribus que habitam a floresta equatorial densa e as da zona da savana”, para acrescentar que “hoje, que as doutrinas raciais estão em franca desmoralização, compreende-se que um dos fatores primordiais dêsse contraste fulminante é a questão dos hábitos e gêneros de vida que o meio condiciona, e principalmente a questão alimentar” (CASTRO, 1936, p. 38).

Para além das particularidades com a constituição dos biótipos, Josué preocupa-se com a alimentação enquanto possibilidade econômica. Abordando os cereais, analisa os três principais consumidos pelos brasileiros: o trigo, o milho e o arroz. Levando em conta os aspectos quantitativos e qualitativos que ambos oferecem, sintetiza e defende que no Brasil

o pão de trigo, está consagrado pelo uso, como alimento essencial, mas, sob o ponto de vista nutritivo, o pão de milho e de arroz não seriam inferiores e sob o ponto de vista econômico muito mais acessíveis às possibilidades das classes pobres que dispõem às vezes com o pão mais do que podiam, sacrificando outros aspectos básicos da alimentação (CASTRO, 1936, p. 73).

Castro (1936, p. 74) ainda acrescenta que “entre as possibilidades que dispomos para a substituição racional do trigo na nossa alimentação, resta referir uma de grande alcance – é a farinha de mandioca”. Além desta, Josué frisa que a batata doce, o aipim e o inhame seriam capazes de substituir o trigo na alimentação do brasileiro. Por isso, considera que o pão de

trigo, importado pelo colonizador português, “constitui um exotismo caro num país pobre como o nosso e capaz de produzir tanto alimento rico em amido” (CASTRO, 1936, p. 75).

Assim, por um lado, Josué preocupa-se em orientar uma alimentação que atenda os aspectos nutricionais e, por outro, manifesta a preocupação de que a alimentação deve seguir princípios que visam o aspecto econômico, tanto individual como da nação. O autor adverte que aspectos nutricionais e econômicos estão associados aos recursos naturais e implicam na constituição dos biótipos individuais e coletivos, além do que expõe a preocupação com os aspectos dos hábitos e das tradições alimentares, os quais seguem práticas associadas a esferas que independem dos preceitos de uma alimentação concebida como racional.

Considerando estas particularidades, Castro (1936, p. 81) adverte ser “perigoso alterar bruscamente os hábitos naturais de um povo, hábitos que resultaram das condições do clima e do solo e do gênero de vida dos seus habitantes, para seguir os conselhos estritos da higiene alimentar”. Castro (1937, p. 28), sobre tal questão, afirmou que “o papel da higiene alimentar é basear-se na Fisiologia para corrigir e completar os regimes defeituosos, e não para substituí-los por outros inteiramente diferentes”. E, mais do que isso, lembra que hábitos considerados primitivos já efetivaram uma alimentação com qualidade, sobretudo, pelo uso diversificado de produtos naturais<sup>52</sup>.

Sobre isso, sua posição sintetiza-se da forma que se encontra em Castro (1936, p. 85):

o que temos a fazer é meditarmos sobre a alimentação usada em cada região, estudarmos as condições de vitalidade dos que fazem o seu uso e deduzirmos racionalmente quais os seus erros e defeitos mais graves e quais as consequências que deles advêm. Feito isto, procuraremos modificar esse regime, alterando-o em certos pontos, completando-o em outros, de acordo com as bases da ciência atual. O que a experiência nos ensina e a própria ciência não pode contestar, é que não se devem introduzir modificações radicais nos hábitos alimentares de ninguém.

Se em *Alimentação e raça* chamou atenção para a relação alimentação e tabus, uma vez que afirmou: “o temor do desconhecido, os tabus, os preconceitos da moral religiosa com suas interdições, têm também influído muito para tornar insuficiente a alimentação humana” (CASTRO, 1936, p. 82), dedica *Fisiología dos tabús* ao exame do tema. O conhecimento deste, que repercute nas práticas alimentares, é faceta da dinâmica da alimentação.

Especificamente sobre o Brasil, Castro (1941, p. 47) expressa o entendimento que de “em sua forma pura, em sua estrutura completa, já não contamos no Brasil com verdadeiros *tabús* alimentares. Restam, apenas, em nossos costumes, alguns vestígios de interdições *tabús*,

---

<sup>52</sup> Josué também chamava atenção para algumas práticas tais como a do cozimento: “a aplicação apresada de certos conhecimentos de higiene mal compreendidos pode tornar uma alimentação sadia, carente em vitaminas. É o caso dos discípulos de Pasteur que num zelo exagerado de esterilizar os alimentos, de nocivos microbios destruíram os princípios vitamínicos dos alimentos” (CASTRO, 1939, p. 128). Para Castro (1936, p. 83), “o que não há dúvida é que a alimentação do homem tem que ser uma alimentação mixta e variada”.

impregnados como sobrevivências na nossa organização cultural”. Estes se aproximam mais de “superstições alimentares, proibições de misturas de dois alimentos, impossibilidade de alimentos em certos períodos fisiológicos” do que proibições.

Restringindo-se a dinâmica entre o social e o natural, Josué lembra que os tabus são, fortemente, ligados a relação dos homens com elementos encontrados em determinados locais, como animais, montanhas, árvores, poços etc. Por isso, defende que “são, portanto, manifestações estas, muito ligadas a um determinado ambiente – eminentemente ecológicas” (CASTRO, 1941, p. 49). Em relação aos deslocamentos populacionais forçados, especificamente, aos africanos, afirma que

arrancados brutalmente de sua terra, com as raízes que os ligavam a esta terra quebradas violentamente, já não mantem nessa outra parte do mundo a sua mesma força de atuação cultural. Não formam com a nova terra, êsses laços que os ligam com uma força tão desadogada que chegam a constituir entre o indivíduo e a terra, uma espécie de parentesco, fazendo com que o indivíduo sinta a perda dessa terra, como a de um pai, de um irmão de um parente amado (CASTRO, 1941, p. 48).

Esta mesma passagem de Josué encontra-se em uma análise sobre a contribuição da população africana à alimentação brasileira (CASTRO, 1959, p. 124). Na ocasião, destacando a positividade da mesma, assegurou que “poucos setores da vida brasileira são tão ricos dessas sobrevivências africanas como o setor da alimentação”<sup>53</sup>. Assim, expressando a existência de vínculos em relação aos recursos naturais e hábitos alimentares, os quais se fazem presentes na alimentação do brasileiro via influência das culturas africanas.

Em tentativa de síntese, com o “problema da alimentação”, Josué empenha-se em estabelecer, uma alimentação racional, a qual se imponha como fundamental: i) para a regulação das questões econômicas e sociais tendo em vista a sua relação com a capacidade de trabalho dos indivíduos e ii) pelo conhecimento do consumo dos recursos naturais, pois estes são a base da qual depende a produção dos alimentos. A contribuição da fisiologia para a resolução do “problema” dá-se com a precisão que a mesma oferece do dispêndio de energia do metabolismo basal que, conforme defende o autor, possuem particularidades de acordo com as condições climáticas, em decorrência da temperatura e da umidade.

Isso faz de Josué um médico preocupado em conhecer questões de fisiologia humana para dar conta de problemas econômicos e sociais da década de 1930. Ao mesmo tempo, quando defende que as condições climáticas alteram o metabolismo basal, posiciona-se em uma linha tênue do debate das influências do meio sobre o homem. Alias, Castro (1939) não nega estas, pois insistentemente, com estudos comparativos, busca demonstrar a diferença do

---

<sup>53</sup> Na obra de Josué é recorrente o destaque às contribuições da culinária africana na alimentação praticada no Brasil. Sobre isso, especialmente, cf. o ensaio “A influência negra na alimentação brasileira” (CASTRO, 1959).

metabolismo basal. Na exposição do problema da alimentação no Brasil, considera que o gasto com o metabolismo basal é apenas um dos componentes dos gastos de energia, ao qual deve se acrescentar o dispêndio nas atividades de trabalho, a energia suplementar de repouso e a energia gasta pela ação específico-dinâmica da alimentação (CASTRO, 1939, p. 60).

Mesmo reduzindo-se aos elementos da ciência médica, não pode-se deixar de registrar as preocupações de Josué com a questão da qualidade da alimentação, sobretudo, com o consumo de vitaminas e de sais minerais. Dizer isso, não satisfaria todo o fazer das preocupações do autor, especificamente no que diz respeito às discussões sobre as “influências” do meio sobre o homem, pois para Josué, a “fraqueza da raça” antes de ser um problema eugênico ou resultado das condições climáticas tropicais, é “um problema de fome”.

O desconhecimento de questões nutricionais e as condições sociais e econômicas que não permitiam a satisfação das necessidades alimentares era para Castro o cerne da questão. A estas correspondem a colocação de problemas de duas ordens, respectivamente: i) de conhecimento, a fisiologia como explicação delimitadora de uma alimentação racional, sadia e possível dentro das condições naturais e ii) no âmbito das relações socioeconômicas, a necessidade de oportunizar a população condições de prover suas necessidades alimentares.

A partir do exposto até aqui, no estudo do problema da alimentação, a obra de Josué de Castro, aborda uma série de aspectos que transitam entre as ciências naturais e as ciências humanas. Seguindo os desdobramentos do percurso da produção intelectual do autor, ainda restringindo-se as obras de década de 1930, a geografia é um capítulo significativo, sobretudo, porque no estudo da alimentação, a mesma é entendida como a que possibilita dar “uma visão total do assunto, com as várias perspectivas que ele êncerra” (CASTRO, 1937, p. 13).

## **2.4 Geografia e alimentação: A alimentação brasileira**

Cada vez que, numa qualquer região, alguém procura atentar  
sobre o regime alimentar do seu povo, descobre todos estes  
defeitos, tôdas estas chagas da desnutrição crônica  
(CASTRO, 1937, p. 144).

A tentativa de ligação do problema da alimentação com a Ciência Geográfica, em parte deve-se ao fato de Josué ter sido professor de Geografia Humana. Atividade que desempenhou no Recife a partir de 1932 e que voltaria a atuar no Rio de Janeiro. Médico de formação, mas com repetidas tentativas de explicações das dinâmicas sociais defendendo a necessidade de considerar os fatores naturais, Josué recorre a Geografia e, inclusive, as possibilidades de conexão entre as dinâmicas do natural e do social na busca de compreensão e explicação da alimentação brasileira.

No prefácio acrescido a 3 edição de *O problema da alimentação no Brasil (Seu estudo fisiológico)*, Josué comenta o recente interesse pelo tema da alimentação no Brasil, ao contrário do que percebeu em relação aos Estados Unidos, onde esteve antes da publicação da 1 edição da mesma Obra e pôde perceber a longa história de pesquisa sobre o assunto. Na introdução de *A alimentação brasileira à luz da geografia humana*, Josué faz um balanço dos estudos do tema da alimentação no mundo e considera que no Brasil existem apenas estudos parciais, por meio de iniciativas individuais.

Após arrolar uma lista de publicações ligadas aos campos da biologia e da medicina nos anos 1930 no Brasil, Castro (1939) considera que a alimentação tem despertado outros campos, referindo-se, diretamente, a sociologia. O autor considera a alimentação como fenômeno que exige e abrange um grande leque de conhecimentos, da biologia à antropologia, da fisiologia à sociologia etc. e, ao passo que frisa a multiplicidade de perspectivas que a alimentação exige, demarca a necessidade de sua racionalização: “para ser estabelecida uma alimentação racional fundada sobre princípios rigorosamente científicos, alimentação que constitui a necessidade mais premente da vida e condição essencial para uma eficaz atividade produtiva de um povo, numa determinada região” (CASTRO, 1937, p. 22).

Na exposição das preocupações das atividades que não se resumem a biologia e a medicina, centrado no problema da alimentação, Castro (1939) expôs a questão das relações entre biológico e social, mais especificamente, como entendia que o biológico possibilitava entender certos aspectos do social, de um modo que até então não se havia levado em conta:

Um conhecimento mais exato dos nossos hábitos e tradições alimentares regionais, veio esclarecer até certo ponto o mecanismo de atuação dos fatores geográficos no condicionamento da civilização brasileira. Veio fixar, em seus limites precisos, a atuação dos fundamentos biológicos de nossa organização cultural. Fundamentos biológicos que estavam a necessitar uma sondagem em regra, porque não tinham sido, até então, suficientemente investigados. As bases históricas, econômicas e culturais de nossa formação foram sempre levadas em conta pelos nossos historiadores e sociólogos, mas, as suas bases biológicas, quase que tinham sempre ficado em absoluto esquecimento. Mesmo quando esses pensadores falavam em ação do meio, em ação do clima, em fatores raciais, era tudo isto trazido a baila de maneira tão confusa, tão propositadamente empastada, que não havia perigo de se esclarecer nada desses mistérios da antro-po-sociologia. Isto se explica, em grande parte, pela complexidade que sempre assumem os fenômenos de ordem biológica no campo das atividades sociais (CASTRO, 1939, p. XVI).

Para Josué, em conexão com outros fatores, a ação da alimentação sobre o homem e a sociedade brasileira foi durante muito tempo escamoteada, fato que não poderia mais ser ignorado. Como médico preocupado com o fator alimentar na constituição da sociedade brasileira, associado a outros fatores de higiene coletiva, Castro (1939, p. XVIII) defende que “o homem é fraco no Brasil e o Brasil pobre no mundo, por falta de uma alimentação

adequada”. Ciente do exagero de tal enunciado, considera-o mais verdadeiro que os retóricos antigos discursos políticos de que “o Brasil é um país feliz onde ninguém morre de fome”<sup>54</sup>.

Das publicações da década de 1930, a *A alimentação brasileira à luz da geografia humana* consiste na terceira obra de Josué dedicada ao estudo do “problema da alimentação no Brasil”. A insistência na retomada do tema da alimentação, se por um lado pode deixar transparecer certa indefinição na abordagem do tema (haja vista que o acréscimo de ideias demonstra a construção de uma reflexão, exigindo re-elaborações), por outro, como expôs a autor, pode ser justificado pelo recente interesse pelo tema da alimentação entre os intelectuais brasileiros. De qualquer forma, na obra em questão, como argumento que justifica uma nova investida no tema, o autor destacou a possibilidade de contribuição oferecida pela geografia, mais exatamente, a visão de totalidade que a mesma permite:

chegámos à evidência de quanto seria interessante tratá-lo não mais em seus aspectos parciais, mas em seu conjunto, o que só se poderia conseguir com um estudo baseado nos métodos e princípios da geografia humana, capaz de permitir uma visão total do assunto, com as várias perspectivas que êle encerra. Fomos, dêsse modo, levados a escrever mais um livro sôbre alimentação. Assim se explica a insistência (CASTRO, 1937, p. 13).

Na obra em questão, a discussão empreendida pelo autor não é novidade, pois em parte encontrava-se em publicações anteriores. Porém, mesmo existindo uma base em comum em relação a escritos já divulgados (inclusive, com repetição de textos), a tentativa de análise empreendida avança, sobretudo, pela declarada busca de explicações mais totalizadoras: a tentativa de uma visão que considerasse o máximo de aspectos possíveis<sup>55</sup>.

Assim, Castro (1937, p. 23) considera que o livro está “orientado dentro de um plano de finalidades pragmáticas, visando mostrar a importância da alimentação e solucionar as

---

<sup>54</sup> Sobre os autores que expressaram tais preocupações “sociológicas”, Josué cita os nomes de Afranio Peixoto, Roberto Simonsen, Gilberto Freyre, Araújo Lima, Djacir Menezes, Luiz da Camara Cascudo e Castro Barreto. A título de registro, na ocasião, Josué agradece, entre outros, Pedro Escudero, Preston James e Pierre Deffontaines.

<sup>55</sup> *A alimentação brasileira à luz da geografia humana* possui prefácio de Afrânio Peixoto que definiu a publicação como “um dos mais belos livros que se escreveram, de higiene, no Brasil” (apud CASTRO, 1937, p. 12). Na ocasião o autor fez referência a uma “antropologia de ricos e pobres” (apontou consequências da alimentação na composição física das pessoas, sendo que aos 14 anos, ricos e pobres, respectivamente, medem 1,50m e 1,46m e, na média dos homens adultos 1,68m e 1,64m) e uma “fisiologia de classe” (diferentes quociente intelectual médio entre crianças de diferentes classes), do que concluiu: “a crise política e moral do mundo é uma doença de nutrição. Supernutridos, violentos e atemorizados; subnutridos, irritáveis e pervertidos... Em vez de polícia, revoluções, anátemas, que não curam nada, higiene, que previne tudo...” (apud CASTRO, 1937, p. 10). Para o autor, a alimentação estava associada à dignificação dos homens e as potencialidades do trabalho, sendo ambas a base para a construção da nação: “não fazemos nada de bom, porque estamos em dieta... Não comemos à nossa fome e, menos à nossa possibilidade de fazer alguma coisa (...). O que é necessário é ser gente. Para isso é preciso, primeiro, nutrir-se. É o princípio. Tudo o mais é conseqüência. O nosso pobre trabalhador rural ou urbano quase não trabalha, duas ou três horas em oito, porque não pode” (p. 11). Ainda acrescenta que com trabalhos como o que prefacia, que levava ao conhecimento da questão, está dada a partida para a solução do problema: “o povo de jejuadores, que somos, comerá mais ou tanto quanto a sua fome, às suas necessidades, e não será mais dos sub-homens, que somam a sub-nação que vemos... Portanto, livre, e grande, não só de higiene, mas de civismo brasileiro, de idealismo humano” (p.12).



incógnitas do problema para elaboração de nosso padrão dietético racional”. Por isso, afirma (CASTRO, 1937, p. 24) que com o mesmo:

pretende abarcar as várias faces do problema, e, através de um esforço de síntese e coordenação, destacar todo o interesse primordial da questão entre nós, obtendo nesta visão rotativa e totalitária do problema, a noção exata do que representa a alimentação na formação e evolução do nosso povo. Visa ainda, pelo conhecimento dos nossos hábitos alimentares, ressaltar os defeitos da alimentação regional e proceder à sua correção, dentro dos princípios fisiológicos da economia alimentar.

Na resolução de tal tarefa, como método, diretamente, afirma optar pelo “geográfico”, ao que acrescentava não se tratar da descrição da antiga geografia, mas dos princípios formulados por Ritter, Humboldt, Ratzel e La Blache (CASTRO, 1937, p. 24). Desta forma, definia a *A alimentação brasileira à luz da geografia humana* como um trabalho “orientado sob a inspiração do espírito geográfico” e, na resolução do problema alimentar, não poupava palavras sobre as potencialidades da abordagem adotada, pois vaticinava que “um dos motivos porque o problema da alimentação esteja ainda por ser solucionado, em grande parte do mundo, decorre, ao nosso ver, da falta de aplicação dêste método ao seu estudo” (CASTRO, 1937, p. 25). Josué sustentava que o estudo do problema da alimentação com o método geográfico superaria as visões unilaterais das pesquisas parciais, ou sobre fisiologia ou sobre aspectos sociais. Ao contrário de tais visões, em uma perspectiva abrangente e totalizadora, com a geografia, buscava associar aspectos de ordens diferentes:

Só a geografia, que considera a terra como um todo, e que ensina a saber ver os fenômenos que se passam em sua superfície, a observá-los, agrupá-los e classificá-los, tendo em vista a sua localização, extensão, coordenação e causalidade, – pode orientar o espírito humano na análise do vasto problema da alimentação, como um fenômeno ligado, através de influências recíprocas, à ação do homem, do solo, do clima, da vegetação e do horizonte de trabalho (CASTRO, 1937, p. 25).

Sobre os princípios geográficos que direcionam o estudo, Castro (1937, p. 27) pontuava: a extensão (Ratzel), a comparação (Ritter e La Blache), a causalidade (Humboldt) e a conexidade (La Blache). A partir de tais referenciais, propõe-se a estudar o problema da alimentação a partir da Geografia, sendo que na definição desta, afirma acompanhar De Martone, por isso definia-a como “a ciência dos fenômenos físicos, biológicos e sociais, encarados em sua distribuição na superfície do globo, suas causas e relações recíprocas”.

A partir destas delimitações em *A alimentação brasileira à luz da geografia humana*, Josué estabelecia como plano de estudo três pontos, dos quais resultam nas partes que compõem a obra<sup>56</sup>: i) postulados da alimentação baseados na fisiologia, considerando as condições climáticas (“experimentação fisiológica”); ii) fontes da alimentação de que se

---

<sup>56</sup> A obra *A alimentação brasileira à luz da geografia humana* (CASTRO, 1937) é composta por três partes: “I – Estudo fisiológico da alimentação no Brasil”; “II – Estudo antropológico da alimentação no Brasil” e “III – Estudo higiênico da alimentação – Padrão dietético brasileiro”.

dispõe, considerando “o meio e o homem” (“indagação histórico-social”), procurando conhecer os hábitos alimentares, a composição dos regimes alimentares e pondo em relevo as falhas e iii) aspectos higiênicos do problema (“ciência prático-aplicada”), estabelecimento de uma alimentação racional considerando as diferentes regiões brasileiras (CASTRO, 1937).

Com esta estrutura Josué propõe-se a fazer uma geografia da alimentação brasileira. O estudo fisiológico da alimentação trata-se da retomada do que já havia exposto anteriormente (CASTRO, 1939). Com o mesmo, o objetivo é delimitar um padrão alimentar que considere as particularidades regionais brasileiras, levando em conta os recursos naturais, as atividades de trabalho e os hábitos alimentares. Isso porque compreende que a alimentação (e não o clima ou a raça) é fundamental na formação social de um povo, pois a mesma influencia as qualidades vitais dos indivíduos, do que decorre sua capacidade de trabalho e, conseqüentemente, repercute nos aspectos econômicos.

Considerando o que estabeleceu sobre o metabolismo de base, para Castro (1939, p. 51) as necessidades alimentares são compostas pelas despesas fundamentais (do próprio organismo) mais as despesas de funcionamento (trabalho e digestão). Sobre as necessidades alimentares despendidas em função de atividades, considerou que “há sempre um aumento sensível na quota energética individual pela execução de qualquer trabalho, sendo êste aumento diretamente proporcional à intensidade do trabalho produzido”, por isso afirmava que “o que nos interessa é fixarmos o total de energia que consome cada espécie de trabalho” (CASTRO, 1937, p. 61)<sup>57</sup>.

Assim, Castro (1937, p. 68) estabelecia as despesas dos gastos energéticos do organismo para habitantes brasileiros (homem adulto), as seguintes quantidades:

- 1) Despesa fundamental – Metabolismo de Base – 33,8 calorias, por hora e metro quadrado da superfície corporal, considerando o homem médio com uma superfície cutânea de 1,65 cms., teremos 33,8 X 24 X 1,65 = .....1338 cls.
  - 2) Despesas de trabalho ativo, profissional 100 cls. por hora X 8 horas = .....800 cls.
  - 3) Despesa de 8 horas de atividade leves, repouso relativo – 30% sobre as despesas de base = .....401 cls.
  - 4) Despesas gastas pela ação específico-dinâmica dos alimentos – percentagem de 10% = .....254 cls.
- Total..... 2793 cls<sup>58</sup>.

<sup>57</sup> A respeito da relação alimento e trabalho, baseado na ideia de bioenergética dos alimentos, Castro (1937, p. 63) chegou a comparar homem à máquina: “como uma máquina há para o organismo humano uma correspondência matemática entre o consumo de material combustível e a taxa do trabalho realizado, e daí a correspondência absoluta entre os gastos energéticos e o número de quilogramas que o indivíduo produz”. Na mesma ocasião o autor apresenta uma tabela com as diferentes quantidades de calorias despendidas por horas de acordo com o trabalho realizado (CASTRO, 1937, p. 63).

<sup>58</sup> Dados próximos a esses, no entanto com referências a outros autores, também eram apresentados em Castro (1939, p. 60). Em Castro (1937, p. 68) o autor especificava estas quantidades considerando sexo e idade. No estudo fisiológico da alimentação no Brasil, demonstrando a importância atribuída pelo autor a precisão de tais quantidades trata-se do acréscimo em Castro (1939, p. 61) em relação a Castro (sd) de uma tabela com uma

Conhecidas as necessidades alimentares, Castro (1937, p. 80) estabelecia a composição do que delimitava como “padrão dietético-racional”: “70 a 100 grs. de albumina fornecendo 410 calorias (15% de energia total). 500 grs. hidrocarbonados, fornecendo 2.050 calorias (70% da energia total). 36 grs. de gorduras, fornecendo 335 calorias (cerca de 15% da energia total)”. Estas seriam as quantidades que atenderiam aos princípios fisiológicos, às quais ainda caberia observar os princípios qualitativos<sup>59</sup>. Entretanto, defendendo ser o problema da alimentação, além de fisiológico, também econômico e social, Castro (1937, p. 105) advertia que se impunha a necessidade de conhecer tais aspectos. Sobre isso, afirmava:

Não estaríamos dentro do conceito geográfico que fixamos anteriormente, se, de acordo com as leis fisiológicas, traçássemos um padrão onde as necessidades do organismo fossem satisfeitas com uma ração composta de alimentos não utilizados no nosso meio, por força dos hábitos, ou por inacessíveis ao nosso standard de vida.

Seguindo os caminhos de uma leitura que cumprisse com os princípios adotados, Josué expressa um estudo da alimentação que liga aspectos naturais e aspectos sociais. Sobre a obra de 1937, Magalhães (1997, p. 36) considerou importante destacar “o movimento no sentido de aprofundar a interação homem-meio ambiente”. Assim, com o estudo da alimentação tinha como objetivo chegar às consequências da mesma na formação econômica e social. Como recorte, nos escritos da década de 1930, o Brasil é o foco de estudo. A alimentação tanto é considerada empecilho como é possibilidade para a constituição de um homem e de uma sociedade.

Na busca de conhecer a alimentação considerando “o meio e o homem”, Josué inicia referindo-se a La Blache e, mais precisamente, a ideia de que a alimentação é o que mais liga o homem a um certo meio. Baseado nisso, considera “que é através da alimentação que se processa com mais intensidade a ação do meio natural sobre a vida humana” (CASTRO, 1937, p. 109). No seu entender, em todos os tempos o homem preocupou-se com a ação envolvente do meio, o que demonstra certo “sentimento de domínio das forças cósmicas”. Tentando entender tal questão, Josué aborda as noções de relações entre sociedade e natureza fazendo referência às preocupações que resultaram em denominações como de “meio natural”, “meio geográfico”, “environment” e “ecologia”, em comum, considera Castro (1937, p. 110), todos expressam “a mesma inquietação humana em busca de melhor explicar e

---

escala para o cálculo de despesas energéticas familiares. Magalhães (1997, p. 36) ponderou que “o estabelecimento de regimes mínimos voltados para a ‘manutenção da vida’ revela uma postura estratégica em relação à situação nutricional do País. Trata-se, simultaneamente, de consolidar uma visão da alimentação como algo capaz de influir decisivamente no processo de reconstrução da nação e oferecer caminhos concretos e imediatos para a transformação do quadro alimentar... a inclusão desta preocupação no âmbito das políticas sociais converte-se em uma dimensão importante do perfil de proteção social, originado no regime varguista”.

<sup>59</sup> Lima (2009) aborda os princípios de quantidade, qualidade, harmonia e adequação na obra de Castro.

delimitar a ação das forças naturais sobre o ser humano. Em interpretar o mecanismo desta ação, ou melhor, destas ‘interações do complexo organismo-meio’, como chamou Rabaud”.

Como exemplos de tais concepções, Josué pontua: i) na antiguidade, Hipócrates; ii) na modernidade, entre outros, Montesquieu; iii) a determinista, de Ratzel e de Semple e iv) reagindo contra Ratzel, La Blache, que defendia as interações, “onde o homem e o meio agem como forças ativas em reações contínuas” (CASTRO, 1937, p. 112). O autor explicita compartilhar da concepção de La Blache e, por isso considera que na moderna Ciência Geográfica “o estudo da ação do meio saiu do terreno das hipóteses obscuras para o campo claro das conexões, das inter-relações, conceitos hodiernos da moderna geografia”<sup>60</sup>.

Sem negar que certas condições como a “secura e a humidade do ar” ou “o calor” “podem modificar os caracteres pessoais dos seres vivos, animais ou vegetais”, Castro (1937, p. 112) considera que “o homem” é “um fator geográfico ativo” e, por isso, “não se submete ao meio natural, como uma massa neutra, embalada pelo jôgo das forças circundantes”. O autor não deixa de acrescentar que “através da evolução cultural, o homem conseguiu escapar logo cedo à ação direta da meteorologia ambiente”.

Mesmo assim, considerando a adaptação de um ser vivo a um determinado meio, Castro (1937, p. 114) aponta dois processos elementares: o ser vivo reorganiza-se em função do meio ou procura modificar o meio. No primeiro caso coloca os vegetais, já os animais, pela mobilidade, “escapam parcialmente”. Por sua vez, considera que o homem, em função de sua ação criativa, pode viver desde as regiões polares até as florestas quentes. Isso não impede de que o autor se auto-questione: “escapa o homem inteiramente a ação do meio?” Ao que segue a resposta, “não”. Josué considera que a dinâmica da vida humana, não é independente do restante da vida animal, bem como da vida vegetal. Por isso, não pensa de modo dissociado, como opostos, homem e natureza, antes busca explicar as ligações do homem ao meio natural, demonstrando as particularidades dos fenômenos sociais, levando em conta as suas devidas especificidades naturais. Pois, como considerou em Castro (1937, p. 114):

O homem não escapa inteiramente à ação do meio; primeiro, porque, procurando escapar tècnicamente a esta ação, êle está agindo em função dela, e, se a vence, não quer isto dizer que não a sofreu; segundo, porque, escapando a partir dum certo momento à sua ação direta, continua a sofrer indiretamente os seus efeitos, através da forma de alimentação que lhe vai fornecer os materiais nutritivos.

É a partir destas concepções que encaminha as relações entre alimentação e formação social-econômica brasileira. Tal associação deriva da terminante contraposição em relação às

---

<sup>60</sup> Tais considerações, apesar de não fazerem referência, lembram a crítica empreendida no início da década de 1930, por Araújo Lima (LIMA, 1975), ao determinismo ambientalista. Tendo em conta que em outras oportunidades Josué se remete a Lima, leva a crer que seja a partir do mesmo que se fundamenta.

ideias imputadas ao clima e a raça como fatores condicionantes das condições sociais. Mais precisamente, Josué objetivava negar a ideia de que o clima tropical e a mestiçagem fosse responsáveis pelas atrasadas condições de desenvolvimento econômico e pela pobreza. Referindo-se ao México e a Argentina, sobre a incapacidade no trabalho, índices de mortalidade e a alimentação insuficiente, Castro (1937, p. 118) defendeu que:

Tanto nestes dois países, como no nosso, a degenerescência do povo é o resultado mais da organização econômico-social, conseqüência de hábitos e de princípios, do que de sangue e de clima e, é principalmente, como já tivemos oportunidade de dizer uma vez – é mais um mal de fome do que um mal de raça.

Este posicionamento reflete as discussões empreendidas nos anos 1930, ao mesmo tempo em que anuncia a tônica de reflexões futuras, sobretudo, na atuação parlamentar. Para Josué, no Brasil, mais do que clima e herança racial, agiram “certas causas de fundo social econômico”, como a baixa densidade populacional; o latifúndio; falta de defesa contra as chamadas doenças tropicais e, sobretudo, “como importantes fatores da inferioridade antropológica do nosso homem, e, conseqüentemente, do seu rendimento vital – a **alimentação defeituosa**” (CASTRO, 1937, p. 124).

Tais conclusões são resultadas da análise de que a ambição econômica levou ao descuido com a alimentação. No Brasil, os portugueses de tradicional boa alimentação, preocupados com a ambição de enriquecer, esqueceram dos cultivos habituais, lançando-se de corpo e alma ou no plantio de cana-de-açúcar ou na busca do ouro: “e, senhor de engenho ou mineiro, descuida o colonizador, por completo, a sua alimentação, donde o rebaixamento do padrão alimentar do Brasil” (CASTRO, 1937, p. 127). O resultado disso é um “homem fraco e subnutrido, com peso abaixo do normal, com uma incapacidade crônica para o trabalho, com um índice de longevidade assustadoramente curto, e, ainda por cima, com um índice de mortalidade infantil dos mais altos do mundo”.

A alimentação defeituosa do brasileiro, adverte Josué, é a causa de doenças atribuídas ao clima. O que, segundo o autor, fica claro quando da decadência de alguma atividade, como o exemplo, da borracha. A decadência da economia da borracha possibilita o surgimento da agricultura para consumo doméstico, levando a melhorias substanciais da alimentação e ao conseqüente “desaparecimento” de doenças<sup>61</sup>.

---

<sup>61</sup> Sobre estas afirmações é sensível a influência de Lima (1975) e, mais especificamente, dos estudos sobre a Amazônia, publicado em 1933, sob o título de *Amazônia, a terra e o homem*. É de Lima que Josué retira a consideração de que “mais pode o homem do que o clima. As condições mesológicas, no que tange ao condicionamento das afecções mórbidas, são antes sociais que cósmicas” (CASTRO, 1937, p. 128).

A alimentação insuficiente ou incompleta repercute nos caracteres de vitalidade do homem brasileiro, o que, na leitura de Josué, traz consequências aos aspectos sociais e econômicos, fundamentais na construção de um país que pretende ser forte:

O que queríamos frisar, é que esta alimentação tem pesado dolorosamente na economia da nação, paralisando, roubando mesmo, a maior parte do seu capital humano, provocando discretamente a maior parte dos obstáculos que aparecem como obra do clima. Clima que permitiria, pela riqueza de produtos cultiváveis entre nós, pelo aproveitamento racional das nossas reservas naturais de nutrição, uma alimentação bem melhor, bem mais equilibrada (CASTRO, 1937, p. 133).

A exposição de Josué remete a dados levantados por Araújo Lima sobre a amazônia, ao passo que deixa transparecer o quanto eram escassas as informações que poderiam proporcionar a análise do Brasil em seu conjunto. Aliás, Josué defendia tanto a criação de institutos de pesquisa como o de nutrição, para conhecimento das necessidades alimentares e das propriedades nutricionais de alimentos, como de dados socioeconômicos e populacionais, levantamentos das condições de vida, considerando moradia, alimentação etc<sup>62</sup>. Diga-se de passagem, sobre isso é significativa a forma como iria encerrar a *A alimentação brasileira à luz da geografia humana*, uma vez que considerou que para fazer ciência tem-se a necessidade de dados, de estudos empíricos (CASTRO, 1937, p. 165).

A terceira parte de *A alimentação brasileira à luz da geografia humana* é dedicada ao estudo higiênico da alimentação. Com a ideia de uma ciência prática-aplicada, considerando as características regionais brasileiras, Josué tem por intenção detalhar um padrão alimentar racional para o Brasil. Assim, consiste em um capítulo dedicado a utilização prática do conteúdo exposto nas partes anteriores, ou seja, considerando a fisiologia e a apropriação social dos recursos naturais, objetiva a “determinação da alimentação racional nas várias regiões brasileiras”. Tal empreendimento já havia sido indicado nas obras anteriores quando estuda o “problema alimentar” brasileiro, mas somente nesta última obra leva a cabo.

Levando em conta “o meio e o homem”, a alimentação estabelecida decorre dos recursos naturais disponíveis em cada uma das zonas delimitadas, no entanto a mesma segue as características de uma “ração média alimentar”<sup>63</sup> (CASTRO, 1937, p. 147).

---

<sup>62</sup> Josué foi entusiasta da construção de concepção de pesquisas sociais para o Brasil: desde o estudo sobre as condições de vida no Recife (CASTRO, 1935); os ensaios de pesquisa sobre as condições de vida da população rural (CASTRO, 1935b; 1935c); a criação do Instituto Nacional de Nutrição e, associado a este, do periódico científico *Arquivos Brasileiros de Nutrição*, onde desenvolveu pesquisas experimentais ligadas a nutrição; e, inclusive, quando Deputado Federal, foi ferrenho defensor da criação da Universidade de Brasília cf. em Melo; Neves (2007, p. 174 – 175) excertos de discurso realizado, em 1961, na Câmara dos Deputados, por Josué.

<sup>63</sup> A “ração média alimentar” estabelecida por Castro (1937, p. 147) consiste em: 2800 calorias, em uma composição de 100 gramas de albuminas (sendo 70% de origem animal), 500 de hidratos de carbono, 36 gramas de gorduras, 1 grama de cálcio, 1 grama de fósforo e 0,015 gramas de ferro.

Josué considera que um único padrão nutricional seja suficiente para a alimentação dos brasileiros, mas examinando a alimentação praticada vê-se que os gêneros utilizados não apresentam uniformidade, antes diferem de acordo com as possibilidades regionais, no entender do autor, compondo cinco tipos de regimes. Deixando margem para pensar que o estudo da fome na *Geografia da fome* tem como base o estudo da alimentação, Josué defendia que ao detalhamento dos regimes regionais, “impõe-se previamente um zoneamento do nosso território, dividindo-o em várias regiões, correspondendo cada uma delas a um tipo de alimentação usual” (CASTRO, 1937, p. 148). Tais zonas eram representadas em forma de mapa (Figura 2), o qual seria reproduzido no trabalho de 1946.



Figura 2: Zonas geográficas alimentares brasileiras  
Fonte: Castro (1937, p. 148).

Detalhando as áreas delimitadas, reforçando a ideia do estudo da fome ter como fundamento o estudo da alimentação, Castro (1937, p. 150) apresentava a tabela “zoneamento do Brasil em função dos tipos regionais de alimentação”, que em parte é o complemento do mapa que iria ser apresentado em 1946, assim dispondo os principais alimentos consumidos e as proporções entre estes (Figura 3).

**Zoneamento do Brasil em função dos tipos regionais de alimentação**

ZONAS	Região geográfica que abrange	Alimentos básicos	Proporções mútuas
I ZONA NORTE	Amazonas, Acre e Pará.	Farinha de mandioca Feijão Peixe Castanha do Pará	3 2 1 1
II ZONA DA MATA DO NORDESTE	A faixa da mata dos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio-Grande-do-Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Baía.	Farinha de mandioca Feijão Aipim Charque	3 2 2 1
III ZONA DO SERTÃO DO NORDESTE	Sertão de Maranhão, Piauí, Ceará, Rio-Grande-do-Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Baía e norte de Goiás.	Milho Feijão Carne Rapadura	3 1 1 1
IV ZONA DO CENTRO	Minas Gerais, Mato-Grosso e Goiás.	Carne Feijão Milho Toucinho	2 2 2 1
V ZONA DO SUL	São-Paulo, Espírito-Santo, Distrito Federal, Estado do Rio, Paraná, Santa-Catarina, Rio-Grande-do-Sul.	Carne Pão Arroz Batata	3 3 2 1

Figura 3: Zoneamento do Brasil segundo os tipos regionais de alimentação  
Fonte: Castro (1937, p. 150).

Explicando os recortes que compõem as áreas delimitadas, demarca a importância das interações entre sociedade e natureza, uma vez que pondera: “cada tipo corresponde a uma determinada região territorial, e representa o resultado da experiência humana, adaptando suas necessidades aos meios regionais de subsistência que o ‘meio’ apresenta com maior ou menor abundância” (CASTRO, 1937, p. 149).

A partir disso, Josué procede a análise e indicação dos regimes específicos para cada uma das áreas delimitadas. Como exemplo do que expôs para cada uma das cinco zonas, toma-se a zona I. No exame do regime, Castro (1937, p. 149) considerou que:

Contém este regime apenas 250 gramas de leite, quando os fisiologistas aconselham o uso diário de 1.000 gramas. Mas devemos compreender que não traçamos um regime ótimo e sim mínimo. As condições econômicas do povo nesta zona I, e a produção local exígua de leite não permitem de nenhum modo um consumo médio mais elevado. Deste baixo consumo de leite, resulta que no nosso regime padrão apenas 60 grs. das 100 totais de albuminas são de origem animal, portanto, menos dos 70% considerados anteriormente, por lei fisiológica. Esta falha aparente, procuramos corrigi-la pela incorporação no regime – da Castanha do Pará, que apesar de ser um produto vegetal, possui albuminas de alto valor biológico, idênticas as de origem animal, chegando Bottazzi, a chamá-la de ‘carne vegetal’. Realmente, segundo as análises de Osborne, a Castanha do Pará, é o único produto vegetal que possui todos os ácidos aminados indispensáveis ao crescimento e equilíbrio orgânico. Com as 13,50 grs. de albuminas, da castanha, fica integrado o regime, com mais de 70% de suas albuminas, de alto valor biológico.

Assim, levando em conta tais especificidade, o regime alimentar indicado para a zona I, consiste no seguinte (Figura 4):



Regime alimentar n.º 1, para uso da I zona

SUBSTÂNCIAS ALIMENTARES	Quantidade em grs.	COMPOSIÇÃO									Valor calórico	Custo
		Albuminas em grs.	Gorduras em grs.	Hidr. de carbono, em grs.	Cálcio em grs.	Fósforo em grs.	Ferro em grs.	Vitamina —A—	Vitamina —B—	Vitamina —C—		
Leite .....	250	3,50	8,00	12,00	0,300	0,202	0,0060	xx	x			
Pelxo fresco (ou Pirarucú sêco — 120 grs.) .....	300	48,00	6,30	—	0,327	1,149	0,0065	x				
Farinha de mandioca .....	400	4,30	—	328,00	0,040	0,141	0,0065					
Castanha do Pará .....	50	13,50	23,50	17,00	0,044	0,174	0,0021					
Feijão .....	100	24,00	1,45	52,20	0,132	0,475	0,0072					
Açúcar de 2.ª .....	65	—	—	60,00	—	—	—					
Verduras .....	300	—	—	10,00	0,210	0,122	0,0020	x	xx	xx		
Frutas .....	200	—	—	20,00	0,090	0,042	0,0004		x	xx		
Café .....	20	1,80	0,15	0,15	—	—	—			xx		
TOTAL .....	—	100,60	39,40	498,35	1,143	2,304	0,0290	xx	xx	xx	2,831	

Figura 4: Detalhamento do regime alimentar indicado para a zona I<sup>64</sup>  
 Fonte: Castro (1937, p. 151).

Expostos os cinco padrões alimentares, Castro (1937, p. 159) aprecia que “todos os cinco regimes mantêm as proporções de alimentos orgânicos que julgamos convenientes na nossa exposição doutrinaria e em total calórico, capaz de cobrir as despesas energéticas normais do organismo”. Sobre a não indicação de alguns gêneros alimentícios, como ovos e queijo, Castro (1937, p. 161) equilibra condições econômicas e possibilidade de realização das potencialidades humanas: “não é nosso objetivo traçar regimes ótimos de alimentação e sim regimes básicos, economicamente mínimos que permitem, porém, sob o ponto de vista biológico, a manutenção da vida, dignificada pela plena execução de suas funções integrais”.

É por tais questões que, sobre a Obra de 1937, Silva (1998, p. 211) afirmou que “embora o cerne de sua abordagem ainda seja o estudo fisiológico da alimentação, aproxime-se de uma visão eco-social do tema. É o médico-cientista, que, aos poucos, vai revelando sua sensibilidade às questões antropossociais”.

<sup>64</sup> Os quatro demais regimes encontram-se em Castro (1937, p. 152-155). Os cinco regimes estabelecidos por Josué, quando apresentados em forma de tabela, contam com a coluna “custo”, no entanto em todas não apresenta nenhum dado. Mais a frente o autor comenta a imprecisão e a falta de dados sobre os reais custos com a alimentação, inclusive apresenta uma tabela com os preços dos gêneros alimentícios (CASTRO, 1937, p. 163), a qual é sensivelmente incompleta, o que dificulta, no entendimento do autor, o esclarecimento do conhecimento econômico do regime alimentar, de fundamental importância para o estabelecimento do salário mínimo. Sobre isso considerou: “Pareceu-nos essencial na determinação do padrão dietético brasileiro o conhecimento do custo dos vários regimes tanto assim que ao estabelecermos estes padrões deixámos uma coluna correspondente ao preço dos alimentos. O grande valor do conhecimento econômico do regime alimentar ressalta, por exemplo, na fixação dos salários mínimos, na determinação das quotas proporcionais das despesas familiares, no levantamento dos índices de custo de vida, na determinação dos salários nominais e reais e em muitos outros aspectos aplicados aos estudos de economia social” (CASTRO, 1937, p. 163).

## **2.5 Tudo aí, é, foi ou está para ser: O inquérito sobre as condições de vida e os contos de Documentario do Nordeste de 1937**

As limitações dos dados disponíveis acerca do problema da alimentação levariam Josué, nos anos 1930, a ensaiar a construção de referenciais para levantamentos de informações. Estudando o periódico *Arquivos brasileiros de nutrição*, dentre as publicações que entende fazerem parte de uma perspectiva social, Vasconcelos (1999, p. 311) situa a publicação de nove artigos que recorrem a “distintas modalidades de inquéritos dietéticos”. Sobre estes, o autor considerou demonstrarem que, após o inquérito pioneiro *As condições de vida das classes operárias no Recife* realizado por Josué (CASTRO, 1935), “esta modalidade de investigação, além de aprimorar-se enquanto instrumental básico de pesquisa dentro da perspectiva social da nutrição, ganhou adeptos em todo o país”<sup>65</sup>.

No estudo da alimentação brasileira, reivindicando a realização de inquérito para elucidar a realidade, Josué ficava limitado a apresentar dados de estudos pontuais, mais precisamente de quatro inquéritos sobre as condições alimentares, um em Recife e três em São Paulo. Por ter sido concebido por Josué e pela influência do mesmo nos estudos que, posteriormente, o autor desenvolveria, seguem as considerações sobre o inquérito realizado no Recife<sup>66</sup>. Como em Castro (1937) o autor apresenta apenas parte do relatório publicado sobre o referido inquérito, recorre-se a publicação original, realizada no *Boletim do Ministerio do Trabalho, Industria e Commercio* (CASTRO, 1935)<sup>67</sup>.

Castro (1935, p. 118) inicia o relatório do inquérito constatando que a antropologia evidencia que o que até então era tido como caracteres de “deficiência e de inferioridade”,

---

<sup>65</sup> Em 1935, no *Boletim do Ministerio do Trabalho, Industria e Commercio*, Castro (1935b e 1935c) publicou dois trabalhos direcionados ao levantamento de dados empíricos, mais precisamente trata-se da elaboração de um plano para possível inquérito que objetivasse conhecer as condições de trabalho agrícola no Brasil. No primeiro, abordava em um plano teórico a construção de uma ferramenta de inquérito para levantamento de informações sobre a situação das condições de vida e de trabalho no meio rural brasileiro. No segundo, apresentava esboços de questionários para aplicação, em caso de realização do possível inquérito. O primeiro trabalhos, com o acréscimo inicial de dois parágrafos, também se encontra em apêndice de Castro (1936, p. 137).

<sup>66</sup> Sobre os inquéritos realizados na cidade de São Paulo, trata-se de três estudos empreendidos por diferentes pesquisadores. Castro (1937, p. 139 – 142) faz pequenas considerações sobre os referidos trabalhos, pois o objetivo era apresentar as conclusões dos mesmos, conforme segue: para o primeiro estudo, que se remete ao “padrão de vida dos trabalhadores de S.-Paulo”, as famílias pesquisadas não apresentam condições satisfatórias de moradia e de vestuário; sobre a alimentação, “metade deles parece que vive num regime abaixo do padrão comum, sem as energias necessárias e quase todos usam (...) um regime alimentar mal proporcionado e com carências dos elementos essenciais”; apresentam deficiência no consumo de leite, tendência a abuso de pão e de cereais e desprezo pelas hortaliças, assim “faz crer num consumo relativamente baixo de vitaminas e saes minerais”. O segundo estudo, que faz referências a famílias de professores, médicos, funcionários públicos e de pequenos comerciantes, registra déficit de cálcio e “provável de vitaminas”. O terceiro estudo, que Josué não indica o grupo estudado, apenas registra que é de renda menor que o grupo do segundo estudo, apresenta insuficiência de proteína, ligeiro déficit de ferro e acentuado de cálcio.

<sup>67</sup> Posteriormente, o mesmo relatório sobre tal inquérito, mas com título de *As condições de vida das classes operárias no Nordeste* foi publicado em Castro (1936, p. 89 – 107) e em Castro (1959, p. 75 – 91).

atribuídos a “factores ethnicos, a fatalidades raciaes” são consequências das condições higiênicas e, sobretudo, da alimentação. Afastando qualquer possibilidade de relação entre mestiçagem e vitalidade, origem étnica e incapacidade, o autor defende que as frágeis condições físicas são causadas pelo “estomago vazio”: “não é mal de raça, é mal de fome”, sintetiza. O autor defende que não são os atributos de raça de um povo que define sua capacidade e, quando acusados de incapazes e inferiores, de não terem resistência no trabalho, tais condições derivam de sua “alimentação insuficiente que lhe não permite um desenvolvimento completo e um funcionamento normal”.

Desta forma, Castro alega que se impõe o conhecimento das condições de alimentação, dos hábitos alimentares de cada povo, tanto para o esclarecimento das condições econômicas e sociais, como para as tomadas de decisões em campanhas de alimentação. Assim, como objetivo do inquérito, delimita querer:

averiguar a alimentação das classes assalariadas, aquellas que por suas condições economicas desfavoraveis e seu baixo nivel intellectual, peor se alimentam, necessitando portanto uma assistência social urgente neste sentido, para que seja entravado o seu progressivo estiolamento, provocado por uma inanição chronica e hereditária, verdadeira fome tradicional (CASTRO, 1935, p. 118).

Mais a frente iria afirmar que com o inquérito busca indagar as “condições de vida do operario exclusivamente na área urbana, apurando o seu salario médio, a distribuição proporcional dos seus gastos e particularmente os gastos em alimentação e sua composição média habitual” (CASTRO, 1935, p. 120). O inquérito foi realizado no Recife, em três zonas de residência de operários (Torre, Encruzilhada e Santo Amaro) e abrangeu 500 famílias (totalizando 2585 habitantes).

Sobre os aspectos que pretende analisar, Josué considera-os de fundamental importância para avaliar a capacidade econômica de um povo. Afirma também a relevância de conhecer os dados biológicos das classes sociais, pois “não basta saber a quantidade de homens que produzem, mas também a sua qualidade”. Assim, diz posicionar-se a favor de uma interpretação histórica e econômica a “luz da biosociologia” (CASTRO, 1935, p. 119):

pelo conhecimento da densidade proporcional de nossas classes trabalhadoras, de suas condições economicas e também dos seus caracteres biológicos geraes, índices anthropometricos e biometricos, teriamos um quadro explicativo de nossas possibilidades econômicas e de nossa evolução social.

O ponto de partida seria determinar o standard de vida, ou seja, a relação entre salário e custos de subsistência. Para demonstrar como os dados foram levantados, Castro (1935, p.

121) apresenta um inquérito preenchido<sup>68</sup>. As informações coletadas podem ser segmentadas em: i) pessoas residentes e renda; ii) alimentação (especifica alimentos, quantidade e custo); iii) despesas com habitação; iv) despesas com vestuário e v) outras despesas.

Na interpretação dos dados estatísticos, o que possibilita conhecer as condições de vida da população operária do Recife, Castro (1935, p. 122) apresenta uma tabela com despesas gerais. A qual demonstra um salário médio de 3\$700 e uma média de despesas de 3\$866, do que conclui: “esse ‘deficit’ permanente obriga o operário a viver sempre devendo, sem saldar jamais os seus modestos compromissos, contrahidos á forma da necessidade de viver”. Com alimentação, a população estudada despende 71,6% (variando de 69% a 74%) das despesas totais. O que é contraposta com uma pequena despesa com habitação, apenas possível pelo fato das residências da população estudada ser compostas por mocambos.

Sobre a alimentação, apresenta os produtos consumidos e sua proporção de consumo em relação ao total de famílias pesquisadas<sup>69</sup>. A partir disso, com base nos preços dos alimentos consumidos chega às quantidades consumidas, o que possibilita analisar a composição química da dieta, do que decorre o estabelecimento do regime alimentar praticado: “cada individuo se alimenta de 62 grms. de albumina, 310 grms. de hydrato de carbono e 13 grms. de gordura, num total energetico de 1.646 calorias” (CASTRO, 1935, p. 126). Com tal dieta, considera que:

Qualquer pessoa que possua noções geraes de dietetica e deante dum regimen desta ordem, só tem uma pergunta a formular: “Como se pode comer assim e não morrer de fome?”. E só ha uma resposta a dar, se bem que um tanto desconcertante: “Como? Morrendo de fome”. Realmente é esta alimentação insufficiente, carencial e desharmonica, usada pelas classes operarias, na área urbana, a causa principal do seu elevado índice de mortalidade (CASTRO, 1935, p. 127).

Na conclusão, leva em conta o que já estabeleceu em Castro (Sd), onde delimitou o padrão alimentar racional, retoma a consideração de que uma alimentação para ser racional deve ser suficiente, completa e harmônica e, que por tais características, compreende:

Para ser sufficiente deve fornecer toda energia necessaria aos gastos physiologicos do individuo; para ser completa deve conter em determinadas quantidades – albuminas, hydratos de carbono, gorduras, saes e vitaminas, indispensaveis ao metabolismo organico. Um regimen é considerado harmonico quando os varios principios alimentares mantêm-se em certas proporções mutuas, estabelecendo o “Equilibrio alimentar” (CASTRO, 1935, p. 127).

---

<sup>68</sup> Pelo que o próprio autor apresenta, o estudo foi intermediado pelo Departamento de Saúde (no cabeçalho do questionário aplicado consta “Estado de Pernambuco”), sendo as informações coletadas por entrevistadores dos centros de saúde (CASTRO, 1935, p. 120).

<sup>69</sup> Castro (1935, p. 124) apresenta uma tabela com os seguintes produtos consumidos e sua presença em relação ao total de famílias inquiridas: feijão, farinha, charque, café e açúcar (100%); pão (84%); carne verde (32%); milho (25%); arroz (20%); leite (19%); derivados de leite (15%); verdura (18%); frutas (15%); banha (12%); bacalhau (4%) e outros alimentos (16%).

A partir disso, a respeito da alimentação praticada pela população estudada, conclui:

O regimen que analysamos possuindo apenas 1.646 calorias, é um regimen insufficiente, que somente chega para cobrir os gastos do metabolismo minimo individual no nosso clima, sem margem para o gasto do trabalho. Sobre o ponto de vista qualitativo é um regimen incompleto porque não possui albuminas, vitaminas e saes minerais sufficientes.

Dadas as proporções defeituosas entre os vários princípios alimentares que o compõem, é também um regimen desharmonico. Destas desharmonias se destaca principalmente o desequilíbrio entre excesso de hydrocarbonados e a deficiencia de principios de utilização nutritiva B (CASTRO, 1935, p. 127 e 128).

Em decorrência disso, sobre a alimentação dos operários do Recife e, mais precisamente, quando aponta que os mesmos vivem permanentemente em um regime insufficiente, já nos primeiros escritos, Josué lança uma luz para pensar a fome como uma espécie de corrosão dos indivíduos, uma vez que a mesma impossibilita-os de se constituírem enquanto natureza biológica o que, fatalmente, implica de forma lesiva na sua constituição social. É o natural e o social desenrolando-se sob “auspícios” de tal condição social.

Deante desta exposição fica evidenciada a péssima qualidade da alimentação operaria, sendo o seu regimen improprio sob todos os aspectos. Só ha uma maneira de alimentar-se peor do que esta, é não comer nada. É por isto que esta gente não fala em alimentar-se, mas em enganar a fome. Infelizmente a fome não se deixa enganar, apenas illude-se sua sensação consciente, mas na intimidade profunda de cada cellula perduram indefinidamente os seus effeitos. Muito mais terrivel do que um surto epidemico e do que o flagello periodico das seccas que dizimam de uma vez algumas centenas ou milhares de vidas, é esta desnutrição, esta sub-alimentação permanente que destroe surda e continuamente toda uma população, sem chamar nossa atenção, nem despertar nossa piedade (CASTRO, 1935, p. 128).

Como consequência desta condição, aponta o elevado índice de mortalidade, resultada do “estado de pobreza que condiciona a fome colectiva” (CASTRO, 1935, p. 129). O autor associava os índices de mortalidade por tuberculose, na época responsável por 18% dos óbitos ocorridos no Recife, com a alimentação: “a tuberculose é uma das maneiras disfarçadas de se morrer de fome; fica-se tuberculoso procurando fugir á fome, alimentando-se de si mesmo”. Ainda sobre a mortalidade, fazia referência as ocorridas no primeiro ano de vida (no Recife, 258,9 por 1.000, enquanto em Buenos Aires, 146,2) e antes do 30 anos (no Recife 58%; Buenos Aires e Londres registravam 51,6 e 22,8 %, respectivamente, do total dos óbitos).

Foi a partir desses dados que Castro (1937, p. 134) retomava a consideração de que o inquérito sobre as condições alimentares das classes operárias do Recife “veio revelar a que ponto é deficitária, verdadeiramente mortal, a alimentação das classes pobres”.

A realização do inquérito, enquanto produção de conhecimento, considerando a construção do pensamento de Castro pode ser apontada como a gênese das preocupações em

relação à fome. Na época Josué possuía entorno de 25 anos<sup>70</sup>, era jovem e teria bastante tempo para debruçar-se sobre o tema que seu nome ficaria associado, a fome.

Se no relatório do inquérito os desdobramentos da análise e das conclusões não indicavam um horizonte de estudo voltado para o tema da fome, em a *A alimentação brasileira à luz da geografia humana*, quando retomou o mesmo, o autor apontava indícios do que iria estudar na *Geografia da fome*, pois considerou que existem falhas na alimentação em todo o Brasil: “em algumas regiões brasileiras estas falhas chegam ao extremo de serem de ordem quantitativa”, sendo que “nas zonas mais favorecidas, as falhas residem nos ‘deficits’ qualitativos” (CASTRO, 1937, p. 143 e 144).

Daí decorre a consideração de que quem atentou sobre o regime alimentar, descobre os seus defeitos, mais precisamente, a sua carência (CASTRO, 1937, p. 144). Portanto, mesmo que o próprio título da publicação indica (*A alimentação brasileira à luz da geografia humana*) que o objetivo era estudar a alimentação, os desdobramentos dos dados e das análises encaminham para o estudo da fome.

É recorrente, tanto em falas de Josué, como em trabalhos sobre a sua obra, que o autor descobriu a fome observando os mangues do Recife (como já apontado, inclusive, neste trabalho), portanto o tema da fome é resultado de uma situação empírica. Porém, estudando a produção escrita do autor, pode-se perceber que a mesma, inicialmente, tinha por intenção conhecer a questão da alimentação, como demonstram as obras da década de 1930, mas os resultados alcançados nessas encaminham para o estudo do problema da fome.

Tentando percorrer os caminhos da escrita do autor percebe-se que o tema da fome vai sendo integrado aos desdobramentos do problema da alimentação. A tese de 1932 não fala de fome. Quando publicado em forma de livros, em 1934, apesar dos acréscimos, permanece a ausência. Porém, na edição de 1939, pode-se perceber a inserção do tema, conforme demonstram os trechos acrescentados em relação às edições anteriores.

Como acréscimo na edição de 1939, da alimentação Josué passa a abordar as carências alimentares, a subnutrição e as cáries dentárias. Assim, em Castro (1939, p. 102), lê-se:

A sub-nutrição em cálcio é dos graves defeitos dos regimes alimentares das populações brasileiras. E se esta carência parcial não se evidencia alarmantemente pelo raquitismo, reflete-se de outras maneiras, como por exemplo, por um alto coeficiente de caries dentárias, diminuição de resistência as infecções, etc.

---

<sup>70</sup> As fontes consultadas divergem em relação ao ano de realização do inquérito. Castro (1937, p. 134) afirma que o mesmo foi realizado em 1934, já em Castro (1959, p. 75) encontra-se que teria sido realizado em 1932. De qualquer forma, no próprio relatório do inquérito (CASTRO, 1935, p. 125), os preços dos principais gêneros alimentícios tinham como referência o mês de outubro de 1934. Pernambucano (1983, p. 232) relata que Josué “não tinha mais que 25 anos quando começou a pregação depois de ter pesquisado as condições de vida do pobre de Recife no 1.º inquérito dessa natureza feito no Brasil”.

Tal consideração deve-se aos estudos das propriedades alimentares que o autor vinha empreendendo, parte dos quais, posteriormente, seriam compilados em *Ensaio de biologia social*. Assim, em *O problema da alimentação no Brasil (Seu estudo fisiológico)*, incluindo textos que não estavam na edição anterior, da alimentação chegava a fome, dando os primeiros indícios do que iria abordar na *Geografia da fome*, como se pode perceber de uma passagem em que aborda a “fome específica”:

O brasileiro vive em geral, num regime de fome específica de cálcio, fome que leva as vezes, o indivíduo a ingerir substâncias que não são alimentos, mas que são ricas em cálcio, como o barro, a calça das paredes, etc. Estas perversões alimentares, que já estudamos com mais detalhes no nosso livro “Alimentação e Raça”, é muitas vezes uma defesa instintiva do organismo que busca o elemento que lhe falta. Graças aos estudos modernos de fisiologia e endocrinologia se vai esclarecendo este capítulo curiosíssimo das fomes específicas – fome de cálcio dos desmineralizados, fome de sal dos insuficientes suprarenais, fome de açúcares do hipoglímicos constitucionais ou acidentais, etc. (CASTRO, 1939, p. 102).

Mas a esta altura (1939) o autor já havia publicado as duas demais obras sobre alimentação. E, em uma delas, a de 1937, incorporava o relatório do estudo das condições de vida em bairros operários do Recife como parte do estudo da alimentação brasileira, além de na obra de 1936 ter atestado, categoricamente, o “mal de fome”.

Além do relatório do inquérito realizado no Recife, capítulo substancial desta reviravolta, tratam-se dos escritos que contém, a princípio, um caráter literário, que são os contos, parte dos quais encontram-se reunidos em *Documentario do Nordeste*, de 1937. Estes textos, para além de demonstrar mais uma das facetas da produção do escritor, marca sua aproximação com a produção literária da época, sobretudo, conforme já demonstrado por Schappo (2008), com a produção regionalista nordestina<sup>71</sup>.

Nos anos 1930, a produção intelectual de Josué de Castro, não se restringia ao estudo da alimentação e seus decorrentes primeiros apontamentos sobre o problema da fome. Segundo o que aponta Campos (2004, p. 138), sobre Josué, “o início de sua *vida literária* aconteceu em 1925, com o artigo *A doutrina de Freud e a literatura moderna*, em um texto rebuscado, com muitas citações em inglês, francês e espanhol”.

---

<sup>71</sup> Sobre a relação literatura e sociedade cf. Candido (2006), especialmente, o capítulo “Literatura e cultura de 1900 a 1945”. Conforme aponta o autor, sobre o modernismo da primeira metade do século XX, ao lado da ficção (romance “como instrumento de pesquisa humana e social”), destaca-se a escrita em forma de ensaio histórico-sociológico. A produção escrita de Josué pode ser apontada como tributária deste modelo, tanto pela forma como pelos temas abordados, do que se destaca a afirmação da nacionalidade; a deliberada intenção de independência em relação aos padrões exteriores e, sobretudo, a leitura de que “as nossas *deficiências*, supostas ou reais, são reinterpretadas como *superioridades*” (CANDIDO, 2006, p. 127), como os obstáculos da natureza tropical e a incorporação do mulato e do negro como temas de estudo (do que Josué costumava destacar a contribuição positiva, sobretudo, em relação a alimentação e as vestimentas). Especificamente, da relação literatura e estudo da fome empreendida por Josué, cabem as palavras de Candido (2006, p. 142), imputadas aos modernistas: “os decênios de 1920 e de 1930 ficarão em nossa história intelectual como de harmoniosa convivência e troca de serviços entre literatura e estudos sociais”.

Buscando os textos produzidos por Josué, conforme apontam os estudos sobre sua obra e as próprias publicações do autor, encontra-se um considerável número de ensaios que abordam temas variados, que vão desde literatura, teatro, cinema e relatos de viagens a descrições do modo de vida cotidiano, das agruras da vida e do pauperismo, mesclado com os laços de solidariedade entre os personagens descritos e pitadas das condições naturais onde se desenrola a vida.

Sobre isso, de momento, de maior interesse na análise da obra do autor, tratam-se dos contos e ensaios sobre as condições de vida da população do nordeste brasileiro, especialmente, do Recife, presente em *Documentario do Nordeste* (CASTRO, 1937b).

Inicialmente, tais escritos possuíam um caráter literário, no entanto percebe-se que, talvez devido a veracidade do que era exposto, deliberadamente, o próprio autor buscou apresentá-los mais como uma descrição de uma determinada realidade do que de ficção<sup>72</sup>. Em 1957, quando da publicação das Obras Completas, em nota explicativa, Josué salienta o caráter de estudo sociológico e o caráter de estudo biológico que estava sendo acrescentado ao “trabalho de ficção publicado em 1937” sob o mesmo título de *Documentário do Nordeste* (CASTRO, 1959, p. 9). Assim, dispunha uma nova composição de textos, porém integralmente, mantinha a primeira parte, a dos contos.

Na época de estudante e nos anos que permaneceu no Recife, quando do retorno do Rio de Janeiro após a formatura, Josué costumava escrever para publicações em jornais diários. Dentre estes é que se encontram os primeiros esboços da relação homem e caranguejo. Relação possibilitada pelo modo de viver nos mangues com sua particular forma de habitação e, principalmente, pelo específico modo de se alimentar, pelas trocas homem-caranguejo, posteriormente, apontada como a gênese de *Homens e caranguejos*, único romance escrito pelo autor.

A publicação de *Documentario do Nordeste* (CASTRO, 1937b), que apesar de ser uma seleção de ensaios escritos na época da juventude do autor, é elucidativa das preocupações futuras, sobretudo, do problema da fome e da relação entre as dinâmicas sociais e as dinâmicas naturais. Em 1957, revendo a publicação de 1937, o autor iria registrar:

Numa série de pequenas narrações quase que documentárias da simples vida cotidiana, escritas entre 1935 e 1937, sente-se bem o quanto devemos à paisagem do Nordeste no rumo da nossa vida intelectual. Foi no Nordeste – nas zonas dos mocambos do Recife e nos chapadões desérticos do sertão – que descobrimos com angústia o drama da fome. E não só da fome do Nordeste, mas da fome universal.

---

<sup>72</sup> Na edição de 1957 do *Documentário do Nordeste*, a primeira parte, acrescida do conto “A sêca”, é composta pelos mesmos textos da edição de 1937, porém recebeu como título “A paisagem viva do nordeste (contos e descrições)”, assim demarcando a intenção do autor de não apresentá-los, apenas, como ficção.



Êstes contos têm no pauperismo nordestino o seu tema central e constante e são como que as primeiras tentativas de índole mais emocional do que racional de dar expressão aos nossos sentimentos diante destas sombrias paisagens de uma geografia da fome (CASTRO, 1959, p. 8).

Sobre a gênese das preocupações de Josué de Castro em relação ao tema da fome e sua associação com os gostos pelas obras publicadas, Silva (1998, p. 478), considerou:

Josué de Castro guardou sempre um afeto maior à sua obra *Documentário do Nordeste*, em especial, aos contos de juventude, pois foi através destes escritos que revelou o seu despertar para o drama da fome, para as imagens-tragédias, que nunca mais se apagariam e que iluminariam sempre a base de seus sonhos.

A afirmação de Silva embasa-se na auto-avaliação de Josué sobre sua produção intelectual e preferência pelos seus próprios livros. Em 1957, na ocasião da publicação da edição das *Obras Completas*<sup>73</sup>, o autor deu uma entrevista para a *Folha da Manhã* (JOSUÉ DE CASTRO, 1957) e, quando questionado se tinha preferência por alguma de suas obras, mesmo depois do amplo reconhecimento por *Geografia da fome* e *Geopolítica da fome*, sobre *Documentario do nordeste*, ponderou que:

As minhas predileções vão de inicio para o “Documentario do Nordeste”, livro publicado há mais de 20 anos, mas que eu continuo a sentir com uma profunda emoção. É esse, de todos os meus livros, o que mais me agrada, porque nele dei expressão a todo meu deslumbramento e perplexidade diante de uma série de revelações do mundo aos meus olhos de adolescente. É a minha descoberta do mundo. E o que é curioso e significativo: a descoberta das coisas feias e tristes do mundo. Da miséria e do sofrimento, que não são os ingredientes mais constantes da textura da condição humana (JOSUÉ DE CASTRO, 1957).

Ao final da entrevista, reafirmando a preferência, o autor acrescenta:

Em matéria de predileção a resposta exata seria: prefiro literalmente o “Documentario do Nordeste”; como pesquisa e interpretação social, a “Geografia da fome” e como concepção doutrinaria, ou seja, trabalho de criação, “Geopolítica da fome”. Talvez estas predileções sejam transitórias, sejam caprichos de momento. Porque a verdade é que, às vezes, quando sinto muita saudade de minha terra, gosto de reler o estudo sobre a Cidade do Recife incluído no volume intitulado “Ensaio de Geografia Humana”.

*Documentario do Nordeste* consiste em uma coletânea de contos e ensaios, muitos dos quais são encontrados em outras publicações de Josué ou em outras fontes. A publicação de Castro (1937b), dos contos e ensaios que, originalmente, saíram em jornais diários, não apresenta as referências de onde foram publicados nem das datas que as mesmas teriam ocorrido, assim sem contar com apresentação ou qualquer tipo de nota explicativa, o autor não

---

<sup>73</sup> Pela Editora Brasiliense, em 1957, ocorreu a publicação das *Obras Completas* de Josué de Castro. Os títulos foram: *Geografia da fome*; *Geopolítica da fome*; *Documentário do Nordeste*; *Ensaio de Geografia Humana* e *Ensaio de Biologia Social*, aos quais, em 1960, integrou-se, *O livro negro da fome*.

indica a fonte original dos textos que o compõe<sup>74</sup>. Além das informações editoriais e dos textos, a publicação resume-se a uma dedicatória e ao índice.

A publicação de 1937 (CASTRO, 1937b) é dividida em três partes, totalizando vinte e três textos: “I – Documentario do nordeste” (sete textos); “II – Motivos sociais” (oito textos) e “III – Valores humanos” (oito textos). A publicação de 1957 (CASTRO, 1959) também apresenta três partes, compostas por dezoito textos: “1) A paisagem viva do nordeste” (oito textos); “2 – Estudos sociais” (oito textos) e “3 – Estudos biológicos” (dois textos)<sup>75</sup>.

### **Os contos... camaradão**

Os relatos sobre a personalidade de Josué apontam que o mesmo manteve um permanente gosto pela escrita, bem como era exigente com a fala, a qual usava como preparação para o que escrevia. Diga-se de passagem, os textos do autor possibilitam uma leitura com bastante fluência, demonstrando uma forma escrita que, em parte, pode ter origem em construções faladas. Os contos escritos na década de 1930, sobretudo, permitem estas conclusões. O que não poderia ser diferente, uma vez que os mesmos tinham como base histórias de vidas, ouvidas quando jovem. A fonte inspiradora dos contos são os casos dos moradores dos bairros pobres do Recife.

Baseado na fertilidade destes relatos, sendo alguns contados pelo próprio pai e com inspiração nos literatos do nordeste, que de alguns chegou a manter relações de amizade; das descrições realistas destes, contando em forma de literatura as dificuldades da vida e os laços de solidariedade da população do Nordeste. Também faz parte dos escritos de Josué uma série de críticas a obras literárias e sobre a produção romanesca nordestina, como está registrado na segunda e na terceira parte da edição de 1937 de *Documentario do Nordeste*. Por meio destas que se podem perceber as ligações do autor com a literatura nordestina, conforme já demonstrou Schappo (2008). Além disso, as dedicatórias e agradecimentos de Josué

---

<sup>74</sup> A partir de alguns destes contos, Schappo (2008) estuda a análise que Josué expressa do problema urbano como decorrente da questão agrária. A autora chega a apontar os jornais e as respectivas datas de publicação de alguns dos contos.

<sup>75</sup> Os textos da edição de 1937 são: A Cidade; O Despertar dos Mocambos; O Ciclo do Caranguejo; João Paulo; A Ilha do Leite; Assistência Social; Solidariedade Humana; Romancistas do Nordeste; A elite brasileira; Ensino Universitário; O Reajustamento Econômico á Luz da Bio-Sociologia; Mocambo – Habitação Higiênica; Revalorização do Nordeste; Política Alimentar; Um Ensaio Sobre o Leite; Documentário Brasileiro; Os Perigos da Inteligência; Moleque Ricardo; Passa-Três; Novela e Romance; Introdução ao Estudo da Filosofia; O Folklore Negro do Brasil e Poesia Cósmica. Os textos da edição de 1957 são: A cidade; O despertar dos Mocambos; O Ciclo do Caranguejo; João Paulo; Ilha do Leite; Assistência Social; Solidariedade Humana; A Sêca; O Nordeste e o Romance Brasileiro; O problema dos Mocambos; As condições de vida das classes operárias no Nordeste; O desequilíbrio econômico nacional e o problema das secas; A Influência Negra na Alimentação do Brasileiro; O Regionalismo e a cultura Brasileira; Os preconceitos de raça e de clima; A perspectiva ideal de uma cidade; Os “alimentos bárbaros” do Sertão do Nordeste e Novas pesquisas sobre a Mucunã.

demonstram seu apreço pelos literatos. *Geografia da fome* é dedicada a ninguém menos que Raquel de Queiroz, José Américo de Almeida, Euclides da Cunha e Rodolfo Teófilo<sup>76</sup>.

Com estas fontes inspiradoras, nos anos 1930, Josué produziu uma série de contos sobre temas que mais tarde iria lançar olhares assentados em busca de explicações tanto de dinâmicas sociais como de suas dimensões biológicas. Em outras palavras, o que inicialmente aborda em forma de conto, como uma descrição realista, posteriormente, constitui-se em problema de conhecimento. Desta forma, justifica-se tanto a busca da origem destes temas, bem como as suas primeiras análises.

Buscando uma lógica de abordagem dos problemas expostos por meio dos contos, pode-se tomar a sequência que os mesmos são dispostos na edição de *Documentario do Nordeste* de 1937, compondo a primeira parte da publicação. No entanto, associado a gênese de considerável parte dos problemas abordados nos mesmos, Josué viria a complementar com o acréscimo do conto “A sêca”, na edição de *Documentário do Nordeste* de 1957, única diferença na primeira parte das duas publicações.

O conto “A sêca” expõe, a partir da luta de Juvêncio por água para salvar seu filho, o drama das épocas das secas no sertão do nordeste brasileiro. Através do empenho de Juvêncio, personagem central do conto, para conseguir água e, também comida, Josué traça e associa características naturais e da personalidade do sertanejo, sujeito aguerrido, que frente a tamanha dificuldade chega a pensar em optar pela morte: “a sêca matou tudo. Secou tôda a água e tôda a vida da região. O Juvêncio, diante dêste espetáculo desolador, sente também secar dentro dêle a última gôta de esperança” (CASTRO, 1959, p. 51). No entanto, ao lembrar-se da família, tira força para seguir, mas o “caminho é áspero e pedregoso”.

Em forma de conto, Josué descreve detalhes das paisagens sertanejas, do período da seca, enquanto Juvêncio se debate em busca de água e, dos tempos das chuvas, através da alternância entre lembranças e alucinações que o personagem passa. A realidade descrita expõe temas sob os quais, posteriormente, Josué iria se debruçar enquanto estudioso das questões nutricionais, como as “comidas brabas” e a prática de comer xiquexique<sup>77</sup>.

Por meio de conto, com “A sêca”, quando se refere ao uso de “comidas brabas”, Castro (1959, p. 53) revela e abre possibilidade de expor o problema da fome: “hoje a pobre

---

<sup>76</sup> Silva (1998) demonstrou que Josué manteve vínculos com a área das artes, especialmente, era admirador do cinema e da literatura. Em ASCOFAM (1958), em homenagem a Josué, se encontra manifestações de grandes nomes das artes e das ciências do Brasil e do mundo, entre outras de Jorge Amado, Raquel de Queiroz, Portinari, Di Cavalcanti, Roger Bastide, Max Sorre, Luis da Câmara Cascudo, Lord Jonh Boyd Orr.

<sup>77</sup> No fim dos anos 1940, estudos sobre a toxidez de alimentos foram empreendidos por Josué no Instituto de Nutrição, conforme está registrado na terceira parte da edição de 1957 de *Documentário do Nordeste*, compondo a parte dos “estudos biológicos” (CASTRO, 1959).

criança está no seu leito morrendo de fome com as entranhas roídas pelas comidas brabas que foi obrigada a comer para aplacar sua fome devoradora”.

Com a iminência da interrupção da vida, imposta pela falta de água e alimentos, retrata a retirada da população da qual ficam as marcas de onde estiveram e por onde passaram: tanto as fontes esgotadas e casas abandonadas, como as cruzes dispostas no caminho, que simbolizam os que não conseguiram sair a tempo, como o filho de Juvêncio. A partida não trás certezas, por parte do autor, pelo contrário, impõe um questionamento que é revelador de temas que serão abordados, mas não apenas em forma de contos: “O que será melhor: morrer de fome e de sede na sua própria terra ou emigrar para morrer de fadiga e de vergonha na terra dos outros” (CASTRO, 1959, p. 52).

O conto “A sêca” também expõe, por meio do problema do êxodo rural, parte das causas dos problemas vividos na cidade, temas abordados nos demais contos, como as precárias condições de moradia e trabalho, que associado aos salários miseráveis são, entre outros, os motivos do pauperismo urbano. Resultado do insuficiente poder aquisitivo dos trabalhadores, os déficits alimentares são apontados como o motivo do agravamento das condições econômicas, uma vez que, no entender de Josué, diminuem a capacidade produtiva para o trabalho. Todos estes, em comum, são assuntos que nos anos 1930, perpassam os escritos de Josué, desde a tese de livre-docência de 1932 com o problema fisiológico da alimentação, até a *A alimentação brasileira à luz da geografia humana* e o estabelecimento do padrão alimentar racional para a população de todo o território brasileiro, passando pelo estudo das condições de vida da classe operária do Recife.

No conto “A cidade”, apesar de, aparentemente, tratar-se de um elogio a cidade do Recife, da qual Josué sempre fez questão de demonstrar seu apreço, descreve a multiplicidade de “tons” da que considera ser a capital do nordeste<sup>78</sup>. O Recife “não é cidade duma só côr, nem dum só cheiro” (CASTRO, 1937b, p. 11). Ao mesmo tempo, destaca a singularidade da mesma em relação ao seu sítio, sobretudo, as características possibilitadas pelos rios Capibaribe e Beberibe<sup>79</sup>.

Pelas atividades de comércio e negócios, sobretudo, pelas características arquitetônicas, pelas praças e pelas pontes, Josué considera que o Recife faz lembrar cidades

---

<sup>78</sup> Na edição de 1957 de *Documentário do Nordeste*, Josué iria dispor o ensaio “A perspectiva ideal de uma cidade”, no qual, sobre a cidade do Recife, afirma que “a cidade só se deixa captar na unidade de sua expressão urbana, quando vista do alto dos aviões em sua perspectiva vertical” (CASTRO, 1959, p. 155). Neste mesmo ensaio, demonstrando os vínculos afetivos com Recife, Castro (1959, p. 154) escreveu: “a corrente de amor que nos liga à sua paisagem é tão intensa que a revelação se processou num verdadeiro estado de transe emotivo”.

<sup>79</sup> A cidade do Recife iria ser o objeto de estudo no trabalho apresentado por Josué no certame que lhe concedeu a cadeira de Geografia Humana, na Faculdade Nacional de Filosofia, no Rio de Janeiro, em 1948.

europeias, fazendo referência a Hamburgo e Lisboa. Descreve os bairros da cidade, bairros de comércio, das igrejas, de ruas estreitas, bairros de casarões e bairros dos mocambos. Da descrição do aparato urbano, transborda a segmentação social e econômica da cidade. Contrasta com os prédios exuberantes, as avenidas espaçosas e bairros de casarões a cidade dos mocambos. São faces dos “tons” do urbano:

“Afogados”, “Pina”, “Santo Amaro”, zonas dos mangues, dos “mocambos”, dos operários, dos sem profissão, dos inadaptados, dos que desceram do sertão na fome e não puderam vencer na cidade, dos rebeldes e dos conformados – dos vencidos. Zona dos “mocambos” – cidade aquática – com casas de barro batido a sopapo, telhados de capim, de palha, de fôlhas de flandres. Cumbucas negras boiando nas águas. Mocambos – verdadeira senzala remanescente, fracionada em torno as Casas Grandes da Veneza Americana. Poesia primitiva de negros e mestiços fazendo xangô e cantando samba. Fisionomia africana (CASTRO, 1937b, p. 15).

As condições naturais que a envolve, é o que da unicidade à cidade do Recife. A incidência de sol é destacada, mas é da presença dos rios que “a cidade tira tôda a vida de sua fisionomia” (CASTRO, 1937b, p. 16). Recife “é um dom dos seus rios”. Em comum, rios e caboclos, possuem valentia. Os rios vêm de longe, “desce aos trancos por cima das pedras”, banha os povos por onde passa, “contando simbolicamente todas as peripécias da vida do sertão” (CASTRO, 1937b, p. 17). Conforme vão descendo, os rios entram em contato com “pequenos afluentes generosos”, que com ele contribuem com suas águas (seu próprio corpo), para ajudar o rio a descer, é “nessas terras do nordeste onde se ajuda a tudo e a todos”. Ao aproximar-se com o Oceano Atlântico, já no “fôfo lençol de areia”, encontra-se Capibaribe e Beberibe, configurando a paisagem única da cidade do Recife, com terrenos alagados, ilhas e pontes (CASTRO, 1937b, p. 18).

Especificamente, sobre o modo de vida e as atividades cotidianas nos bairros dos mocambos, Josué escreveu o conto “O despertar dos mocambos”. No mesmo, inicia frisando que “o Recife, cidade dos rios, das pontes e das antigas residências palacianas, é também a cidade dos mocambos – das choças, casebres de barro batido a sopapo, com telhados de capim, de palha e de fôlhas de flandres” (CASTRO, 1937b, p. 21).

A partir disso, descreve o amanhecer nos mocambos. O movimento da vida que começa antes do dia nascer; os balaeiros, vendedores de frutas e verduras, que se dirigem aos mercados da cidade; os apitos, que quebram o silêncio do amanhecer, chamando os trabalhadores para as fábricas. No mangue, cedo do dia, mulheres e homens amassam a lama no rumo dos seus afazeres. Cedo do dia e cedo na vida, as crianças vão “se atolando na lama com gôsto, sem cerimônia, como quem está em seus cômodos” à caça de caranguejos. Estes últimos, fazem parte da paisagem dos arredores dos bairros dos mocambos.

A descrição da vida no mangue, em parte, é a realidade presenciada por Josué quando jovem. Tais descrições, associadas com os estudos sobre a alimentação e, sobretudo, com os inquéritos sobre as condições de vida, compõem o prenúncio do que o autor vai se dedicar posteriormente, os estudos sobre a fome. No entanto, elucidativo da problemática desenvolvida por esta pesquisa, mesmo que seja em forma de conto, trata-se da associação entre homens e caranguejos.

Com o despertar do dia ficam vazios todos os mocambos, saindo os homens para trabalhar nas fábricas, carregar e descarregar os navios, as mulheres para cozinhar e lavar nas casas ricas, os meninos prá vagabundagem, tomar conta das ruas, entrar de lama a dentro pra pegar carangueijo. Até os aleijados e os cegos que moram nos mocambos saem, para mendigar pela cidade. O bairro fica deserto; o sol brilhando, dando reflexos prateados, nas águas lamacentas dos mangues, os carangueijos imóveis escumando na beira d'água (CASTRO, 1937b, p. 24).

Da cotidianidade descrita por Josué, as primeiras tarefas da vida, é a busca da alimentação, a qual se tira da lama, adentrando nela. Por sua vez, adultos, mulheres e homens, continuam amassando a lama a caminho das tarefas (CASTRO, 1937b). Assim, Josué lança as primeiras considerações sobre as associações homens e caranguejos, que logo a frente vai ser o centro da tônica dada na forma de viver, demonstrando a interdependência da vida de ambos, a qual se desenvolve em meio a lama.

A realidade descrita por Josué, bem como a forma de descrever, acentua-se enquanto exposição das condições de vida de um modo claro, sem meias voltas. Se a forma era de ficção, com a mesma transbordava a difícil, talvez das piores das mazelas do humano, a condição de viver abaixo da satisfação das necessidades de manutenção, em termos biológicos, da própria vida. No entanto, o mais significativo para a discussão da relação fome e questão ambiental, trata-se da elucidação de uma maneira de expressar a forma como a população vive associada às condições naturais locais, mais precisamente, a associação homens e caranguejos, por meio da qual o autor estabelece a interdependência da vida de ambos. O “despertar” é tanto para o amanhecer, como para a vida.

Assim, parece não restar dúvida de que tais contos não eram, apenas, produção literária. A este respeito, especificamente sobre o conto “O ciclo do carangueijo”, Pernambucano (1983, p. 195) afirmou que “não era de intenção obra literária”, mas antes resultado da leitura que Josué fazia do mangue e, mais precisamente, a superação de uma dificuldade do menino que “lia muito bem e escrevia muito mal”. Recordando as visitas aos mangues realizadas com Josué na época que eram meninos, Pernambuco considera que em tais incursões Josué “leu o mangue e como não sabia descrever, voltava a ele como se temesse

perdê-lo”. Assim, “o ciclo do carangueijo” tem como gênese as lembranças destas imersões. É a expressão textual da leitura que fazia do mangue.

O conto “O ciclo do carangueijo” tem como personagem central a família Silva, que vive no mangue: “a família Silva mora nos ‘mangues’ da cidade do Recife, num ‘mocambo’ que o chefe da família fez quando chegou de cima”. Com a história da família, retrata o deslocamento da população do sertão para a zona dos mangues: “A família é originária do sertão. Desceu do Cariry, na sêca, perseguida pela fome”, no entanto antes de aportar no mangue, fez uma parada no brejo, “para tentar o trabalho das usinas, mas não se pode agüentar com os salários dessa zona, sem ter direito a plantar senão cana. Sem ter, nem ao menos o recurso do xique-xique e da macambira, como no sertão, para quando a fome apertasse” (CASTRO, 1937b, p. 26).

Por meio das andanças dos Silvas, Castro (1937b, p. 27) expõe as condições de vida dos imigrantes do sertão, expulsos de suas terras pelas secas, expulsos pela propriedade privada e pela monocultura das zonas onde a água não constituía problema. Aos Silvas, restava a cidade, todavia “logo de chegada a família viu que a coisa era outra. Não havia dúvida que a cidade era bonita, com tanto palácio e as ruas fervilhando de automóvel. Mas a vida do operário apertada como sempre. Muita coisa prôs olhos, pouca coisa prá barriga”.

Mesmo que “O ciclo do carangueijo” seja considerado um conto, Josué alude aos salários dos trabalhadores, os quais podem ser relacionados pelas suas quantidades com os valores encontrados no estudo sobre as condições de vida dos trabalhadores do Recife. Considerando o que poderia ter como renda e as despesas na cidade, para a família Silva, a saída foi “caír no mangue: no mangue não se paga casa, come-se carangueijo e anda-se quasi nú. O mangue é um paraíso, sem o côr-de-rosa e o azul do paraíso celeste, mas com as côres negras da lama, paraíso dos carangueijos” (CASTRO, 1937b, p. 27).

Dentro do que Josué expõe, pode-se dizer que a relação do homem com o mangue é intermédia pelo tempo da natureza, desde o movimento da maré e, sendo as casas de materiais do próprio mangue, do qual também provém a base da alimentação, aos poucos, vai se constituindo, nas palavras do autor, uma relação de “camaradagem”:

As paredes de varas de mangue e lama amassada. A cobertura de palha, capim seco e outros materiais que o monturo fornece. Tudo de graça encontrado ali mesmo numa bruta camaradagem com a natureza. O mangue é um camaradão. Dá tudo, casa e comida: mocambo e carangueijo (CASTRO, 1937b, p. 28).

Na descrição feita por Castro, o homem não seria o que é sem o mangue: homem e mangue compõem um modo de vida único. O mangue é a garantia de certo “conforto” em relação às preocupações com a satisfação das necessidades elementares. Disso resulta o

estabelecimento de um modo de vida, naquela situação, apenas possível pela relação de reciprocidade estabelecida com o mangue. Para a família Silva, o mangue garante o que a sociedade do sertão, acossada pelas secas e a sociedade das áreas chuvosas do nordeste, por sua dinâmica de propriedade e trabalho, não forneciam:

Agora, quando o cabôclo sai de manhã para o trabalho, já o resto da família caiu no mundo. Os meninos vão pulando da cama, abrindo a porta e caindo no mangue. Lavam as ramelas dos olhos com a água barrenta, fazem porcária e pipi, ali mesmo, depois enterram os braços de lama a dentro para pegar carangueijos. Com as pernas e os braços atolados na lama, a família Silva está com a vida garantida. Zé Luis vai para o trabalho socegado, porque deixa a família dentro da própria comida, na lama fervilhante de carangueijos e siris (CASTRO, 1937b, p. 28).

A condição de vida da população do mangue expressa um modo de viver singular, primeiro pelo que impõe a sociedade desigual e excludente e, segundo, pela particularidade das condições encontradas no mangue, local que restou para se instalar. Tal situação, no transcorrer do conto, leva a constituição de uma relação de reciprocidade que possibilita a (re)produção tanto em termos biológicos como sociais. O homem alimenta-se do caranguejo, que se alimenta dos restos do homem. Nas palavras de Castro (1937b, p. 29):

Os mangues do Capibaribe são o paraíso do carangueijo. Se a terra foi feita pro homem, com tudo para bem servi-lo, também o mangue foi feito especialmente pro carangueijo. Tudo aí, é, foi ou está para ser carangueijo, inclusive a lama e o homem que vive nela. A lama misturada com urina, escremento e outros resíduos que a maré traz, quando ainda não é carangueijo, vai ser. O carangueijo nasce nela, vive dela. Cresce comendo lama, engordando com as porcarias dela, fazendo com lama a carinha branca de suas patas e a geléia esverdeada de suas vísceras pegajosas. Por outro lado o povo daí vive de pegar carangueijo, chupar-lhe as patas, comer e lamber os seus cascos até que fiquem limpos como um copo. E com a sua carne feita de lama fazer a carne do seu corpo e a carne do corpo de seus filhos. São cem mil indivíduos, cem mil cidadãos feitos de carne de carangueijo. O que o organismo rejeita, volta como detrito, para a lama do mangue, para virar caranguejo outra vez.

Na edição das Obras Completas de Josué, o conto “O ciclo do caranguejo”, recebeu uma ilustração de Darel (Figura 5):



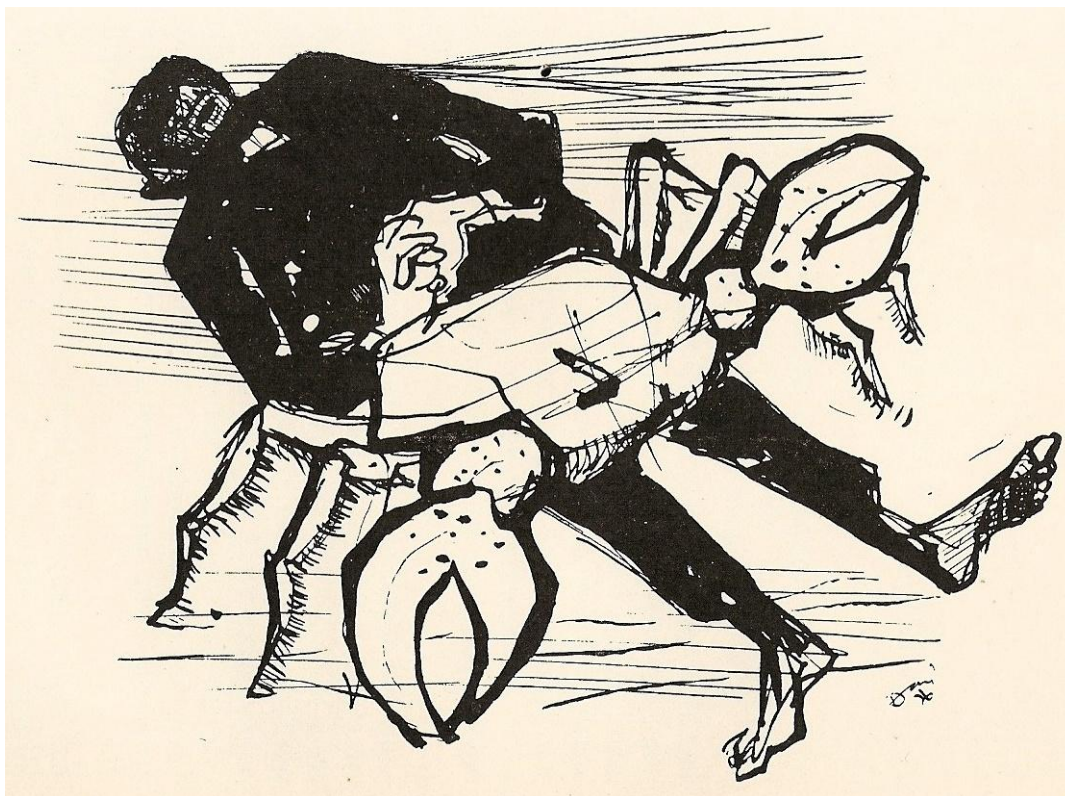


Figura 5: O Ciclo dos Caranguejos. Ilustração de Darel para as Obras Completas de Josué de Castro  
Fonte: Castro (1959, entre p. 23 e 24).

Com o conto “O ciclo do caranguejo” Josué expressa uma perspectiva, em certa medida, ecológica e de co-evolução da sociedade no/e a partir do mangue. Por mais que seja, sobretudo, de caráter biológico, é a partir dela que se constitui um modo de vida. Portanto, de um biológico, do qual o homem é integrado, emerge a possibilidade da sociedade, com seus laços de solidariedades e de cotidianidades, inclusive, conforme expressa em outros contos.

Tais considerações também derivam da ideia de transformação da matéria que Castro (1937b, p. 30) expõe: “nesta placidez de charco, identificada, unificada no ciclo do caranguejo, a família Silva vai vivendo, com a sua vida solucionada, como uma das etapas do ciclo maravilhoso. Cada elemento da família marcha dentro desse ciclo até o fim, até o dia de sua morte”. Do que Josué expõe no conto “O ciclo do caranguejo” fica explícito a ideia de mudança de estado da matéria. Assim, mesmo a morte não significa ruptura, mas antes a continuidade do próprio ciclo do caranguejo, por um lado com as lágrimas derramadas, por outro com o corpo do falecido, pois encerra o conto lembrando que no dia da morte:

os vizinhos piedosos levarão aquela lama que deixou de viver, dentro dum caixão pro Cemitério de Santo Amaro, onde ela seguirá as etapas do verme e da flôr. Etapas demasiado poéticas, cheias duma poesia que o mangue não comportaria. Parte-se aparentemente, nesse dia, o ciclo do caranguejo, mas os parentes que ficam, derramam caridosos as suas lágrimas no mangue para alimentar a lama que alimenta o ciclo do caranguejo (CASTRO, 1937b, p. 30).

Em *Documentario do Nordeste*, à “O ciclo do carangueijo”, segue os contos “João Paulo”, “A ilha do leite”, “Assistência social” e “Solidariedade humana”. Nos mesmos, Josué descreve elementos da cotidianidade da vida no mangue, de um modo geral, expondo as precárias condições de vida, bem como laços de solidariedade que dão sentido a mesma.

Percorrendo os caminhos da associação entre homem e caranguejos exposta pelo autor, é do conto “João Paulo” que se podem tirar as últimas considerações.

João Paulo, filho mais novo da família Silva, passa os dias pegando caranguejo, tarefa que realiza com tamanho êxito que permite a família dividir ou trocar parte do que o menino pega. A respeito da alimentação, comentando a troca de caranguejos por outros gêneros alimentícios, Josué aborda o tema da quantidade e da qualidade, dando indícios de um conceito que posteriormente será fundamental no estudo da fome, a fome parcial: “havia dias que o menino trazia tanto carangueijo que a família dividia com os vizinhos, ou trocava uma roda deles por um pouco de açúcar com o pessoal do Evaristo que trabalhando numa refinaria, vivia numa abundância especializada (...). Faltando tudo o mais” (CASTRO, 1937b, p. 31).

Ainda sobre João Paulo e sua prática de pegar caranguejo, o conto escrito por Josué encaminha um mimetismo de João Paulo em relação aos caranguejos, tema que o autor iria retomar em *Homens e caranguejos*: “talvez, mesmo ele tivesse vivido num contato tão íntimo com êsses bichos, que a sua alma molinha de criança, ainda em formação, tivesse tomado o feitio da alma dos carangueijos” (CASTRO, 1937b, p. 34).

Os escritos de Josué em forma de contos, não estão dissociados dos demais escritos sobre o tema da alimentação, produzidos pelo autor na década de 1930. Em relação aos contos, por meio da forma literária, o autor expõe elementos da sociedade regional nordestina, os quais podem ser tomados como a mola propulsora para a produção intelectual que deu maior visibilidade ao autor, a *Geografia da fome* e a *Geopolítica da fome*, bem como desencadeou a motivação para a sua atuação política.

Dito isso, apesar de longas, transcreve-se as palavras de Pernambucano (1983, p. 230), pois carregadas com o sentimento da convivência com Josué, talvez sejam elas o que melhor sintetiza a relação do autor com o contexto das primeiras vivências, ao mesmo tempo em que projeta estas como o fundamento do pensamento construído ao longo da obra do autor.

Nasceu a 5 de setembro de 1908 na rua Joaquim Nabuco, numa casa de grande terreno por cujos fundos entrava o mangue onde hoje é o Hospital da Restauração. Quando a lua apertava, os caranguejos não respeitavam a casa... foi o começo... aquela figura esquisita e curiosa abeirava-se do berço, plantava-se no chão e levantava em ângulos suplementares aqueles seus dois paus de fósforo para ver o bebê e despertar-lhe a atenção; a qualquer movimento, entrada de alguém no quarto aquela coisa acelerava os dois feixes de patas, deslizava para o lado, depois voltava.

O menino havia de ficar intrigado com a mímica daquele casco polido e ligeiro, talvez a impressão mais viva do seu primeiro mundo.

Se o caranguejo suspeitasse que ali se forma um homem como os outros, egoísta, ambicioso de notoriedade e riqueza, talvez não tivesse insistido. Mas a convivência estendeu-se, gerou fascínio, paixão, compromisso que o menino assumiu à revelia do homem que viesse a ser; compromisso para valer; muitos dos seus dias seriam para retribuir aquelas visitas; pondo os pés naquele mangue ali em cima viveria o resto da vida deixando a marca dos seus passos em todas as lamas da Terra.

... Cioso do aval, o menino permitiu ao homem a notoriedade, conseqüência do apostolado que se impôs; fortuna, nada de herança, baús, negócios; dinheiro de clínica e da obra de ciência.

Para o indivíduo que formava, o menino levava inteligência privilegiada, olho e habilidade manual fabulosos para tudo, de passarinhar a bolear, mas... não escrevia que prestasse, pequena falha que por algum tempo deve ter feito o esperto crustáceo julgar-se frustrado em sua petição.

Contudo a largada, isto é, “o ciclo do caranguejo”, “o inquerito”, veio logo que o homem logrou ficar bem de situação na vida; naturalmente, se o menino não o ajudava a exprimir-se mais lhe havia de custar induzi-lo ao engajamento firmado naquela impressão vinda do berço. As repetidas visitas ao mangue ajuntavam circunstâncias que o ajudariam a decifrar a esfinge, surpreender naqueles olhos astutos levantados para fora da cara daquele bicho que se chegava, afastava-se negaceando ao estilo da gata, o propósito disfarçado de entregar-se ao sacrifício com o instintivo desígnio de entrar a percorrer os seguintes estágios daquele trajeto que Josué iria chamar “o ciclo do caranguejo”, que o caranguejo deveria entender como “ciclo do homem”, que em boa justiça chamaremos “a ciclóide de Josué”.

\*\*\*\*\*

Essa primeira parte do estudo da obra de Josué de Castro permitiu demonstrar uma multiplicidade de formas como o autor relaciona as dimensões naturais e sociais. As publicações que foram estudadas contêm uma considerável presença de estudos dos aspectos biológicos, desde o problema fisiológico da alimentação, até a busca dos fundamentos biológicos dos aspectos sociais. Consideração que pode parecer esdrúxula, mas que, a partir de Josué, recebeu um sentido pertinente: aquele de que o problema alimentar, considerando todos os seus aspectos, atuando sobre a população brasileira é, sobretudo, uma questão social.

O problema da alimentação, nestes primeiros estudos do autor, contém uma base de conhecimentos médicos-nutricionais, bem como expressam elementos sociais. Neste contexto, os fundamentos biológicos dos problemas brasileiros não são de raça ou de clima como era propagado, mas da falta de uma quantidade de alimentos que possibilite os indivíduos se manterem. Assim, dimensão natural e dimensão social são indissociáveis.

Neste sentido, o autor faz uma geografia da alimentação brasileira, tanto estudando a condição alimentar, como indicando possíveis dietas (racionalis). Em ambos os casos, considerando o homem e o meio, isso para dar conta das necessidades e, também, conhecendo as apropriações sociais dos recursos naturais (alimentos) e as questões culturais (hábitos alimentares), buscando uma solução para o problema alimentar brasileiro.

Nestes primeiros escritos do autor, por mais que sejam centrados no problema da alimentação, paulatinamente, é integrado o problema pelo qual a sua produção intelectual ficaria conhecida, a fome. Sobre esta, nos escritos dos anos 1930, destaca-se o estudo das condições de vida da população do Recife, sobretudo, os escritos em forma de contos, que tem como base a história de vida do autor. Por um lado, a sua origem familiar e as vivências nos mangues e, por outro a experiência como médico, clinicando os “doentes” de fome.

Nestes contos é que está o essencial das preocupações do autor em relação à fome, mesmo que seja em forma de narrativa literária e de descrição. Foi com este recurso que o autor expôs as condições de vida da população do nordeste, de como viviam e passavam fome, especialmente, levando em conta como a população, na relação com o meio, encontrava uma forma de viver. Estes escritos contêm como a natureza e o homem, na específica condição social, se realimentam, originando uma forma de viver e morrer, para gerar vida.

### 3 O SOCIAL E O NATURAL NO ESTUDO DA FOME

#### 3.1 A confirmação intelectual

No final dos anos 1930 e início dos anos 1940, tanto a produção intelectual como as atividades de trabalho de Josué passaram por consideráveis mudanças. Conforme Pernambucano (1983), desde uma viagem a Itália para falar sobre alimentação e aclimatação, até o dia a dia corrido que se alternava entre consultório médico e o trabalho como professor, compõem as experiências que dariam expressão ao nome de Josué de Castro. Neste período, teve expressiva participação em órgãos públicos ligados a questão alimentar e nutricional<sup>80</sup>.

No que diz respeito às obras, a reconstituição da produção intelectual de Josué registra um lapso de tempo significativo entre as publicações. A efervescência da segunda metade dos anos 1930 contrasta com a inexistência de lançamentos na primeira metade dos anos 1940. Por mais que contenham elaborações, inclusive já editadas, de 1936 a 1939, Josué publicou seis livros e, depois de 1939, novas publicações só ocorreram em 1946.

Mais significativo que isso, trata-se do objeto central do enfoque da produção. E, como está estampado nas capas dos livros do autor, este pode ser sintetizado pelo deslocamento da palavra alimentação para a palavra fome. Após estadia na Europa, no retorno ao Rio de Janeiro, Josué empenhou-se em escrever a *Geografia da fome* e a *Geopolítica da fome*, desejo exposto pelo próprio autor: “O que eu queria era escrever a Geografia da Fome, a Geopolítica da Fome. Grande alegria da minha vida foi escrever êsses livros. É que eu vivia com mêdo de não lograr realizar o que estava dentro de mim” (apud SILVA, 1998, p. 68).

No estudo do problema da alimentação, Josué acumulou um corpo empírico que associado a uma expressão metodológica e, não menos importante de amadurecimento da produção escrita, vai ser a base dos estudos da fome. Magalhães (1997, p. 43) considera *A alimentação brasileira à luz da geografia humana* como um “esboço do que representa um dos seus trabalhos mais divulgados no País e no mundo”, a *Geografia da fome* que, de fato, é

---

<sup>80</sup> Realizando uma análise histórica dos programas de combate a fome no Brasil, Vasconcelos (2005, p. 440) afirma que o período de 1930-1963 é de “emergência dos primeiros instrumentos dessa modalidade de política social, delineados sob a influência de Josué de Castro e seus pares”. Barros; Tartaglia (2003, p. 119) que estudam a política de alimentação e nutrição no Brasil, lembram a criação do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), em 1940, que tinha à frente Josué de Castro. Os autores fazem referência a outros programas com “objetivos semelhantes ou correlatos aos do SAPS, envolvendo o trabalho do mesmo grupo de profissionais”: Serviço Técnico de Alimentação Nacional (STAN), de 1942, que foi dirigido por Josué; Instituto de Tecnologia Alimentar (ITA), de 1944; Comissão Nacional de Alimentação (CNA), de 1945 e o Instituto Nacional de Nutrição, de 1946, que teve a direção de Josué.

o primeiro estudo que deliberadamente tem por objetivo estudar o problema da fome. Logo em seguida, veio à luz a *Geopolítica da fome*, que também tem como tema central a fome. É nessas Obras que o autor delimita seu entendimento do que seja a fome e leva a cabo o seu estudo. As duas Obras confirmam Josué como autor.

Nos anos 1940 e 1950, Josué ainda produziu uma série de outros escritos. Dentre eles alguns livros e um número considerável de artigos, sendo parte destes derivados de palestras ou discursos. Castro (1948b) talvez seja a mais significativa e foi apresentada em concurso para da Cátedra de Geografia Humana, na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, onde desde 1940 Josué era professor de Geografia Humana<sup>81</sup>.

Estudando a cidade que considera ser a capital do nordeste, Castro (1954, p. 13) afirma que o estudo das cidades é o que mais interessa à Geografia Humana, pois busca entender a humanização da paisagem. Como objetivo demarca o de “correlacionar o organismo urbano com a paisagem natural”, procurando explicar os fatores de preferência pela localização, bem como a decorrente evolução. No todo, o trabalho é mais interpretativo do que descritivo, por isso o próprio autor afirma que se trata de uma tese explicativa. Na delimitação da problemática de estudo, em relação aos fatores sociais e aos fatores naturais, tenta empreender uma perspectiva integral do que deriva um sentido ecológico<sup>82</sup>.

Estudando o Recife, Castro (1954, p. 26) procura as “correlações diretas e remotas que se estabelecem entre condições naturais e elementos histórico-culturais” no contínuo reajustamento do homem ao local. Defende que através da análise dos “fatores de categoria natural e dos fatores de categoria cultural”, que “trabalharam na origem e na formação do núcleo urbano”, no caso do Recife, “verifica-se como é ingênuo e precário qualquer ponto de vista tomado *a priori*, unilateralizado pelas limitações teorizantes que busquem dar predominância a um desses grupos, na interpretação do fato geográfico observado”.

Expressando a busca da conexão entre sociedade e natureza, a Geografia Urbana é uma das facetas da produção intelectual de Josué. Carvalho (2001, p. 119) defende que a obra do autor pode ser analisada a luz de três matrizes, a saber: i) estudos de geografia urbana; ii) fome e nutrição e iii) história do pensamento geográfico social brasileiro<sup>83</sup>.

---

<sup>81</sup> Para a trajetória de Josué em relação à geografia brasileira, cf. Carvalho (2001).

<sup>82</sup> Neste sentido, Castro (1954, p. 15) afirma: “Foi dentro deste sentido ecológico – de análise das correlações entre o quadro geográfico natural e o fenômeno artificial que se exprime como uma cidade dentro desse quadro, que resolvemos estudar a cidade do Recife e a sua localização geográfica. O que pretendemos fazer, em última análise, é um estudo de natureza ecológica da paisagem urbana do Recife, procurando mostrar a dinâmica geográfica que condicionou a sua atual expressão urbana”.

<sup>83</sup> Carvalho (2003) faz referência a Vasconcelos, que considera que Josué iniciou uma série de teses de geógrafos dedicados as grandes cidades brasileiras.

Derivada da formação de médico e associada à tentativa de estabelecer uma alimentação racional, a produção intelectual de Josué registra, nos anos 1940 e 1950, uma considerável quantidade de escritos que apresentam um caráter experimental. Sobre isso, a publicação das Obras Completas do autor, em 1957, reúne os principais trabalhos, sobretudo, no volume intitulado de *Ensaio de biologia social*<sup>84</sup>.

O trabalho desenvolvido nos órgãos nacionais de alimentação e nutrição, as constantes conferências em diversas partes do mundo e a produção intelectual, credenciou Josué para integrar órgãos internacionais ligados a alimentação: em 1947, foi membro do Comitê Consultivo Permanente de Nutrição da FAO e Delegado do Brasil na Conferência de Alimentação e Agricultura da ONU e, em 1952, foi eleito Presidente do Conselho Executivo da FAO, sendo reeleito, permaneceu no cargo até 1956.

A partir do trabalho desenvolvido na FAO e, mais precisamente, da percepção das limitações das ações do Órgão da ONU<sup>85</sup>, em janeiro de 1957, Josué toma a frente na criação de um organismo internacional de combate à fome, fundando a Associação Mundial de Luta Contra a Fome (ASCOFAM). A obra *O livro negro da fome* tem origem de um manifesto, de 1957, que recomendava a criação da Associação. Em tal publicação, o autor discute a relação fome e economia; reafirma as críticas a Malthus e aos neomalthusianos; indica as diretrizes da ASCOFAM e apresenta uma proposta de projeto de produção de proteínas<sup>86</sup>.

Capítulo significativo da vida de Josué foi sua atuação político-partidária<sup>87</sup>. Desde os anos 1930, esteve próximo a Getúlio Vargas e associado à política alimentar do seu governo. Analisando documentos pessoais de Josué, Silva (1998, p. 114) conclui que a sua postura política foi “independente das hostes partidárias, apenas comprometida com as idéias que

---

<sup>84</sup> Chama-se atenção para os artigos “O milho e sua utilização racional – valor nutritivo da mistura de milho e leite”, “Carência alimentar e verminose na América Latina”, “A iodetação do sal na profilaxia do bócio endêmico” e “Resistência dentária e fator racial”. Pesquisas em alguns casos escritas em parcerias e realizadas no âmbito do Instituto Nacional de Nutrição e do periódico *Arquivos brasileiros de nutrição* cf. Castro (1959b).

<sup>85</sup> Ao deixar o cargo da FAO, Castro (1960, p. 70) criticou as “medidas parciais, descontínuas, mais de emergência e de caráter assistencial do que de continuidade e profundidade” e que a FAO se limitava a “encarar o problema de alimentação como um problema puramente agrícola”, enquanto “a realidade social da fome está intimamente ligada a toda a estrutura ou conjuntura econômica das regiões subdesenvolvidas do mundo”.

<sup>86</sup> Trata-se do projeto “Proteínas para a América Latina” (CASTRO 1960, p. 158), no qual lembra as carências em proteínas na área em questão, mas direciona a implantação do mesmo para o nordeste brasileiro. Na ocasião, defendeu o uso de proteínas vegetais, sobretudo, o amendoim e a soja.

<sup>87</sup> Para Melo; Neves (2007, p. 81) Josué “sempre esteve alinhado às forças de esquerda. Filiado ao PTB, diferenciava-se pelas posições mais avançadas e, não poucas vezes, sofreu sabotagens vindas de moderados e conservadores do próprio partido. Próximo de Francisco Julião e das Ligas Camponesas, dos movimentos sindicais e das articulações e campanhas em que estavam envolvidos socialistas e comunistas, ele denunciava firmemente o anticomunismo e, em duas das três eleições em que se candidatou, contou com o apoio do PCB. Mas, definindo-se como ‘homem de esquerda’, declarava-se não-comunista e acentuava: ‘ditadura, nem do proletariado’”. Para uma consistente análise da atuação parlamentar de Josué cf. Campos (2004, p. 233 – 314). Focando na questão agrária, Schappo (2008, p. 207 – 223) também analisou a atuação parlamentar de Josué.

defendia, representando mais um via a trilhar no combate à fome, à miséria, as desigualdades sociais do Nordeste”. Candidatou-se três vezes a Deputado Federal (1950, 1954 e 1958), sendo eleito na segunda e na terceira e, mais tarde, teve seu nome especulado ao executivo<sup>88</sup>.

Como Deputado, no ano de 1959, Josué propôs dois Projetos de Lei que, entende-se expressar a sua perspectiva acerca da relação entre a dimensão do social e a dimensão do natural. Tratam-se dos Projetos n. 11 e n. 442 que, respectivamente, previam a “desapropriação por interesse social” e a “utilização de terras nas áreas de monocultura intensiva e de extrativismo industrial para culturas básicas de produtos alimentares”<sup>89</sup>. Ambos demonstram que, na atuação parlamentar, Josué buscou meios de construir o que defendia em suas obras, sobretudo, em relação a propriedade e a forma de produção.

Em meio a tudo isso, nos anos 1940 e 1950, o mais substancial da produção da obra de Josué trata-se da delimitação do conceito de fome e, no que diz respeito às publicações, a escritura da *Geografia da fome* e da *Geopolítica da fome*, as duas mais significativas e consistentes obras, ambas dedicadas ao estudo do fenômeno da fome.

### 3.2 A fome, de tabu a conceito

No Brasil, o tema da fome é indissociável do nome de Josué de Castro. Por isso, considerando a relevância da produção intelectual, a palavra “fome”, empregada pelo autor, deve ser precisamente definida. Inicialmente, é indispensável dizer que, na obra de Josué, a palavra opera como conceito, assim destoando do uso corriqueiro e adquirindo sentido específico em relação a sua definição denotativa.

Popularmente, a expressão “fome” possui um amplo uso, daí a necessidade de afastar o risco de confusão do conceito com o uso cotidiano generalizado. Corriqueiramente, o emprego da palavra fome exprime desde a vontade de comer (o impulso para o alimento para a satisfação do apetite que, quando não muito, pode estar associado a um tipo específico de alimento e seu sabor), até a falta de comida, que denuncia a subalimentação. Esta aplicação da palavra, no máximo, considera as necessidades nutricionais para o desenvolvimento da vida individual, normalmente quantitativas e, em poucos casos, qualitativas.

Este uso da palavra, em parte, já denuncia o porquê Josué aponta que por muito tempo a fome consistia em um tabu. Trata-se do fato de que a fome é uma necessidade exterior ao

---

<sup>88</sup> Em 1959, sobre a possibilidade de disputar a prefeitura do Recife, Josué teria dito: “passaremos quatro anos como prefeito se o povo quiser” (apud SILVA, 1998, p. 115). Campos (2004, p. 313) afirmou que Josué “teve pretensões de se candidatar (em 1959) à prefeito de Recife (PE) e, mais tarde (1962), ao governo de Pernambuco”, nos dois casos, pela coligação que integrava, o candidato foi Miguel Arraes, eleito em ambas.

<sup>89</sup> Esses Projetos encontram-se disponíveis em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/default.asp>> acessado em 05 de maio de 2013.



homem e, sobretudo, que a mesma é a manifestação de uma necessidade primária e, portanto, independente do processo de elaboração intelectual. Por isso, a fome, fenômeno que acompanha a história da humanidade, sempre recebeu pouca atenção dos estudiosos.

Denunciando a invisibilidade da fome, Josué alude a quantidade de escritos sobre o assunto em relação à quantidade de escritos sobre o tema da guerra, deparando-se com uma escassez versus uma abundância. Porém, o autor considera que as consequências da primeira são mais marcantes na história da humanidade, daí este merecer a designação de tabu.

Castro (1951) aponta que são vários os fatores que determinam o tabu da fome: i) de ordem moral: sendo a fome um instinto primário, é negado pela cultura racionalista e idealista e ii) os interesses econômicos para escamotear o tema: os anseios econômicos das minorias preocupadas com o lucro restringem-se aos interesses financeiros, sem preocupação com a finalidade social da produção, assim seria contraditório admitir a tragédia da fome. Por fim, Castro (1951, p. 20) afirma que a “própria ciência e a própria técnica ocidentais, envaidecidas com suas brilhantes conquistas no domínio das fôrças da natureza, não se sentiam à vontade para confessar abertamente o seu quase absoluto fracasso em melhorar as condições de vida dessas massas esfomeadas”, tornando-se cúmplices do silêncio deliberado.

Nos escritos dos anos 1930, na obra de Josué, é recorrente a relação alimentação e guerra, mais precisamente, o apontamento de que as guerras expõem a necessidade do cuidado com a questão alimentar: as guerras realçam a importância da alimentação como fator econômico e social, exigindo “esfôrço científico para que a fome não pusesse em perigo a sua resistência à luta” (CASTRO, 1937, 18). Considera Josué que nos anos 1940 uma série de questões, progressivamente, começam a exigir a entrada do tema da fome no debate internacional. A Conferência da Hot Springs, em 1943, é apontada como o marco do reconhecimento das consequências sociais da fome, a qual, frente aos dados, não pode mais ser ignorada (CASTRO, 1951)<sup>90</sup>. Pelo que se encontra em Castro (1960), o próprio Josué, nesta quebra do tabu incluiria a publicação da *Geografia da fome* e da *Geopolítica da fome* e, conforme demonstram os comentários sobre a obra do autor, não se trata de demasia (ASCOFAM, 1958; Academia Pernambucana de Medicina, 1983).

Nos escritos de Josué, mais relevante, mas ao mesmo tempo associado, do que o rompimento com o tabu, diz respeito ao tratamento da fome como conceito. Uma retomada da

---

<sup>90</sup> “Em 1943, em Hot Springs, Virgínia, nos Estados Unidos, quarenta e quatro países, entre os quais o Brasil, decidiram criar uma entidade permanente dedicada às grandes questões da segurança alimentar e da agricultura. Dois anos depois, em 1945, era fundada a FAO, realizada a primeira sessão da Conferência da Organização e adotada a sua Constituição”. cf. <<http://www.brafao.it/bra/fao.htm>> acessado em 29 de mai. de 2013.

presença do conceito na obra do autor ajuda a compreender esta questão, ao mesmo tempo em que possibilita demarcar sua definição para, posteriormente, discutir sua operacionalização.

Nos primeiros escritos de Josué de Castro a palavra fome é aplicada mais no sentido de denúncia do que de esforço de compreensão da realidade social estudada. O autor chega à fome como conclusão do estudo da alimentação e das condições de vida dos trabalhadores. Bem como, frente às possíveis determinações do clima ou de raça, afirma que mais importante trata-se do problema do “estômago vazio” e do descuido com a alimentação. É a condição alimentar de suprimento ou não das necessidades alimentares que diferencia a disposição para o trabalho, a atuação da sociedade enquanto agente ativo na elaboração dos registros na superfície da terra e as possibilidades econômicas (CASTRO, 1935).

É nas primeiras páginas da *Geografia da fome* que a aplicação do termo passa por uma mudança qualitativa. Entre os motivos que justificam esta compreensão, por um lado, aponta-se o fato de ser o primeiro registro de estudo, realizado por Josué, que tem como objetivo declarado de estudar a fome e, por outro, o fato do próprio autor chamar atenção para a necessidade de precisá-la como conceito (CASTRO, 2006).

Na *Geografia da fome*, Castro (2006, p. 18) afirma que não tem por objetivo a fome individual, nem os aspectos subjetivos do fenômeno, pelo contrário, pretende efetuar um estudo da fome coletiva, da “fome atingindo endêmica e epidemicamente as grandes massas humanas”. O autor busca explicar não só a fome total, mas “o fenômeno muito mais frequente e mais grave” da fome parcial/oculta, da falta permanente de elementos nutritivos. Por isso, afirma que é “principalmente o estudo dessas coletivas fomes parciais, dessas fomes específicas, em sua infinita variedade, que constitui o objetivo nuclear do nosso trabalho”.

A partir da *Geografia da fome*, Josué costuma retomar a definição de fome, da qual a sua obra não pode mais ser dissociada. As expressões de em que consiste a fome, normalmente, relacionam aspectos naturais, nutricionais e sociais. Na *Geopolítica da fome* dedica um capítulo para o que o chama de “matizes da fome”. No mundo, segundo Castro (1961, p. 85), a fome apresenta uma série de formas, desde a “fome total, da completa inanição... até os tipos mais discretos das fomes ocultas ou específicas, atuando sorrateiramente, quase sem sinais aparentes”. Com esta afirmação, antes de começar a descrever a fome no mundo, Josué põe-se, deliberadamente, a caracterizar os tipos de fome.

Desta maneira, na *Geopolítica da fome*, definindo fome, Castro parte da fome total, das carências quantitativas e qualitativas que assolam populações inteiras, como por exemplo, nos campos de concentração da Europa na primeira metade do século XX. Entretanto, na concepção de Castro (1961, p. 86), existem outros tipos de fome que são “menos

espetaculares, mas de significação social bem mais tremenda”: essas são as fomes ocultas, ou seja, a fome das carências parciais. Estudando essas últimas, Josué frisa a importância das proteínas, minerais e vitaminas para uma alimentação completa, que livre a população das consequências nosológicas da fome.

Associados as noções de fome total e de fome oculta estão as noções de fome epidêmica e de fome endêmica, ou seja, a forma como a fome se manifesta. A fome epidêmica, aponta Castro, é conjuntural, normalmente atinge uma grande massa, em casos extremos, levando-a a verdadeira inanição, a exposição à fome total. Já a fome endêmica é a ausência permanente de certos elementos nutritivos no regime alimentar, neste caso as pessoas comem todos os dias, entretanto, não têm suas necessidades quantitativas e/ou qualitativas saciadas. Portanto, esta fome manifesta-se de forma oculta, parcial e específica, quando não muito passando despercebida aos olhos menos avisados, no entanto, esfalfando, lentamente, populações inteiras.

A fome endêmica é considerada por Castro como o fenômeno muito mais frequente e mais grave pelas suas consequências físicas e, conseqüentemente, sociais nas populações. Castro, na *Geopolítica da fome*, cita a China e Nova Guiné como exemplos dos efeitos da fome parcial agindo sobre a população. Em ambos os países, considera que “o fenômeno da fome parcial ou da fome oculta é socialmente muito mais grave do que o da fome aguda, embora desperte muito menos a nossa compaixão” (CASTRO, 1961, p. 87). Como exemplo disso, discorrendo sobre o caso de Nova Guiné, onde de cada dez crianças que nasciam oito morriam antes de atingir a puberdade, afirmou:

as crianças já nascem corroídas pela fome dos pais e se desenvolvem mal pelo uso de uma alimentação extremamente inadequada. Mesmo admitindo a hipótese de que uma terrível epidemia de fome aguda dizimasse de uma vez toda a população de Nova Guiné, ainda assim a epidemia se revelaria estatisticamente menos nociva do que a fome crônica reinante nessa área, porque ela só poderia atingir e matar os 20% que teriam sobrevivido aos efeitos depuradores da fome oculta, a qual costuma matar 80% dos nascidos naquela zona (CASTRO, 1961, p. 87).

A fome oculta, ou seja, as carências alimentares, considera Josué, levam “o organismo a um estado de incapacidade relativa, de baixa produtividade e de fraca resistência a todo um cortejo de outras doenças” (CASTRO, 1960, p. 19). Esse tipo de fome, que para Castro é o mais preocupante, atingiu mais de dois terços da população mundial no fim dos anos 1950, época de maior discussão da *Geopolítica da fome*, como se pode ver pelo debate da obra de Josué de Castro (ASCOFAM, 1958), a partir dos comentários sobre a retomada de ideias malthusianas e as críticas a estas empreendidas por Josué, que se tornam o centro do debate.

Em um artigo de 1968 (CASTRO, 1984), abordando o crescimento da população e a fome no mundo, Josué expõe a preocupação com dois problemas que dizem respeito à fome: a insuficiência calórica e as deficiências protéicas. Trata-se de um problema global, entretanto Josué aponta dados de que, no mundo, existe uma concentração da não satisfação destes dois problemas, enquanto em termos globais o déficit de calorias é de 15%, nos então chamados países do terceiro mundo é de 40% (CASTRO, 1984, p. 39).

Tão importante quanto a caracterização nutricional e fisiológica da fome, trata-se de que Josué entende que a fome não é mais do que a expressão biológica de um fenômeno social. Sobre a importância das preocupações em relação às causas da fome, Castro (1961, p. 90) afirmou que “a fome oculta constitui hoje forma típica de fome de fabricação humana”. Justificando porque a fome oculta é uma fabricação humana, Castro (1961, p. 92) atribui três principais motivos: i) porque os grupos humanos mais civilizados possuem um regime alimentar monótono, ou seja, fazem uso de um número restrito de substâncias alimentares; ii) ao “uso generalizado dos alimentos concentrados, purificados ou refinados”, alimentos ricos em energia, mas pobres em minerais e vitaminas e iii) alguns grupos humanos, com raras exceções, como por exemplo, na ocorrência de geofagia, perderam sua capacidade instintiva de sentir fome específica.

Abordando a definição e importância do conceito de fome, em 1965, em uma entrevista a Araújo Dantas, Castro (1984, p. 115) disse:

antes só se empregava a palavra “fome” para designar os casos extremos observados em algumas regiões. Ora, a fome, na acepção rigorosamente científica do termo, não compreende apenas a inanição, mas sim todas as modalidades de deficiência alimentar, formas visíveis e formas ocultas, estas reveladas pelos exames laboratoriais ou pelos coeficientes de mortalidade de numerosas doenças, que não passam afinal de disfarces da fome. Assim consideradas, a fome constitui um fenômeno universal, a que não escapam os Estados Unidos, a Inglaterra e outros países bem desenvolvidos. A fome é para mim a expressão biológica de males sociológicos, estando em íntima relação com as distorções econômicas que denominei de *subdesenvolvimento*.

A definição da fome como uma expressão biológica de um fenômeno social (um complexo de manifestações, simultaneamente, biológicas, econômicas e sociais), permitiu a Taranto (1993, p. 31) afirmar que “o mérito de De Castro, muito mais que o seu contributo à fisiologia humana, é de haver caracterizado as causas e os efeitos sócio-econômicos da fome”. Moreira (2002, p. 93) destacou que “com Josué de Castro, a geografia nunca foi o saber escolar ingênuo denunciado por Lacoste”. Gonçalves (2006, p. 388) define a fome, conforme exposta por Josué, como uma “pulsão criadora”. Para o autor, “as pulsões são necessidades naturais resolvidas pelos homens e mulheres através da História e da cultura”. Assim, se a

fome é uma necessidade natural, o regime alimentar é uma resposta cultural, daí a impossibilidade de separação entre natureza e sociedade.

Em síntese, Josué fez da palavra fome um conceito que além de se manifestar em termos espaciais, o que o autor representou em forma de mapas, expressa e é expresso por formas de relações entre os homens e destes com a natureza. Disso decorre a possibilidade de falar em uma geografia da fome a partir de duas frentes: a primeira, pelo registro da ocorrência do fenômeno, precisando sua localização e extensão e, a segunda, por situar-se no universo das relações entre sociedade e natureza.

### **3.3 A Geografia da fome**

A *Geografia da fome*, principal obra de Josué de Castro, em suas edições, possui diferenças substanciais que devem ser consideradas no seu estudo, pois se não for assim, corre-se o risco de desconectar as ideias de seu contexto de produção, o que pode invalidar certas análises das mesmas. Além disso, a reformulação da Obra está associada ao movimento do pensamento do autor e, como o objetivo é estudar a produção do autor como um todo, tem-se a necessidade de não perder de vista as re-elaborações das ideias.

Antes de entrar propriamente na análise da Obra, seguem algumas anotações sobre as edições da mesma. No estudo realizado, foram consultadas as edições de Castro (1946, 1948, 1957b, 1961, 1980 e 2006), a partir das quais se delimitou cinco tópicos relevantes:

i) Na 1 edição o autor demarca o objetivo de estudar as áreas de fome no Brasil. Considerando a definição de área de fome, a obra divide-se em três principais partes, as Áreas: Amazônica, Nordeste Açucareiro e Sertão do Nordeste. A estas se junta uma quarta parte, intitulada de “Estudo do conjunto brasileiro – Conclusões”. Nesta, de forma breve, aborda a Área do Centro-Oeste, a Área do Extremo Sul e expõe as conclusões do estudo. A partir da edição de 1957, os estudos das Áreas do Centro-Oeste e do Extremo Sul compõem uma parte da publicação, seguida por outra, que recebe o título de “Estudo do conjunto brasileiro”, exposto como uma quinta parte.

ii) O cotejamento dos textos das diferentes edições demonstra que das quatro partes que compõem a 1 edição, nas edições subsequentes, as mudanças são pontuais e, quando ocorrem, visam acrescentar, corrigir ou atualizar informações, não registrando diferenças substanciais que alterem os fundamentos teóricos possíveis de ser depreendidos da Obra. Destas mudanças, a maior trata-se do acréscimo de um subitem ao estudo da Área do Sertão do Nordeste (CASTRO, 1961, p. 335-343). Por sua vez, nas edições que possuem, da quinta parte, apenas alguns parágrafos se faziam presentes na quarta parte das edições anteriores,

sendo que o texto da mesma consiste em reflexões acrescentadas a partir da edição de 1961 e, por isso merecem atenção. Decorrentes destas mudanças e, daí a significância das mesmas, trata-se da mudança do subtítulo da Obra. As edições anteriores a de 1957 possuíam o subtítulo de “A fome no Brasil”; a edição de 1957 não apresenta subtítulo e, a partir da edição de 1961, a Obra volta a ter subtítulo, mas agora como “O dilema brasileiro: Pão ou aço”.

iii) Considerando o caráter geográfico, mudança substancial em diferentes edições é a supressão de mapas e figuras presentes nas primeiras edições. As publicações mais recentes da Obra chegam a apresentar dois dos mapas da 1 edição, porém em preto e branco, contrariando todas as recomendações de expressões gráficas na Ciência Geográfica. Em função desta mudança, o apêndice “Notas sobre as ilustrações”, presente nas primeiras edições, é suprimido nas subseqüentes.

iv) Em termos de estruturação do texto, em relação às primeiras edições, as subseqüentes, apresentam como diferenças que vale registro: a) uma grande massa de notas de rodapé, sobretudo, compostas por citações, presentes na 1 edição, foram incorporadas ao texto principal e b) as edições passaram por uma reestruturação dos parágrafos, aumentando o número destes (a 1 edição possuía parágrafos que se estendiam por até três páginas).

v) Outras informações relevantes: a) as edições consultadas apresentam um glossário relacionado à alimentação; b) a 2 edição possui o apêndice “A contribuição da crítica” que, nos volumes das edições posteriores, às vezes consta (inclusive, com o título de “A contribuição da crítica brasileira”), às vezes não; c) algumas edições contam com prefácios ou apresentações de outros autores, como de André Mayer, Alceu Amoroso Lima e Milton Santos e d) diferentes edições apresentam um “Prefácio do autor à primeira edição”, dando a entender que o texto seja o mesmo da edição de 1946, entretanto, ocorreram algumas subtrações. A mais marcante diz respeito aos agradecimentos, que são maiores na 1 edição, sendo a ausência mais significativa o agradecimento a Gilberto Freyre, para isso cf. Castro (1946, p. 39 – 42) quando demarca a importância e as falhas na análise biológica de Freyre.

### 3.3.1 Áreas alimentares (de fome) do Brasil

A leitura sistematizada da obra de Josué demonstra os vínculos entre as publicações de Castro (1937) e de Castro (1946) e, mais, demonstra a presença das obras dos anos 1930 na Obra de 1946. O mapa das “Zonas geográficas alimentares brasileiras”, reproduzido a poucas páginas nesta pesquisa, quando comparado com os que serão reproduzidas a seguir, consiste em indicativo de tais vínculos, ou seja, de que a geografia da alimentação é a base da geografia da fome, inclusive pelo fato de na primeira, Josué ter incluído os dados do inquérito

das condições de vida realizado no Recife. Além do que, na *Geografia da fome*, é frequente a retomada de dados, inclusive de fragmentos escritos, das obras dos anos de 1930.

Com a *Geografia da fome*, Josué denunciou ao mundo, a partir da condição alimentar, a incidência da fome no Brasil. Para ter um panorama geral da situação, firmava a necessidade de recorrer aos “princípios fundamentais da ciência geográfica”, que no seu entender, “cujo objetivo básico é localizar com precisão, delimitar e correlacionar os fenômenos naturais e culturais que se passam à superfície da terra” (CASTRO, 2006, p. 16).

Com isso o autor diz que procura fazer uma “sondagem ecológica”, ou seja, um “estudo das ações e reações dos seres vivos diante das influências do meio” (CASTRO, 2006, p. 16). Tal convicção de Josué era fundamentada em La Blache (1954, p. 195), que abordando os tipos de alimentação, afirmou que “entre as relações que ligam o homem a um certo meio, uma das mais tenazes é a que aparece quando se estudam os modos de alimentação”. É a partir disso que Josué afirma que a alimentação é o fenômeno que mais permite o estudo dos recursos naturais e dos processos pelos quais as populações se organizam para satisfazer suas necessidades, o que nas concepções do autor, consiste na essência do estudo ecológico.

Tendo como suporte a definição de fome acima exposta, na *Geografia da fome*, Josué não busca estudar a fome individual, tanto no que diz respeito aos mecanismos fisiológicos (quantidade de calorias e vitaminas necessárias, aproveitamento destas pelo organismo, relação peso altura e condições climáticas), como em seus aspectos subjetivos (das sensações físicas e reações psicológicas causadas pela fome). Deste modo, delimitava o plano de estudo:

O nosso objetivo é analisar o fenômeno da fome coletiva – da fome atingindo endêmica ou epidemicamente as grandes massas humanas. Não só a fome total, a verdadeira inanição que os povos de língua inglesa chamam de *starvation*, fenômeno, em geral, limitado a áreas de extrema miséria e a contingências excepcionais, como o fenômeno muito mais freqüente e mais grave, em suas conseqüências numéricas, da fome parcial, da chamada fome oculta, na qual, pela falta permanente de determinados elementos nutritivos, em seus regimes habituais, grupos inteiros de populações se deixam morrer lentamente de fome, apesar de comerem todos os dias. É principalmente o estudo dessas coletivas fomes parciais, dessas fomes específicas, em sua infinita variedade, que constitui o objetivo nuclear do nosso trabalho (CASTRO, 2006, p. 18).

Josué estuda as diferentes áreas de fome e as manifestações de subnutrição no Brasil, visando compreender as influências dos fatores biológicos na cultura e na civilização<sup>91</sup>. Entretanto, frisa que não tem intenção de pôr a primazia do natural sobre o social: “o que

---

<sup>91</sup> No prefácio da 1 ed. da *Geografia da fome*, agradecendo a Gilberto Freyre e comentando o que o motivou a escrevê-la, Castro (1946, p. 40) afirmou: “no desejo de que se viesse a criar entre nós uma sociologia cada vez mais científica, pondo os fundamentos biológicos dos nossos problemas sociais em pé de igualdade com os seus fundamentos de categoria cultural. Aí se cristalizou em nosso espírito um dos germes dêsse projeto: escrever um livro que fôsse uma tentativa de sondagem dos fundamentos biológicos de nossa formação social. Da ação do clima, do solo e da alimentação sôbre o homem”. Sobre o debate entre Castro e Freyre cf. Vasconcelos (2001).

pretendemos é pôr ao alcance da análise sociológica certos elementos do mecanismo biológico de ajustamento do homem brasileiro aos quadros naturais e culturais” (CASTRO, 2006, p. 21). Assim, demarcando o objetivo de relacionar aspectos naturais e sociais, inclusive, a tentativa de demonstrar a relevância do fator alimentar na formação da sociedade.

Josué afirma que a alimentação do brasileiro tem-se revelado com qualidades nutritivas precárias, existindo no país fome crônica (erros e defeitos mais graves) e subnutrição (erros mais discretos). Investigando a causa dessa alimentação defeituosa, Castro (2006, p. 34) diz que estes problemas “são mais produtos de fatores socioculturais do que de fatores de natureza geográfica”. Desta maneira, demonstra a posição de que os recursos naturais disponíveis no território brasileiro possibilitam uma alimentação adequada para todos os habitantes. Porém, conclui que a “nossa estrutura econômica-social tem agido sempre num sentido desfavorável ao aproveitamento racional de nossas possibilidades geográficas”.

O Brasil, por sua extensão territorial, características naturais de clima, solo e biota, ocupação por diferentes grupos étnicos, comporta uma variada gama de áreas geográficas alimentares. Josué classifica o Brasil em cinco grandes áreas alimentares, cada uma “dispondo de recursos típicos, com sua dieta habitual apoiada em determinados produtos regionais e com seus efetivos humanos refletindo (...) a influência marcante de seus tipos de dieta” (CASTRO, 2006, p. 34). As áreas alimentares referidas são: Área Amazônica, Área do Nordeste Açucareiro, Área do Sertão Nordestino, Área do Centro Oeste e Área do Extremo Sul.

Para Josué nem todas são áreas de fome. Isso, porque na classificação do autor, são consideradas áreas de fome “aquelas que em pelo menos a metade da população apresenta nítidas manifestações carenciais no seu estado de nutrição, sejam estas manifestações permanentes (áreas de fome endêmica), sejam transitórias (áreas de epidemias de fome)” (CASTRO, 2006, p. 35). Castro entende que mais importante que o grau de carência alimentar é a extensão numérica em que a fome incide sobre a população, assim, para que uma área possa ser considerada de fome, é necessário que as deficiências alimentares incidam sobre a maioria dos indivíduos que compõem a população.

A partir dessa classificação, Josué afirma que três das áreas alimentares brasileiras são nitidamente áreas de fome: a Área Amazônica, a Área do Nordeste Açucareiro e a Área do Sertão Nordestino. Nessas três áreas, Castro (2006, p. 35) considera que “vivem populações que em grande maioria – quase diria na sua totalidade – exibem permanente ou ciclicamente as marcas inconfundíveis da fome coletiva”. Conforme indicou na introdução da obra, em sua 1ª edição, ter por objetivo estudar as áreas de fome, são estas as três áreas de fome no Brasil que o autor se propõe a analisar. Daí o destaque para estas Áreas em relação às demais.



Nas duas outras Áreas (Centro Oeste e Extremo Sul), Castro afirma que a alimentação está longe de ser perfeita, havendo desequilíbrios e carências alimentares, entretanto, não chega a ponto de atingir a maioria da população, ficando a fome restrita a grupos e locais pontuais. Assim, define essas como áreas de subnutrição e não de fome propriamente dita.

Partindo desses pressupostos, em 1946, apresentava o *Mapa das áreas alimentares do Brasil* e o *Mapa das principais carências existentes nas diferentes áreas alimentares do Brasil*, assim representava as áreas alimentares e elucidava a condição de fome no Brasil.

O primeiro mapa (Figura 6) expressa a regionalização das áreas alimentares brasileiras e, em cada uma delas, sintetiza os principais alimentos consumidos e demarca o respectivo tipo de incidência do fenômeno da fome ou classificação como área de subnutrição.



Figura 6: Mapa das áreas alimentares do Brasil  
 Fonte: Castro (1946).

No segundo mapa (Figura 7), em cada uma das áreas alimentares brasileiras, registra a ocorrência e os tipos das deficiências alimentares que ocorrem, bem como registra o grau de incidência das respectivas carências.

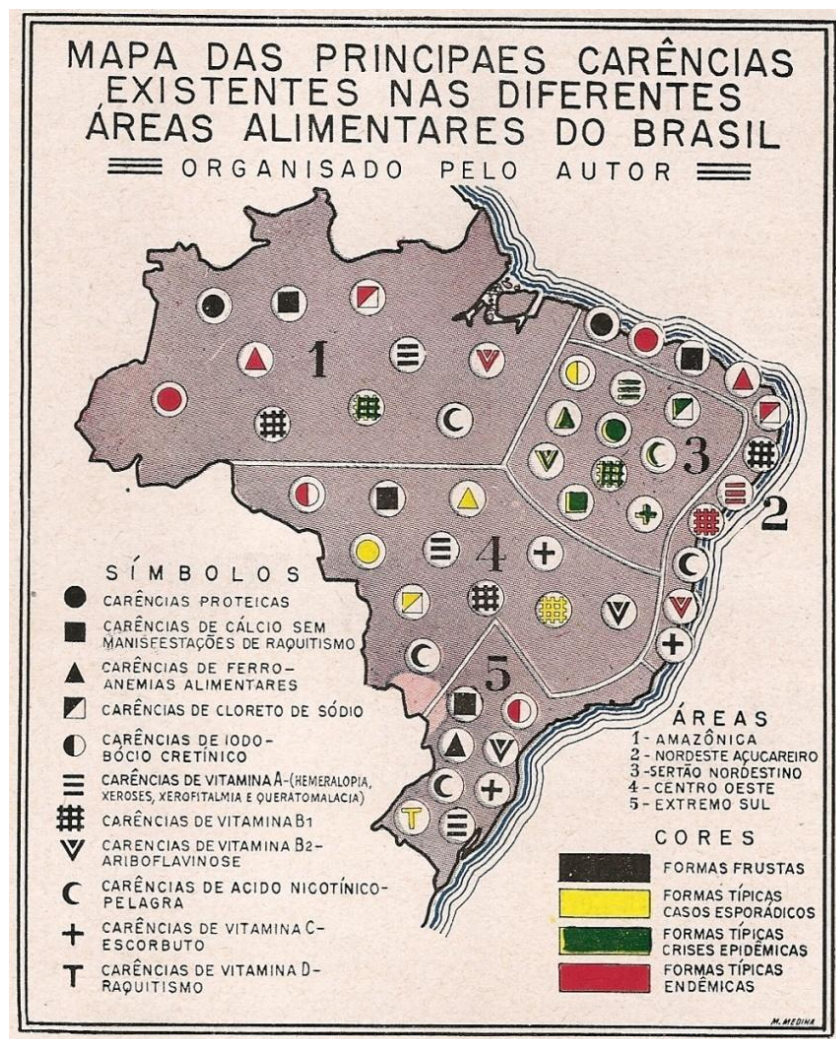


Figura 7: Mapa das principais carências existentes nas diferentes áreas alimentares do Brasil  
 Fonte: Castro (1946).

Juntos, ambos os mapas, exprimem a geografia da fome no Brasil.

Pontuando o que se entende ser essencial em cada Área, retoma-se o estudo regional desenvolvido na *Geografia da fome*. Um detalhamento da caracterização das áreas alimentares encontra-se em Moreira (2010) e, de modo mais breve, em Vasconcelos (2008).

### Área Amazônica

“A região da Amazônia representa, sob o ponto de vista ecológico, um tipo unitário de área alimentar muito bem caracterizada, tendo como alimento básico a farinha de mandioca” (CASTRO, 2006, p. 41). É com esta frase que Josué abre o estudo da Área Amazônica. Área caracterizada pela floresta equatorial e pela baixa densidade demográfica, onde com exceções pontuais de agricultura direcionada para a alimentação local, prevalece o extrativismo vegetal.

Sendo a farinha de mandioca o alimento básico, seu uso ocorre em combinações com produtos da fauna aquática (peixes e tartarugas). A floresta e a umidade são apontadas por

Josué como obstáculos à criação de gado que, associada a dificuldade no transporte resulta em ínfimo uso de derivados bovinos. Em casos extremos o consumo de leite não ultrapassa 20 gramas diárias (quantidade 30 vezes menor que a média dos EUA): carne e leite “são produtos que não entram praticamente na alimentação habitual desta zona” (CASTRO, 2006, p. 48).

O estudo da alimentação é efetivado no entrelaçamento de fatores naturais e de fatores sociais. Daí o registro da riqueza da floresta, que contrasta com a pobreza do solo; da forma de organização econômica e das influências culturais no estabelecimento da dieta local. Tudo isso compõe um modo de vida próprio, a beira dos rios, marcado pelo regime das águas<sup>92</sup>.

Castro afirma que, a alimentação na Área Amazônica, quando analisada biológica e quimicamente, revela-se com inúmeras deficiências nutritivas: é uma alimentação quantitativa e qualitativa insuficiente<sup>93</sup>.

No estudo da Área Amazônica, Josué retoma a base do conhecimento do problema da alimentação conforme havia estabelecido nos escritos dos anos 1930. Com isso, tanto retoma a ideia de que para ser considerado racional o regime alimentar “deve ser suficiente, completo e harmônico” (CASTRO, 2006, p. 53), como por considerar que estes princípios estão associados às condições climáticas, ou seja, ao metabolismo de base.

As condições climáticas, no entender do autor, amenizam o déficit alimentar quantitativo: “no excesso de temperatura e de umidade reinantes, o organismo não dispõe de outros meios para se desfazer do seu calor interno senão o de diminuir a sua formação, isto é, baixar o seu metabolismo” (CASTRO, 2006, p. 55). Considerando que os inquéritos realizados em alguns locais da Área Amazônica apontam um consumo de 1800 a 2000 calorias diárias, Castro (2006, p. 55) afirma que “este tipo regional de alimentação, que em sua manifesta insuficiência seria mortal em pouco tempo, conduzindo o organismo à morte num clima frio ou temperado, permite a sobrevivência do indivíduo, embora em condições precárias, nas contingências do clima tropical”.

---

<sup>92</sup> “A verdade é que excesso de chuvas lavando permanentemente este solo, aliado a outros fatores de intemperismo regional, o empobrece de maneira alarmante, e a agricultura sem a adubação das enchentes esgota as suas reservas numa rapidez assustadora. Esta é uma das razões que sempre obrigaram as populações indígenas a viver nesta região num regime de agricultura seminômade, derrubando a floresta num ponto, semeando um pouco de milho, de arroz e de mandioca, colhendo a seguir o produto e abandonando a roça para abrir outra clareira mais adiante. É que o rendimento de uma segunda plantação já não compensaria o trabalho nem permitiria o abastecimento suficiente do grupo, expondo-o aos perigos da fome aguda” (CASTRO, 2006, p. 50).

<sup>93</sup> “É uma alimentação parca, escassa, de uma sobriedade impressionante. O que um homem come durante um dia inteiro não daria para uma só refeição dos habitantes de outras áreas climáticas, condicionadores de hábitos diferentes. No entanto, este homem parece satisfeito da sorte, conseguindo com um pouco de farinha e de café e com um gole de cachaça matar a gosto a sua fome. Mas a verdade é que se trata de populações de apetite embotado, em estado de anorexia crônica, consequência natural da falta de vitaminas e de determinados aminoácidos no seu regime alimentar” (CASTRO, 2006, p. 52).

Castro (2006, p. 57) aponta que a população da Área Amazônica apresenta carências qualitativas ainda mais graves que os déficits quantitativos, havendo insuficiente consumo de proteínas, sais minerais e vitaminas. O próprio peixe, fonte de proteínas, apontado como base da alimentação, possui consumo irregular, ao qual se associa o baixo consumo de derivados de animal. O autor considera que o insuficiente consumo de proteínas manifesta-se na “estatura das mais baixas do continente sul-americano”, no entanto sem surgir “os edemas de fome com sua marca típica, os indivíduos inchando nuns lugares e murchando noutros”<sup>94</sup>.

A respeito das deficiências em sais minerais, Castro (2006, p. 58) afirma que “o primeiro fator dessas carências minerais é a pobreza do solo regional nesses elementos” (CASTRO, 2006, p. 58). O autor defende que os vegetais desta área possuem um índice mais baixo do que o teor médio das mesmas espécies de plantas em outros locais com características pedológicas ricas em minerais, déficits que são repassados quando do consumo alimentar de tais plantas. A este fator se juntam erros dietéticos, agravando as carências sendo que as principais apontadas pelo autor são as de cálcio, ferro e cloreto de sódio. Cada uma delas atacando da sua maneira, quando juntas, com efeitos devastadores.

Josué mostra que a alimentação na Área Amazônica apresenta uma série de carências vitamínicas, sendo a mais significativa a vitamina B, resultado do desproporcional consumo de mandioca em detrimento de cereais. O autor considera que a principal manifestação desta carência é o beribéri, sobretudo, no contexto do ciclo da borracha. Carências em vitaminas D, C e A são menos frequentes na Área Amazônica. A vitamina C, lembra Castro, é facilmente encontrada em pimentas, produto amplamente consumido na Área. A carência em vitamina D, considera ser compensada pela incidência solar na região equatorial. O déficit de vitamina A é mais frequente e é responsável “pela falta de crescimento, pela visão até certo ponto deficiente e, principalmente, pelas perturbações cutâneas” (CASTRO, 2006, p. 76).

Indicativo das condições de vida na Área Amazônica, o que reforça a sua classificação como área de fome endêmica, trata-se do alto índice de mortalidade infantil, o qual alcança em alguns casos, como em Manaus, a cifra de 239 por mil. Para demonstrar a significância

---

<sup>94</sup> Sobre as fontes de proteínas é interessante registrar que nos escritos dos anos 1930 é sensível a centralidade que Josué atribui ao consumo de derivados de animal: “num regime racional: deve um homem sadio ingerir, pelo menos 270 gramas de carne por dia. É um mínimo obrigatório que deve ser respeitado mesmo indo de encontro a todas as concepções unilaterais da alimentação vegetariana” (CASTRO, 1936, p. 31). Este posicionamento passará por revisão, conforme pode ser visto no projeto “Proteínas para a América latina”: a “carência de proteínas é a mais intensa, a mais generalizada e a mais grave de todas as formas de fome que castigam este continente” (CASTRO, 1960, p.142), daí exigir a necessidade de que estas fossem disponibilizadas a preços acessíveis, bem como indica proteínas vegetais e pondera que estudos demonstram que estas, em combinações adequadas, suprem as necessidades. Na ocasião, faz referência à castanha-do-pará, mandioca, amendoim, soja, castanha de caju, caroço de algodão e gergelim.

deste dado o autor lembra que na Noruega e na Nova Zelândia, o mesmo é de 36 e 32 por mil, respectivamente. Outro índice que Josué alude é a alta incidência da tuberculose, que em Belém chega a ser cinco vezes mais elevado que outras grandes cidades, como Nova Iorque.

Disso tudo, nas próprias palavras de Castro (2006, p. 81), o resultado é uma população “abortada em suas potencialidades biológicas por fatores econômico-sociais que lhe amesquinham e lhe destruíram o élan de vida”. Portanto, a fome, conforme expressa pelo autor, atinge o homem em seu aspecto biológico, restringindo sua potencialidade social. Mas, no próprio estudo da fome, os apontamentos não se resumem ao homem.

Para o autor, a fome presente nesta Área poderia ser superada desde que houvesse um “aproveitamento racional e não de intempestiva destruição” das riquezas naturais. Castro atribui à forma de colonização procedida à responsabilidade pelo fracasso do aproveitamento dos recursos em benefício dos homens.

Destruição da riqueza vegetal com as seringueiras sangradas até a última gota do seu látex, com os peixes e as tartarugas destruídos sem discernimento, quase até o extermínio das espécies. Sem nenhuma preocupação de melhorar os processos de agricultura primitiva nem de ampliar a sua área de cultivo (CASTRO, 2006, p. 81).

Josué defende que nenhum projeto de povoamento e de desenvolvimento econômico pode estar alheio às condições alimentares da população e que sem um plano de aproveitamento racional dos recursos naturais não se terá uma alimentação adequada. Por isso, para uma ocupação racional da Área, Josué pondera a necessidade de planejamento, do que faz parte a ampliação e, em certa medida, a diversificação da produção com a entrada de novos cultivos e a industrialização, a qual proporciona a estabilidade das reservas. Tudo associado aos recursos técnicos contemporâneos.

#### *Área do Nordeste Açucareiro*

“Poucas regiões do mundo se prestam tão bem para um ensaio de natureza ecológica como a do Nordeste açucareiro, com sua típica paisagem natural, tão profundamente alterada, em seus traços geográficos fundamentais, pela ação do elemento humano” (CASTRO, 2006, p. 95). Uma característica marcante da Área é a fertilidade do seu solo que, aliado as condições climáticas, demonstra-se favorável a produção de alimentos: “as condições tanto do solo quanto do clima regionais sempre foram as mais propícias ao cultivo certo e rendoso de uma infinidade de produtos alimentares” (CASTRO, 2006, p. 96). Daí ser surpreendente, a discrepância entre as possibilidades geográficas e a exiguidade de recursos alimentares.

Nesta Área, Josué aponta que, tão logo chegados, os colonizadores europeus, visualizaram a potencialidade de aproveitamento para a produção de cana-de-açúcar,

privilegiando esta cultura em detrimento da produção diversificada de alimentos. A atividade monocultora da cana-de-açúcar, que exige uma grande dedicação em termos de trabalho, é a principal responsável pela transformação das condições naturais locais, bem como pelo estabelecimento das relações sociais específicas.

Josué considera que a primeira consequência da implantação da produção canavieira é a destruição dos recursos naturais, que inicia com a retirada da flora, prossegue com o desequilíbrio da fauna e culmina com a erosão do solo. Assim, diretamente associa o uso da terra e os impactos ambientais e na alimentação, pois indica que a retirada da mata acelera o esgotamento dos solos, que não é mais recomposto pelo húmus das plantas, o que é agravado pela própria monocultura da cana, ainda mais porque esta planta possui um poder de extração de nutrientes do solo maior que outras. Tudo interagindo na direção da restrição de alimentos, pois relega a produção de subsistência. Por estes motivos, Castro (2006, p. 109) afirma que a monocultura da cana-de-açúcar trata-se de “uma grave doença de economia agrária”.

A limitação dos produtos alimentares repercute na composição da dieta local. Assim, rompendo com as influências que compõem a formação da dieta regional que, a partir do que o autor expõe, possui três principais influências: a portuguesa, a africana e a indígena.

Castro considera que os portugueses trouxeram para o Nordeste do Brasil boas técnicas de habitação (baseadas nas casas grandes, o que ameniza o calor), vestuário (trabalhavam despidos da cintura para cima, o que fazia com que perdessem menos suor) e alimentação (caracterizada pela riqueza e variedade de vegetais). Entretanto, esta última não perdurou por muito tempo. O autor expõe que, nesta Área, o fator alimentar teve uma queda qualitativa e quantitativa tão significativa que chegou a atingir diferentes grupos sociais<sup>95</sup>.

No estudo da Área, sobre a influência da alimentação indígena, Josué remete a grande variedade tanto de pratos, quanto de bebidas, enfatizando que mais do que a forma de preparar, a influência indígena é a de conhecer os gêneros alimentares. No que se refere às influências africanas, Castro alude a ligação dos povos com a terra, do que decorre uma produção de sustentação e, conseqüentemente, uma reação contra a monocultura. Castro (2006, p. 115) afirma que quando a produção de açúcar era o objetivo único dos senhores, os negros desobedeciam a ordens e plantavam “às escondidas seu roçadinho de mandioca, de batata-doce, de feijão e de milho. Sujando aqui, acolá, o verde monótono dos canaviais”. A

---

<sup>95</sup> “O fator alimentar, descuidado e mal utilizado, contribui muito para sua desintegração (da sociedade agrária do Nordeste), para a decadência precoce desta sociedade, com seus senhores amolecidos por um regime com excessos de açucarados, mas deficiente em seus princípios essenciais, e com a massa de escravos e depois de camponeses e de operários definhando a olhos vistos, morrendo de fome quantitativa e qualitativa” (CASTRO, 2006, p. 110).

influência destes dois grupos poderia ser maior não fossem as proibições de plantar uma agricultura diversificada, fazendo da mandioca o principal alimento consumido.

Castro salienta que da parte dos donos de engenhos, todas as energias que os escravos despendessem deveriam estar envolvidas com a cana-de-açúcar. Assim, pela quantidade de trabalho que esta atividade demanda, não há direcionamento para a produção de alimentos para consumo local. Por isso, mesmo com condições naturais favoráveis à produção, ocorriam importações de alimentos, em pouco tempo inviabilizadas pelo aumento da população e pela degradação da qualidade dos produtos, em função do transporte. Em tal conjuntura, a mandioca (que chegou a ter plantio obrigatório) assumiu o posto de alimento principal, chegando a entrar nas refeições dos colonizadores. É a partir desta conjuntura que Josué avalia as carências da alimentação praticada, pobre em vegetais, legumes, frutas, carne, leite e seus derivados. Exceção, segundo Castro (2006, p. 121), é a mistura de café com leite, “das mais felizes porque compõe uma bebida do mais alto valor nutritivo”.

Em decorrência destes apontamentos, Josué retoma a pesquisa sobre as condições de vida realizada no Recife. Em referência as conclusões do inquérito, Castro (2006, p. 122) afirma que naquela região “do que mais se morria era de fome. Das consequências da fome crônica em que viviam há séculos as populações regionais”. Constatação atribuída à insuficiência quantitativa da alimentação praticada e aos déficits qualitativos de uma dieta a base de farinha com feijão, charque, café e açúcar, em que 80% da população não consome leite, ovos, frutas e verduras.

Caracterizando biologicamente o regime alimentar da Área, por mais que recorra a outras fontes de dados, na *Geografia da fome*, Josué generaliza as conclusões do inquérito do Recife ao Nordeste Açucareiro, pois considera que as carências alimentares são basicamente as mesmas: baixo consumo de proteínas, cálcio, ferro e de vitaminas. O autor indica que tais carências alimentares manifestam-se de várias formas, sendo uma delas a que pode ser vista pela relação alimentação versus rendimento no trabalho. Tal alimentação resulta em “gente que se cansa ao menor esforço” (CASTRO, 2006, p. 127)<sup>96</sup>.

As deficiências alimentares também se manifestam em termos biológicos-físicos. Para Josué a carência de proteína resulta em um crescimento lento e em indivíduos abaixo da estatura média e, na Área em questão, na ocorrência de hidropisias (acúmulo anormal de líquido no corpo). O autor lembra que escapam destas carências os habitantes das praias do

---

<sup>96</sup> Castro (2006, 128) discorda de Gilberto Freyre em relação à afirmação de que os escravos eram “os mais bem alimentados”. Para Josué, os escravos, eram os que comiam mais, o que é diferente de ser bem alimentado. Aos escravos, segundo o autor, os donos de engenhos forneciam uma alimentação “de maior potencial energético sem minorar nenhuma de suas deficiências”. Sobre o debate entre Castro e Freyre cf. Vasconcelos (2001).

Nordeste, pelo uso alimentar dos recursos aquáticos, tais como peixes, siris, camarões e, principalmente, os caranguejos. Também como fonte de proteína, especialmente, no litoral, Josué lembra o uso do coco e do caju que, somado aos recursos aquáticos fazem da alimentação do homem do litoral melhorada em relação aos trabalhadores de engenho.

Josué considera que a população do Nordeste perdeu o hábito de comer certos alimentos, por exemplo, vendo na “fruta uma gulodice, como considera folha e verdura comida de lagarta. Comida de homem para essa gente é mesmo feijão, carne e farinha” (CASTRO, 2006, p. 136). Como causa disso, entre outros fatores, chama atenção para as proibições que objetivam regrar o consumo de alguns alimentos: “a verdade é que esses tabus se constituíram como uma espécie de policiamento moral que os proprietários mantinham para defesa dos seus bens”, como ocorre com o açúcar, produto de exportação.

Nesta Área, sobre as carências minerais, Josué cita o déficit de ferro. Castro (2006, p. 139) recorre a uma pesquisa de Azevedo e Galvão, realizada entre escolares, que indicou que 40% das crianças pesquisadas apresentavam anemia declarada. Na Área Alimentar do Nordeste Açucareiro, o hábito de comer terra (geofagia), apontado como comum entre crianças, segundo Josué, denuncia a fome específica, resultado da alimentação incompleta.

Em relação às avitaminoses, Castro (2006, p. 141) ponderou que “não são elas tão abundantes como seria de esperar”. No entanto, o autor afirma existir carências em relação à vitamina A, B1, B2 e C. A xerofthalmia, manifestações cutâneas que torna a pele áspera, seca e farinhenta e a frequente incidência de doenças do aparelho respiratório denunciam a avitaminose A; a avitaminose B1, revela-se pelos problemas no aparelho digestivo, circulatório e nervoso; já as carências em vitamina B2 são presenciadas pelas boqueiras (rachaduras dos cantos da boca); as avitaminoses C, muito comum nos primeiros séculos da colonização, são raridades na época do estudo, considera o autor. Com uso decorrente das influencias culturais, Josué aborda a ação preventiva de alguns ingredientes na alimentação, dentre eles o óleo de dendê e a pimenta (usados em dozes generosas nos pratos baianos).

Como expressão das condições de vida da população da Área, Castro (2006, p. 148 e 149) expõe três dados: i) mortalidade infantil, registrando os três maiores índices do Brasil (Aracaju, Maceió e Natal); ii) mortalidade por tuberculose, três entre os seis mais altos índices do Brasil (Salvador, Fortaleza e Recife) e iii) mortalidade global, mais de 50% dos óbitos ocorrendo antes dos 30 anos de idade. A partir disso, conclui que “aí nasce muita gente, mas morre cedo quase tudo e quase sempre de fome. Desta fome discreta, dissimulada, que destrói surda e continuamente toda a energia vital do nordestino” (CASTRO, 2006, p. 150). Por estes motivos, o autor coloca o Nordeste Açucareiro entre as áreas de fome endêmica.



### *Área do Sertão Nordestino*

No estudo da Área Alimentar do Sertão Nordestino, Josué inicia demarcando a especificidade do fenômeno da fome que nela se manifesta. Diferente das duas Áreas apresentadas anteriormente que são de fome endêmica, onde a maioria da população está submetida permanentemente aos déficits alimentares quantitativos e qualitativos, a Área do Sertão Nordestino é fome epidêmica, do fenômeno atingindo em períodos intercalados, mas ao contrário das primeiras, não se restringindo as formas discretas de carências alimentares. A fome no Sertão Nordestino é caracterizada por Castro (2006, p. 157), da seguinte forma:

Surtos agudos de fome que surgem com as secas, intercaladas ciclicamente com os períodos de relativa abundância que caracterizam a vida do sertanejo nas épocas de normalidade. As epidemias de fome destas quadras calamitosas não se limitam, no entanto, aos aspectos discretos e toleráveis das fomes parciais, das carências específicas, encontradas nas outras áreas até agora estudadas. São epidemias de fome global quantitativa e qualitativa, alcançando com incrível violência os limites extremos da desnutrição e da inanição aguda e atingindo indistintamente a todos, ricos e pobres, fazendeiros abastados e trabalhadores do eito, homens, mulheres e crianças, todos açoiados de maneira impiedosa pelo terrível flagelo das secas.

Em termos climáticos, a Área do Sertão Nordestino é semi-árida, com baixas e irregulares quantidades de chuva. Segundo Castro (2006, p. 159), as altas temperaturas, associadas à baixa umidade, por um lado, faz do Sertão um “clima saudável, isento de inúmeras doenças tropicais”, mas por outro, com exceções dos “baixios” úmidos e férteis, apresenta um solo pouco espesso, marcado pela exiguidade de água.

No que diz respeito aos recursos alimentares, Josué considera a fauna e a flora do Sertão mais pobre do que as da Amazônia e do Nordeste Açucareiro; os rios intermitentes dificultam o desenvolvimento de certas espécies de seres vivos, daí dar ênfase a aves e abelhas como fontes de recursos alimentares; a criação de rebanhos bovinos e caprinos tem importante papel na alimentação regional, uma vez que os seus derivados são consumidos pelos mercados locais (CASTRO, 2006).

Castro realça o fato do sertanejo não ter se deixado absorver por apenas uma atividade, é vaqueiro e agricultor ao mesmo tempo, além de que não se preocupa com exportar a produção, como ocorre no litoral. A pequena produção diversificada, desprezada e entendida como de importância secundária pelos plantadores de cana-de-açúcar, é interpretada pelo autor como fundamental para a alimentação da população da Área do Sertão. Estas questões fazem da alimentação no Sertão “bem superior em épocas normais ao da área da cana” (CASTRO, 2006, p. 174). Castro (2006, p. 175) indica que a boa alimentação sertaneja possui “influência remota da cultura árabe, acostumada a climas mais secos, sobre os costumes desta região brasileira”, uma vez que estes povos influenciaram a alimentação mediterrânea, em

parte, trazida para alguns lugares do Brasil, principalmente, por portugueses. Assim, considera que a alimentação no Sertão, com exceção dos períodos de secas, é equilibrada:

À base da criação de gado e da agricultura de sustentação e de certos recursos um tanto escassos do meio ambiente – da caça e da pesca –, o sertanejo, usando métodos de preparo e de cozinha apreendidos de outro continente, adaptando, até certo ponto, muitos deles aos novos ingredientes da terra, criou um tipo de alimentação característico. Alimentação sólida, porém bem equilibrada, a qual constitui um bom exemplo de como pode um grupo humano retirar de um meio pobre recursos adequados às necessidades básicas de sua vida.

A Área Alimentar do Sertão Nordestino tem como principal alimento o milho. Sobre o regime alimentar regional, Josué chama atenção para o consumo de carne e leite, produtos que tem origem local. O feijão, a batata-doce, a rapadura, o inhame e a mandioca complementam a dieta sertaneja. O consumo de ovos é restrito e a ausência de frutas e verduras constitui falhas. Para o autor, o sertanejo, com misturas simples como o milho e leite, obtém os elementos essenciais para uma boa alimentação<sup>97</sup>, características que permitem Castro (2006, p. 189) afirmar que “qualitativamente, este é um regime sem falhas muito graves”.

As possíveis carências de vitaminas, em função da quase total ausência de frutas, são compensadas pelo consumo de leite. Castro (2006, p. 191) destaca que as águas do sertão “são águas calcárias que ajudam no abastecimento em cálcio”. Quanto ao consumo de iodo, o sertanejo, ao contrário do que ocorre na Área Amazônica e do Nordeste Açucareiro, não possui influências indígenas no consumo de pimentas, optando pelo sal. A própria incidência do Sol, supõe Josué, ser uma aliada na fixação de vitaminas. Estes motivos levam Castro (2006, p. 197) afirmar que a dieta do sertanejo, sem ser abundante e perfeita, está “muito acima do que era de esperar de um meio tão pobre e tão pouco dadivoso”, fazendo do sertanejo um “atleta fisiológico (...) com bastante força e agilidade e com excepcional resistência” (CASTRO, 2006, p. 188).

Josué expõe que diante desta eficiente, porém frágil situação alimentar, a ocorrência de uma seca implica na sua total desestruturação. Nestas épocas, conforme a água diminui, aumenta a dificuldade de fazer frente às necessidades alimentares; na Área como um todo, o quadro da vida passa por substanciais mudanças. Em termos de alimentação, as consequências disso é o uso de um número reduzido de gêneros, conforme expõe Castro (2006, p. 202):

---

<sup>97</sup> Em *Ensaio de biologia social* encontra-se “O milho e sua utilização racional – valor nutritivo da mistura de milho e leite”, trabalho de 1951, escrito em parceria de Josué de Castro com Emília Pecknik, do Instituto de Nutrição. Trata-se de um experimento de combinações de milho com leite, do que os autores concluem que por motivos biológicos e econômicos recomendam o “uso generalizado da mistura de milho e leite como valioso recurso para melhorar as condições de alimentação do povo brasileiro” (CASTRO, 1959, p. 66).

um pouco de milho, de feijão, de farinha. Mas se a seca persiste, estes poucos gêneros desaparecem do mercado, ficando o sertanejo reduzido aos recursos das “iguarias bárbaras”, das “comidas brabas” – raízes, sementes e frutos silvestres de plantas incrivelmente resistentes à dessecação do meio ambiente.

Com o prolongar de uma seca, os derivados de animal, praticamente desaparecem da dieta do sertanejo, que passa a fazer uso de uma série de plantas resistentes à baixa umidade: “substâncias de sabor estranho, algumas tóxicas, outras irritantes, poucas possuindo qualidades outras além da de enganar por mais algumas horas a fome devoradora” (CASTRO, 2006, p. 202). Castro (2006, p. 209) lista uma série destas plantas (macambira, xiquexique, mucunã, maniçoba e manjerioba) e, afirma que, embora com conhecimentos incompletos, “não resta nenhuma dúvida de que se trata de um regime extremamente carenciado, não sendo possível ao organismo manter-se por muito tempo com tal alimentação”<sup>98</sup>.

Em tais ocasiões, as carências quantitativas e qualitativas são de todas as ordens. Resultadas dessa condição são as manifestações na saúde que, além do quadro nosológico, transformam os indivíduos. Exemplo disso, dentre o que Josué faz referência, são os casos de hidropisias que resultam em “figuras grotescas de famintos, com as suas pernas de graveto carregando enormes ventres estufados” (CASTRO, 2006, p. 212). Além das quais, o autor destaca as síndromes de diarreia e oftalmias que atacam em massa e aniquilam a população de flagelados; as ocorrências de gengivas fétidas e sangrentas, casos de beribéri e pelagra.

Buscando refúgios, expõe Josué, os sertanejos migram para o litoral do Nordeste, principalmente, para as capitais. Desde os contos da década de 1930, Recife é o exemplo mais explorado pelo autor. Castro (2006, p. 221) ainda chama atenção para a considerável migração de sertanejos para a Amazônia: “A Amazônia, ou melhor, o Acre, que era seu ponto de atração mais forte, foi o grande sorvedouro de vidas sertanejas”. Enfim, essas são passagens que permitem a Josué classificar o sertão como uma área de fome epidêmica.

Como pode se observar, tendo como critério a definição de fome, Josué divide o nordeste brasileiro em duas áreas, uma de fome endêmica e outra de fome epidêmica. Com isso, contraria a noção de que a fome no nordeste brasileiro é resultado de questões naturais, mais especificamente, das secas. Conforme acrescentou em relação à 1 edição da Obra, o esforço era demonstrar que as causas da fome estão mais “ligadas ao arcabouço social de que aos acidentes naturais, às condições ou bases físicas da região” (CASTRO, 2006, p. 242).

---

<sup>98</sup> Em *Documentário do Nordeste* encontra-se “Os ‘alimentos bárbaros’ dos sertões do Nordeste”, trabalho de Josué em parceria com pesquisadores do Instituto de Nutrição. Na ocasião, buscam conhecer o valor nutricional de alguns dos considerados “alimentos brabos”. A partir de análises químicas e físicas concluem que tais alimentos, em termos nutricionais, são bem mais ricos do que se presumia. Inclusive, chegam a indicar a produção e consumo de alguns deles e concluem que nas propriedades de tais alimentos está a explicação da “extraordinária resistência orgânica” do sertanejo (CASTRO, 1959, p. 180).

No desfecho do estudo do problema, o autor associava a fome, o que se pode dizer que é o consumo desmedido de vidas humanas, com a apropriação dos recursos naturais, pois afirmava que a luta contra a fome não devia ser uma luta contra as secas, o que seria simplista, mas uma luta contra “o subdesenvolvimento em todo o seu complexo regional, expressão da monocultura e do latifúndio, do feudalismo agrário e da subcapitalização na exploração dos recursos naturais da região” (CASTRO, 2006, p. 243). Desta forma, partindo da delimitação e do estudo das áreas alimentares o autor expressa a fome, expondo que esta não está dissociada da apropriação e, dos consequentes resultados, na natureza.

#### *Áreas de Subnutrição: O Centro Oeste e o Extremo Sul*

Na 1ª edição da *Geografia da fome* a Área do Centro Oeste e a Área do Extremo Sul recebiam atenção residual e eram apresentadas na mesma parte das conclusões da Obra. O autor justificava que por não se tratarem de áreas de fome, ultrapassavam os limites do plano da publicação. Posteriormente, o estudo destas áreas passou a compor uma parte da Obra, mesmo assim, sensivelmente, secundária em relação às três partes anteriores. Na edição de Castro (2006), por exemplo, as duas Áreas ocupam 14 páginas, enquanto a Área do Sertão do Nordeste, a maior entre todas as partes, estende-se por 90 páginas.

As Áreas do Centro Oeste e do Extremo Sul são definidas por Josué como de subnutrição, onde as deficiências alimentares são mais discretas e menos generalizadas. Neste intuito, Castro (2006, p. 249) afirmou que as mesmas “não são áreas de fome, no sentido rigoroso da palavra, mas áreas de subnutrição, de desequilíbrio e de carências parciais, restritas a determinados grupos ou classes sociais”.

A Área do Centro Oeste constitui, segundo Castro (2006, p. 249), área alimentar típica que tem como alimento básico o milho, entretanto, em combinações diferentes das realizadas no Sertão Nordestino. O Centro Oeste tem grande produção de suínos, mas não pode se deduzir daí que esse seja o complemento único da alimentação da área: “há também a criação abundante de gado bovino e o cultivo de variados produtos agrícolas, como o feijão, o café, o arroz e a cana-de-açúcar, sendo a sua paisagem regional um verdadeiro mosaico de manchas agrícolas e de pastagens”. Josué frisa que mesmo essa área possuindo uma grande produção de leite, esse não está associado ao consumo de milho, antes ao feijão e a gordura de porco, combinação que resulta em uma dieta altamente calórica.

Em termos alimentares, segundo Josué, essa Área não apresenta déficits calóricos, o que não pode ser dito em relação aos déficits qualitativos. Castro (2006, p. 251) afirma que esses “não são tão intensos a ponto de se exprimirem sob a forma gritante de carências

declaradas, manifestas clinicamente, mas apenas sob a forma discreta dos estados frustos”. Exceção a esta situação é a carência em iodo, ausência mineral que se manifesta pela incidência do bócio. Além deste, o autor indica que a população do Centro Oeste, esporadicamente, é acometida por endemias de verminoses e de paludismo, “em cujo mecanismo não deixa de influir o fator alimentar” (CASTRO, 2006, p. 257).

A Área Alimentar do Extremo Sul, considera Castro (2006, p. 259), é “caracterizada por uma maior variedade de elementos componentes do seu regime alimentar e pelo consumo mais alto das verduras e das frutas”, as quais são combinadas com o pão e a carne, alimentos básicos da Área. O consumo destes gêneros, aliado ao desenvolvimento econômico, favorece a uma alimentação mais racional. Entretanto, disso não se pode induzir “que a alimentação nessa área seja perfeita, isenta de deficiências e de desequilíbrios” (CASTRO, 2006, p. 260).

A partir de estudos pontuais, como sobre o Rio de Janeiro, Castro (2006, p. 261) afirma encontrar uma dieta incompleta e imprópria, que apresenta deficiências em cálcio, ferro e vitaminas. O autor considera que mesmo no Estado de São Paulo, onde se encontra o padrão alimentar menos defeituoso de todo o país, registra casos de deficiências parciais.

Em outros pontos do Extremo Sul aponta a prática de uma alimentação suficiente e equilibrada, como em Santa Catarina. Já no Rio Grande do Sul, indica casos de regimes insuficientes, o que justifica pela incidência de tuberculose. Isso faz com que mesmo na Área do Extremo Sul, as populações não vivam livres do tormento da fome. Pois, conclui que, nesta Área, sem dúvida a mais bem alimentada do país, verificava-se “uma série de carências alimentares, as mais das vezes parciais, discretas ou ocultas. Uma delas se manifesta, no entanto, de forma gritante: é a carência de proteínas entre as crianças pobres dos grandes centros urbanos da região” (CASTRO, 2006, p. 262).

Desta maneira, uma vez que a maioria da população está liberta das formas mais graves de fome, estando, no entanto, longe de desfrutar de um regime perfeitamente equilibrado, o autor considerou o Extremo Sul como uma zona de subnutrição crônica.

### 3.3.2 Geografia e Ecologia: A noção de sondagem ecológica no estudo da fome e o debate fome e questão ambiental

A síntese da *Geografia da fome* que, nas palavras do próprio Josué, é “a caracterização do mosaico alimentar do país”, permite a conclusão de que “o Brasil é realmente um dos países de fome no mundo atual”. Nas áreas delimitadas e na totalidade, acrescenta o autor, “sofre o Brasil as duras consequências dessa condição biológica aviltante de sua raça e de sua organização social” (CASTRO, 2006, p. 265). Nos fundamentos deste quadro, isto é, nas

causas da fome sofrida pela população brasileira, Castro (2006, p. 266) avalia a incidência de fatores naturais e de fatores sociais:

A fome no Brasil, que perdura, apesar dos enormes progressos alcançados em vários setores de nossas atividades, é consequência, antes de tudo, de seu passado histórico com seus grupos humanos, sempre em luta e quase nunca em harmonia com os quadros naturais. Luta, em certos casos, provocada e por culpa, portanto, da agressividade do meio, que iniciou abertamente as hostilidades, mas, quase sempre, por inabilidade do elemento colonizador, indiferente a quase tudo que não significasse vantagem direta e imediata para os seus planos de aventura mercantil.

No estabelecimento desta condição, o autor chama atenção para o equilíbrio entre interesses privados e interesses coletivos e, em acréscimos em relação às primeiras edições da Obra, fez referência direta a oposição entre interesses nacionais e interesse estrangeiros. No centro desta contradição reside a produção agrícola, da qual não está dissociada a propriedade da terra. É a partir desta conjuntura, considera Castro (2006, p. 267), que “expandiu-se no país uma agricultura extensiva de produtos exportáveis ao invés de uma agricultura intensiva de subsistência, capaz de matar a fome do nosso povo”.

O que permite as afirmações do autor é o estudo procedido: a delimitação das áreas alimentares e a caracterização dos tipos de fome, com suas respectivas causas. Na base de tudo estão as explicações das causas sociais e das causas naturais, tanto no que diz respeito aos déficits alimentares como nas suas consequências, as manifestações das carências.

No estudo das áreas alimentares é sensível uma base de conhecimento das condições naturais regionais. Um olhar atento para o sumário da *Geografia da fome* elucida que a mesma contém um consistente estudo dos quadros naturais regionais<sup>99</sup>. Este passa pela questão do clima, do solo e dos tipos de vida, tanto da fauna, como da flora. Josué não segue um protocolo na exposição destas questões, mas sistematicamente recorre a estas para compreender o alvo central do seu estudo: a forma como a sociedade se apropria dos recursos naturais disponíveis e, sobretudo, de como as relações sociais instituem uma condição da qual deriva a impossibilidade das populações se apropriarem das condições favoráveis, instaurando-se, assim, a fome. Na *Geografia da fome* o estudo das condições naturais de cada uma das áreas alimentares é tão presente que, sobre a importância da questão dos solos, nas primeiras edições, encontrava-se um “ensaio de mapa pedológico do Brasil” (Figura 8).

---

<sup>99</sup> Na *Geografia da fome*, na exposição das Áreas Alimentares, Josué intitula apenas os capítulos, mas estes contêm recortes enumerados. Assim, chama-se atenção para o sumário da Obra, uma vez que, nas primeiras edições, no mesmo estavam dispostas as denominações de cada um dos recortes e, nestas fica evidente a intenção de expor uma base das condições naturais das respectivas áreas. Em edições posteriores, o texto dos capítulos continua apresentando os recortes enumerados, mas o sumário não apresenta as suas respectivas intitulações, deixando, assim, de mostrar como o autor sintetiza cada um dos recortes enquanto título.

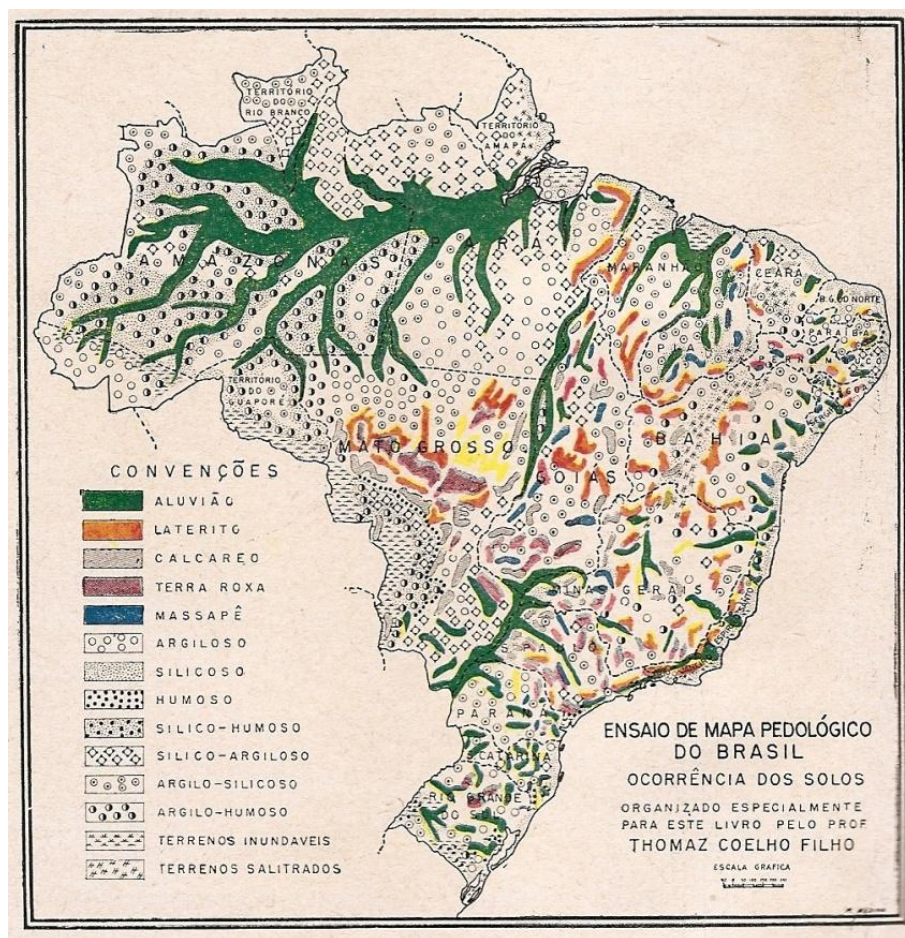


Figura 8: Ensaio de mapa pedológico do Brasil  
 Fonte: Castro (1946).

O conhecimento da dinâmica da produção social da fome, na *Geografia da fome*, não se desenvolve independente da base de estudos dos elementos naturais. No entendimento do autor toda construção humana não se desenrola independente dos mesmos. Para o autor não é possível um estudo das condições sociais sem levar em conta as condições naturais e, além disso, sempre é necessário, no estudo da primeira, demarcar a presença da segunda. Os fatores naturais não determinam, mas as condições sociais não são independentes dos mesmos.

Sobre esta questão, a partir do que Josué pretende, quando se fala em natural/biológico ou social/cultural, estes possuem um caráter específico, que vale ser demarcado. No prefácio da *Geografia da fome*, Castro (2006, p. 21) afirma que, sem defender primazia do biológico ou do social, procura mostrar o biológico na constituição da sociedade, porque entende que

mesmo quando se trata da pressão modeladora de forças econômicas ou culturais, elas se fazem sentir sobre o homem e sobre o grupo humano, em última análise, através de um mecanismo biológico: é através da deficiência alimentar que a monocultura impõe, é através da fome que o latifúndio gera, e assim por diante.

Dessa maneira, a fome é o social impactando biologicamente sobre o homem, quer individual, quer coletivamente. É neste sentido que se entende a significância do fato do autor,

na exposição dos princípios que norteiam a Obra, recorrer a combinação do que estabelece como método geográfico e como sondagem ecológica no estudo da alimentação/fome.

Castro (2006, p. 16) defende que os obstáculos ao planejamento de soluções ao problema alimentar residem no conhecimento parcial: na falta de uma visão de conjunto, “como um complexo de manifestações simultaneamente biológicas, econômicas e sociais”. Assim, propõe-se a “encarar o problema sob uma nova perspectiva”, buscando “as influências e as conexões dos múltiplos fatores”. Para isso, afirma lançar mão ao método geográfico: “único método que, a nosso ver, permite estudar o problema em sua realidade total, sem arrebentar-lhe as raízes que o ligam subterraneamente a inúmeras outras manifestações econômicas e sociais da vida dos povos”. Desta forma, em detrimento da descrição, opta pela interpretação. A concepção de ciência geográfica exposta pelo autor situa-se na interseção entre fatores naturais e sociais, pois afirma que a mesma tem por objetivo básico “localizar com precisão, delimitar e correlacionar os fenômenos naturais e culturais que se passam à superfície da terra”. Tudo em consonância com o estabelecido em Castro (1937).

É a partir de tal entendimento de ciência geográfica que Josué afirma procurar fazer uma sondagem ecológica. O autor considera a alimentação o fenômeno que mais se presta para o estudo ecológico das correlações entre os grupos humanos e os quadros regionais ocupados por eles. Assim, a sondagem ecológica possibilita “o estudo dos recursos naturais que o meio fornece para subsistência das populações locais e o estudo dos processos através dos quais estas populações se organizam para satisfazer as suas necessidades fundamentais em alimentos” (CASTRO, 2006, p. 17). Tudo assentado sob a convicção de que a principal, entre as forças que liga o homem a um determinado meio, tratam-se dos recursos alimentares.

Dessa maneira, Castro (2006, p. 17) expressa o entendimento de geografia e a forma de fazer pesquisa as quais levam em conta as correlações entre natureza e sociedade e delimita o que pretende com a *Geografia da fome*:

Analisar os hábitos alimentares dos diferentes grupos humanos, ligados a determinadas áreas geográficas, procurando, de um lado, descobrir as causas naturais e as causas sociais que condicionam o seu tipo de alimentação, com suas falhas e defeitos característicos, e, de outro lado, procurando verificar até onde esses defeitos influenciam a estrutura econômico-social dos diferentes grupos estudados. Assim, fazendo, acreditamos poder trazer alguma luz explicativa a inúmeros fenômenos de natureza social até hoje mal compreendidos por não terem sido levados na devida conta os seus fundamentos biológicos.

Moreira (2010) considera a *Geografia da fome* como uma forma própria e autêntica de fazer Geografia. A partir de uma perspectiva que o autor denomina de “camadas”, afirma que umas das formas, “o mais próximo da integração pensada num estilo holista, é o que toma a interação homem-natureza como processo e base teórica de apoio” (MOREIRA, 2010, p. 16).



Essa geografia integrada, Moreira (2010, p. 19) afirma que é absorvida de diferentes formas: “aqui de forma mimética, ali de forma criadora – num modo próprio de fazê-lo, de que a *Geografia da fome* de Josué de Castro é o melhor exemplo –, acolá de forma mista”. O autor considerou que *Geografia da fome* e *Geopolítica da fome*, embora inspiradas nos clássicos, são orientadas por “uma teoria geográfica de criação própria” (MOREIRA, 2010, p. 82).

Moreira (2010) analisa a *Geografia da fome* a partir da imbricação entre espaço, dietética e nosologia. Destaca a realidade do conceito de fome, pois entende que o mesmo se concretiza na delimitação das áreas de fome, portanto adquirindo uma face espacial. Sobre o estudo das áreas alimentares estabelecidas por Josué na *Geografia da fome*, Moreira (2010, p. 82) afirma que as carências alimentares fazem com que “a cada uma dessas áreas se correlaciona um quadro nosológico correspondente, fome e doenças andam juntas”.

A síntese do estudo realizado por Josué leva Moreira (2010, p. 109) a definir a *Geografia da fome* como uma teoria “biominerossocial”. Durante o desenvolvimento desta pesquisa, entre tudo que se leu sobre a obra de Josué de Castro, aponta-se a definição de Moreira como a que melhor e precisamente sintetiza a Obra enquanto expressão da realidade que busca trazer à luz. Assim, definindo a teoria extraída da *Geografia da fome*, segue as palavras de Moreira (2010, p. 109), às quais, frisa-se, centram-se na perspectiva da integração entre natureza e sociedade, resultando em uma perspectiva essencialmente ambiental:

As influências minerais dos solos são passadas para as plantas (naturais ou cultivadas) e essas e as águas as repassam para os animais e os homens. Ali onde a Geografia agropastoril se mostra inadequada, a carência mineral junta-se à carência vitamínica e à carência protéica, essa conjunção de circunstâncias natural-sociais dando origem à fome. O envolvimento agrário é, então, a relação determinante, em função dele podendo-se ou não corrigir seja a carência mineral do solo, seja a vitamínica e protéica da Geografia da alimentação. No centro da determinação agrária está a forma da propriedade fundiária.

Moreira (2010) pondera que a *Geografia da fome* responde a um determinado contexto histórico<sup>100</sup>. A partir desse ponto o autor avalia as consequentes mudanças nas relações sociais

---

<sup>100</sup> No plano nutricional, Vasconcelos (2008, p. 2716) demarcou a historicidade da *Geografia da fome* e, ao mesmo tempo, afirmou a latência do tema da fome, o qual associa a sustentabilidade ecológica: “a releitura de *Geografia da Fome* evidencia quão viva, polêmica e sedutora permanece esta obra sexagenária. Nos dias atuais, ao perfil epidemiológico nutricional traçado por Josué de Castro, caracterizado pelas carências nutricionais (desnutrição, hipovitaminoses, bócio endêmico, anemia ferropriva etc.), sobrepuseram-se as doenças crônicas não-transmissíveis (obesidade, diabetes, dislipidemias etc.). Nesse aspecto, tanto o mapa das cinco áreas alimentares como o das principais carências nutricionais existentes no Brasil traçados em *Geografia da Fome* precisam ser redesenhados em função deste novo perfil epidemiológico nutricional brasileiro. Tarefa imprescindível, mas que ainda está por vir. A questão da complexa e paradoxal problemática da fome, entretanto, permanece como uma temática recorrente no Brasil. Portanto, diante de alguns dilemas da atualidade, tais como aqueles que dizem respeito à sustentabilidade ecológica do planeta e à garantia do direito humano à alimentação, torna-se imperante reacender a luta defendida por Josué de Castro pela adoção de um modelo de desenvolvimento econômico sustentável e uma sociedade sem miséria e sem fome”.

imputadas pelas transformações técnicas e pelas trocas comerciais, em relação à teoria biominerossocial de Josué e o contexto contemporâneo:

O fato é que o regime dietético ao qual a Geografia dos cultivos e a pauta da alimentação estão ligadas historicamente nasce das condições espaciais determinadas pela relação local do homem com as plantas e animais do meio, domesticados e adaptados às condições de clima e solo de cada pedaço de espaço, a relação com o tempo aí moldando um modo de vida com seus costumes e hábitos amalgamados num gênero de vida ou num complexo combinado de gêneros. Durante séculos a fio foi essa a Geografia dos complexos dietéticos. O desenvolvimento dos intercâmbios e a introdução de novas plantas a criações, aqui e ali apenas aperfeiçoava as formas de regime, aumentando o grau de determinação dos hábitos culturais e reduzindo os constrangimentos do meio existentes. Foi assim com a Geografia alimentar do arroz, do trigo, do milho, dos tubérculos. Esse quadro muda rapidamente com a introdução da agricultura mercantil, que troca os cultivos e os sistemas de cultivos em escala mundial crescente, introduzindo em cada canto um descompasso entre as formas locais de uso do espaço e as necessidades dietéticas mais prementes. As deficiências do meio e dos sistemas agrícolas afloram então mais fortemente, sem que se encontre nas formas dos arranjos do espaço o corretivo correspondente e ocasionando em escala mundial uma Geografia da fome até então desconhecida (MOREIRA, 2010, p. 111).

Na interpretação de Moreira (2010, p. 120) a obra de Josué de Castro e, mais particularmente, a *Geografia da fome*, sendo que “o foco é a relação sociedade-natureza”, é pautada pela “prevalência da estrutura espacial”, ou seja, a mesma expressa um “efeito determinante das estruturas espaciais sobre as estruturas relacionais”, isso no que diz respeito à “relação dietética-nosologia”. Se, no estabelecimento da geografia da fome, na relação alimento-doença, há uma prevalência do espacial, por sua vez, no entendimento de Moreira (2010, p. 120), na resolução do problema da fome, as análises realizadas por Josué também expressam decorrências espaciais, apesar de agora ser de outra dimensão:

É também no plano do arranjo, agora do nível suprarregional, que pode vir a compensação superadora ou equilibradora das carências, mediante a interação espacial entre as regiões por meio da troca mercantil de seus recíprocos produtos. Pesa aqui, porém, o efeito da organização dos meios de transferência. Entende-se por isso a expectativa que Castro põe na urbano-industrialização do espaço nacional, em geral sempre acompanhada do desenvolvimento e irradiação em rede dos meios de transportes, comunicações e transmissão de energia pelo todo do território.

Enfatizando a pertinência da interpretação de Moreira, deve-se lembrar que, Josué destaca o papel das dinâmicas relacionais, tanto na imposição como na superação da fome, pois “estruturas espaciais” e “estruturas relacionais” combinam-se, quer pela ocorrência, quer como potencialidade de superar os quadros de fome. Caso emblemático disso trata-se da leitura que Josué faz da decadência da economia da borracha no norte do Brasil. A atividade de extração do látex na Amazônia, uma prática alheia a vontade local, desenvolvida com o trabalho de imigrantes que, por um lado, impelidos dos seus locais de origem e, por outro, atraídos por ofertas, resulta em um quadro alimentar-nosológico. Com a crise de tal economia, derivada de uma “estrutura relacional”, Josué destaca a retomada de atividades de agricultura

de subsistência, impulsionando substancialmente a qualidade alimentar, a partir de certo momento, possível pela dinâmica da “estrutura espacial”.

O papel que Josué atribui a agricultura de sustentação, tema amplamente estudado por Schappo (2008), expressa esta questão e, de certa forma, firma a prevalência da estrutura espacial. No entanto, a abordagem empreendida por Josué mira, inclusive, questões de dimensões mais abrangentes. Resulta desse aspecto a validade do apontamento de Moreira. Dessa maneira, por mais que a interpretação da obra de Josué pela “vista” de uma “agricultura de sustentação” faça sentido, não pode-se esquecer da força do urbano-industrial, conforme exposto por Moreira (2010), para superar os quadros de fome.

Castro sempre demonstrou-se empolgado com as conquistas técnicas da humanidade, das quais destacam-se, sobretudo, as que dizem respeito a produção de alimentos e, para isso, com o permanente crescimento das trocas, ocorre uma acentuação da prevalência da estrutura relacional, tendo em vista que os locais da produção e do consumo, dia após dia, demonstram-se menos coincidentes. Desta forma, os quadros de fome, bem como as possibilidades de sua superação, cada vez mais estão atrelados e dependem de estruturas relacionais.

Os processos sociais historicamente constituídos são irreversíveis enquanto tal, dos quais faz parte os processos técnicos de produção de alimentos que, portanto não podem ser desconsiderados. Neste sentido, sendo o contexto vivido por Josué de migrações de uma população rural para uma população urbana (a começar pela migração dos sertanejos e dos trabalhadores da zona açucareira nordestina, tema explorado pelo autor desde os escritos dos anos 1930) e, sobretudo, da ampliação das possibilidades técnicas no pós guerra, o autor não se restringe as potencialidades de cada área na superação do seu, respectivo, quadro de fome.

A forma como estes processos dissolvem-se no contexto social levam ao estabelecimento de uma condição fragmentadora das necessidades alimentares, das possibilidades de produção de alimentos. Ao mesmo tempo, deve-se registrar o sensível aumento da possibilidade técnica de ampliação da produção de alimentos. Tudo isso coaduna para Josué pensar em uma produção de alimento em larga escala, necessária para dar conta das demandas até então não supridas, mas também de uma população crescente, inclusive, urbana. Os déficits alimentares dos trabalhadores do Recife, do inquérito dos anos 1930, serão suprimidos na esfera do mercado, pois ali são trabalhadores urbano-industriais e, enquanto tal, só indiretamente produzem o que pode satisfazer as suas necessidades alimentares.

Isso não quer dizer que a análise histórica que Josué realiza sobre a imposição da fome no Brasil não contribuía para o encaminhamento de solução. Pelo contrário, é dela que o autor retira a convicção da permanente e peremptória crítica, por exemplo, sobre a estrutura

fundiária e os cultivos em forma de monoculturas, tema amplamente exposto por Schappo (2008) e Costa (2010). Antes, o que deve ser demarcado é que se trata de diferentes contextos históricos sociais, com específicas possibilidades técnicas. Esses aspectos colocam restrições para uma simples transposição de um quadro passado para a conjuntura do presente, por mais que permaneçam os fundamentos de todas as questões.

Por tais motivos aponta-se a necessidade de estabelecer a diferença entre a análise que Josué, no estudo das áreas alimentares, realiza enquanto contexto histórico de imposição dos quadros de fome (sobretudo, considerando se tratarem de locais com recursos disponíveis e de populações com práticas de cultivo, de técnicas e de hábitos alimentares que se demonstram contraditórias a ocorrência da fome), dos encaminhamentos esboçados enquanto indicação da construção de uma sociedade sem fome. Ou seja, a partir das obras de Josué, a leitura dos quadros de fome não pode ser confundida com o esforço de análise de resolução do problema da fome para tempos futuros. Isso porque, em alguns aspectos, estas duas questões, apresentam elementos paradoxais.

No que diz respeito à relação sociedade e natureza, mais precisamente, da forma como socialmente se pode fazer frente às necessidades alimentares, na obra de Josué, a leitura dos diferentes contextos em que historicamente a fome aplacou sobre as populações das áreas delimitadas, não pode ser tomada, pelo menos simplesmente, como delimitadora dos encaminhamentos para a conjuntura contemporânea em que o autor escrevia, bem como para uma perspectiva possível de ser extraída da obra do autor. Tal questão, vale chamar atenção porque pode levar a um paradoxo da interpretação que Josué desenvolve sobre as áreas alimentares definidas como de fome, além do que, a mesma é, sensivelmente, ausente dos debates desenvolvidos sobre a obra do autor, mesmo por quem destaca toda a positividade e pertinência das análises que associam, de uma ou de outra forma, a obra de Josué a um debate que encaminha questões de fundo ecológico.

Na *Geografia da fome*, no estudo das três áreas alimentares definidas como áreas de fome, definitiva e precursoramente, Josué demonstra ser a fome uma condição social e ambiental. A demonstração de tal questão está associada ao recurso da sondagem ecológica e, neste ponto, além do autor expor um considerável panorama das condições naturais, dá ênfase para a forma como estas poderiam e, em casos específicos, foram aproveitadas na obtenção de uma satisfatória (até exemplar, no caso da Área do Sertão Nordestino) situação alimentar. Sempre em contraposição ao monopólio da produção e da expressão do latifúndio e da monocultura, normalmente, associados e combinados. No entanto, conforme bem pontuou Schappo (2008, p. 115), “as proposições de Josué de Castro também abrangem a

modernização agrícola, porém a esta se acrescenta outro pilar essencial: o combate ao latifúndio e à monocultura”.

Com o intuito de esclarecer tais questões, segue algumas colocações sobre as áreas definidas como de fome.

No estudo da Área Amazônica, ao abordar as carências vitamínicas, Josué pondera que, raramente, se registra carências totais, sendo mais frequente as formas frustras. As carências do complexo B, das quais decorre o beribéri, o autor associa à crise da economia da borracha que, quando ocorrem mudanças econômico-sociais há o saneamento do quadro nosológico. O beribéri, afirma Castro (2006, p. 74), “teve origem em fenômenos econômico-sociais bem caracterizados. Com a borracha, as populações amazônicas não cuidaram mais de outra coisa, concentrando toda a sua atividade na colheita do látex precioso”. E, na sequência:

acabou o monopólio da borracha... a crise econômica... os preços da borracha caindo assustadoramente... o beribéri, como se fosse alimentado por esta própria economia, também começou a declinar... o homem da Amazônia teve que voltar a seus antigos misteres da era de antes da borracha. À sua caça, à sua pesca, à sua colheita de raízes e frutos silvestres, à sua agricultura incipiente. Agricultura rudimentar, mas capaz de fornecer alguns produtos frescos (CASTRO, 2006, p. 75).

Quando aborda a Área do Nordeste Açucareiro e chama atenção para as influências culturais, Josué destaca a importância desta através da presença da produção de alimentos para o consumo direto. Por exemplo, durante o ciclo do pau-brasil aponta o desenvolvimento de uma agricultura de sustentação que, concomitante à colheita de frutas silvestres e da caça, resultava em um regime sadio, que não se mantém com o “furor da monocultura da cana” (CASTRO, 2006, p. 112). Em termos de produção de alimentos, ao negro, Josué atribui a maior das contribuições: “como povo de tradição agrícola, de tipo agricultura de sustentação, o negro reagia contra a monocultura”, pois às escondidas cultivam pequenos roçados, “sujando aqui, acolá, o verde monótono dos canaviais com manchas diferentes de outras culturas. Benditas manchas salvadoras da monotonia alimentar da região” (CASTRO, 2006, p. 115). Josué chama atenção para a contribuição dos negros, além da produção, para a introdução tanto de plantas como de processos culinários.

Ainda sobre a Área do Nordeste Açucareiro, Josué aponta a monocultura da cana-de-açúcar como comprometedor da riqueza natural, o que leva a acentuação do problema alimentar. A atividade monocultora da cana, além da erosão do solo, com a retirada da formação vegetal original, faz minguar os recursos da fauna. Sobre estes processos e a sua implicação para a produção de alimentos, Castro (2006, p. 108) afirmou:

O que é mais grave é que não foi apenas destruindo o que havia de aproveitável para a alimentação regional – riquezas da fauna, da flora e do próprio solo – que a cana

foi prejudicial, mas também, e principalmente, dificultando e hostilizando em extremo a introdução de recursos outros de subsistência, que encontraria nessas terras tropicais condições as mais propícias ao seu desenvolvimento.

Na análise da Área do Sertão Nordeste, conforme o sumário das primeiras edições da Obra, no item 5, intitulado de “gêneros de vida no sertão: a criação de gado e a pequena agricultura de sustentação” (CASTRO, 1946), Josué descreve o gênero de vida do sertão, da qual aponta uma “ingente adaptação às possibilidades do meio os dois gêneros de vida, o da agricultura e o da criação” (CASTRO, 2006, p. 173) e indica a importância da produção diversificada para a alimentação. Sobre isso, o autor afirmou que o sertanejo não se deixou absorver por uma atividade e, mesmo com a expansão dos currais, “ele teve que se dedicar um pouco ao plantio de certos gêneros de sustentação para o seu auto-abastecimento. Fez-se, assim, numa saudável atuação colonizadora, vaqueiro e agricultor ao mesmo tempo”:

Não se constitui o sertanejo num agricultor de produtos de exportação, para fins comerciais, como se praticava nas terras do litoral, mas um plantador de produtos de sustentação para seu próprio consumo. Um semeador, em pequena escala, de milho, feijão, fava, mandioca, batata-doce, abóbora e maxixe, plantados nos vales mais sumosos, nos baixios, nos terrenos de vazante, como culturas de hortas e de jardins. Pequenas boladas de verduras que os senhores de engenho do brejo, plantadores de extensíssimos canaviais, sempre olharam com desdém, chamando depreciativamente a este tipo de policultura do sertanejo de “roça de matuto”. Roças de matuto diante das quais o homem do açúcar torcia o nariz de grande senhor agrário, e que, no entanto, vieram a constituir um magnífico elemento de valorização das condições de vida regional, de diversificação do regime alimentar do sertanejo, bem superior em épocas normais ao da área da cana (CASTRO, 2006, p. 173).

Em ambas as áreas alimentares a que se refere, tais análises que Josué desenvolve têm como base a ideia de sondagem ecológica, isto é, do estudo dos recursos naturais e dos processos sociais para satisfazer as necessidades alimentares. No entanto, deve-se frisar que se trata de uma análise de determinados contextos sociais e que, portanto, não são em si indicativos da forma como o autor encaminha o debate das soluções ao problema da fome no contexto social da produção das suas obras.

Estudando o que denomina de “percepções agroecossistêmicas” na obra de Josué, Costa (2010) afirma que o autor empreendeu uma “abordagem histórico-ambiental”. Uma passagem do que explica Costa (2010, p. 173), ao mesmo tempo em que demarca a importância das práticas locais, colabora para pontuar a contribuição da leitura histórica realizada por Josué:

Josué de Castro ao escrever sobre os sistemas agroalimentares diversificados, organizados em pequena escala, sugere a importância da sustentabilidade agroalimentar endógena, ou seja, a melhoria da qualidade de vida das comunidades humanas em pequenas, diversificadas e sustentáveis unidades de produção agrícola. O raciocínio de Castro corrobora o valor das potencialidades locais e a necessidade do uso sustentável dos recursos naturais e, com seu discurso socioambiental, também promoveu a conservação e a valorização das culturas locais. A obra de

Castro descortina historicamente as paisagens agrárias, pois um agroecossistema é uma construção social e histórica, e como tal deve buscar sua autonomia territorial.

Postas estas questões, o que deve ficar claro é que estes apontamentos sobre a obra de Josué são resultados mais de uma análise retrospectiva do que prospectiva. A respeito disso, não se deve entender que, prospectivamente, o autor desconsidera os aspectos retrospectivos, mas antes que, no estudo do pensamento do autor, o que deve ser exposto trata-se de que as indicações prospectivas não se reduzem ao retrospectivo. E, sobre isso, a *Geografia da fome* contém consideráveis aspectos que são indicativos da forma como o autor encaminha, por exemplo, a questão da produção de alimentos e, essencialmente, as considerações sobre o que representa o sucesso da ocupação humana nas áreas estudadas, de certa forma que se reverta os quadros de fome.

Desde os primeiros escritos de Josué, a questão alimentar é central e, sobre a exploração econômica da Área Amazônica, afirmou que “sem alimentação suficiente e correta a Amazônia será sempre um deserto demográfico” (CASTRO, 2006, p. 82). Sobre a ocupação da Amazônia, o autor atribui ênfase à produção local de alimentos, aos cultivos familiares a população, as formas cooperativas de produção, etc. Tudo o que indicou sobre a agricultura de sustentação, bem como a necessidade de superar a monocultura enquanto forma de produção e o latifúndio enquanto forma de propriedade da terra, mas não se limita a estas questões. E, sobre isso, o desenvolvimento de novos conhecimentos, de técnicas e de ferramentas que potencializam o trabalho humano, contribuem para demarcar o seu posicionamento.

Exemplo disso é que, sobre a ocupação da Amazônia, além da necessidade de criar uma reserva alimentar, destacou a potencialidade dos recursos higiênicos: “na luta contra os insetos transmissores de febres, o homem dispõe hoje de armas admiráveis, de inseticidas, de repelentes e de medicamentos imunizáveis de efeito seguro, e já não é uma utopia pensar na completa higienização de todo o Vale Amazônico” (CASTRO, 2006, p. 85).

Para o caso Amazônico, Castro (2006, p. 88) afirma que “ampliando as culturas de milho, feijão, arroz e mandioca, estarão afastadas as crises de alimentos básicos”. O autor defende a industrialização da castanha-do-pará, a necessidade de cultivar frutas em maior escala e, que zonas próximas às cidades, deveriam servir ao cultivo de verduras e legumes.

Todavia, o que se entende ser mais intrigante são as considerações de Josué sobre uma possível produção de arroz na Amazônia. O autor ventila a hipótese de transformar a área em uma bacia rizícola, com construção de diques e canais de irrigação: “as várzeas amazônicas poderiam produzir arroz numa escala semelhante ao delta do Tonquim na Indochina, que é das áreas rizícolas mais produtivas do mundo”. Para isso, considera que “além de braços, é

indispensável equipamento – máquinas agrícolas adequadas àquela espécie de serviço, inclusive escavadeiras e valetadeiras tipo ‘Buldozzeres’ – para permitir o controle do regime de águas ou a drenagem do excedente desta, quando se fizer necessário” (CASTRO, 2006, p. 90). Esta última afirmação do autor, em relação a 1 edição da *Geografia da fome*, foi reescrita, pois na mesma, Josué havia ponderado que “além de gente é indispensável equipamentos, máquinas agrárias adequadas para o deflorestamento e a transformação do seu solo em terra de agricultura” (CASTRO, 1946, p. 110).

Na análise das atividades desenvolvidas, na influência de diferentes formas de apropriação dos recursos locais, Josué, repetidamente, enfatiza a importância das atividades locais, em forma de policultura, as atividades de sustentação, no entanto o mesmo não necessariamente coincide com o encaminhamento de possíveis soluções aos problemas alimentares. Estas últimas, pode-se depreender do que expressa Josué, são de dimensões que extrapolam as atividades de sustentação, destacadas no estudo dos quadros de fome. A mecanização, a industrialização e a produção em grande escala possuem importante papel e, sem considerar estes, no contexto em que o autor escrevia, as atividades de sustentação correm o risco de, na relação sociedade e natureza, não passar de atividades bucólicas.

É repetidamente defendido por Josué a tecnificação, o desenvolvimento de conhecimentos que ampliasse a produção, o que, sobretudo, pode ser depreendido pelos cultivos indicados na produção de alimentos, majoritariamente, atividades possíveis de ser desenvolvidas em grande escala. O arroz talvez seja o principal caso e o maior exemplo da contradição emblemática no estudo da Área Amazônica.

Ainda tomando como exemplo a Área Amazônica, não há dúvidas da pertinência da análise da crise da borracha e suas repercussões positivas na alimentação, colocando que é a partir da decadência da economia da borracha que se desenvolve as atividades locais de produção de alimentos, a policultura que faz emergir o homem amazônico do quadro nosológico em que se encontrava mergulhado, denunciando os aspectos sociais das moléstias. No entanto, não pode-se deixar de registrar que tal análise choca-se com a defesa de construção de diques, com o uso de valetadeiras, com a indicação de um restrito número de espécies de cultivos alimentares.

Desta maneira, pode-se perceber que, na obra do autor, na retomada dos quadros ecológicos há uma valorização das atividades policultoras, de sustentação correspondente a cada local. No entanto, o encaminhamento de soluções ao problema alimentar/fome, não se reduz a estas, havendo uma ampliação da ação humana sobre os quadros naturais, de acordo com o as possibilidades técnicas do contexto histórico. Por isso, a necessidade de pontuar a



existência de diferenças substanciais entre o olhar retrospectivo e a visão prospectiva que o autor e, em específico, a *Geografia da fome*, permite.

### 3.4 A *Geopolítica da fome*

A *Geopolítica da fome* é a segunda Obra mais importante da produção intelectual de Josué de Castro, mas é talvez a principal no que diz respeito à internacionalização do nome do autor. Além de ter sido publicada em um considerável número de idiomas, no contexto da Guerra Fria, foi premiada tanto nos EUA, como na União Soviética<sup>101</sup>.

A primeira publicação da Obra ocorreu em 1951 e, conforme se pode ver nas suas reedições, passou por poucas mudanças. No decorrer desta pesquisa foram manuseadas diversas edições da mesma e a análise que segue tem como base as publicações de Castro (1951 e 1961), que abrangem o lapso de tempo pelo qual a Obra passou por revisões e aumentos. Sobre as particularidades das diferentes edições, são detalhes que vale registrar:

i) Além do escrito pelo próprio autor, a primeira edição possui prefácio de Lord John Boyd Orr, ao qual se juntou, na edição de 1961, os de Pearl S. Buck e Max Sorre. Ambos, estes prefácios, também se encontram em *O drama universal da fome* (ASCOFAM, 1958). A edição de 1961, conta com os prefácios do autor, da primeira a quarta edição.

ii) Em relação a primeira edição, a edição de 1961, apresenta figuras; reorganiza parágrafos; contém pequenas correções e registra acréscimos pontuais, sendo os mais significativos, no final do Capítulo II (CASTRO, 1961, p. 149 – 153), no qual o autor apresenta argumentos que confirmam a teoria do crescimento populacional que a obra contém e, no Capítulo IV, estende e aprofunda a análise da China, comentando as mudanças sociais em processo naquele país (CASTRO, 1961, p. 302 – 308).

*Geopolítica da fome* divide-se em três partes, compostas por oito capítulos. Na primeira parte (em dois capítulos), justifica o fato da fome ser um fenômeno universal; defende a mesma como um tabu, que precisa ser rompido; expõe a divergência em relação ao neomalthusianismo e define os matizes da fome, considerando ser a mesma um fenômeno social. Na segunda parte, estuda a distribuição regional da fome, dedicando-se a América, a Ásia, a África e a Europa, sendo um capítulo para cada região. Na terceira parte, discute a possibilidade de um mundo sem fome, desde a crítica as ideias neomalthusianas dos limites impostos pela natureza até as questões econômicas decisivas para a superação da fome.

---

<sup>101</sup> Sobre os prêmios que a *Geopolítica da fome* recebeu, Santiago (2008, p. 14) afirmou: “Ganhou duas das mais importantes distinções de então: o Prêmio Roosevelt, da Academia de Ciências Políticas dos EUA, e o Prêmio Internacional da Paz, do Conselho Internacional da Paz – este, no Brasil, era chamado pelos conservadores de ‘Prêmio Stálin’, pois para eles as instituições que faziam parte do Conselho eram ligadas à União Soviética”.

Com frequência, entre os estudos da obra de Josué, aponta-se a *Geopolítica da fome* como uma ampliação da *Geografia da fome*. Aliás, no prefácio à primeira edição, Josué diz prosseguir na aplicação do mesmo método, estudando a fome em sua expressão universal. No entanto, ainda como explica o autor, encomendada por uma editora dos EUA, a *Geopolítica da fome* deveria abordar implicações e repercussões políticas da fome, por isso um pouco mais do que geografia, “teria que ser uma Geopolítica da Fome, correlacionando a crise biológica com a crise política contemporânea” (CASTRO, 1951, p. 12)<sup>102</sup>.

Mesmo se não fossem estas questões pontuadas pelo autor, são argumentos para não reduzir a *Geopolítica da fome* a uma simples extensão da *Geografia da fome*:

i) a ampliação da escala do Brasil para o globo, na busca de conhecer o problema da fome em sua manifestação universal, implica em considerável dificuldade metodológica e de fontes de dados. Na sua face universal, levar a diante o estudo dos aspectos naturais que fornecem os meios para subsistência das populações locais e os processos de como, em cada local, estas populações se organizam para satisfazerem as suas necessidades, é tarefa demasiada ampla para ser realizada nos mesmos moldes. Assim, a base de estudos das condições naturais da Obra de 1946 não é empreendida com a mesma intensidade na Obra de 1951. Além do que, uma base mínima da produção escrita sobre as condições de vida da população, as fontes de dados e os aspectos culturais relativos ao Brasil, ficam dispersos e amplos quando em nível mundial, o que dificulta uma síntese como a realizada sobre o Brasil.

ii) no lapso de tempo entre a publicação das duas obras ocorreu uma retomada da discussão malthusiana. Em 1948, Vogt (1951) publicou *Road to Survival*, principal alvo de crítica de Josué, que considerava essa Obra como representante das ideias neomalthusianas no contexto do pós Segunda Guerra Mundial. Do início ao final, *Geopolítica da fome* é uma refutação das proposições de Vogt, preocupação que não estava posta na *Geografia da fome*.

#### 3.4.1 O panorama mundial da fome

“A história da humanidade tem sido, desde o princípio, a história de sua luta pela obtenção do pão-nosso-de-cada-dia... hoje... cêrca de dois terços da população do mundo vivem num estado permanente de fome” (CASTRO, 1951, p. 17). Tendo dados da FAO como base, estas são as palavras que sintetizam o primeiro parágrafo da *Geopolítica da fome*.

---

<sup>102</sup> Nos estudos da/sobre a obra de Josué de Castro, tal consideração é recorrente. Entre outros exemplos que poderiam ser referidos, Schappo (2008, p. 143) considerou que com a *Geopolítica da fome*, Josué “amplia a análise anteriormente realizada no Brasil, em *Geografia da fome*, para outros espaços territoriais e seus contextos históricos”. Nesta mesma linha de interpretação, em referência as duas Obras, Santiago (2008, p. 47) afirmou que “sai o Brasil, entra o mundo” e Moreira (2010, p. 82) que “são dois livros que formam um só”.

*Geopolítica da fome* tem como referência a definição de fome acima abordada que, apesar de considerada como fenômeno de ampla variabilidade, Josué chama atenção para a sua manifestação em sua forma parcial e em sua face coletiva. Fenômeno que, a partir do que defende o autor, muitas vezes não possui manifestação visível, outras vezes apresenta-se em forma de doença de carência, mas que incide e implica em consequências de dimensões sociais mais amplas do que a fome total. Assim, percebe-se que, no estudo da fome universal, Josué opera com as noções de fome total e de fome parcial.

Os desdobramentos da Obra são direcionados pelo que indica o subtítulo da mesma: “Ensaio sobre os problemas de alimentação e de população do mundo”. Neste sentido, se insere como contraposição às ideias de que a fome seja resultado de fatores naturais, bem como do crescimento da população. No plano mundial, nas palavras de Castro (1951, p. 27), “não se pode atribuir a fome a uma suposta mesquinhez da natureza”: “O problema da fome mundial não é, por conseguinte, um problema de limitação da produção por coerção das forças naturais; é antes um problema de distribuição”.

Frente aos alarmes neomalthusianos, Castro (1951, p. 33) considerava que “muito mais grave do que a erosão da riqueza do solo, que se processa em câmara lenta, é a violenta erosão da riqueza humana, é a inferiorização do homem provocada pela fome e pela subnutrição”. Por isso, pontuava que o objetivo da *Geopolítica da fome* “é estudar o terrível fenômeno da erosão que a fome está provocando no homem e na civilização”.

Sobre a relação alimentação e população, nos capítulos preparatórios para o estudo da distribuição regional da fome, Josué considera que o ponto crucial do livro é a tentativa de “demonstrar que não é a superpopulação que cria e mantém a fome em certas áreas do mundo, mas que é a fome que origina a superpopulação” (CASTRO, 1951, p. 37). Para Josué, além da questão fisiológica, a fome atua sobre o espírito, sobre a estrutura mental e sobre a conduta social do homem. O autor considera que fome total e fome parcial implicam em diferentes consequências, sendo que uma esfera que está associada a esta questão é a reprodução.

Baseando-se em estudos experimentais com animais, sobre a relação alimentação e reprodução, Josué apresenta dados de diferentes países, onde o consumo de proteínas é inversamente ao contrário a taxa de natalidade, do que conclui: “a multiplicação exagerada da espécie, por sua excessiva fertilidade, constitui também uma forma de fome específica” (CASTRO, 1951, p. 77). Esta conclusão, no entender do autor, tem fundamental importância, pois “fornece base biológica para apoio de nossa teoria – a teoria da fome específica como causa de superpopulação”. Na sequência, Castro (1951, p. 78) atenua tal conclusão, uma vez

que considera que a mesma também “envolve aspectos econômicos e sociais, ao lado dos aspectos biológicos”, o que aborda, sobretudo, quando estuda o Extremo Oriente.

Na *Geopolítica da fome* o estudo da distribuição regional da fome segue a delimitação dos continentes. Entretanto, nestes, o autor demarca subáreas, com diferentes incidências do fenômeno, normalmente, associando dietética e nosologia. De modo breve, de acordo com os capítulos da Obra, segue um apanhado das características das respectivas formas de manifestações em cada continente. Aqui, como em todo o desenvolvimento desta pesquisa, a tentativa é de demarcar elementos que possibilitam associar fome e questão ambiental.

### *A fome no novo mundo*

Castro (1951, p. 81) afirma que o continente americano é “uma das grandes áreas mundiais de subnutrição e de fome”, apesar da riqueza natural e da baixa densidade populacional. A intensidade da fome não é a mesma para toda a América, bem como a gênese de sua existência diz respeito, em diferentes locais, a fatores específicos. Como um todo, considera Castro (1951, p. 82), que a situação alimentar é fator condicionante das condições sociais, assim apontando o fundamento biológico do social: “a maioria dos males tem suas raízes mergulhadas nesta terrível contingência biológica: a fome crônica de suas populações”.

Castro (1951, p. 84) estuda o continente americano a partir de subáreas, sendo que a delimitação destas é dada pela intensidade, forma e causa da fome. A América do Sul é apresentada em dois setores, A e B. Grosso modo, o primeiro abrange as porções norte e oeste – “de alimentação extremamente defeituosa, onde se associam a fome quantitativa com as insuficiências qualitativas específicas do regime alimentar” – e o segundo as partes sul e leste – “de condições alimentares menos grave, onde apenas existem as fomes específicas em certos princípios nutritivos, sendo o regime alimentar quantitativamente suficiente”.

O setor A, é definido como de regime alimentar insuficiente, incompleto e desarmônico, mas que apesar do déficit calórico apontado pelos inquéritos, a situação não se revela tão trágica, o que justifica pela baixa do metabolismo de base em áreas tropicais e pelo fato de haver um consumo alimentar mais elevado do que apontam as pesquisas (CASTRO, 1951p. 84 e 85). O mais grave, considera o autor, são as deficiências qualitativas, a começar pelas proteínas, que se manifesta no crescimento retardado e na baixa estatura da população. Ao mesmo tempo, o setor apresenta consumo excessivo de hidratos de carbono. As carências em minerais estão associada à pobreza mineral do solo e a hábitos alimentares, decorrendo raros casos de raquitismo, mas frequentes de cáries dentárias. Sobre as carências em

vitaminas, considera que a população do setor apresenta um regime deficitário em forma de carências parciais, excepcionalmente, registrando avitaminoses.

Na incidência da fome, Josué busca explicações que extrapolam as questões de causa e efeito, o que faz parte da perspectiva que o autor busca empreender, aquela da visão do fenômeno em seu conjunto, fugindo de explicações unilaterais. Da mesma forma, tão logo registrado o fenômeno, não deixa de demarcar as suas implicações sociais-econômicas<sup>103</sup>.

O setor B é considerado de condição alimentar sensivelmente melhor, o que decorre de múltiplos fatores, entre eles a capacidade econômica, a produção individual, as condições de transporte, nível educacional e o solo e o clima que, Castro (1951, p. 98) considera ser “mais propícios tanto à agricultura como à criação do gado”. Mesmo assim, ocorrem deficiências parciais, tanto minerais, como vitamínicas. Sendo a de iodo (manifesta pelo bócio) a principal.

A partir disso, Castro (1951, p. 99) conclui que nos dois setores, a alimentação “apresenta-se defeituosa, com falhas mais ou menos graves”, sendo que “os altos índices de mortalidade geral, de mortalidade infantil e de mortalidade por certas doenças infectuosas como a tuberculose, observadas nessas áreas, são, em última análise, manifestações indiretas desse estado de subnutrição crônica”.

Em termos alimentares Josué considera que a América Central não apresenta uma unidade, por isso procede o seu estudo a partir de duas sub-regiões, uma continental e outra das Antilhas (espanholas). Na primeira, que tem como alimento básico o milho, o autor aponta a existência de um regime alimentar monótono, com carência de proteínas, vitaminas e minerais e, em alguns casos, déficit energético. O autor faz referência ao México, onde crianças apresentam “sinais evidentes de carências alimentares” (CASTRO, 1951, p. 104), encontrando estatura abaixo do normal, parada do crescimento e, decorrente de avitaminoses, pelagra infantil. Na segunda, onde “encontra-se algumas das massas de populações mais devastadas pela fome e pela subnutrição em todo o Hemisfério Ocidental” (CASTRO, 1951, p. 109), o autor frisa o contraste entre a produção diversificada e a alimentação praticada, demarcando o que determina a condição alimentar<sup>104</sup>.

---

<sup>103</sup> No setor em questão, elucidativa disso é a conclusão que o autor chega sobre a carência de sódio: “O problema da fome de sódio é, portanto, um problema da mais alta importância na vida tanto econômica como social dos grupos humanos que habitam as regiões equatoriais e tropicais. Através dele, fazem-se sentir influências decisivas do tipo de alimentação, de vestuário e de regime de trabalho. Problema de raça, de clima e de hábitos culturais” (CASTRO, 1951, p. 94).

<sup>104</sup> “Enquanto o camponês cubano quase não come frutas, pode-se ver nos mercados da Havana uma grande abundância de frutas tropicais, das mais variadas cores e formas, dando à primeira vista a impressão de tratar-se de uma área de ótima situação alimentar. Infelizmente, estas frutas quase que só são consumidas por uma escassa minoria abastada, com elevado poder aquisitivo. O espetáculo desses apetitosos e suculentos frutos empilhados nos mercados da capital, constitui uma verdadeira denúncia contra os fatores que determinam a existência da fome numa zona tão bem provida pela natureza para alimentar suas populações” (CASTRO, 1951, p. 112).

Do estudo do continente americano, o que Josué expõe sobre as Antilhas é o que mais demarca a fome como imposição social. Dentro da delimitação da relação homem-natureza, a situação alimentar demonstra-se incompatível com as condições naturais e, sobretudo, porque nesta área, o autor aponta que, historicamente, ocorria a prática de atividades policultoras, para sustentação das populações locais. Em contraposição a isso, a centralidade das atividades da população em poucas e grandes atividades, principalmente, a cana-de-açúcar, leva a exploração da terra e do homem. As consequências são um misto de destruição da vegetação, erosão do solo e fome, evidenciando a associação fome e questão ambiental<sup>105</sup>.

Na América de colonização inglesa, Josué faz referência a uma série de inquéritos sobre alimentação realizados nas grandes cidades, do que destaca o registro de déficits, tanto nos EUA, como no Canadá. Mas afirma que “populações que apresentam aspecto de desnutrição intensiva e em grande escala – verdadeiras áreas de fome” (CASTRO, 1951, p. 116) são as das Índias Ocidentais Britânicas (Antilhas Inglesas) e do sul dos EUA.

As ilhas da América Central de colonização inglesa rendem um significativo capítulo do estudo tanto das condições naturais, como da forma que o homem faz uso destes. Temas, normalmente, presentes nos textos de Josué quando busca conhecer a dinâmica da fome. Neste sentido, o estudo desta porção da América, consiste em um apanhado histórico-ambiental. Tais ilhas, expõe Josué, apresentam condições precária de alimentação, com doenças de fundo nutricional e altas taxas de mortalidade. A causa “são consequências diretas de defeituoso sistema de exploração colonial... baseada na monocultura de cana de açúcar... exemplo mais típico... de como um grupo humano... é capaz de depredar toda a riqueza natural, transformando regiões ricas em áreas de miséria e de fome” (CASTRO, 1951, p. 117).

Nestas ilhas, aponta Josué, em diferentes tempos, a existência de uma produção de alimentos diversificados, vegetais e animais, todos “produtos de sustentação” (CASTRO, 1951, p. 118), resultados do conhecimento que a população tem do meio onde vive. Na ótica do autor, a entrada da economia latifundiária-monocultura alterou as condições naturais e desorganizou a produção, do que decorreu os problemas alimentares, chegando a registrar epidemias de fome aguda.

Para Porto Rico, Josué dedica uma análise específica da ocorrência da fome. Neste País, diferente das demais ilhas da América Central, o ímpeto da monocultura açucareira,

---

<sup>105</sup> Castro (1951, p. 113) cita um relatório de Antonio Clerch, delegado cubano na I Conferência Latino-Americana de Nutrição, de 1948: “É costume ver-se nos hospitais a presença de casos de deficiências nutritivas de diversos tipos, porém principalmente as deficiências proteicas com todo o seu cortejo sintomático de edemas e demais alterações devido a estados hipoproteinemias, as avitaminoses A, B1, B2, C, D, raquitismo, osteomalacia, anemias macrocíticas, bócio endêmico, doenças dentárias e demais afecções de tipo carencial”.

associada à produção de fumo e de café, desenvolve-se posteriormente das demais ilhas, sem trabalho escravo e sob auspícios dos interesses econômicos do comércio dos EUA, até quando não se registrava a condição de fome que passou a prevalecer. Dedicando-se a produção para exportação para os EUA, a população porto-riquenha abriu mão da produção de alimentos para consumo local e, importando sob altos preços, baixa as condições de vida da população.

Fechando o estudo da fome na América, Castro (1951, p. 127) estuda o sul dos EUA, que considera “mais um exemplo bem ilustrativo do tipo de fome de fabricação humana”, pois trata-se de uma área de solo e clima favorável a agricultura que, inclusive, em certos períodos, registrou culturas de subsistência que tendiam a auto-suficiência alimentar. O autor afirma que a entrada de culturas comerciais (algodão, fumo e cana-de-açúcar) “escravizaram o homem e a terra aos caprichos de suas especulações comerciais” (CASTRO, 1951, p. 129), a partir do que se inicia o processo de erosão do solo e da falta de alimentos.

A análise histórica que o autor realiza sobre esta área aponta para o consumo do homem e da terra. Na forma de produção socialmente instituída, erosão do solo e fome andam juntas e são vistas pelo que em comum as une. Assim, divergindo das teorias que atribuem a fome à erosão do solo, Castro (1951, p. 131) afirma que:

Não foi a erosão a causa da decadência e da fome no Sul, mas foi ela, como a fome e a miséria regional, consequência de uma única causa: a exploração econômica inadequada da região. A erosão do solo, como a erosão do potencial humano, são efeitos desastrosos de um mesmo fator – o sistema das grandes plantações.

Para o autor, o resultado, em termos de alimentação, é uma dieta imprópria, insuficiente e incompleta. Em tal condição a população não escapa de um quadro nosológico.

### *A fome na velha Ásia*

“A Ásia é, por excelência, a terra dos homens e a terra da fome” (CASTRO, 1951, p. 137). Esta é a afirmação inicial e que sintetiza o que Josué expõe sobre a Ásia (que apesar do título é um estudo da China, Índia e Japão). Nesta área, a presença humana e a presença da fome, considera o autor, é a mais intensa entre todas. É no decorrer desta parte da *Geopolítica da fome* que está a maioria das afirmações que se chocam com as ideias neomalthusianas.

Em relação à China, Castro (1951, p. 138) chama atenção para o vínculo da população com a atividade rural. Mesmo assim, considera que “nenhuma civilização tem sido mais intensamente exposta à fome do que essa civilização vegetal, baseada quase que exclusivamente na agricultura de sustentação”. Isso porque em uma parte do território chinês, a concentração populacional em locais de terra propícia a agricultura, levou a escassez relativa de terras cultiváveis, a superpopulação regional e ao extremo parcelamento da terra,

obrigando “o chinês a ligar-se ao solo como se fôsse uma árvore” (CASTRO, 1951, p. 140). Josué distingue “duas” Chinas, a do sul e a do norte e, mesmo considerando as diferenças das condições naturais e dos cultivos praticados, em comum a ambas vê a ligação do homem com a terra, do que resulta uma surpreendente produção por área cultivada, mas ao mesmo tempo, uma ínfima produtividade por trabalhador.

Josué afirma que, na sua grande maioria, a alimentação dos chineses é baseada em uma “dieta quase exclusivamente de origem vegetal, excessivamente frugal e extremamente monótona” (CASTRO, 1951, p. 142), sendo o porco o único animal doméstico de real importância alimentar. Desta maneira, consistindo em uma dieta insuficiente e incompleta, que determina a fome crônica da população. A partir disso, conclui que sofrem os chineses de fome quantitativa e, bem mais grave, de fome qualitativa (proteínas, sais minerais e vitaminas). Este quadro alimentar implica em uma população que, de múltiplas maneiras, acusa tal condição: desde o crescimento lento, ao amplo quadro nosológico, tudo coadunando para a baixa expectativa de vida da população (na época, 34 anos).

Sobre a situação de fome da população chinesa, Castro (1951, p. 150) delimita dois grupos de causas que atuam em correlação as “causas de categoria natural” e as “causas de categoria social”. Para o autor, uma “análise do fenômeno da fome em sua realidade total” permite apreender que as causas naturais “agem apenas como fatores imediatos” promovendo a manifestação do que se constitui como “consequência de causas sociais”. Assim, conclui que “é a trágica e absurda organização econômica do país que determina o seu estado de miséria alimentar permanente e o expõe, de maneira alarmante, às crises periódicas de fome.

A partir da “velha Índia”, como denomina, Josué expõe uma série de argumentos que contrariam as teorias neomalthusianas. Neste sentido, reafirma a fome como produção social e, na relação homem e natureza, ao mesmo tempo em que indica a possibilidade da superação da fome, não desconsidera o uso de tecnologias em larga escala, dentre elas, a química.

A alimentação e o problema da fome, que se expressam pelas condições sociais e econômicas, não são estudados independentes de uma base mínima dos “fundamentos geográficos” (brevemente, o autor pontua informações sobre o clima e o solo). Os hindus praticam uma “alimentação de extrema predominância vegetal, tendo como alimento básico o arroz”, fazendo deste “um dos povos mais desnutridos do mundo”, com “manifestações patentes dos mais variados tipos de fome específica” (CASTRO, 1951, p. 168).

Josué não deixa de avaliar as deficiências alimentares, bem como as consequências nosológicas apresentadas pela população da área, no entanto além das que avalia, afirma que “muitas outras formas de carência se manifestam, sobre as quais não é necessário repisar,



porque são elas as mesmas de tôdas as áreas de extrema miséria alimentar do mundo” (CASTRO, 1951, p. 169).

Uma leitura sistematizada da obra de Josué permite a conclusão aqui apontada pelo próprio autor: nas diferentes áreas estudadas, há uma correlação e, quando não muito, uma implicação de causas e consequências dos déficits alimentares que pouco difere. Além do que, pode-se perceber certa sequência na apresentação dos elementos, normalmente, iniciada por uma base física (solo, clima, vegetação etc.), ao que segue os fatores sócio-econômicos, as carências alimentares, as doenças e os índices de mortalidade, tudo coadunando para a demonstração das condições de fome em que se encontram as populações.

No caso da Índia, a fome crônica é responsabilizada pelo quadro nosológico, pela baixa expectativa de vida e, de tempo em tempo, a fome aguda, em forma de epidemia, pelos altos índices de mortalidade. Diferente da perspectiva neomalthusiana, das causas naturais e da pressão demográfica que levam a população à fome, Castro (1951, p. 174-176) aponta que as causas da fome estão no baixo rendimento agrícola, nos métodos primitivos de cultivos, no regime de propriedade agrária, no analfabetismo e, inclusive, nas questões religiosas.

Nas condições de vida e de fome da população indiana, Josué vê tanto a influência da organização social, como as consequências da colonização inglesa. Ao mesmo tempo, no que diz respeito à produção agrícola, frente ao desinteresse de busca de melhorias sociais, lembra que a seleção de sementes e os fertilizantes químicos só são usado nos cultivos que visam exportação, concluindo que “pelo uso intensivo do DDT, seria possível não só conquistar para a agricultura extensas áreas insalubres das fraldas do Himalaia, como duplicar a capacidade de produção do elemento humano, mas até hoje muito pouca coisa foi feita neste sentido” (CASTRO, 1951, p. 180). Como se pode ver, na resolução do problema da fome, as suas ideias não afastam as possibilidades técnicas disponíveis no contexto contemporâneo.

Em relação ao Japão, diferente do estudo de outras áreas, Castro (1951) não detalha os aspectos nutricionais e as consequências nosológicas da condição de fome da população. Afirma que se trata de um povo faminto; que apresenta deficiências alimentares, sobretudo, de proteínas e faz referência a uma experiência de um regime alimentar adequado entre trabalhadores de uma fábrica que reduziu a incidência de tuberculose.

O contato com o ocidente, considera Josué, deu ao povo japonês a impressão de que fosse escapar da fome, isso pelas técnicas que possibilitariam o crescimento da produção agrícola: “o Japão pôs em prática tôda a experiência técnica assimilada no Ocidente, associando-a a certos processos tradicionais da agricultura chinesa e japonesa”, tudo associada a “sábria política de conservação do solo que o Japão estabeleceu antes de qualquer

outro país do mundo” (CASTRO, 1951, p. 184). Considera que isso livrou o povo japonês da fome aguda, mas não da fome crônica.

A industrialização é analisada como fator de degradação da alimentação dos japoneses, “criando uma nova classe de famintos crônicos: os operários industriais” (CASTRO, 1951, p. 187). Por um lado, a agricultura se vê limitada pelos custos da maquinaria agrícola e pelos impostos relativos as terras, por outro a indústria depara-se com barreiras alfandegárias e com a concorrência internacional dos produtos industrializados. Desta forma, Castro (1951, p. 188) conclui que “malgrado a racionalização técnica da agricultura e a industrialização em grande escala, perdura a fome no país”.

No estudo da fome no Japão, Josué não prescindiu, mas ao mesmo tempo, não se limitou a apontar a fome como resultada das relações que se desenvolvem regionalmente.

#### *A fome no continente negro*

Castro aponta que na África estão os mais antigos registros da fome. Desde a fome aguda, periódica em terra de estepes e semi-árido do norte, até a fome crônica, permanente nas populações das florestas equatoriais e savanas tropicais: “a África é, na sua totalidade, um continente de povos famintos” (CASTRO, 1951, p. 197). As razões de tal condição, entende o autor, tratam-se de fatores, uns de categoria natural, outros de categoria social.

No estudo da fome no continente africano, Josué observa que a tropicalidade impõe uma dificuldade inicial, não pelo clima, mas pelos solos e pela vegetação, marcados por duas paisagens naturais “pouco propícios à ocupação humana” (CASTRO, 1951, p. 197), o deserto tropical e a floresta equatorial. As áreas africanas de deserto e de floresta oferecem dificuldade para produção de alimentos, na primeira pela escassez de água e, na segunda, pelos solos frágeis, panorama que levou os neomalthusianos a afirmar que se trata de terra marginal para a agricultura. Ao que Josué contrapõe-se, considerando que nestas áreas os cultivos têm exigências excepcionais, mas que impulsionados pelas técnicas, podem suprir as necessidades alimentares, sendo assim são os fatores sociais que levam as populações a fome.

O que o autor expõe, leva em conta tanto a degradação dos recursos naturais, bem como as transformações nas relações da sociedade com a natureza, tudo decorrente da lógica mercantilista via colonização europeia: a ocupação europeia desloca as populações locais que passam a produzir em terras que se esgotam mais rapidamente, suprimindo a produção de sustentação e, conseqüentemente, desequilibrando a economia alimentar (CASTRO, 1951, p. 200). De modo diferente disso, o autor defende a necessidade de emprego adequado de técnicas e da experiência do nativo.

Para melhor explicar a fome na África, Josué recorre à divisão de “duas” áfricas. A primeira, na parte norte do continente, considera que “com exceção do Egito, onde as condições alimentares são permanentemente precárias, apresenta esta área um tipo de dieta sóbria, pouco abundante, porém até certo ponto equilibrada” (CASTRO, 1951, p. 202). O autor associa as condições alimentares com as condições naturais, sobretudo, as enchentes do Rio Nilo, o que em certos períodos leva à fome aguda. Por outro lado, atrelado aos interesses econômicos, ao caso da terra com interesses alheios à população local, levam a proletarização da população rural e, com isso dá-se a “eliminação das fomes agudas e à implantação da fome crônica”: passando a prevalecer uma “alimentação tremendamente deficitária”, apontando para as carências de proteínas animais e de vitaminas (CASTRO, 1951, p. 202). O autor alude à incidência da pelagra, no entanto não apresenta dados estatísticos, nem descreve detalhadamente as consequências da fome atuando sobre as populações.

Sobre a África negra, toda a porção sul do continente desde as bordas do Saara, Castro (1951, p. 205) considera ser marcada pela diversidade das condições naturais, o que repercute na alimentação: “as condições de alimentação na África Negra variam enormemente, de acordo com os diferentes tipos de paisagens regionais – de acordo com as possibilidades naturais de cada zona e com o gênero de vida das populações em face dessas possibilidades”. Assim, aponta desde a falta de uma agricultura organizada até as que estabeleceram uma “agricultura de sustentação”, com sua “tradição agrária de poliagricultura e sua organização tribal” (CASTRO, 1951, p. 206). Desta forma, indo desde uma alimentação insuficiente até a que qualitativamente apresenta-se satisfatória. Situação que rompe-se com a intervenção colonizadora, com a concentração da produção em poucas atividades. A produção para exportação é apontada pelo autor como a que, ao mesmo tempo, diminui a produção regional de alimentos e arruína os solos.

Tendo como referência o continente africano, Josué traz para o debate a questão do clima para provar que o mesmo não é responsável pela situação alimentar. O principal argumento remete à diversidade de climas, bem como as populações que se encontram em fome, mas que apresentavam padrão alimentar satisfatório antes da colonização.

O autor aponta indícios de melhorias das condições alimentares no continente e defende que esta depende da expansão econômica. Com isso, não retoma a ideia de produção para sustentação e da importância das relações locais. De diferente modo, considerou que a solução pode ser uma integração, desde que esta considere interesses mútuos entre a África e a Europa. Neste sentido, afirmou que “a Europa, se deseja contar com a África para a sua recuperação econômica, terá que traçar uma política de mútuo interesse, deixando também à

África o direito de viver uma vida decente. E o direito mais elementar de qualquer povo é o direito a uma alimentação suficiente e balanceada” (CASTRO, 1951, p. 214).

### *A Europa faminta*

Josué considera que a Europa, desde a antiguidade, com clímax na idade média, vive um interminável drama da fome. O autor alude aos casos de epidemias de fome e considera que com o capitalismo industrial, com a intensificação das trocas e melhorias nos meios de transporte, estas vão se tornando mais raras, no entanto passa a prevalecer a fome crônica, sobretudo, na população proletária urbana.

O estudo da fome na Europa não é apenas fato de um passado longínquo, mas do contexto contemporâneo à escrita da Obra, como o autor demonstra por meio de inquéritos realizados nos anos 1930 e das consequências das guerras, especialmente, da Segunda Guerra Mundial e da Guerra Fria. No entanto, o autor considera que tal conjuntura se encaminha para uma estabilidade em um contexto cada vez mais livre da fome.

Diferente do estudo dos demais continentes, a análise da fome na Europa, distancia-se da forma de exposição que inicia pelas condições naturais, passa pelo estudo das carências, pelas implicações nosológicas e, finalmente, chegando aos índices de mortalidade. Na *Geopolítica da fome*, Josué analisa a fome sofrida pela população europeia mais sobre o ponto de vista das consequências das guerras, da demanda que esta exige e que por isso as populações se veem em condição de não satisfazer suas necessidades alimentares.

De qualquer forma, nem por isso deixa de apontar a relevância do uso da terra para a produção de alimentos, pela qual passa a questão da propriedade e, mais especificamente, da distribuição da terra, dando destaque para as iniciativas de reforma agrária no leste europeu, de distribuição das propriedades e de limitação do seu tamanho.

O período de 1930 a 1939 é definido por Castro (1951, p. 221) como “anos decisivos” para o conhecimento das condições de fome em que vivia a população da Europa. Pois, é neste período que se teve, pela primeira vez, fora do círculo dos especialistas, conhecimento das “lamentáveis condições de alimentação da maioria dos povos da Europa”. Tal afirmação é baseada em uma série de inquéritos que concluíam que a população vivia em condições de alimentação insuficiente, bem como pelas doenças decorrentes de tal alimentação.

De modo pontual, faz referência à fome em alguns países e, nestes, associa alimentação, propriedade da terra e consequência das guerras. Sobre a Europa de um modo geral, a condição alimentar é exposta da seguinte forma:

com cerca de um terço de suas populações vivendo num regime de fome crônica, a Europa, para sobreviver, tinha que importar grande massa de alimentos: cerca de 9 milhões de toneladas de cereais panificáveis, grandes quantidades de forragem para manter seus rebanhos, de fertilizantes para alimentar o seu solo esgotado e de gorduras para alimentação e para a indústria. Era, pois, bem grande a dependência da Europa do resto do mundo, em matéria de alimentação (CASTRO, 1951, p. 229).

Neste contexto, o problema alimentar adquire um caráter associado à geopolítica, no sentido de que ele não se reduz a aspectos ecológicos da relação sociedade e natureza, mas passa pelas decisões políticas do que produzir e, inclusive, de não produzir. É a partir desta conjuntura que o autor aponta que, no contexto pós crise de 1929, diminui o comércio e com uma produção agrícola crescente, contraditoriamente, ocorreu a indicação da necessidade de restringir a produção de alimentos, fazendo com que coexistam, “lado a lado, a fome e a abundancia de produção” (CASTRO, 1951, p. 230).

No estudo da fome na Europa, do período recente que antecede a escritura da Obra, Josué expõe a fome como herança do nazismo. Neste caso, a fome não é abordada dentro da ideia de problema da alimentação ou da relação sociedade e natureza, mas no contexto de uma geopolítica dos alimentos. Assim, ao debate das necessidades nutricionais e dos quadros nosológicos, sobrepõe-se as implicações políticas na produção e distribuição dos alimentos. Elucidativo desta questão é que é deste contexto que tem origem o principal órgão mundial ligado a agricultura e a alimentação, a FAO/ONU.

Sobre a fome na Europa, na *Geopolítica da fome*, o autor escreve um item intitulado de “Por traz da cortina de ferro”, abordando o leste do continente. Considera que o leste europeu se reestrutura para escapar da fome, chama atenção para a reforma agrária, o aumento da produção, industrialização e elevação do padrão de vida da população. Do que conclui que no leste europeu os “países atravessam hoje uma era de prosperidade” (CASTRO, 1951, p. 254). Na ocasião expressa a posição em defesa da unificação da Europa.

No estudo da fome no continente europeu, pode-se perceber que Josué não empreendeu o estudo aplicado a outras áreas, aquele da sequência alimentação, dietética e nosologia. Antes, aplicou uma forma específica de estudo que, de certa forma, realça a relação fome e política, atenuando a relação homem e natureza na composição dos quadros da fome.

### 3.4.2 Alimentação e população: Josué de Castro no embate com o neomalthusianismo ou *Geopolítica da fome* em elementos para a relação fome e questão ambiental

Talvez pela brevidade, *Geopolítica da fome: Ensaio sobre os problemas de alimentação e de população do mundo*, ficou conhecida apenas pelo seu título principal. Mesmo nos trabalhos sobre a obra de Josué (inclusive nas referências bibliográficas), bem

como nas obras organizadas sobre a produção intelectual, em homenagens, etc., nas listas das publicações do autor é comum encontrar a referência da Obra sem o subtítulo. No entanto, o mesmo é elucidativo das principais questões da publicação: a relação alimentação e população e, conseqüentemente, do embate que o autor trava com o neomalthusianismo.

Após a publicação da *Geopolítica da fome*, o antagonismo de ideias entre Josué e o neomalthusianismo, representado, principalmente, por William Vogt, mas também por Fairfield Osborn, foi amplamente debatido. Pelo menos é o que se pode perceber em *O drama universal da fome* (ASCOFAM, 1958), livro publicado em homenagem ao quinquagésimo aniversário de vida de Josué, uma vez que são recorrentes as alusões a tal polarização.

O embate entre Josué e o neomalthusianismo estabeleceu-se no contexto posterior à Segunda Guerra Mundial, que é marcado, por um lado, pelo acelerado crescimento da população e, por outro, pela ampliação das possibilidades técnicas, no caso particular, relativo a produção de alimentos. De fundo, o desenvolvimento deste embate pode ser pautado pela discussão da relação sociedade e natureza contemporânea à produção das publicações.

Referindo-se a *Our Plundered Planet e Road to Survival*, respectivamente, de Fairfield Osborn e William Vogt, Robertson (2012, p. 337) afirma que, ambas as obras, tratam-se dos best-sellers, de 1948, sobre problemas ambientais. Robertson (2012) argumenta que Vogt e Osborn conseguiram captar a problemática ecológica daquele momento. Para o autor, frente a crescente possibilidade de consumo, principalmente, da criação de necessidades, Vogt e Osborn inovaram ao estabelecerem relações entre as ações do homem e o meio ambiente, colocando as questões ecológicas para uma ampla audiência, demonstrando preocupações com a degradação dos recursos naturais, pois indicavam as conseqüências do crescimento da população e do padrão de vida, sobretudo, para a destruição dos recursos naturais.

Na *Geopolítica da fome*, Josué faz poucas referências a Osborn. A principal, talvez seja a que define os efeitos da erosão do solo apontados por Osborn como alarmista. Sobre a erosão, para Castro (1951, p. 32), deve-se iniciar esclarecendo que existem dois tipos, a natural e a provocada pelo homem, assim minimizava as considerações de Osborn. Já em relação a Vogt, Josué faz várias alusões, normalmente, de terminante discordância.

Para encaminhar o embate que a *Geopolítica da fome* representa a *Road to Survival* é necessário retomar algumas ideias expostas por Vogt. Inicialmente, seguindo o que Robertson (2012) expôs, deve-se dizer que Vogt demonstrava-se “preocupado” com os limites dos recursos naturais. Neste intuito, logo nas primeiras páginas, em tom apocalíptico, afirmava:

Êste livro foi escrito na esperança de que estabeleceria claramente certas relações – entre o homem e o seu meio – que têm poderosamente criado muitos dos dilemas e

perplexidades diante dos quais hoje nos achamos. Estão elas, inevitavelmente, exercendo gigantesco impacto sobre o mundo de amanhã. Negligenciadas, é quase certo que acabarão por destruir a nossa civilização (VOGT, 1951, p. 17)<sup>106</sup>.

O autor se referia ao fato de que o crescimento da população deveria ser limitado aos recursos naturais, remetendo-se ao solo como o centro da impossibilidade de sustentação do crescimento da população. Vogt (1951, p. 132) considerava que “*não podemos forçar a terra a adquirir o padrão que desejamos impor-lhe, mas devemos fazer com que o uso se acomode à terra, às suas capacidades e às suas limitações*”. Assim, defendia que “*não podemos fugir à necessidade de reduzir a população do mundo*” (VOGT, 1951, p. 288). Para o que, se necessário fosse, poder-se-ia recorrer a uma série de recursos tecnicamente disponíveis<sup>107</sup>.

Vogt via os médicos como os grandes culpados por salvar populações de doenças. Mas não se limitava a isso, pois seus exemplos iam da América, à África e à Ásia. Sobre Porto Rico, apontava que os “milagres” da medicina tinham como resultado “fazer com que mais gente se conservasse viva para viver miseravelmente” e, sobre a Índia, afirmava que enquanto a população cresce, já não há alimento suficiente para a população existente, daí questiona: “*haveria qualquer gesto de bondade em evitar-se que criaturas morressem de malária, a fim de que pudessem morrer mais lentamente de fome?*” (VOGT, 1951, p. 32).

Sobre a África, pondera que os insetos destoem plantações, mas também que apresentam fatores positivos, como na disseminação da malária que “é, realmente, uma benção disfarçada”. No mesmo sentido, continuava Vogt (1951, p. 47):

Certas áreas da África, onde o mosquito tsé-tsé foi localmente dominado, as populações nativas devastaram as terras anteriormente despovoadas... Neste caso, o mosquito tsé-tsé, em lugar de constituir um fator de limitação para o homem, foi, verdadeiramente, um protetor de importantes recursos naturais<sup>108</sup>.

---

<sup>106</sup> Vogt demonstrava-se um homem de “ciência” e, como tal, preocupava-se com o alcance social dos resultados das suas pesquisas. Neste sentido, avaliando o alcance do que expôs em *Road to Survival*, afirmava: “Ambientes e épocas diferentes exigirão operações diversas. Procurei, simplesmente, esboçar procedimentos gerais, baseados em muitos anos de trabalho, em vários países, no setor da conservação do solo. Sugeri medidas definidas, importantes e, sobretudo, *práticas*, tão inteiramente ao alcance, tôdas elas, da realização humana, que deveriam convencer-nos de que a tarefa é tudo menos impossível. Se começarmos ao menos a executar tais projetos, teremos já iniciado a solução de nosso dilema” (VOGT, 1951, p. 306).

<sup>107</sup> Como a hipótese de um “bônus esterilização”: “pequenas mas suficientes quantias em dinheiro seriam pagas a qualquer pessoa – principalmente do sexo masculino – que concordasse em submeter-se à simples operação de esterilização. Esta não interfere com o prazer sexual nem com a satisfação física. Já que tais bonus atrairiam principalmente as criaturas menos aptas do mundo, teriam influência seletiva favorável. Do ponto de vista da sociedade, seria, por certo, preferível pagar permanentemente aos indigentes – muitos dos quais seriam criaturas físicas e psicologicamente marginais – 50 ou 100 dólares, a manter os seus bandos de descendentes, os quais, tanto devido à herança genética como social, tenderiam a perpetuar a sua inutilidade” (VOGT, 1951, p. 306).

<sup>108</sup> Contra especialistas que defendem que a população tende a se estabilizar com o tempo, Vogt (1951, p. 305) afirma que “*não há tempo*” e continua: “*esses mesmos especialistas asseveram que não se pode ensinar o povo a desejar o controle da natalidade. Quanto a isto, a resposta é: nós jamais o experimentamos realmente. Nas ilhas de guano, ao largo da costa do Perú, vi índios andinos – muitos dos quais não sabiam ler nem escrever – escovar fielmente os dentes duas vezes por dia. Dez milhões de pessoas, espalhadas pelo mundo, adotaram, em defesa própria, o costume de ferver a água poluída, antes de bebê-la*”.

O repertório de Vogt é, consideravelmente, vasto. E a relação entre alimentação e população é o mote que perpassa a exposição das suas ideias, como na seguinte passagem:

Autoridades públicas bem intencionadas, ignorando completamente o problema referente à alimentação de milhões de latino-americanos que precisam comer, ajudaram a reduzir a média da mortalidade. A febre amarela foi banida da maior parte da América Latina. A malária foi significativamente reduzida em amplas áreas. A varíola está desaparecendo. Apesar das crescentes dificuldades causadas pela diminuição do suprimento de água, a água potável foi tão melhorada, em muitas cidades, que as doenças intestinais – um dos mais eficientes fatores de limitações de populações – diminuíram acentuadamente. Como a maior parte do resto do mundo, a maioria dos países latino-americanos está enfrentando a urgente questão de saber como alimentar novas e famintas bocas (VOGT, 1951, p. 187).

Por fim, em outro fragmento significativo, Vogt (1951, p. 101) “vaticinava”:

Precisamos encarar o homem integralmente, situado em seu meio integral. Antes de mais nada precisamos compreender que cada grão de arroz que ele põe na boca, cada bocado de batata, cada pedaço de carne e cada grão de milho, deve ser substituído por outro tanto proveniente da terra – em algum lugar. Precisamos compreender que cada área não apenas possui limitadas capacidades produtivas – mas, também, que essa capacidade está diminuindo, e que as demandas aumentam. Enquanto essa compreensão não se tornar parte intrínseca de nosso raciocínio e não exercer poderosa influência nas nossas políticas nacionais e internacionais, dificilmente poderemos ver em que direção nosso destino se encontra.

Estas são algumas das passagens que sintetizam o que Vogt expôs em seu livro de 1948. Considerando o posicionamento de Vogt em relação aos limites da produção de alimentos e de que o crescimento da população faz dos homens quase que gafanhotos devoradores, para Josué não haveria melhor definição que a de “espantalho” (CASTRO, 1951, 27), o que vale também para o neomalthusianismo, de modo geral.

Em contraposição ao neomalthusianismo, na *Geopolítica da fome* as conclusões a que Josué chega, como bem pontuou Seppilli (1958, p. 311), giram em torno de três pontos:

- 1 – Não é possível sustentar que a fome seja um fenômeno natural, pois ela decorre mais de fatores de ordem econômica do que geográficos.
- 2 – A fome coletiva é um fenômeno de ordem social resultante, geralmente, da má utilização das possibilidades e dos recursos naturais, ou da má distribuição dos bens de consumo.
- 3 – Hoje em dia, há todas as possibilidades de ordem técnico-científica para se extinguir o estado de fome que reina entre a maioria dos habitantes da terra.

Isso demonstra o choque entre o posicionamento de Josué em relação ao que defendeu Vogt. Tal embate começa pela interpretação das causas da fome, passa pelo encaminhamento de possíveis perspectivas de um mundo livre de fome e culmina na confiança no que diz respeito às possibilidades de produção de alimentos, do que decorre a percepção em relação ao aparato tecnológico disponível. No centro disso tudo, tem-se a relação alimentação e população que, de fundo, está associada à relação entre homem e natureza.



Aliás, em alguns aspectos, a relação entre homem e natureza exposta na *Geopolítica da fome* foi um tema que custou críticas ao que Josué defendeu. Desde os primeiros escritos, Josué busca situar o que define como “fundamentos biológicos” da sociedade e, na obra em questão, não foi diferente. Neste particular, expõe uma teoria de crescimento da população assentada em princípios biológicos. E é nesta tecla que as críticas costumam bater.

Na *Geopolítica da fome*, invertendo o neomalthusianismo, que defende ser o excesso de população responsável pela ocorrência da fome, Josué aponta a fome como responsável pelo crescimento da população. Se, de imediato, o que o autor defende faz sentido, o problema instaura-se quando vê-se que o argumento é baseado em uma “observação naturalista” (CONTI, 1991, p. 127).

Para Josué, fome total e fome parcial implicam em diferentes resultados ao espírito do homem, o que atinge, inclusive, a questão da reprodução. Neste sentido, defende que a fome específica seja a causa da superpopulação<sup>109</sup>.

Mais tarde, na edição de 1961 da *Geopolítica da fome*, Castro (1961, p. 149 – 153) reafirmou esta concepção, listando uma série de estudos que confirmam a sua teoria biológica da relação consumo de proteínas e taxas de natalidade. No entanto, a variável crescimento da população, pelo que expõe Josué, deve ser entendida de modo mais ampla, incluindo fatores sociais e econômicos. Aliás, esta é parte da crítica que o autor faz ao “espantinho malthusiano”. Castro (1951, p. 28), referindo-se a Malthus, afirma que “seu primeiro erro foi

---

<sup>109</sup> Explicando este aspecto, Castro (1951, p. 75) afirmou: “Os povos submetidos à ação contínua de uma alimentação deficitária, longe de diminuir seu apetite sexual apresentam exaltação do mesmo e nítido aumento de fertilidade. Esta intensificação da capacidade reprodutiva dos povos cronicamente famintos explica-se através de um complexo mecanismo onde entram fatores de ordem psicológica e de ordem fisiológica. Psicologicamente, a fome crônica determina exaltação das funções sexuais, como um mecanismo de compensação emocional. Todos os fisiólogos são unânimes em reconhecer que, em condições normais, existe uma espécie de competição entre os dois instintos – o de nutrição e o de reprodução – e, toda vez que um se atenta, o outro, imediatamente, se exalta. Como a fome crônica, principalmente a fome de proteínas e de certas vitaminas, determina inapetência habitual, perda de interesse pelos alimentos, dá-se em consequência um enfraquecimento da força do instinto de nutrição diante da força do instinto de reprodução, que passa a predominar. Com o apetite embotado, satisfazendo-se facilmente com qualquer coisa, o faminto crônico pode desviar seus interesses para outras atividades independentes da obtenção do alimento, e o primeiro grupo de atividades que se apresenta, não só por sua hierarquia de natureza biológica, como também como compensação psicológica, é o das atividades de ordem sexual. Neste mecanismo psicológico baseia-se o exagerado sensualismo de certos grupos humanos e de certas classes que vivem num regime de desnutrição crônica. Mas há também um mecanismo fisiológico determinando esta significativa correlação entre alimentação insuficiente e índice de fertilidade. De há muito, tinham os criadores observado que certos animais, bem cevados, tornaram-se estéreis e que basta restringir-lhes a alimentação, durante certo tempo, para que recuperem a fecundidade. Mas o fato empírico não tivera grande repercussão nos meios científicos. Hoje, no entanto, dispomos de dados experimentais e de observações sistematizadas que nos permitem compreender como atuam as deficiências alimentares parciais, como fator de aceleração da multiplicação da espécie. É exatamente a fome de proteínas, acarretando o fornecimento deficitário de certos ácidos aminados indispensáveis, que atua de maneira mais intensa sobre a capacidade reprodutiva dos animais”.

o de considerar o crescimento da população como uma variável independente... na verdade, êsse crescimento está na mais estrita dependência dos fatores políticos e econômicos”.

As concepções de Josué em relação ao neomalthusianismo destoam ainda mais no que diz respeito à possibilidade de produção de alimentos e, dentro do que se busca discutir aqui, isso tem importância cabal, pois representa elementos para extrair a relação homem natureza, do que se pode pensar elementos para a relação fome e questão ambiental. Tudo isso em um âmbito de uma *Geopolítica da fome*, ou seja, da possibilidade de produção de alimentos em termos mundiais, pois na Obra em questão, é nesta escala que o autor analisa.

Contra a ideia de que a fome seja fenômeno natural e de que a salvação resida no controle da população, Josué sai pela via da potencialidade de produção de alimentos que a Terra possui, a qual se estende das áreas polares aos desertos. Em termos globais, sustenta o autor, a disponibilidade de terra para produção é superior a demanda de alimentos. Daí porque não se pode tratar a fome como mesquinhez da natureza: “o problema da fome mundial não é, por conseguinte, um problema de limitação da produção por coerção das forças naturais; é antes um problema de distribuição” (CASTRO, 1951, p. 27). Neste ponto, na edição de 1961, Josué acrescenta a informação de que nos EUA tem-se colocado a necessidade de reduzir a produção, uma vez que se avolumam os excedentes.

Em termos globais, a análise das possibilidades de produção de alimentos, bem como em que condições defende tal produção, recebe atenção especial do autor e encontra-se, de forma mais condensada, na terceira parte da *Geopolítica da fome*. Nesta pode-se perceber o quanto Josué acreditava na possibilidade de produção de alimentos que a Terra possui, bem como na contribuição da ciência em tal tarefa. Decorrente do que o autor expõe, sendo a produção de alimentos associada ao aproveitamento que o homem efetiva das possibilidades naturais, é o seu entendimento da relação homem natureza.

Reafirmando que a “fome coletiva é um fenômeno de categoria social, provocado, via de regra, pelo aproveitamento inadequado das possibilidades e recursos naturais ou pela má distribuição dos bens de consumo obtidos”, Castro (1951, p. 259) defende que, no mundo, existe a possibilidade de alimentar toda a população. Visto desta forma, o problema alimentar não é apenas de produção: “ao lado da produção em massa, não se procurou promover o correspondente consumo em massa, que daria o necessário equilíbrio a uma economia humanizada”. Com isso, Josué defende a incorporação da população ao mercado, ponderando que a economia depende da superação da fome. Fome, economia e paz são temas que o autor busca associar, sobretudo, nos seus últimos escritos.

Na luta contra a fome, avaliando a cooperação com a natureza, Castro (1951, p. 262) considera que o primeiro objetivo é o “aumento ponderável da produção mundial de alimentos”, que exige ampliar as áreas cultivadas. Utilização e recuperação de solos são temas discutidos pelo autor. Contrariando a ideia de “limites absolutos de produtividade”, afirma que “aquilo que se chama de solo esgotado ou inaproveitável dentro de determinado tipo de economia agrária, pode muito bem ser aproveitável dentro de outros moldes econômicos”. Para o autor, tem-se a necessidade de utilizar solos com menor capacidade, bem como a necessidade e possibilidade de aumentar a produtividade dos solos, para o que a aplicação de progressos técnicos disponibilizados pela moderna ciência agrícola tem papel fundamental.

Como tecnologia que permite acréscimo da produtividade, Castro (1951, p. 264) pontua: i) “maior emprêgo de fertilizantes; uso mais generalizado das culturas de proteção e melhoria geral dos processos de conservação do solo”; ii) “uso generalizado de variedades de maior rendimento, tais como o milho híbrido, e de variedades de aveia, soja, batatas e outros produtos de lavoura mais resistentes às doenças”; iii) “melhor alimentação para o gado e melhoria dos rebanhos” e iv) “melhor contrôle das pragas e doenças das plantas”.

Castro (1951, p. 268) analisa o problema dos fertilizantes, questionando: i) para aumentar a produtividade em termos mundiais, as reservas são suficientes? e ii) fertilizantes aumentam a produtividade em termos quantitativos, mas qualitativamente não possui efeitos negativos (mantém o valor nutritivo)? Sobre os fertilizantes (inclusive, químicos), afirma existir disponibilidade, mas adverte para as consequências. Sobre isso, compara a nutrição humana a dos solos, concluindo que os processos artificiais levam a déficits: “os fertilizantes não constituem corretivo integral do desgaste dos solos, embora possam prestar inestimáveis serviços, completando algumas de suas deficiências mais marcantes”<sup>110</sup>.

A partir disso, Josué encaminha uma série de referências a Albert Howard, considerando que o mesmo apontou o “divórcio existente entre os métodos agrícolas ocidentais e os processos que a natureza emprega para a manutenção do revestimento vivo natural” (CASTRO, 1951, p. 265). De Howard e sua experiência na Índia, o autor destaca a ideia de cultura mista (processos agrícolas naturais e adubos naturais, oriundos de matéria orgânica), oposta a mentalidade NPK e sua agricultura anti-natural. Bem como, lembra as técnicas de plantio que não exaurem o solo, como as procedidas na Ásia, onde há séculos,

---

<sup>110</sup> Sobre isso, o autor ainda considerou que “até hoje, faltam realmente dados que demonstrem de maneira categórica se o valor nutritivo dos alimentos produzidos pelos solos adubados com fertilizantes é idêntico ou inferior aos dos solos naturalmente ricos em húmus ou refeitos com adubos naturais. Mas os fatos falam no sentido de que os alimentos dos solos adubados artificialmente são desfalcados de alguma coisa que torna seu valor nutritivo precário” (CASTRO, 1951, p. 268).

utilizam-se as mesmas áreas, do que conclui que “se a técnica ocidental muito pode fazer pela melhoria das condições de vida no Oriente, também o Oriente pode trazer uma útil contribuição à economia humana do Ocidente” (CASTRO, 1951, p. 268).

Costa (2010, p. 49 e 50), que estudou a relevância do pensamento agroecossistêmico de Josué para a reflexão agroecológica no Brasil, chamou atenção para a significância das referências que Josué fez a Howard. Acompanhando Howard, a análise que Josué realiza é essencialmente de criticar os processos artificiais, destacando a importância dos processos naturais para o desenvolvimento da vida, tanto animal, como vegetal. Mesmo assim, na tomada de posição, frente ao antagonismo da “agricultura ocidental” (mentalidade NPK) e os processos agrícolas naturais de Howard, conclui por uma via que combina as perspectivas:

Dessas atitudes antagônicas, dêsses pontos de vista opostos entre os adeptos da agricultura ocidental e os seguidores de Howard, chega-se à conclusão de que o caminho certo é o da associação das técnicas e das experiências velhas e novas, preconizadas pelos dois grupos, como meio ideal de renovar sem destruir, de ampliar quantitativamente a produção sem amesquinhar qualitativamente o seu valor nutritivo (CASTRO, 1951, p. 269).

A posição de Josué, contra qualquer espectro neomalthusiano, é pautada pela convicção na ciência, pois considera que os métodos racionais de agricultura e a ampliação das áreas de cultivo não deixam dúvidas de que existe possibilidade de satisfazer as demandas alimentares. Em edições da *Geopolítica da fome*, acrescentou: “modernos experimentos agrícolas permitem a conclusão de que podemos não apenas obter altos rendimentos agrícolas dos solos, mas aumentarmos cada vez mais a sua fertilidade” (CASTRO, 1961, p. 483).

Na defesa de seus argumentos, Castro (1951, p. 270) faz referência às plantas hidropônicas; à incorporação de solos tropicais e subpolares; aos hormônios de crescimento; a “aplicação de inseticidas do tipo de DDT em extensas zonas da savana tropical, saneando-as de mosquitos transmissores dos tripanossomos do gado, poderá permitir ampla expansão da pecuária em certas áreas africanas hoje completamente inproveitadas”; à estudos de adaptação de plantas a áreas frias, “plantas educadas”<sup>111</sup> e a incorporação ao patrimônio agrícola de novas culturas agrícolas, novas plantas silvestres (Buriti). Alguns parágrafos adiante, Castro (1951, p. 272 – 273) retoma a questão e amplia as possibilidades: enfatiza as águas como fontes de alimentos, apontando para técnicas (naturais e artificiais) na criação de peixes, inclusive com uso de hormônios; fazia referência à riqueza alimentar do plâncton marinho e demonstra-se entusiasmado com a possibilidade de uso de alimentos sintéticos.

---

<sup>111</sup> “Assim se transformam as florestas impenetráveis dos trópicos e os desertos de gelo em pomares e hortas para melhor abastecimento da humanidade e pouco importa que os neomalthusianos continuem ficando nesses novos pomares os espantalhos de suas teorias sinistras” (CASTRO, 1951, p. 270).

Como se pode ver, na resolução do problema da fome, Josué propõe amplas possibilidades. Estas incluem desde a produção associada aos contextos naturais e, sobretudo, o uso das tecnologias disponíveis no contexto contemporâneo. Além disso, busca visualizar horizontes que vão da escala local a escala global. Em meio a tudo isso, o autor expressa formas de entender a relação homem natureza<sup>112</sup>.

Pleiteando em favor de uma geografia da abundância, Josué demarca o caráter político e econômico associada à questão alimentar. O autor faz referência aos investimentos em pesquisas indicando que a produção do conhecimento é ditada pelos interesses econômicos e não pelas reais necessidades da população. Assim, existindo técnicas suficientes para produzir os alimentos necessários em termos globais, a fome ultrapassa a capacidade humana de produzir ciência, está atrelada a contingências políticas: “não há, portanto, deficiência nem de recursos naturais nem de recursos técnicos para a realização da tarefa” e, continua Castro (1951, p. 276), “não basta produzir alimentos lançando mão de todas as técnicas disponíveis; é preciso que esses alimentos possam ser adquiridos e consumidos pelos grupos humanos que deles necessitam”. Deste ponto de vista, a alimentação passa por questões macros, como barreiras alfandegárias, blocos econômicos, etc. Daí porque, considerando a produção de alimentos e, mais especificamente, o quadro dos locais que produzem o suficiente e dos que apresentam déficits, o autor defende a busca de soluções na esfera das trocas.

Para além da questão da produção, Castro (1951, p. 277) defende que, para superar a fome, tem-se a necessidade de “levantar os níveis de produtividade dos povos ou grupos marginais, integrando-os, através do progresso econômico, na comunidade econômica mundial”. Como permanente crítico à economia colonial, pondera que “sem uma mudança radical na política colonial, que conduza os povos coloniais a produzirem de forma adequada para satisfazer suas necessidades biológicas, não se pode esperar uma solução radical ao problema da fome universal”. Ao mesmo tempo, Castro (1951, p. 278) não deixa de lembrar que “a exploração latifundiária, a monocultura à base dos salários baixos” são determinantes no “desenvolvimento do pauperismo, da miséria e da fome”. Por isso, a resolução do problema não se reduz a produtividade, apontando para a necessidade da adequação da mesma de acordo com as demandas dos respectivos grupos.

Castro (1951, p. 281) acredita que “é possível passar-se de uma economia colonial para uma economia mundial cooperativa, de reciprocidade de interesses”. Castro (1951, p.

---

<sup>112</sup> Para Castro (1951, p. 271) “a tentativa de promover a domesticação de novas plantas constitui, ademais, uma proveitosa forma de reaproximação do homem com a natureza – um reatamento desta tradição que o homem quase que perdeu nos tempos modernos”, pois as plantas que cultivava foram domesticadas em períodos longínquos, marcando a “distância a que o homem se pôs da natureza, isolando-se nos seus bastiões de cultura”.

282) afirma que “transformando-se em grandes mercados consumidores, as áreas coloniais poderão cooperar substancialmente para a estruturação de uma economia mais equilibrada, absorvendo os excedentes de determinados produtos das áreas altamente desenvolvidas”. América Latina, África e Extremo Oriente “constituem enormes mercados potenciais nos nossos dias”, daí porque o autor entende que “na melhoria das condições de vida dessas áreas, hoje de fome e de miséria, repousam, pois, a segurança econômica e a prosperidade do mundo inteiro”, configurando-se, assim, uma geografia da abundância.

Para Josué, a questão populacional está associada à questão econômica, sendo que ambas são vistas como vinculadas a uma dimensão natural: “com a instauração de uma economia de abundância... não somente os grupos humanos serão mais saudáveis e mais capazes, mas também os seus volumes demográficos melhor se ajustarão às possibilidades naturais e culturais de cada grupo” (CASTRO, 1951, p. 284). Assim, como crítica final ao neomalthusianos e, mais especificamente, a Vogt, afirma:

o caminho da sobrevivência do mundo não está, pois, nas tentativas prescritas pelos neomalthusianos, da eliminação dos excessos de gente, nem no controle dos nascimentos, mas na tentativa de tornar produtiva toda a gente que vive na superfície da terra. Não há fome e miséria no mundo porque existe gente demais, e sim por que há pouca gente para produzir e muita para comer (CASTRO, 1951, p. 284).

A leitura da Obra encaminha duas questões: i) a permanente invocação da ciência e do conhecimento como possibilidade para superação da fome. Sem deixar de dizer que a ciência está atrelada aos interesses econômicos, em nenhum momento prescinde de buscar na mesma a sua positividade: a possibilidade de emancipação humana, sobretudo, em relação às condições naturais, quando não muito, em relação à alimentação, base para todas as demais questões e ii) acima de tudo, Josué confia no homem e, por isso, é essencialmente um humanista, como já demonstrado por Nunes (2003).

Assim, “o caminho da sobrevivência” de Vogt é, para Castro (1951, p. 285) “o caminho da perdição”. Na solução da crise biológica (indivíduos incapazes de produzir, pois famintos) vê a solução para a crise política. Só com uma coletividade alimentada é possível uma emancipação humana efetiva, entendida no sentido de livre da impossibilidade biológica da própria existência e, por que não em “busca da felicidade e do bem-estar social” (?) (CASTRO, 1951, p. 282), pressuposto genuíno de uma socialização que contemple a natureza em todos os seus sentidos, a começar pela do próprio homem, quer biológica, quer socialmente.

Buscando relações entre fome e questão ambiental, de fundo, a obra de Josué permite uma aproximação entre fome e trabalho. Independente de tempos e locais, a obtenção das

necessidades alimentares passa pelo horizonte do trabalho. Parece não haver dúvidas de que a forma como se faz frente às necessidades, as técnicas e as relações sociais instituídas combinam-se das mais variadas formas, mas cumpriu a cada sociedade a (des)organização da obtenção do pão de cada dia. Se nos primeiros estudos de Josué, com a preocupação centrada na questão da alimentação, o trabalho se fazia presente mais no sentido de ser ou não possibilitado pela alimentação praticada, no encaminhamento da obra do autor, com a centralização das preocupações no conhecimento das dinâmicas da fome, o trabalho, definitivamente, coloca-se como o elo entre natureza e sociedade.

Os fatos expostos por Josué associam-se a uma perspectiva de pesquisa histórica. Quando expôs a ocorrência da fome na Europa, Castro (1951, p. 220) advertiu que “muitas vezes, só se pode entender o presente com certo conhecimento do passado”. Explorando a manifestação da fome em diferentes tempos e locais, a perspectiva empreendida por Josué permite a visualização de contextos que possibilitam questionar a ruptura do equilíbrio entre o natural e o social, o qual ocorre, inclusive, do trabalho. Em forma de síntese, no estudo das ocorrências de fome, das exposições feitas por Josué, podem ser depreendidas duas rupturas.

A primeira, diz respeito às relações sociais instituídas no desempenho da atividade do trabalho. Apesar de não estarem livres de deficiências alimentares e de produzirem efeitos degradadores das condições naturais, na exposição de Josué, as populações que desempenhavam suas atividades com finalidade de consumo locais, praticando, na expressão repetidamente utilizada pelo autor, uma agricultura de sustentação, apresentam uma condição alimentar superior em relação aos contextos de ruptura entre quem produz e quem detém a posse da produção. Por mais que as condições técnicas aplicadas sejam limitadas, resultando em uma produtividade aparentemente baixa, o consumo de alimentos é efetivado, considerando os princípios alimentares estabelecidos nos estudos sobre alimentação, de maneira mais “racional” e, normalmente, em maior quantidade.

Como se isso não bastasse, há uma segunda ruptura de agravamento das condições alimentares, a qual diz respeito ao acúmulo de população nos meios urbanos. Via êxodo das atividades ligadas a um contato direto com a produção de alimentos, afastados da possibilidade de produzir suas necessidades alimentares e não absorvidos pelas atividades urbanas, populações inteiras veem-se impossibilitados de trabalhar. E, em consequência, de prover as necessidades alimentares dos seus e de si.

Ambas, o afastamento da possibilidade de trabalhar a terra e produzir seu sustento ou de desempenhar trabalho ligado a atividades urbana-industrial estão presentes na obra de Josué desde os anos 1930, nos escritos em forma de contos sobre o nordeste brasileiro. Mas o

caráter mais trágico e que realça uma dimensão ambiental na obra do autor é aquela que se encontra na forma como em cada local, tanto nas áreas alimentares brasileiras como na distribuição regional mundial da fome, o autor vai expondo as possibilidades naturais e os processos de satisfação social das necessidades alimentares. Na produção intelectual de Castro, da não obtenção das quantidades necessárias a (re)produção biológica do próprio homem, ou seja, da fome.

\*\*\*\*\*

*Geografia da fome e Geopolítica da fome*, em comum, além de terem como objetivo declarado o estudo da fome, são operadas com uma definição precisa do conceito da mesma, o qual, o autor afirma na relação entre dimensão natural e dimensão social: a fome é uma expressão biológica dos fenômenos sociais. Este conceito, tanto no Brasil como no mundo, sem desconsiderar os seus aspectos individuais, é expresso levando em conta as suas manifestações coletivas, e dentro desta, buscando captar seus fundamentos e implicações individuais e/ou coletivas e naturais e/ou sociais.

A geografia da fome do Brasil é exposta a partir de uma substancial base de conhecimento do meio natural. É isso o que possibilita encontrar a gênese e combinar a origem de carências minerais, vitamínicas e protéicas, se natural ou social e, especialmente, melhor compreender a extensão da fome pelo espaço nacional.

Este estudo foi definido por Josué como uma sondagem ecológica, ou seja, como estudo dos recursos naturais e dos processos sociais que (im)possibilitam a satisfação das necessidades alimentares. É neste sentido que o trabalho desenvolvido por Josué realça a relação entre sociedade e natureza e dos homens entre si, tanto na apropriação da natureza em uma condição que resulta na fome, como em um projeto de sociedade emancipada desta.

Por sua vez, a geopolítica mundial da fome, que em parte comporta os elementos da geografia da fome, tem em si introduzida o caráter político das dinâmicas de domínio que implicam nas condições alimentares das populações. Neste contexto, não em poucos casos, a fome é associada às guerras, emergindo a necessidade de passar pelo debate da relação entre alimentação e população, inclusive do uso de técnicas e de reservas alimentares de forma política.

Nesta conjuntura, o conhecimento da natureza e a relação entre sociedade e natureza extrapola a escala local e associa-se à produção de alimentos, com a confiança de que o desenvolvimento tecnológico permite a ampliação do cultivo e da produtividade dos mesmos.



Dessa forma, provando que não há necessidade de limitar a população, deixando para cada contexto social esta tarefa, que será resolvida a partir das relações que os homens estabelecem entre si e a sociedade com a natureza.

Em sua conjuntura mundial, a dinâmica da fome abre a possibilidade de entrar de forma mais contundente em outras searas, como a da produção, distribuição e consumo dos alimentos, bem como relaciona a produção de alimentos e a possibilidade do uso destes para a satisfação das necessidades alimentares e, portanto, para a superação da fome.

A produção das ideias de Josué, a partir da perspectiva do desenvolvimento de tecnologias para a produção de alimentos, bem como pensando no crescimento da população e, por conseguinte, das demandas de alimentos, o autor adentra no debate do uso das técnicas e dos processos naturais, posicionando-se a favor de uma via que busque combiná-las. Desta maneira, defende uma perspectiva de “renovar sem destruir” e, por vezes, demonstra-se contraditório.

Por fim, vale reafirmar que, tanto em forma de geografia como de geopolítica, Josué procura na história da natureza e na história da sociedade a exploração das riquezas naturais e a exploração do homem. Este, impedido de manifestar-se enquanto fenômeno humano, pois faminto, tolhido enquanto natureza. Aquela, posta como objeto de riqueza individual, destruída indiscriminadamente, sem uma apropriação social. Associadas, representam uma dimensão ambiental, com toda a sua dramaticidade.

## 4 O SOCIAL E O NATURAL NOS ÚLTIMOS ESCRITOS

### 4.1 O homem em dimensão universal

Na obra de Josué, se em um primeiro momento, predominava o problema da alimentação e, em um segundo, o problema da fome, no terceiro continua predominando o problema da fome, no entanto em novas dimensões. *Geografia da fome* e *Geopolítica da fome* representam a quebra do tabu da fome; a exposição das condições de fome da população brasileira e mundial, respectivamente e, se com estas Obras a conjuntura global da fome estava estabelecida, após elas sobrepõe-se a discussão da superação de tal fenômeno social. Aspectos que a *Geopolítica da fome* já continha e a *Geografia da fome*, em grande medida, acabou recebendo nas suas sucessivas reedições.

Se *Geografia da fome* e *Geopolítica da fome* representam as duas principais Obras de Josué, após ambas o autor ainda empreenderia uma considerável produção e, diferente destas, as obras posteriores não tem por objetivo demarcar os quadros da fome. Os últimos escritos de Josué, além das publicações em forma de livros, de um modo geral, são marcados por trabalhos de menor extensão (artigos e falas, alguns dos quais foram posteriormente reunidos, resultando em livros, como é o caso de *Fome, um tema proibido: Últimos escritos de Josué de Castro* e de *¿Adonde va la America latina?*) e confirmam uma característica do autor, a saber a multiplicidade dos temas abordados.

Josué insere-se no debate de novos temas, como a discussão sobre o (sub)desenvolvimento; o armamentismo da Guerra Fria e a saída pela via da paz, terminantemente, opondo-se à guerra atômica e, de considerável importância para o debate fome e questão ambiental, nas emergentes discussões que denominava-se de meio ambiente, sobretudo, no contexto que culminou com a Primeira Conferência do Meio Ambiente da ONU, em 1972, da qual o autor participou. Tudo perpassado por muitos outros temas: crescimento da população; questão agrária; produção de alimentos; papel social das universidades; a juventude e o futuro da humanidade, etc.

No final dos anos 1950 e início dos anos 1960, Josué era nacional e internacionalmente (re)conhecido. Além da longa carreira acadêmica, havia publicado obras traduzidas nas mais diversas línguas, exercido o cargo de Deputado Federal e de Presidente do Conselho Executivo da FAO. Pelo que se encontra nas pesquisas já realizadas sobre o autor e

sua obra, e também como se pode observar em algumas passagens dos seus escritos, guardava posições contraditórias em relações a estes dois últimos cargos, mais particularmente, sobre a potencialidade dos mesmos enquanto força no combate a fome<sup>113</sup>.

Tudo isso representa a dimensão e a importância do nome de Josué em tal contexto. O menino, que tinha por hábito visitar os mangues do Recife, se tornou no homem recorrentemente chamado para falar sobre diversos temas, nas mais diferentes partes do mundo, para amplos e variados públicos. E, quando enfrentou restrições de seus direitos políticos, a voz de Josué passou a ecoar em outras dimensões. Em 1965, em uma conferência no Chile, a respeito de tais circunstâncias, afirmou: “a mí me dieron la oportunidad de vivir este momento en el mundo y de comprender que es mucho mejor ser ciudadano del mundo, que ciudadano de un país sin derechos políticos” (CASTRO, 1966b, p. 22)<sup>114</sup>.

Tanto a produção intelectual como o cotidiano da vida de Josué, com a cassação dos seus direitos políticos, passaram por momentos de instabilidade. Após a cassação, Josué passou a viver em Paris, onde residiu até o seu falecimento, em setembro de 1973<sup>115</sup>. A partir de 1969 foi Professor Estrangeiro Associado ao Centro Universitário Experimental de Vincennes, Universidade de Paris, onde mantinha proximidade com outros professores latino-americanos, também exilados e dedicava-se, sobretudo, aos problemas da América Latina, como se pode ver em Horowitz; Castro; Gerassi (1969) e Julien; Castro; Arcocha; Vargas Llosa (1965), entre outros.

A partir da *Geopolítica da fome* as preocupações do autor voltaram-se, consideravelmente, para o tema do desenvolvimento. Sempre se demonstrando preocupado e defendendo as causas dos então chamados países subdesenvolvidos, recorrentemente, Josué é apontado como defensor das causas dos povos do então chamado terceiro mundo. Neste sentido, Andrade (1997, p. 170) sobre Josué, afirmou que, “otimista, ele procurou projetar a

---

<sup>113</sup> Quando Josué deixou a Presidência do Conselho da FAO, apontou limitações do Órgão no combate a fome, no entanto não se afastou definitivamente do mesmo, inclusive mantendo uma relação atuante, pois foi ativo na Campanha Mundial Contra a Fome, sobretudo com o projeto “Proteínas para a América Latina”. A respeito de tais questões, cf. Castro (1960). Em Silva (1998, p. 89) encontra-se uma passagem em que Josué faz uma avaliação das atividades do parlamento, criticando a despreocupação com o social. Sobre a atuação de Josué como parlamentar, cf. Melo; Neves (2007) e Campos (2004).

<sup>114</sup> Em 1964, quando da instauração do regime militar no Brasil, o nome de Josué de Castro figurava como número 30, na primeira lista dos que tiveram seus direitos políticos cassados. Naquele momento, Josué estava em Genebra, onde era Embaixador do Brasil na ONU. Para a relação da obra de Josué de Castro e a política do Estado brasileiro, cf. Nunes (2003, p. 170 – 195).

<sup>115</sup> Silva (1998, p. 167), sobre o falecimento de Josué, em Paris, afirmou que sua “alma telúrica reclamava a chama da vida que só a sua terra natal podia lhe dar”, pois Josué demonstrava-se descontente com a impossibilidade de retornar a sua terra natal e, tempos antes, triste, teria comentado que “morre-se também de saudades da terra onde a gente nasceu”. Justificando o desconhecimento da obra de Josué, Milton Santos afirmou que “Josué morreu na hora errada”, num momento em que o governo francês não queria chocar o governo brasileiro com o reconhecimento do autor (SANTOS, 1998, p. 23).

sociedade que esperava ver se formar, se constituir, na qual a preocupação e o domínio do econômico fossem sendo substituídos pela preocupação com o social, com o bem-estar da humanidade”.

Para Josué, o desenvolvimento era indissociável da questão da formação. Em sua estadia em Paris, fundou e presidiu o Centro Internacional para o Desenvolvimento (CID), associado ao qual projetava a fundação de uma Universidade Internacional do Desenvolvimento<sup>116</sup> (antes disso, quando Deputado Federal, Josué teve papel ativo na criação da Universidade de Brasília, que teve como primeiro Reitor o antropólogo Darcy Ribeiro<sup>117</sup>).

O exílio abalou a produção intelectual de Josué. Aliás, ainda quando do exercício do cargo de Deputado Federal, conforme se encontra em Silva (1998, p. 89), Josué relatava que a atividade parlamentar dificultava a produção intelectual e que, levado pelos caminhos da atuação política, sentia desarticular dentro de si “o mecanismo de criação intelectual. Toda a minha capacidade de criar, de fazer investigações e de formular novos conceitos vai se tornando cada dia mais incolor, mais exígua e limitada à falta de ser alimentada por qualquer fonte de inspiração”.

Mesmo assim, além do que já foi exposto, sobre a produção intelectual de Josué, pode-se discutir e listar uma considerável quantidade de publicações. Do que se destacam as Obras Completas do autor, em 1957, que apesar de se tratar de reedição, em alguns casos, passou por revisões e reorganizações (cotejando as reedições, pode-se perceber que o autor tinha uma tendência perfeccionista em relação as suas obras, pois, normalmente, apresentam algumas alterações, mesmo que sejam detalhes ou pequenas correções): *Geografia da fome*, *Geopolítica da fome*, *Documentário do Nordeste*, *Ensaio de Geografia Humana*, *Ensaio de biologia social*, as quais, em 1960, se reuniu *O livro negro da fome*<sup>118</sup>.

---

<sup>116</sup> Taranto (1993, p. 27) afirmou que o principal objetivo de CID “era a criação de uma nova filosofia de ação em matérias de cooperação internacional, originada da insatisfação com programas de assistência técnica e financeira a favor do Terceiro Mundo”. Em 1965, em passagem pelo Chile, Josué proferiu uma conferência sobre o CID, na ocasião Castro (1966b, p. 109) considerou que a “la finalidad del CID es esencialmente la de hacer la síntesis del problema del desarrollo en su globalidad y en su búsqueda de nuevas posibilidades, porque sin este enfoque global no es posible ninguna acción constructiva en la esfera que interesa a los hombres”. A conferência que tem como tema o CID encontra-se em Castro (1966b, p. 95 – 112). Nesta mesma publicação (p. 165 – 187), em apêndice, se encontra os objetivos, estrutura, intenções e membros do CID.

<sup>117</sup> Em discurso no Congresso Nacional, em agosto de 1961, Josué defendeu, e com celeridade, a criação da Universidade de Brasília. Sobre isso, cf. trecho de discurso de Josué em Melo; Neves (1997, p. 174). No documentário *Josué de Castro – Cidadão do mundo* (de 2004, dirigido por Silvio Tendler), Darcy Ribeiro sobre Josué afirmou: “Josué é uma das pessoas que eu mais admirei. Eu digo mesmo que o Josué é o homem mais inteligente e mais brilhante que eu conheci”.

<sup>118</sup> É importante registrar, mesmo que possa parecer repetitivo, a (re)publicação destas obras, pois só assim se atribui o contexto da produção a cada produção. O fato de se encontrar em uma publicação com título inédito, de 1957, não pode levar o pesquisador a realizar uma interpretação de tal texto como se fosse de 1957, quando na verdade trata-se de uma reedição, às vezes na íntegra, de escritos de décadas anteriores.

Por sua vez, os demais escritos posteriores a *Geopolítica da fome* representam novas abordagens mesmo que os temas já tivessem passados pelo crivo do autor, como é o caso do problema da terra e da agricultura, sempre latente desde os escritos dos anos 1930, mas que tem em *Sete palmos de terra e um caixão* sua última tentativa de abordagem. Isso também vale para o que envolve o ciclo do caranguejo, que do breve e substancial conto dos anos 1930, recebe uma versão em forma de literatura em *Homens e caranguejos*. Além, de uma considerável quantidade de artigos, transcrições de conferências etc.

A partir disso, percorrendo os últimos escritos de Josué, procura-se analisar e interpretar os temas da reforma agrária e da agricultura; a participação do autor no debate sobre desenvolvimento e poluição e, por fim, analisar o seu único romance, sempre buscando tencionar a relação fome e questão ambiental.

#### **4.2 Estranha geografia: O problema da terra e da agricultura**

O problema do acesso à terra e da agricultura, desde os anos 1930, estão presentes na obra de Josué de Castro. Como já exposto nas partes anteriores deste trabalho, desde os contos que expõem os deslocamentos da população do sertão para as cidades do litoral do nordeste, passando pela primeira edição da *Geografia da fome* (onde expressa a importância da agricultura nos casos em que, mesmo em condições adversas, as populações fizeram frente às necessidades alimentares), Josué sempre destacou a importância da produção de viveres para consumo local, bem como as contribuições dos mais diferentes grupos populacionais em suas relações com o meio para obter o alimento de cada dia, e para isso, o acesso a terra e a prática da agricultura é condição.

Por outra frente, Josué realiza críticas à monocultura para exportação e aponta suas nefastas consequências para os regimes alimentares regionais; a inserção de cultivos exóticos e as relações de produção que forçavam mudanças nos hábitos alimentares, como por exemplo, o uso do trigo como fonte de proteína, que é uma prática disseminada em todo o Brasil. A forma de propriedade da terra e as relações de produção são, insistentemente, expostas como responsáveis pelo estabelecimento dos quadros alimentares e da fome, nos mais diversos locais em diferentes tempos.

Na primeira edição da *Geografia da fome*, nas conclusões, considerando possíveis soluções ao problema da fome no Brasil, Castro (1946, p. 301) defende um plano de política alimentar que deve levar em conta diferentes fatores (listando os biológicos, econômicos e sociais) em relação ao problema da fome. Na linha de frente põe a necessidade de aumento da produção de alimentos, a qual afirma exigir “o estabelecimento de uma adequada reforma de

nossa economia agrária”, a partir do que pontuava uma série de prioridades, dentre elas: “combate ao latifúndio”; “combate à monocultura”; “agricultura de sustentação”; “intensificação do cultivo de alimentos sob a forma de poli-agricultura”; uso de técnicas; financiamento; cooperativismo etc.

No entanto, conforme Schappo (2008, p. 141) já considerou, “o pensamento do Josué de Castro, na primeira edição de *Geografia da fome* (1946), não esboça ainda um nítido projeto de reforma agrária objetivando uma ampla distribuição de terras, como em edições posteriores do livro”. Na obra do autor, até o início dos anos 1950, as questões da terra e da agricultura estavam associadas à exposição dos panoramas da fome, mas após a *Geopolítica da fome* as preocupações direcionaram-se mais ao combate do que a exposição do problema da fome, assim colocando-se novas demandas para um tema que já era preocupação.

Essa mudança de foco está associada aos contextos nos quais o autor vinha se inserindo, sobretudo, o trabalho desenvolvido na FAO e a atuação parlamentar, que permitiram ao mesmo visualizar novas dimensões e pontuar possíveis soluções para o problema da fome por meio das questões da terra e da agricultura. Estes temas, na produção intelectual, bem como na atuação política do autor, são tão significativos que resultaram na mudança do subtítulo da sua principal Obra: “A fome no Brasil” deu lugar para “O dilema brasileiro: pão ou aço”, na edição de 1961, da *Geografia da fome*.

As preocupações com o tema da terra e da agricultura também estão presentes nas mais incisivas propostas apresentadas como Deputado: os Projetos n. 11 e n. 442, de 1959, que versavam, respectivamente, sobre a desapropriação por interesse social e a utilização de terras para culturas básicas de produtos alimentares. Tais projetos demonstram, talvez, a maior aproximação do autor com os ideais da esquerda da época e, por isso, contribuíram para que seu nome estivesse na lista dos que tiveram seus direitos políticos cassados.

Estudando a produção intelectual do autor, é interessante buscar compreender como todos estes temas desenrolam-se nas obras e nas atividades políticas desenvolvidas. Desta forma, recorre-se a *Sete palmos de terra e um caixão*, publicada em 1965, que se entende ser o texto que sintetiza como Josué compreendia a questão da terra no Brasil e, mais especificamente, no nordeste<sup>119</sup>. Assim, tal obra coloca-se, enquanto forma escrita, como a principal tentativa de compreensão e de explicação do problema da terra, da forma como o autor já havia se posicionado com os projetos de leis, em 1959, e nos acréscimos que a

---

<sup>119</sup> Em 1965, em estadia no Chile, Josué proferiu uma série de palestras que resultaram na publicação de *¿Adonde va la America latina?.* Na mesma, o autor retoma a questão da terra, no entanto os argumentos são os mesmos que se encontram em *Sete palmos de terra e um caixão*. Por isso, repetidamente, esta análise recorre a esta publicação.

*Geografia da fome* recebeu na virada dos anos 1950 para os anos 1960. Desta forma, tanto os Projetos como os acréscimos que a *Geografia da fome* recebeu também exigem análise.

Com *Sete palmos de terra e um caixão* Josué se propôs analisar o contexto “explosivo” do nordeste do Brasil, no início dos anos 1960. O caráter de explosividade em que a região se encontrava é atribuído a tomada de consciência popular das condições sociais em que a população vivia, sobretudo, das questões derivadas da estrutura agrária. Neste sentido, Castro (1965, p. 17) demarcava que o “objetivo fundamental” do livro era o de “mostrar o processo de transformação social acelerado que o Nordeste está vivendo”. O livro é uma tentativa de interpretação do Nordeste, “considerada uma das áreas explosivas do mundo dos nossos dias. Isto é, como uma área onde as tensões sociais, estão alcançando o limite do tolerável – limite em que os conflitos latentes entram em combustão violenta, provocando a explosão social” (CASTRO, 1965, p. 18).

Como o próprio autor afirma, o livro foi encomendado por uma editora dos EUA, o que representava a demonstração de preocupação de tal país com possíveis organizações revolucionárias na área<sup>120</sup>. Josué define o interesse dos EUA pelo nordeste brasileiro como a “segunda descoberta” do nordeste e, considerando que a “primeira descoberta” teria sido a dos portugueses, afirma que são as consequências sociais da primeira descoberta que a população vem tomando conhecimento e agitando-se, assim levando a segunda descoberta.

Para Josué, o contexto de efervescência social iniciou associado a uma reivindicação para os mortos, mas não se tratava de quaisquer mortos. O autor considera que quando surgiu a primeira liga camponesa, em 1955, no Engenho da Galiléia, o “objetivo inicial” era o de defender os interesses e os direitos dos mortos: “os interesses dos mortos de fome e de miséria... direito de dispor de sete palmos de terra... dentro de um caixão de madeira de propriedade do morto” (CASTRO, 1965, p. 23)<sup>121</sup>.

Da reivindicação para o momento da morte, a organização originada pelas ligas camponesas, resultou em luta por reivindicações para os vivos: “foi tratando dos problemas da

---

<sup>120</sup> Estas considerações de Josué têm como referência duas publicações do *New York Time* (de 31 de outubro e 1 de novembro de 1960), que apontam para uma conjuntura revolucionária (sob pressão do pauperismo e agravado pela calamidade das secas periódicas) no nordeste brasileiro, onde consta afirmações do tipo: “os marxistas estão organizando os camponeses no Brasil” e o Recife é o “mais forte centro comunista no Brasil”. Para Castro (1965, p. 151) a “análise da situação sócio-econômica” expressa pelo *New York Time* “é justa, mas sua interpretação se afasta do real”, pois erra por considerar que a “explosividade” possua motivações externas.

<sup>121</sup> Em forma de poesia, Castro (1965, p. 23) encontrou em João Cabral de Mello Neto a inspiração para estas questões:

Nenhum dos mortos daqui  
vem vestido de caixão.  
Portanto eles não se enterram  
são derramados no chão.

morte que os camponeses do Engenho da Galiléia abriram seus olhos para a vida. E viram melhor, e melhor compreenderam as injustiças da vida e quais eram os autores destas injustiças. Era a tomada de consciência da sua realidade social” (CASTRO, 1965, p. 31). Para Josué, foi a busca pelos direitos dos mortos que possibilitou aos camponeses a compreensão das condições sociais em que estavam inseridos. Assim, as reivindicações se transformaram em instrumentos de explosiva agitação social.

No entender de Josué, esse contexto social é o transbordamento do que considera ser o traço mais marcante do nordeste: o sofrimento. E, neste ponto, o que o autor expõe, abarca as dimensões da natureza e da sociedade, pois afirma que se trata do sofrimento da “terra e do homem, martirizados há séculos por uma espécie de *complot* de forças adversas: de forças naturais e de forças culturais” (CASTRO, 1965, p. 38). Essa característica, sustenta Josué, é comum aos “dois nordestes”: ao litoral (zona açucareira/chuvosa) e ao central (zona das secas). Se o sofrimento é uma característica dos dois nordestes, mais relevante do que isso, é a sensibilidade e sutileza de como, considerando este aspecto, o autor relaciona as dimensões do natural e do social:

Outro traço do sofrimento telúrico da paisagem, que nos chama a atenção e que oprime o nosso espírito, é o da própria *secura* da terra em certas épocas do ano. Da terra tôda crestada, tôda rachada, como se fôsse um pedaço de couro velho deixado ao Sol. Não é menor o sofrimento da terra que foi devorada pela cana. Da terra que a monocultura da cana-de-açúcar, introduzida nessa região, devorou em poucos anos, com um apetite insaciável, consumindo todo o seu húmus, engolindo todo o seu solo.

Neste fundo cinzento do sofrimento da terra – da terra traída pelo clima, ofendida pela sêca, degradada ao extremo pela exploração colonial – se destaca gritante a permanência invariável do sofrimento do homem (CASTRO, 1965, p. 40).

Em relação ao sofrimento do homem, Josué considera que a morte é tanto um evento social (pois o enterro é uma cerimônia pública de destaque) como um retorno a terra e, sobretudo no nordeste, que como área de fome tem os altos índices de mortalidade infantil como característica. E, a partir desta segunda faceta da morte, escreve, talvez, a frase mais forte de *Sete palmos de terra e um caixão*: “desta estranha geografia, onde não é a terra que dá de-comer ao homem, é antes o homem que nasce apenas para dar de-comer à terra” (CASTRO, 1965, p. 42)<sup>122</sup>. Afirmação que faz lembrar o estudo sobre as condições de vida, realizado no Recife, nos anos 1930. Da mesma forma, igual aos estudos dos anos 1930, é na

---

<sup>122</sup> Ainda em 1965 Josué registra uma atenuação do fenômeno da fome no Nordeste: “O drama das secas marca, desta forma, profundamente a mentalidade do povo sertanejo. Embora, hoje, graças a alguns progressos realizados principalmente em matéria de comunicação e transportes, as conseqüências do flagelo se tenham atenuado, ainda resta a alma do sertanejo impregnada do pavor da seca e da fome” (CASTRO, 1965, p. 92).



defesa de que a fome não é fenômeno natural e que, antes da seca, o que acarreta a fome no nordeste é a condição econômica que a população se encontra, que o autor dá ênfase<sup>123</sup>.

Para Castro (1965, p. 45) a explicação do reino da fome no nordeste está na estrutura econômico-social, pois em termos de possibilidades naturais não existem restrições. Assim, o problema reside no “sistema de exploração monocultora e latifundiária”: da “monocultura intempestiva, destruindo quase que inteiramente o revestimento vivo, vegetal e animal da região, subvertendo por completo o equilíbrio ecológico da paisagem e entravando, por todos os meios, quaisquer tentativas de cultivo de outras plantas alimentares” (CASTRO, 1965, p. 44). O autor segue e, inclusive, não se restringe a natureza externa ao homem. A terra e o homem, as riquezas naturais e as potencialidades humanas são abordadas no mesmo movimento: “a cana devorando tudo em torno de si, engolindo terras e mais terras, consumindo o húmus do solo, aniquilando as pequenas culturas indefesas e o próprio capital humano que serviu de base à sua vida” (CASTRO, 1965, p. 45).

A monocultura da cana-de-açúcar no nordeste, considera Castro (1965, p. 49), destrói a floresta e a fauna e esgota o solo, “mas também, e principalmente, dificultando e hostilizando em extremo a introdução de quaisquer outros recursos de subsistência que encontrariam nestas terras condições das mais propícias ao seu desenvolvimento”. Assim, não poderia deixar de concluir que “foi realmente a monocultura da cana-de-açúcar, o principal fator de degradação do tipo de alimentação desta região”.

Como registrado no título da pesquisa de Silva (1998), apesar da drasticidade da realidade denunciada, a descrição que Josué realiza pode ser vista de um ponto de vista poético, como na seguinte passagem: “a fome aparecendo como uma espécie de subproduto da economia da cana, e os famintos como uma forma de bagaço de sua estrutura social: o bagaço humano do latifúndio açucareiro” (CASTRO, 1965, p. 55).

Para Castro (1965, p. 94):

A luta contra a fome no Nordeste não deve, pois, ser encarada em termos simplistas de luta contra a seca, muito menos de luta contra os efeitos da seca. Mas de luta contra o subdesenvolvimento em todo o seu complexo regional, expressão da monocultura e do latifúndio, do feudalismo agrário e da subcapitalização na exploração dos recursos naturais da região.

---

<sup>123</sup> Castro (1965), tendo como foco o nordeste, encaminha uma série de ideias já presentes em escritos anteriores: comenta sobre as tentativas policultoras; chama atenção para a contribuição dos índios e dos negros em relação à alimentação; faz alusão ao inquérito de 1932; repete a definição do sertanejo como um policultor, assim resultando “numa saudável atuação colonizadora, vaqueiro e agricultor ao mesmo tempo... plantador de produtos de sustentação para o próprio consumo” (CASTRO, 1965, p. 65); retoma a alimentação do sertanejo, as características do regime, os principais alimentos, falhas e tabus; alude ao estudo da mistura de milho com leite, dos alimentos bárbaros; faz referência a idéia do sertanejo (o forte) como atleta fisiológico; reafirma que as secas desorganizam a economia, instalando-se a fome que força a migração da população para as cidades do litoral.

Para Josué, no nordeste brasileiro, a colonização portuguesa impôs o monopólio da terra, a partir do que teria se configurado um “feudalismo colonial”, definido por Castro (1965, p. 114), da seguinte forma:

O regime de trabalho escravo se misturava com o regime medieval da renda-trabalho e da renda-produto, além de outras variantes da prestação pessoal de trabalho. Não faltava aos senhores coloniais a massa de moradores “livres” ou de agregados, utilizados nos serviços domésticos ou em atividades acessórias desligadas da produção, os quais coloriam o pano de fundo do cenário feudal.

Em outra oportunidade, Castro (1965, p. 121) considerava que com a produção de açúcar, no nordeste brasileiro, implantou-se um modo de produção *sui generis*, “que reunia elementos de três regimes econômicos: o regime feudal da propriedade, o regime escravista de trabalho, o regime capitalista do comércio”<sup>124</sup>. Neste contexto, as dimensões das propriedades rurais são, repetidamente, destacadas<sup>125</sup>.

A dinâmica agrária do nordeste, especialmente, a sintetizada pelo regime latifundiário da propriedade da terra e pela monocultura da cana-de-açúcar, é acusada por Castro (1965, p. 25) pela exploração da terra e do homem:

Da total escravidão do homem e da terra, submetidos incondicionalmente a serviço da ampliação dos grandes senhores feudais de enriquecerem depressa, plantando sempre mais cana e produzindo sempre mais açúcar... Ao feroz apetite desta planta, de dispor sempre de novas terras para serem engolidas pelos canaviais e de dispor sempre de mais braços humanos para serem quebrados ou esgotados...

É a tomada de consciência e, por conseguinte, a contestação de toda esta situação que faz do nordeste, segundo Josué, uma área explosiva. Esta conjuntura, nos anos 1960, segundo Castro (1965, p. 147), justifica o interesse dos EUA pela área, definida como um “foco de agitação social”.

Para o autor, a explosividade deriva da autodescoberta, da conscientização da realidade social: o povo nordestino, “tomando consciência de sua existência como entidade política, procura dar expressão a seus anseios de reforma e de melhoria de suas desumanas condições de vida” (CASTRO, 1965, p. 152). Castro (1965, p. 157) reforça a ideia de autodescoberta, pois considera que, desde os literatos (romancistas do contexto social nordestino) e dos agitadores políticos, a poesia popular, a literatura de folheto, os violeiros e cantadores vem “tratando dos problemas da terra, da fome, da miséria, da opressão dos

---

<sup>124</sup> Em 1961, nos acréscimos que a *Geografia da fome* recebeu, Josué já havia afirmado: “o arcaísmo desta estrutura agrária (brasileira) se evidencia não só pela inadequada distribuição das propriedades, como pelas relações de produção de tipo feudal, nas quais perduram o regime da meiação, a parceria e outras sobrevivências do feudalismo agrário” (CASTRO, 2006, p. 284).

<sup>125</sup> Castro (1965, p. 131) afirma que os latifúndios são tão grandes que, em quadro pendurado na parede, o proprietário delimitava a fazenda, da seguinte forma: “ao norte limitada pelo Rio Taquari, embora longe; ao sul, enxergando a serra; ao nascente por uma lagoa que às vezes seca; ao poente só Deus é quem sabe”.

senhores latifundiários” e, desta forma, constituem-se em “documentos da mais alta expressão e validade deste processo de autodescoberta do Brasil”<sup>126</sup>. Neste mesmo sentido, Josué chama atenção para o papel das migrações, pois conhecendo outras partes do Brasil, o nordestino percebe que a fome não é fatalidade da natureza, antes uma produção social.

Em sua gênese, a fome, de modo irrestrito, é dissociada de qualquer causa natural. Essa é a ideia que Josué busca externalizar em todos os espaços que vinha ocupando, tanto como Deputado ou integrante da FAO e, sobretudo, registrando em seus textos. Neste sentido, é interessante ver que, em *Sete palmos de terra e um caixão*, o autor transcreve um trecho de um discurso proferido como Deputado, em 1956, portanto fala de nove anos antes da publicação da obra. Na ocasião, em um contexto de seca no nordeste, Josué buscou mostrar que as causas da miséria e da fome da população estavam mais associadas à questão da terra, contra a qual entendia ser necessário lutar:

a sêca é uma causa secundária, subsidiária, que apenas agrava o estado de coisas reinante, determinando por outras causas, mais sociais do que naturais... causa essencial, central, contra a qual temos de lutar todos, é o regime inadequado da estrutura agrária da região, o regime impróprio da propriedade territorial com o grande latifundiarismo... Porque o latifúndio é o irmão siamês do arcaísmo técnico. Nessas áreas latifundiárias se pratica uma agricultura primária, uma proto-agricultura, sem assistência técnica, sem adubação, sem seleção, sem mecanização, e pelos processos rudimentares, exaurindo a força do pobre sertanejo para produzir menos do que o suficiente para matar sua fome (CASTRO, 1965, p. 168)<sup>127</sup>.

Em relação à propriedade da terra, para Josué, a questão não se esgota nas propriedades com grandes extensões, mas também atinge as suas decorrentes, os minifúndios e as formas de arrendamento. Os minifúndios, os “retalhos de terra”, também exigem atenção, pois são responsáveis por fazer com que “o trabalhador não consegue tirar para seu sustento, nem para o de sua família”. Por sua vez, os arrendamentos levam ao descuido com a terra e, conseqüentemente, a perda de sua fertilidade. Tudo isso encaminha, nas palavras do autor, para uma “falta de capitalização”, que implica na produtividade ínfima, no pauperismo e na miséria. Na *Geografia da fome*, em acréscimo em 1961, Josué afirmava que “o minifúndio significa a exploração antieconômica da terra, a miséria crônica das culturas de subsistência que não dão pra matar a fome da família” (CASTRO, 2006, p. 286).

---

<sup>126</sup> Castro (1965, p. 158) faz referência a um folheto intitulado de *Chegada de Lampeão no inferno*, onde “o inferno descoberto pelo poeta camponês é uma evocação da casa do senhor das terras”. Tendo como base a América Latina e, sobretudo, dando como exemplo o nordeste brasileiro, Josué em repetidas ocasiões, inseriu-se no debate do tema dos movimentos sociais, como se pode ver em Castro (1966b), Horowitz; Castro; Gerassi (1969), Julien; Castro; Arcocha; Vargas Llosa (1965) e, especialmente, Castro (1965). Pedon (2009) coloca esta última, junto com *A terra e o homem no nordeste*, de Manuel Correia de Andrade, como as obras precursoras dos estudos geográficos dos movimentos sociais na geografia brasileira.

<sup>127</sup> O discurso completo pode ser lido no Diário do Congresso Nacional (de 12 de julho de 1956) e encontra-se disponível em: <[http://imagem.camara.gov.br/pesquisa\\_diario\\_basica.asp](http://imagem.camara.gov.br/pesquisa_diario_basica.asp)> acessado em 06 de out. de 2013.

Tanto em *Sete palmos de terra e um caixão* (com a discussão da estrutura agrária brasileira se feudal ou capitalista) como na *Geografia da fome* (com a questão da contribuição da agricultura para o desenvolvimento do país, sobretudo, nos acréscimos que a Obra recebeu em 1961), nas palavras de Campos (2004, p. 213) analisando a primeira destas duas questões, demonstra que Josué “não pregava o fim do capitalismo, que ele via uma característica democrática no mesmo”. Lima (1999, p. 77), em referência a *Sete palmos de terra e um caixão*, lembrando uma tarde de convivência com Josué, em 1966, e um texto de uma conferência do mesmo, afirma que Josué “está colocado como homem de esquerda política, todavia, desejando que a América Latina, se tornasse capitalista, causa meio conflitante”. E, o autor continua

o que Josué desejava mesmo, era extirpar a presença do feudalismo agrário na América Latina, a todo custo, pretendendo a sua revolução agrária, com as modificações estruturais necessárias ao seu desenvolvimento industrial, mesmo capitalista, embora com a decorrência natural do surgimento do grupo de pressão das classes obreiras.

Nos escritos de Josué o problema da terra encaminha-se na direção da reforma agrária, a qual é exposta como um conjunto de medidas que possibilite reorganizar tanto a questão da propriedade, como das relações de produção que estão associadas às atividades no campo. Sobre este tema, Castro (1965, p. 185) faz a seguinte, significativa, afirmação:

o desenvolvimento econômico do Nordeste e o êxito do programa oficial de combate aos efeitos das secas dependem estritamente de uma reforma agrária que mereça de fato esse nome. Não a reforma agrária baseada em mera colonização de terras devolutas, a qual não passaria de um conjunto de medidas inócuas, deixando intocado o deplorável regime de terras imperante na região. Não a reforma agrária desejada por certos líderes ruralistas, que consistiria em desapropriar terras mediante indenização prévia em dinheiro pelo seu valor venal no mercado imobiliário; mas sim a reforma agrária apoiada da desapropriação por interesse social, que retalhe os latifúndios improdutivos; que dê terra a quem dela necessita para viver com decência; que estipule novas e mais humanas bases de arrendamento; que regule os contratos de trabalho, fixando níveis salariais adequados; que cuide da assistência técnica e financeira aos pequenos produtores; que, em suma, liquide definitivamente os odiosos privilégios que ainda hoje enfeudam a propriedade da terra no Nordeste.

Nos anos 1950, o tema da reforma agrária, pelo que se encontra nos textos e em documentos, foi bastante presente na atuação política de Josué e, como se pode ver, ganha corpo nos escritos do autor.

Enquanto candidato a Deputado Federal, Josué teve como apoiador e apoiava como candidato para Deputado Estadual de Pernambuco, Francisco Julião, líder dos trabalhadores do campo. Nos trabalhos sobre Josué, sua obra e atuação política, são recorrentes as associações com a questão da terra, como se pode ver, entre outros, em Melo; Neves (2007) e em Fernandes; Gonçalves (2007) e nas pesquisas de Schappo (2008) e de Costa (2010).

Se após a *Geopolítica da fome* pode-se perceber que Josué concentra-se na reversão das condições de vida e de fome que havia demonstrado, é no ano de 1959 que se pode encontrar algo mais substancial neste sentido. Refere-se aos Projetos de Lei n. 11 e n. 442, o primeiro que previa a desapropriação por interesse social e, o segundo, sobre a utilização de terras nas áreas de monocultura intensiva e de extrativismo industrial para culturas básicas de produtos alimentares<sup>128</sup>. Ambos os Projetos significam, talvez, a principal contribuição de Josué como Parlamentar e, buscam encaminhar, em forma de norma, o que havia sido apresentado em discurso, em 1956, e o que acrescentou na *Geografia da fome*.

O Projeto n. 11, de 1959, no seu artigo 1º previa: “a desapropriação por interesse social será decretada para promover a justa distribuição da propriedade ou condicionar o seu uso ao bem-estar social”. Apesar de amplo, a partir das preocupações que Josué vinha expressando e, conforme detalha o artigo 2º, o projeto era direcionado às propriedades rurais, mais precisamente, visava uma distribuição das terras de certa forma que respondesse às necessidades coletivas. Como contrapartida pela desapropriação, para os proprietários das terras, Josué dizia buscar “uma solução que permita abrir as portas para a reforma agrária de que tanto carece o país”, assim indicava a “valor tributado como base para a indenização nos casos de desapropriação”.

Dentre o que considerava ser interesse social, demonstrando preocupação com os recursos naturais, Josué demarcava “a proteção do solo e a preservação de cursos e mananciais de água e de recursos renováveis”. Nessa direção e, em decorrência do que previa o Projeto n. 11, ia o Projeto n. 442, de 1959, voltado a produção de alimentos para consumo local, que contra as monoculturas e a favor da agricultura de subsistência, no artigo 1º, previa:

Em terras de monocultura e em áreas de exploração mineral onde as lavouras de subsistência são dificilmente praticadas e a obtenção de produtos agrícolas se faz a preços excessivos, fica o Serviço Social Rural encarregado de promover as condições para o desenvolvimento da cultura dessas lavouras em regime de organização de grupos de família.

Na justificativa do Projeto n. 442, Josué retoma argumentos que já estavam presentes em seus escritos dos anos 1930: “entre os fatores do meio ambiente capazes de influenciar de maneira decisiva a saúde do indivíduo e da coletividade, o mais importante é, sem nenhuma dúvida, o da alimentação”. Desta forma, demonstrando que há um retorno do tema da

---

<sup>128</sup> Projetos publicados no Diário do Congresso Nacional, respectivamente, em 20 de março e em 11 de junho, de 1959, e encontram-se disponíveis em: <<http://www.camara.leg.br/sileg/default.asp>> acessado em 20 de out. de 2013. Conforme consta no sítio, os projetos foram arquivados, respectivamente, em 16 de junho de 1964 e em 14 de março de 1967, portanto durante o período do regime militar. Campos (2004, p. 310) apresenta uma lista dos discursos que Josué proferiu na Câmara dos Deputados e uma lista dos projetos de lei apresentados, bem como se rejeitado, aprovado ou arquivado.

alimentação, só que agora objetivando o combate da fome e não como antes, quando a alimentação foi a base para conhecer o problema da fome.

A atuação de Josué como parlamentar se reflete nas reedições de suas obras. As questões da terra e da agricultura, na passagem dos anos 1950 para os anos 1960, recebem acréscimos significativos. É o que se pode ler cotejando os textos das edições de até 1959 em relação a de 1961 em diante da *Geografia da fome*. O autor imprime um esforço de contemporaneizar a Obra, ou seja, de conectar o conteúdo do que havia sido apresentado em 1946 com a conjuntura de 15 anos depois.

Nestas páginas acrescidas, o que se destaca é a questão da terra e da agricultura, a começar por definir a reforma agrária como “uma *necessidade histórica* nesta hora de transformação social que atravessamos: como um imperativo nacional” (CASTRO, 2006, p. 286)<sup>129</sup>. Ao que seguia, em síntese, o que entendia por reforma agrária:

O tipo de reforma que julgamos um imperativo da hora presente não é um simples expediente de desapropriação e redistribuição da terra para atender às aspirações dos sem-terra. Processo simplista que não traz solução real aos problemas da economia agrária. Concebemos a reforma agrária como um processo de revisão das relações jurídicas e econômicas, entre os que detêm a propriedade agrícola e os que trabalham nas atividades rurais. Traduz, pois, a reforma agrária uma aspiração de que se realizem, através de um estatuto legal, as necessárias limitações à exploração da propriedade agrária, de forma a tornar o seu rendimento mais elevado e principalmente mais bem distribuído em benefício de toda a coletividade rural. O conjunto de leis englobadas nesse código deve regular inúmeros problemas, tais como o da desapropriação das terras, os arrendamentos rurais, o dos contratos de trabalho e vários outros aspectos complementares da posse da terra<sup>130</sup>.

Criticando a conjuntura de dissociação entre indústria e agricultura, na virada dos anos 1950 para os anos 1960, para Josué, a reforma agrária estava associada a um problema de economia nacional e, portanto, a industrialização não teria o esperado vigor sem que a economia agrícola recebesse a devida atenção: “a fraqueza e o atraso da economia agrícola no Brasil constituem-se, desta forma, como fatores de amordaçamento de toda a economia nacional, freando o próprio ritmo de industrialização” (CASTRO, 2006, p. 277). Ou, ainda, mantendo a centralidade no problema da fome, sobre a agricultura extensiva para exportação, afirmava: “orientada a princípio pelos colonizadores europeus e depois pelo capitalismo estrangeiro expandiu-se no país uma agricultura extensiva de produtos exportáveis ao invés de

---

<sup>129</sup> Aqui se refere às páginas 273 a 289 da edição *Geografia da fome* de Castro (2006).

<sup>130</sup> Para Stedille (2000, p. 7) Josué “conhecia como ninguém as malvadezas do latifúndio nordestino, que se adornava das melhores terras, das águas e das pessoas, ainda que a escravidão houvesse terminado, na Lei. E defendeu com todo ardor a necessidade da reforma agrária como forma de acabar com a fome e a miséria de nosso povo. ... E sabia que a única forma de levar adiante as idéias de reforma agrária era se o povo pobre, se os trabalhadores rurais fossem os primeiros a se organizar. Por isso foi um grande incentivador da organização camponesa e contribuiu decisivamente para a organização das Ligas Camponesas no Nordeste, patrocinando seu primeiro congresso no Recife, na década de 1950”.

uma agricultura intensiva de subsistência, capaz de matar a fome do nosso povo” (CASTRO, p. 267)<sup>131</sup>.

Uma economia agrícola marginal, pensa Josué, seria prejudicial à economia nacional. A respeito do que Castro (2006, p. 281) expõe, considerando a economia agrícola brasileira com seus índices de produtividade dos mais baixos do mundo, pode-se pontuar: i) dificuldade de obter matérias-primas para a indústria; ii) déficits de meio de subsistência para alimentar os trabalhadores industriais e iii) falta de mercado interno para a produção industrial<sup>132</sup>.

Estas questões sintetizavam o que o autor definia como o dilema “pão ou aço”, ou seja, a disparidade de investimento e de crescimento que a indústria e a agricultura brasileira vinham recebendo<sup>133</sup>. Por se tratar de acréscimos da *Geografia da fome*, que tem como referência espacial o território brasileiro, Josué busca analisar as questões em escala nacional e, sobretudo, por ser Deputado Federal por um Estado do nordeste brasileiro, apontava para o desnível de índices econômicos entre o norte e o sul do Brasil e, considerava que o binômio indústria e agricultura era reproduzido pelo binômio norte e sul. Desta forma, prejudicando a economia e as condições de vida no país como um todo.

Esse direcionamento da economia brasileira, para Castro (2006, p. 282), levaria a um “desenvolvimento desequilibrado”, ao qual, defendia uma solução combinada: “a solução ao dilema não está no atendimento exclusivo ao pão ou ao aço, mas simultaneamente ao pão e ao aço, em proporções impostas em face das circunstâncias sociais e das disponibilidades econômicas existentes” (CASTRO, 2006, p. 283). Pois, percebia que “apesar de todos os nossos surpreendentes sucessos no campo do progresso econômico, de nossa indústria pesada, de nossa indústria de automóveis, de Brasília e de outras metas surpreendentemente alcançadas, ainda somos um país de fome” (CASTRO, 2006, p. 274).

Os acréscimos que a *Geografia da fome* recebeu são marcados pelo debate do desenvolvimento, tema de mais alta importância na conjuntura econômica e social da época. Para Josué o desenvolvimento tem que ser social, a começar pela superação da estrutura agrária, que com as monoculturas é responsável pela destruição dos recursos naturais e que

---

<sup>131</sup> No documentário *Josué de Castro – Cidadão do mundo* (de 1994, dirigido por Silvio Tendler), Darcy Ribeiro relata que Josué seria indicado por Jango para ser ministro da agricultura, mas que por questões internas do partido (PTB), teve seu nome vetado. Diga-se de passagem, muitas das ideias expostas nos últimos escritos do autor estão associadas ao conjunto dos ideais do governo de Jango.

<sup>132</sup> Delongando-se nesse último ponto, Castro (2006, p. 282) afirmava a necessidade de “medidas que venham a integrar no sistema econômico brasileiro a grande massa camponesa, cerca de 70% da população brasileira, que vive hoje praticamente sem consumir nem mesmo o mínimo necessário à sua subsistência”.

<sup>133</sup> Castro (2006, p. 275) faz referência que nos “últimos 15 anos” (o que corresponderia de 1946 a 1961, anos correspondentes a publicação da *Geografia da fome* com os referidos acréscimos) a “produção real do país duplicou”, porém enquanto a indústria cresceu 190% a agricultura cresceu 40%.

impede a possibilidade do homem trabalhar a terra de forma que seja econômica e socialmente justa para os próprios homens.

#### **4.3 A fome nos debates sobre (sub)desenvolvimento e meio ambiente**

Se nos acréscimos da *Geografia da fome* Josué contemporaneizou a questão do desenvolvimento (sobretudo, no que diz respeito à indústria e à agricultura) em relação ao panorama brasileiro da fome, isso demonstra que o autor acompanhava a conjuntura nacional, mas também permite ver que estava atento a inserção do Brasil na conjuntura internacional. Neste último sentido, mais especificamente, com o debate sobre (sub)desenvolvimento.

Aliás, isso não seria estranho para um autor que já havia se proposto estudar as dimensões da fome em escala global; que havia ocupado cargos em órgãos internacionais, lutando contra a fome; que em escala global, havia ousado propor solução a tal problema e, por fim, que era uma voz significativa em relação aos temas que diziam respeito à humanidade, principalmente como o da fome, mas também do armamentismo, da paz etc.

O tema do desenvolvimento (com suas variáveis de subdesenvolvido e de em desenvolvimento) manteve-se em voga na segunda metade do século XX. Associado a isso, eclodiram os questionamentos dos limites da natureza em relação à expansão dos modos de vida baseados no consumo dos recursos naturais, o que teve ápice com a Primeira Conferência do Meio Ambiente da ONU, em Estocolmo, em 1972.

Josué adentrou nesta seara e, como não podia ser diferente, não se afastou do tema que lhe havia entrado pelos olhos quando menino, a fome. Nos últimos escritos do autor, como se pode ver nos textos reunidos em Castro (1984), ao discutir as questões do desenvolvimento e do uso de recursos naturais, Josué manteve a centralidade na questão da fome, mais precisamente, tentando vislumbrar a sua superação e defendendo as causas dos então ditos países subdesenvolvidos, sustentando uma economia e uma formação baseada na paz.

Na obra de Josué de Castro, o tema do desenvolvimento ganha corpo a partir dos anos 1960, estendendo-se até os últimos registros. Perpassa desde *O livro negro da fome*, de 1960, até a conferência que resultou na publicação de *A estratégia de desenvolvimento*, de 1971, e sempre é latente em seus demais textos e falas<sup>134</sup>. Por sua vez, a associação do debate do desenvolvimento com a questão do meio ambiente e a fome, tem no texto da conferência proferida no próprio evento da ONU (CASTRO, 1984, p. 101 – 108), o principal registro.

---

<sup>134</sup> Demonstrando a importância das posições de Josué em relação a estes temas, é significativo registrar que alguns textos do autor tiveram uma ampla divulgação, pois foram traduzidos para diversas línguas e publicados em diversos países, como se pode conferir nos créditos de cada um dos textos em Castro (1984), bem como pelas publicações de Castro (1971) e de Castro (Sdb).



Na luta contra a fome Josué preconiza o combate ao subdesenvolvimento. O autor entende que combater o subdesenvolvimento é combater a fome e, em contraposição ao subdesenvolvimento, propõe o desenvolvimento, o qual levaria a uma sociedade livre da fome. Nos últimos escritos do autor, no cerne das discussões sobre as possibilidades de um mundo sem fome, está colocada a concepção de desenvolvimento. Em outras palavras, para o autor, não se pode falar em superação da fome sem falar em desenvolvimento, demandando a retomada de tal concepção para entender as proposições de resolução ao problema da fome.

Depois de ter deixado a Presidência do Conselho Executivo da FAO, em *O livro negro da fome*, procurando forças para vislumbrar uma era de abundância e de paz, Josué perscrutava o desenvolvimento através da cooperação internacional: “sem inversões maciças nas zonas subdesenvolvidas não será possível promover seu adequado desenvolvimento econômico e o mundo continuará a apresentar, em seu conjunto, um panorama econômico de subdesenvolvimento com todos os riscos, temores e sofrimentos” (CASTRO, 1960, p. 58). Mais precisamente, considerava que “o desenvolvimento das regiões subdesenvolvidas não se pode fazer sem a base de um fluxo intenso de capitais tanto públicos como privados, oriundos das zonas mais ricas do mundo” (CASTRO, 1960, p. 59).

Criticando a postura da FAO no combate a fome, Castro (1960, p. 70 e 71) diz que esse organismo se limitava a encarar o problema da fome como um problema agrícola, colocando como solução uma ampliação da produção. Por sua vez, Josué não menosprezava a questão da produção, mas conforme explicitou na *Geopolítica da fome*, esta deveria ser acompanhada da questão da distribuição e do uso racional dos alimentos. Como Castro (1961, p. 83) afirmava, com a *Geopolítica da fome* procurou analisar “tanto as forças produtivas que devem ser postas em jogo, como as relações sociais que devem ser estabelecidas para um reajustamento, uma redistribuição equitativa dos meios de subsistência entre os componentes dos diferentes grupos humanos”. Assim, no entendimento de Castro (1960, p. 71) “a realidade social da fome está intimamente ligada a toda a estrutura ou conjuntura econômica das regiões subdesenvolvidas do mundo”, portanto “a luta contra a fome se resume em realidade na luta contra o subdesenvolvimento econômico”<sup>135</sup>.

Sobre as noções de desenvolvimento e de subdesenvolvimento, Castro (1984, p. 71) afirma que as mesmas dizem respeito a uma questão de desequilíbrio econômico, nas palavras do autor, se trata de um “profundo desnível econômico que existe entre os países

---

<sup>135</sup> Em outra oportunidade, Castro (2003, p. 128) reafirmaria sua convicção: “a fome é a expressão biológica do complexo do subdesenvolvimento econômico e a luta contra a fome se expressa, em última análise, na luta contra o subdesenvolvimento”.

economicamente bem desenvolvidos de um lado, e de outro lado os países insuficientemente desenvolvidos”. Sobre a mesma questão, Castro (1971, p. 8) defendeu que esta desigualdade divide o mundo em dois: “o dos povos ricos e bem desenvolvidos, e o dos povos pobres e subdesenvolvidos” (Figura 9).

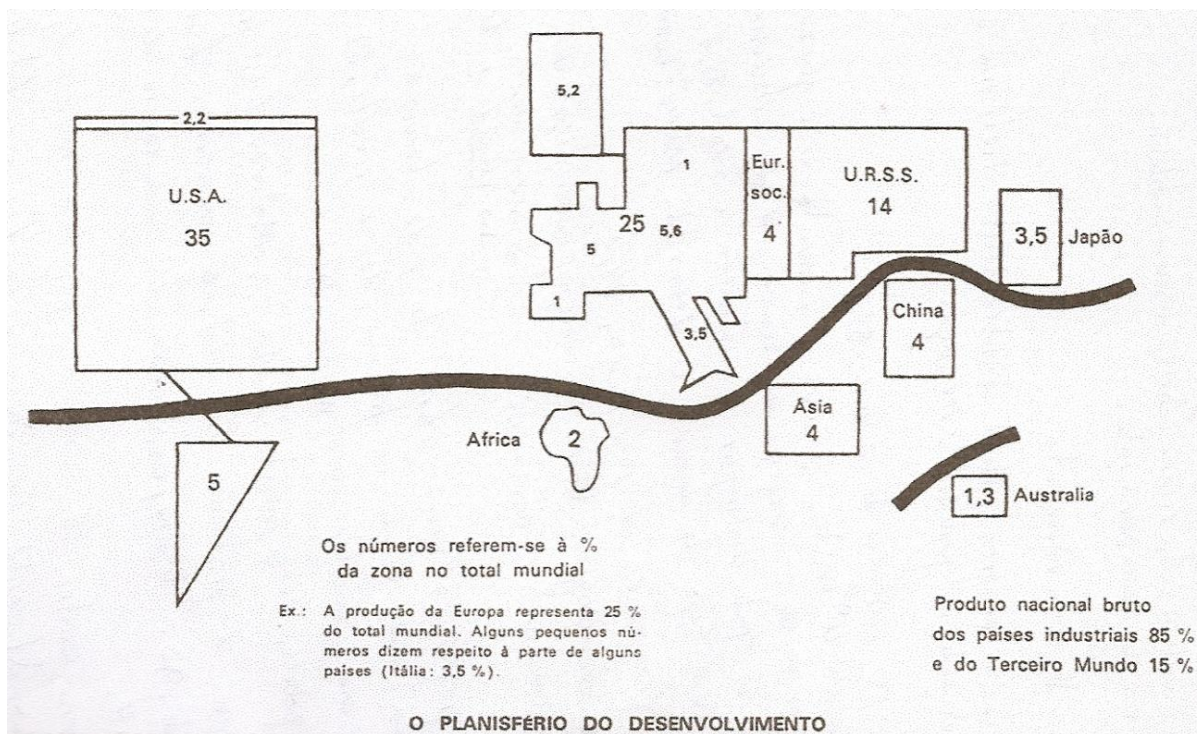


Figura 9: Planisfério do desenvolvimento  
 Fonte: Castro (1971, entre p. 8 e 9).

Por subdesenvolvimento Castro (1971, p. 20) não entende a ausência de desenvolvimento, mas “o produto de um tipo universal de desenvolvimento mal conduzido. É a concentração abusiva de riqueza”. Subdesenvolvimento “é disparidade entre os índices de produção, de renda e de consumo entre diferentes camadas sociais e diferentes regiões” (CASTRO, 2006, p. 272). O subdesenvolvimento, para Castro (1984, p. 88), tem origem no colonialismo, “sobretudo neste período histórico dominado pelo neocolonialismo capitalista que foi o fator determinante do subdesenvolvimento de uma grande parte do mundo: as regiões dominadas sob a forma de colônias políticas diretas ou de colônias econômicas”.

Josué não partilha da ideia do subdesenvolvimento como fase e/ou estágio a ser superado por outro, a do desenvolvimento. Sobre a iniciativa de desenvolver os países subdesenvolvidos, empreendida pela Organização das Nações Unidas, com a chamada “Década do desenvolvimento”, nos anos 1960, considerou que o seu maior erro “foi o de se conceber em toda parte um processo de desenvolvimento semelhante ao desenvolvimento dos países ricos do Ocidente” (CASTRO, 1971, p. 12). Para o autor, o desenvolvimento, além de

forças de natureza econômica comporta forças de natureza cultural, correspondentes a realidade sócio-econômica regional.

Analisando as razões do insucesso de desenvolvimento dos países subdesenvolvidos, Castro frisa os planos alheios às realidades socioeconômicas das regiões. O autor avalia que o não desenvolvimento dos países do então terceiro mundo não era resultado de fatalismo biológico ou geográfico, mas de “circunstâncias históricas desfavoráveis, principalmente o colonialismo político e econômico que manteve certas regiões à margem do processo da economia mundial em rápida evolução” (CASTRO, 1984, p. 81). Assim, antes de ser questão de determinismo, o subdesenvolvimento é uma questão de dominação econômica, da forma como a economia mundial está organizada, onde alguns países se sobrepõem aos demais.

O contexto histórico vivido por Casto é de frequentes discussões sobre desenvolvimento. Taranto (1993, p. 72) afirma que as opiniões de Josué sobre desenvolvimento se juntam às ideias vigentes na América Latina, a partir dos anos cinquenta, mais precisamente, Josué “aderiu e compartilhou das interpretações da Cepal”<sup>136</sup>.

O debate político empreendido sobre o problema da fome e a convicção da resolução do problema via ação institucional, foi o que levou Josué a ingressar na atuação parlamentar. Como Deputado Federal, segundo Nunes (2003, p. 17) e Taranto (1993, p. 22) Josué teria apoiado o programa desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek. No entanto, como se pode ver, nos acréscimos de 1961, na *Geografia da fome*, realizou críticas ao enfoque industrial e a concentração na porção sul do Brasil que a economia brasileira vinha apresentando. Neste sentido, em 1955, em um discurso na Câmara Federal, afirma a necessidade de “disciplinar o crescimento econômico (do Brasil) sob pena de aumentar o desequilíbrio interno e começar um desenvolvimento não-harmônico, que, longe de atingir o bem-estar coletivo, favoreceria os interesses de pequenos grupos” (apud TARANTO, 1993, p. 24). Deste modo, o autor diferenciava crescimento de desenvolvimento.

Castro (1971) ao abordar o que define como estratégias de desenvolvimento, destaca que o mesmo implica no aumento da riqueza e na transformação social e argumenta que

---

<sup>136</sup> A CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) foi criada em 1948 pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas e tinha como objetivo, sobretudo, promover o desenvolvimento econômico dos países membros. Crítica aos teóricos dessa comissão foi realizada por Oliveira (2006, p. 34), que afirma: “Ao enfatizar o aspecto da dependência – a conhecida relação centro-periferia –, os teóricos do ‘modo de produção subdesenvolvido’ quase deixaram de tratar os aspectos internos das estruturas de dominação que conformam as estruturas de acumulação próprias de países como o Brasil: toda a questão do desenvolvimento foi vista pelo ângulo das relações externas, e o problema transformou-se assim em uma oposição entre nações, passando despercebido o fato de que, antes de oposição entre nações, o desenvolvimento ou o crescimento é um problema que diz respeito à oposição entre classes sociais internas”. Por isso o autor conclui que “a teoria do subdesenvolvimento foi, assim, a ideologia própria do chamado período populista”.

ambos devem estar a serviço do homem, pois defende que o “desenvolvimento é a ascensão humana” (CASTRO, 1971 p. 21). Assim, para o autor não se pode confundir desenvolvimento com crescimento, pois se este último representa apenas aumento de riqueza, o primeiro “implica no aumento da riqueza e na transformação social, ambos a serviço do homem”, daí porque partilha da idéia de não poder haver distinção entre desenvolvimento econômico e social. “O desenvolvimento implica”, expõe Castro (1984, p. 102), “mudanças sociais sucessivas e profundas, que acompanham inevitavelmente as transformações tecnológicas do contorno natural”.

O desenrolar desta questão culmina com uma postura humanista, visto que Castro (1971, p. 21) defendeu só haver “um tipo de verdadeiro desenvolvimento: o desenvolvimento do homem”. E, continuava: “o homem, fator de desenvolvimento, o homem beneficiário do desenvolvimento. É o cérebro do homem a fábrica de desenvolvimento. É a vida do homem que deve desabrochar pela utilização dos produtos postos à sua disposição pelo desenvolvimento”. É por tais posições que Taranto (1993, p. 73) considera que o problema do desenvolvimento na obra de Josué é um “fenômeno complexo que compreende todos os aspectos da cultura: o econômico, social, político e moral”.

O desenvolvimento do homem é o desenvolvimento que Castro (1971; 1984) chama de *progressivo* e que está em contraposição ao *regressivo*, que é o desenvolvimento que não implica em liberdade, antes em coerção<sup>137</sup>. Para o autor o “desenvolvimento implica sempre uma certa concepção do homem e da sociedade e desabrocha pois inevitavelmente numa opção política” (CASTRO, 1971, p. 11).

Em *A estratégia do desenvolvimento* Josué considera ser a formação humana a mais alta prioridade para superar o subdesenvolvimento, pois entende ser esta uma forma de subeducação (levando em conta a incapacidade de superar o subdesenvolvimento, Josué entende que a subeducação vale também para o que se chama de desenvolvido). A formação, que deve se dar em todos os níveis, para Castro (1971, p. 34) inclui a ciência e a técnica, mas sem se esgotar nestes, implica em valores.

---

<sup>137</sup> Sobre o que denomina de desenvolvimento regressivo, Castro (1971, p. 22) expõe uma combinação de dois argumentos: “se pelo desenvolvimento tecnológico, pela descoberta de máquinas cada vez mais aperfeiçoadas, o homem se liberta de muitas coações da Natureza, torna-se por outro lado cada vez mais prisioneiro de outros tipos de coerção. Desta forma, desenvolvimento não significa liberdade. O homem prisioneiro de uma teia mecânica é o próprio símbolo da civilização industrial ou pós-industrial em que já não existe a liberdade de escolher porque se está sempre sendo arrastado pela engrenagem. Não se tem mesmo o direito de formular aspirações, pois estas aspirações são inculcadas de fora pelo sistema subtil de publicidade que faz parte da civilização de consumo nos países ditos ‘muito desenvolvido’. Há um exemplo que tristemente traduz esta situação do homem muito desenvolvido: é o anúncio de um grande armazém de uma grande metrópole no qual se pode ler: ‘Se ainda não sabe o que deseja, pouco importa. Entre! Nós temos’”.

A ótica “do ensino, da educação e da formação humana”, defende Castro (1971, p. 35), precisa “utilizar uma norma de cálculo económico radicalmente diferente daqueles que se utilizaram até hoje”, bem como sem “a simples transferência de cultura – isto é, as utopias de exportação em matéria de educação” (CASTRO, 1971, p. 37). O autor afirma que o subdesenvolvimento aspira “uma educação que liberte o homem”, o que “supõe uma pedagogia da liberdade que os liberte da dominação da Natureza, mas também da dominação de outros grupos humanos – de todos os tipos de dominação. Quer isto dizer que é preciso educá-los para se libertarem económica, política e culturalmente”<sup>138</sup>.

Analisando documentos pessoais de Josué, Silva (1998) demonstra que, em 1957, em anotações sobre leituras realizadas, o autor expressa preocupações na empreitada do combate a fome de forma associada à problemática ecológica. Para denunciar a miséria, aponta a importância da ecologia, considerando a possibilidade de uma visão totalizadora da ciência em questão. Disto resulta que Josué, no combate à fome, pensa a mesma, a partir de uma visão abrangente da realidade, como também, materialista, apontando as conexões entre as dimensões do social e do natural<sup>139</sup>.

Em 1972, no trabalho que apresentou na Primeira Conferência Sobre o Meio Ambiente da ONU, Josué analisou a questão do subdesenvolvimento e da poluição. Na ocasião, partiu da pergunta: “Os chamados países subdesenvolvidos devem se preocupar com os problemas do meio?” (CASTRO, 1984, p. 101). A partir do que expôs uma noção de meio; reafirmou sua concepção de desenvolvimento; analisou as duas primeiras questões em suas relações, para, enfim, demonstrar-se confiante em um futuro diferente.

---

<sup>138</sup> Sobre o papel das universidades e, em contraposição, sobre uma educação popular, na ocasião, Castro (1971, p. 38) afirma: “na maioria dos países em vias de desenvolvimento, não se alcança mesmo o número de 1% de jovens que têm acesso à Universidade, e a universidade nestes países, é em geral um simples aparelho de repetição de uma falsa cultura de importação em que são formados os escóis. As Universidades são simplesmente centros de formação profissional, no modelo *belle époque*, em que se ministra uma cultura estéril, incapaz dum impulso criativo e renovador. Sai-se destas Universidades com uma mentalidade pré-fabricada, para aceitar e defender o *status quo* que gerou estes privilégios, que é necessário defender a todo o custo, mesmo pagando o preço do subdesenvolvimento e da servidão nacionais. Trata-se pois de um tipo de cultura eminentemente antidemocrática. Ministrando um tipo de educação popular, seria desencadear um movimento irreversível de transformação social, ao qual se oporiam as minorias dominantes, hostis às idéias de reformas educativas válidas. Os verdadeiros reformadores dos métodos de ensino de numerosos países subdesenvolvidos são olhados como elementos perigosos, subversivos da ordem estabelecida, perigosos para a manutenção destas democracias sem povo, em que um punhado de homens deve tudo saber e tudo dirigir, e as massas devem tudo ignorar e obedecer sempre”.

<sup>139</sup> Em um diário de anotações, datado de 1957, Josué registrou: “li algumas coisas extremamente interessantes, como estes documentos da Soil Association mostrando as sutis e tenazes ligações existentes entre o solo, as plantas, os animais e o homem. (...) Chega-se a evidencia de que a ecologia é uma ciência chave ou ciência mater através de cujos princípios e métodos se pode desvendar as incógnitas levantadas e não solucionadas por outras ciências, como a biologia, agronomia, a ciência dos solos, a sociologia. (...) É preciso reler Haeckel para compreender muita coisa de sociologia moderna. Na próxima semana vou fazer isso, mesmo porque li estes dias a vida de Darwin de quem Haeckel foi o grande propagandista” (apud SILVA, 1998, p 91).

Castro (1984, p. 101) contraria a idéia de que os problemas do meio sejam mais acentuados nos ditos países desenvolvidos, onde a industrialização e a urbanização estariam provocando o desequilíbrio da relação entre o homem e o contorno natural. Para o autor, esta consiste em uma análise errônea, originada da imprecisão da aceção de meio, mais precisamente, da restrição da noção de meio ao natural. Ao contrário disso, para Josué, considerado globalmente, o meio compreende fatores sociais e fatores naturais:

O meio não é apenas o conjunto de elementos materiais que, interferindo continuamente uns nos outros, configuram os mosaicos das paisagens geográficas. O meio é algo mais do que isso. As formas das estruturas econômicas e das estruturas mentais dos grupos humanos que habitam os diferentes espaços geográficos também são partes integrantes dele (CASTRO, 1984, p. 101).

No mesmo sentido, continua:

Uma análise correta do meio deve abarcar o impacto total do homem e de sua cultura sobre os elementos restantes do contorno, e o impacto dos fatores ambientais sobre a vida do grupo humano considerado como uma totalidade. Desse ponto de vista o meio abrange aspectos biológicos, fisiológicos, econômicos e culturais, todos combinados na mesma trama de uma dinâmica ecológica em transformação permanente (CASTRO, 1984, p. 101).

Esta noção de meio permite a Castro (1984, p. 102) perceber que as preocupações com as então questões de meio ambiente limitam-se a dimensão natural (a poluição e a destruição do patrimônio animal e vegetal), o que entende ser “uma visão limitada do problema”, pois se refere apenas aos “efeitos diretos”, relegando os “efeitos indiretos”. Desta forma, ao mesmo tempo em que inverte a noção de que os primeiros efeitos da poluição são encontrados nas regiões desenvolvidas, conclui que o próprio subdesenvolvimento é a primeira poluição:

O primeiro erro grave, a primeira conclusão falsa que deriva desta visão parcial do problema é a afirmativa muito generalizada de que nas regiões mais ricas é que aparecem, por causa do crescimento econômico, os primeiros efeitos da poluição e da degradação do meio ambiente. A realidade é diferente: os primeiros e mais graves efeitos do desenvolvimento manifestaram-se precisamente naquelas regiões que estão hoje economicamente subdesenvolvidas e que ontem eram politicamente colônias. O subdesenvolvimento que existe nessas regiões é o primeiro produto do desenvolvimento desequilibrado do mundo. O subdesenvolvimento representa um tipo de poluição humana localizado em alguns setores abusivamente explorados pelas grandes potências industriais do mundo (CASTRO, 1984, p. 102).

Assim, para Castro (1984, p. 103), o recente debate da poluição que tem como foco os países desenvolvidos demonstra que a civilização ocidental se nega a aceitar uma evidência: a de que “a fome e a miséria de algumas regiões distantes fazem parte do custo social do seu próprio progresso”. Em uma perspectiva histórica, Josué afirma que o subdesenvolvimento e a poluição são resultados da mesma dinâmica, a da economia colonial. Ao mesmo tempo, não deixa de apontar para as relações econômicas do período em que estava vivendo, da economia de mercado baseada na guerra, pois o mundo encontrava-se em plena Guerra Fria.

No entanto, talvez mais significativo que isso seja o fato de que, ao discutir estas questões, demonstrava-se preocupado com os efeitos da economia, tanto naquilo que pode dizer respeito diretamente a condição de manutenção da própria vida humana, como das condições do meio em um sentido mais restrito, aquele do contorno natural. Neste sentido, no texto que teve origem na Conferência em questão, pode-se ler, por um lado: “a fome, a miséria, os altos índices de frequência de enfermidades evitáveis com um mínimo de higiene, a curta duração média da vida, tudo isso é produto da ação destruidora da exploração do mundo segundo o modelo da economia de domínio” (CASTRO, 1984, p. 104) e, por outro, de que frente à ação do desenvolvimento sobre o Terceiro Mundo, é necessário preocupar-se com “o esbanjamento inconsiderado dos recursos naturais não renováveis e as rupturas biológicas dos subsistemas ecológicos” (CASTRO, 1984, p. 105).

A partir da colocação destes dois problemas, sobretudo em suas relações, Josué questiona tanto a década do desenvolvimento da ONU, como a indicação de crescimento zero do Clube de Roma. A primeira, por não mexer no suporte social (antes, mantendo a “economia de guerra” e a “economia do lucro máximo”); a segunda, por não conseguir vislumbrar outro desenvolvimento que aquele vivido pelos então ditos países desenvolvidos e, ambas, por fadar as regiões famintas à fome.

Divergindo da ideia homogeneizadora e restritiva do desenvolvimento, para o então terceiro mundo, Castro (1984, p. 108) defende a necessidade de um desenvolvimento que considere as particularidades ecológicas destas regiões e, sobretudo, que não omita “o homem e sua cultura”. Assim, concluía que “é indiscutível que o tipo de desenvolvimento atual é um fracasso, mas é indiscutível também que se pode chegar a desenvolver o mundo com estruturas sócio-econômicas e instrumentos de produção diferente dos que se usam agora”. Tudo isso, rumo a um “desenvolvimento pacífico mais igualitário e não poluidor”.

Como já bem colocou Silva (1998, p. 162), “a partir dos anos 1970, a preocupação ambiental é inserida de forma mais explícita em sua luta em prol dos países do Terceiro Mundo”. Sustentando esta afirmação, a autora lembra duas entrevistas que Josué concedeu, em 1972. Em uma, afirmava que “não existe pior contaminação ambiental que a intromissão dos países poderosos nos assuntos internos dos países pobres” e, na outra:

(...) os países subdesenvolvidos são presas da fome, da miséria, das doenças de massa, do analfabetismo. O homem do Terceiro Mundo conhece essa forma de poluição chamada “subdesenvolvimento”. E devo dizer que esta é a forma mais grave, mais terrível de todas. (...) O desenvolvimento traz consigo, de um lado, suas riquezas, suas novas fabricações e, de outro, seus dejectos. O Terceiro Mundo está no lado dos dejectos. (...) o subdesenvolvimento que sofrem é a secreção de um tipo de desenvolvimento, concebido sem respeito pela Natureza e no qual o homem não passa de um instrumento da produção. (...) Para dominar realmente o problema do

meio ambiente, seria preciso, além de uma ampla consulta geral indispensável, a autoridade de um “governo mundial”, ou se, a expressão incomoda, de uma instância planetária soberana a ser definida.(...) (apud SILVA, 1998, p. 162).

No debate de tais questões, Josué vinha, crescentemente, se inserindo, a tal ponto que as mesmas passaram a fazer parte das atividades do autor. Ao que se sabe, em 1970, institui e coordenou um grupo de pesquisa em ecologia humana e, segundo Silva (1998, p. 343), “passando a enfatizar com mais veemência a questão ambiental, posicionando-se criticamente frente à Conferência promovida pela ONU e do relatório do M.I.T”.

Em 1972, em carta, Josué afirmou: “trabalhamos também com entusiasmo num grupo de estudo ecológico da Amazônia, no grupo de pesquisa sobre ecologia que eu dirijo na Universidade de Paris-Vincennes” e, sobre um próximo livro, registrou: “estou tentando terminar um com o título ‘Survivre ou Perir Ensemble’. É um pouco um apanhado geral de minhas teorias em matéria de ecologia e desenvolvimento” (apud SILVA, 1998, p. 345)<sup>140</sup>.

#### **4.4 Homens e caranguejos: O romance descortinando fome e questão ambiental**

A realidade social estudada e exposta na obra de Josué, durante todo o período dos anos 1930 ao início dos anos 1970, passou por muitas mudanças, apesar de, na sua essência, conservar os traços de um dos mais repugnantes dramas da humanidade: a fome. Esta, como fenômeno social, de um lugar para outro, como de uma época para outra, diverge consideravelmente, como se pode ver pelo que o autor expressou. De todo modo, um corpo teórico e empírico, como é a obra de Josué, transpõe a barreira do tempo e do espaço e, em outros contextos, continua sendo referência.

No entanto, a produção intelectual de Josué, não é apenas um corpo teórico e empírico. Como um intelectual polivalente, o autor transitou por um amplo leque de áreas, como se pode ver do que foi exposto até então, mas mais do que isso, não se restringiu a realidade factual. Nos anos 1930 o autor experimentou-se em contos, como os reunidos em Castro (1937), posteriormente, assumidos como de descrição da realidade social que presenciou na sua juventude.

Mas foi durante o período de exílio que, Josué, parece como quem reconhece que o problema que por toda a sua vida lhe acompanhou extrapolasse a sua vontade e força de ação (e, é claro, por estar impedido de acompanhar os desdobramentos de tal realidade), quis deixar registrado em outra forma de expressão, o romance, tal drama. E, nesta alçada, os limites de

---

<sup>140</sup> Silva (1998, p. 414), anexou o registro de uma reunião, de novembro de 1970, da “Equipe de Recherche en Ecologie Humaine”, dentre os quais estava Josué de Castro, onde constam os participantes, as áreas e preocupações a serem estudadas.



tempo e espaço são mais amplos, às vezes imensuráveis e, por isso, o que o autor expressou atingiu outra dimensão, aquela que, de forma variada toca a sensibilidade do leitor, independente de onde e quando.

Sobre isso, pode ser válido traçar um paralelo do romance enquanto expressão da fome, que Josué empreendeu em *Homens e caranguejos*, com o que Monteiro (2006, p. 61), considerou sobre Guimarães Rosa:

Os vários relatórios das diferentes missões científicas; os antigos relatos dos naturalistas; as monografias e artigos geográficos que se produziram ao longo dos tempos darão depoimentos circunscritos às épocas de suas produções. A efemeridade dos relatos geográficos diante de um mundo em permanente mutação. O magnífico painel arquitetado literariamente por Guimarães Rosa – como “poema-encantatório” que é – será eterno.

De todo modo, o que deve ser bem esclarecido, é que *Homens e caranguejos* não consiste em simples romance de criação imaginária, daquela que o autor, em sua sensibilidade, consegue captar e expor em forma de texto, o que de alguma forma, mexe com a imaginação e o âmago do leitor. Assim, da mesma forma que nos contos dos anos 1930, Josué expunha sopros do contexto que estudava e estava inserido, o romance de 1967, no conjunto da obra do autor, pode ser visto como uma diferente tentativa de expressar o problema que sempre lhe acompanhou.

Essa é a idéia expressa na ocasião do lançamento de *Homens e caranguejos*. Conforme se encontra em Silva (1998, p. 442), uma circular da Editora Brasiliense, divulgando a publicação, retrata o percurso do autor em relação ao tema da fome, da seguinte forma:

Não é como romancista, nem como literato que Josué de Castro é conhecido. Nem propriamente como artista. Entretanto, por mais fria que seja a maneira própria de um cientista encarar os problemas do homem, cedo ou tarde ele é tocado nas suas entranhas pela vivência desses problemas. Em Josué de Castro, porém, o drama foi vivido antes da ciência. Na infância. Fêz ele próprio, nascer o cientista, que procurou analisar o fato, à procura de uma solução técnica. O que não bastou. Veio a hora da vivência, do impacto do problema que não tinha morrido, mas apenas esperava. Pacientemente. E a frieza da análise explodiu em romance, em poesia.

Há de se dizer, também, que por toda a influência, reconhecimentos, contatos e, inclusive, trocas de elogios, no romance, além de uma forma de ocupar sua alma no drama de quem vive um exílio, Josué tenha se aventurado na seara dos romancistas<sup>141</sup>. Disso não se pode concluir que tenha sido algo desmedido para um sujeito com tamanha voracidade por

---

<sup>141</sup> Josué sempre manteve proximidade com artistas, escritores e intelectuais, especialmente, com os romancistas do nordeste. Em várias oportunidades dedicou livros a estes (em *Homens e caranguejos*, Josué agradeceu, por reconhecer, a contribuição dos “três grandes poetas do Nordeste: Ascenço Ferreira, Joaquim Cardoso e João Cabral de Melo Neto”) e escreveu ensaios comentando obras, como se pode encontrar em Castro (1937b). Por sua vez, Josué sempre foi reconhecido por estes, como se pode ver em ASCOFAM (1958). Nesta última publicação (p. 254), Raquel de Queiroz “acusa” Josué de ser um “ladrão de cena”, por adentrar em temas que até então eram restritos aos romancistas. Assim, em elogios rasgados, concluía: “estou vendo a hora de, ou mudarmos de ofício, ou morrermos de fome” (p. 255).

falar e escrever, mas antes como um retorno aos seus primeiros escritos, especialmente, ao conto “O ciclo do caranguejo”, a terrível descoberta que Josué não conseguia e, enquanto perdurasse, não queria se desfazer.

Além disso, *Homens e caranguejos* é um romance que possui um prefácio, no qual o autor questiona: “Mas, será mesmo este livro um romance? Ou não será mais um livro de memórias? Talvez, sob certos aspectos, uma autobiografia?”. Para responder um “não sei” e, concluir que, “tudo o que sei é que, neste livro, se conta a história de uma vida diante do espetáculo multiforme da vida” (CASTRO, 2001, p. 9). Mas, quem havia rompido com o silêncio sobre a fome, não iria deixar nenhuma dúvida e, assim, Castro (2006, p. 10), afirmava: “o tema deste livro é a história da descoberta que da fome fiz nos meus anos de infância, nos alagados da cidade do Recife” e, seguia, “procuro mostrar neste livro de ficção que não foi na Sorbonne, nem em qualquer outra universidade sábia, que travei conhecimento com o fenômeno da fome”.

No seu extenso e aprofundado trabalho de estudo da obra de Josué, Silva (1998) é elucidativa para compreender *Homens e caranguejos* no conjunto da produção intelectual do autor. Para Silva (1998, p. 193), os contos da década de 1930, “serão a matriz de seu único romance”, que se trata de páginas literárias, “aparentemente ficcionais, porém, na essência, reveladoras da história que marcou a sua trajetória e compromisso de vida” (p. 3). Por isso, afirma que em *Homens e caranguejos*, Josué “mistura ficção e realidade” (p. 69), resultando em um livro que “revelará a sua polifonia na busca de novas formas de linguagens que pudessem fazer chegar às massas o seu grito de alerta” (p. 441).

*Homens e caranguejos* é um romance que tem como palco os mangues do Recife, a Aldeia Teimosa. Se o enredo se desenvolve em um local restrito, o contexto dos acontecimentos extrapola esta escala. Tanto a particularidade natural, como a condição social do que no local se passa, está ligada com acontecimentos de outras áreas e, inclusive, de outros tempos. Por sua vez, ali se desenvolve uma específica relação da sociedade com os recursos naturais, principalmente, em relação à alimentação, baseada em caranguejos.

*Homens e caranguejos* trata de como vive, sobretudo, de como passa fome, a população dos mangues. O romance é uma reunião de situações cotidianas desta população, de suas histórias, expectativas e, principalmente, das durezas da vida. Entre estas situações é que Josué desenvolve toda a forma de relação da população com os recursos que o local oferece. O mangue possibilita a satisfação, precária e parcial, de todas as necessidades da população e são, particularmente os caranguejos, que recebem ênfase, pois são a base da alimentação e, ao mesmo tempo, são alimentados pelos restos da população que ali sobrevive.

Esta relação é tão profunda que, no caso de João Paulo, um dos principais personagens, de tanto pegar, acaba tomando atitudes características dos caranguejos.

O enredo começa com o amanhecer nos mangues, apresentando os trabalhadores que se dirigem a feira, com o soar dos apitos das fábricas que trazem do sonho para a realidade cotidiana toda a população, dentre eles João Paulo que, ao acordar, dirige-se para a beira da água e, nela mesma, faz todas as necessidades de quem desperta, volta para dentro do mocambo para o café da manhã com o pai e a mãe, a base de caranguejo, quando questiona, o primeiro, porque escolheu aquele lugar para morar, se dali mesmo podia avistar lugares mais bonitos, como a cidade dos palacetes que estava do outro lado do rio.

Em meio a isso, Josué aborda a chegada desta população à cidade, o encantamento com a sua beleza, mas tão logo com a dura realidade, pois o que restava era viver no mangue, um “porto seguro”, com casa e comida (é bem verdade muito restrita), resposta que Zé Luis, tergiversou e não deu a João Pedro. É em situações como esta que reside a repetida afirmação de como Josué descobriu a fome. Desta ter-lhe entrado pelos olhos e que, posteriormente, iria ver que, na verdade, o mangue era uma alternativa de vida para a população que, vivendo em outros locais, era ainda mais faminta e, assim, deparava-se com a fome como fenômeno universal.

Zé Luis, pai de João Paulo, e sua família, como os demais personagens do romance, em sua origem, são imigrantes do sertão e antigos trabalhadores dos canaviais, ambos expulsos: os primeiros, quando de alguma seca, por suas condições econômicas; os segundos, por não poder fazer frente a propriedade da terra e dos cultivos comerciais. Os personagens do romance são exemplos de toda a realidade dos deslocamentos da população do nordeste, que Josué abordará em seus estudos. Assim, o autor traz para o enredo outros de seus escritos, especialmente, os contos de 1937. Aliás, em *Homens e caranguejos*, diluídos, encontram-se muitos trechos dos contos de *Documentario do nordeste*.

Josué se utiliza das histórias dos personagens que, talvez, muitos tenham sido inspirados em pessoas com as quais manteve contato nos mangues quando menino ou, ainda, de história que seu pai contava, para manifestar a realidade comum de todos os imigrantes das secas e das áreas dos canaviais. Se o romance é de ficção, as histórias são a história de muitos destes imigrantes: Zé Luis, que depois de perder um filho pela falta de água e comida, colocou-se em retirada com a mulher e o outro filho; Cosme, que foi um jovem estudioso e pequeno comerciante de algodão, que resistiu a seca, mas não ao monopólio do comércio e se aventurou pela Amazônia, com a expectativa de riqueza com a borracha, de onde voltou em uma cadeira de rodas, vítima do beribéri.

Ao mesmo tempo, Josué aproveita para dar indícios de condições que poderiam livrar aquelas pessoas de suas difíceis histórias de vida, como o faz com Xandu, que com seu trabalho como pequeno agricultor de produtos diversos, diz manter em condições de decência a sua família. De certo modo, Josué retoma os argumentos que, de uma ou de outra forma, estavam no estudo da fome no Brasil, na *Geografia da fome*.

O romance também foi uma forma de Josué retomar seus estudos de geografia urbana, aquele do estudo da cidade em sua relação com as condições naturais. Sobre estas questões, Josué recorreu ao que havia exposto na tese de 1948, na qual sobre a formação dos terrenos ocupados pela cidade, explicou o papel dos rios, do mar e da flora no estabelecimento dos terrenos, o que possibilita o abrigo e alimentação da fauna e da população que ali vive. A partir do que considerou que tudo resulta no “equilíbrio ecológico da região ocupada pelo homem”, uma vez que possibilita “recursos de subsistência para uma grande parte das populações anfíbias que povoam aquêles mangues, vivendo em suas habitações típicas – os mocambos” (CASTRO, 1954, p. 51)<sup>142</sup>.

No romance, de forma encantatória, expunha que os mangues do Recife são o resultado do encontro dos rios com o litoral, uma combinação única, em que as águas e os sedimentos que vem “de cima”, com os movimentos das marés, resulta em situação propícia à vida, formando as ilhas, que logo a água leva para outros cantos; desenvolve-se a vegetação típica e, especialmente, vivem os caranguejos. A população, de um modo geral, possui um grande apreço e reconhece a beleza de poder desfrutar de tudo o que o local oferece, assim vinculando-se com o mesmo de uma forma muito íntima. Alguns, mesmos de forma excepcional, como o caso de Chico (leproso, que em seu refúgio foi o primeiro habitante da Aldeia Teimosa), que parecia conversar com as águas.

Tudo isso gera uma atmosfera muito favorável à sociabilidade. Enquanto isso, a população não parava de crescer, resultando na necessidade de construir mais habitações. Oportunidade em que Cosme liderou o movimento e, a contra gosto das autoridades, os mocambos, resultados do trabalho coletivo, abafado pelo barulho do maracatu e do bumba-meu-boi (normalmente, invocando alimentos), da noite para o dia, iam florescendo<sup>143</sup>.

---

<sup>142</sup> A aproximação de *Homens e caranguejos* com *Documentario do nordeste*, de 1937, e com *Fatôres de localização da Cidade do Recife: Um ensaio de Geografia Urbana*, a tese de 1948, já foi apontada por Melo Filho (2003). É, sobretudo, a partir destas três publicações que Melo Filho (2003) considera que, na obra de Josué, o mangue pode ser visto sobre quatro olhares: i) como ancestral do Recife; ii) como fábrica de vida e exemplo de equilíbrio ecológico; iii) como fonte de conhecimento e iv) como lugar dos excluídos.

<sup>143</sup> Em várias oportunidades Josué posicionou-se sobre o tema das reformas urbanas do Recife, especialmente, quando estas pretendiam extirpar os mocambos da paisagem da cidade. Sobre isso cf.: “Mocambo – Habitação higiênica” (CASTRO, 1937b, p. 98), bem como Schappo (2008, p. 102) que contextualizou esta questão.

Nos registros da Aldeia Teimosa, Josué inclui uma grande enchente, resultado da qual, se não bastassem as perdas materiais, levou por água abaixo toda a vitalidade coletiva da população. O trabalho de reconstrução dos mocambos não era feito com a empolgação de antes, mas por outro lado, organizava-se, de forma bastante secreta, um levante, armado<sup>144</sup>. Os personagens e os motivos deste não recebem um tratamento explícito (uma das exceções é Cosme, o grande arquiteto social, que todos diziam ser um dos líderes), mesmo assim não fica dúvida de que seja uma revolta e tentativa de reversão, por parte da população dos mangues, contra todo o contexto social que os colocou ali.

Os moradores do mangue, além de caráter, tinham clareza dos motivos sociais que resultaram na condição de vida em que se encontravam. São muitas as passagens que permitem esta interpretação, mas o caso mais elucidativo é o de Zé Luis que, quando da reconstrução da Aldeia, em situação de receber materiais de construção e que fosse a sede do partido do governo para regularizar sua situação eleitoral, recusou a oferta e, questionado do porquê, disparou: “porque na minha fome quem manda sou eu” (CASTRO, 2001, p. 159)<sup>145</sup>.

*Homens e caranguejos* foi uma forma de Josué retomar a sua descoberta da fome, sobretudo, a partir dos seus escritos que mais apreciava, o *Documentario do nordeste*, de 1937. Mas, para além disso, conforme havia exposto no conto “O ciclo do caranguejo”, foi uma nova forma de reelaborar o ciclo da vida e da matéria: “o ciclo da fome devorando os homens e os caranguejos, todos atolados na lama” (CASTRO, 2001, p. 27), ao qual, no final, se integra o próprio corpo de João Paulo, morto durante o tiroteio dos revoltados.

Com o que expõe com a ideia de ciclo do caranguejo, Josué deixou um legado tanto do problema da fome, como da relação da população com o entorno natural de onde vive. Sempre possível de ser revisto, no primeiro caso, porque a fome persiste, apesar de não ser precisamente em manifestações como encontrada em sua época nem da exposta em forma de romance e, no segundo caso, pelo fato do crescimento da cidade do Recife e do interesse pelas

---

<sup>144</sup> Josué é, reconhecidamente, um pacifista. “Foi indicado por três vezes para o prêmio Nobel: em 1954, concorreu para o Nobel de Medicina, e nos anos de 1963 e 1970, ao Nobel da Paz” (<<http://www.josuedecastro.org.br/jc/jc.html>> acessado em 11 de março de 2013) e, em 1954, recebeu o Prêmio Internacional da Paz. Mesmo assim, em certa ocasião, afirmou: “a solução ideal para os problemas do mundo seria uma saída pacífica. Na fase de violência se perde muito a lucidez e a consciência das circunstâncias. Crio, sem dúvida, que na América Latina não cabe outra possibilidade que a revolução violenta. (...) Nunca poderemos estar pior do que estamos na atualidade. (...) Eu que sou Prêmio Internacional da Paz, penso que, infelizmente, não há outra solução que a violência para a América Latina” (apud SILVA, 1998, p. 152). Taranto (1993, p. 76), sobre tal afirmação considerou que a mesma não representa o pensamento de Josué. Nunes (2003, p. 64) entende que “Josué não compactuava com mudanças através da força, por isso discordava das ‘soluções’ defendidas pela esquerda via revolução, ou pela direita, via ditadura”.

<sup>145</sup> Castro (1966b, p. 69), aludindo um diálogo que teve com Truman, então Presidente dos EUA, no qual esse admitiu que os excedentes de alimentos dos EUA deveriam ser manipulados politicamente, Josué relatou o caso de um homem que recusou dinheiro em troca de voto e a frase dita por este é a que, no romance, Zé Luis disse.

áreas dos mangues o que, ao mesmo tempo, é uma tentativa de higienizar certas áreas da cidade.

O ciclo do caranguejo inspirou novas leituras da fome, como já abordou Melo Filho (2003). Uma destas retomadas é aquela que resultou, por inspiração da metáfora homem-caranguejo, no cunho da expressão homem gabiru (PORTELLA; AAMOT; PASSAVANTE, 1992) que, no início dos anos 1990, apontou que o drama da fome espalhava-se por todo o Recife, leitura que caberia para muitas outras cidades. Os autores demonstram, por meio de uma combinação de fotografia, poesias e artes plásticas a população que vive em favelas, morros, esgotos e pelas ruas, agora se alimentando, quando possível, do lixo. Assim, como se encontra em Portella; Aamot; Passavante (1992, p. 7) se, para Josué “o mangue foi o seu ponto de partida”, para os três autores “ele estava soterrado, com a miséria transbordando para todos os cantos da cidade, incapaz de ser contida. O *homem-caranguejo* havia virado *homem-gabiru*”.

Outra forma de retomar o ciclo do caranguejo ocorreu através da música, especialmente, pelo movimento mangue beat, que nos dois CDs de Chico Science & Nação Zumbi tem sua maior e seminal expressão<sup>146</sup>. Para além da exposição das condições de vida da população e da desigualdade, o mangue beat expressou e permanece associado à ideia de antenas parabólicas enterradas na lama, como possibilidade de emersão da população daquela realidade social, de movimento e de necessidade de transformação daquela realidade. Tudo, reconhecidamente, inspirado em Josué.

Um exemplo é a letra “Da lama ao caos”, o que pode ser visto como da lama aos cosmos. Todavia, para que esse movimento aconteça, acima de tudo, é necessário comer, mesmo que sejam tomates, cebolas e cenouras roubadas:

Posso sair daqui pra me organizar / Posso sair daqui pra desorganizar / Da lama ao caos / Do caos à lama / Um homem roubado nunca se engana / O sol queimou, queimou a lama do rio / Eu vi um Chié andando devagar / Vi um aratu pra lá e pra cá / Vi um caranguejo andando pro sul / Saiu do mangue, virou gabiru / Oh Josué, eu nunca vi tamanha desgraça / Quanto mais miséria tem, mais urubu ameaça / Peguei o balaio, fui na feira roubar tomate e cebola / Ia passando uma veia, pegou a minha cenoura / Ai minha veia, deixa a cenoura aqui / Com a barriga vazia eu / não consigo dormir / E com o bucho mais cheio comecei a pensar / Que eu me organizando posso desorganizar / Que eu desorganizando posso me organizar / Da lama ao caos / Do caos à lama / Um homem roubado nunca se engana<sup>147</sup>

\*\*\*\*\*

---

<sup>146</sup> Tratam-se dos CDs “Da lama ao caos” e “Afrociberdelia”, respectivamente, de 1994 e de 1996, de Chico Science & Nação Zumbi.

<sup>147</sup> “Da lama ao caos”, faixa 6, que dá nome ao CD de Chico Science & Nação Zumbi.

Na obra de Josué de Castro, nos escritos posteriores a *Geopolítica da fome*, a demonstração dos quadros da fome, sobrepõe-se a busca de reversão dos mesmos. Neste momento o autor, por um lado, estende e aprofunda alguns temas, como a questão da terra e do ciclo do caranguejo e, por outro, insere-se em novas discussões, acompanhando o debate contemporâneo, como é o caso do meio ambiente e desenvolvimento. Tudo isso, agregado aos temas discutidos nas obras anteriores, confere à produção intelectual do autor um caráter multidisciplinar envolvido com o tema que tem como central, a fome.

Nestes últimos escritos, quando estuda a questão da terra e da agricultura, expõe a forma de propriedade e de produção como responsáveis por romper o equilíbrio ecológico, afastando o homem da possibilidade de produzir para o próprio sustento, o que repercute no padrão alimentar e na instauração da fome. Assim, a terra e o homem são a tônica das condições sociais de produção que, defende, devem ser revertidas, tanto pela reforma agrária como pelo uso de tecnologias. Tais mudanças permitiriam a manutenção do equilíbrio homem e meio e a adequação da ampliação da produção, questões essas que possibilitam depreender o aprofundamento da relação entre sociedade e natureza, sintonizando a produção na relação entre necessidade e possibilidade.

Desta forma, não seria difícil de deduzir que o autor adentraria no debate sobre meio ambiente e desenvolvimento. Oportunidade em que, além de reafirmar-se como defensor das populações que vivem em condições de fome e de relacionar economia e recursos naturais, expôs uma concepção de meio, a qual contém dimensões naturais e sociais. Portanto, posicionando-se para além da dicotomia entre sociedade e natureza.

O exílio, que distanciou Josué do contato com a realidade social brasileira e, especialmente, do nordeste, não afastou o autor das suas preocupações. Como quem não consegue se desvencilhar das vivências da juventude, Josué retoma o ciclo do caranguejo, o que apesar de ser em forma de romance, incorpora o estudo da fome e o estudo urbano empreendido sobre a cidade do Recife. Assim, deixando um registro de associação entre as condições naturais e o contexto social que se desenvolve no local, expondo o homem e o meio em uma específica forma de viver.

Como se pode ver, independente de forma de expressão, se ciência ou literatura, Josué deixou um legado que, a partir do estudo da alimentação e da fome, tanto recorreu aos processos naturais, como não deixou de demarcar a especificidade do homem, vivendo em sociedade, enquanto natureza. Ou seja, uma perspectiva que leva em conta o homem e seu entorno, que envolve condições naturais e sociais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na história da Ciência Geográfica é possível encontrar várias expressões da busca de compreensão das relações do homem com o meio. É bem verdade, às vezes indo mais para um lado, às vezes mais para outro, em outras, buscando as interpenetrações destes “dois mundos”. No último caso, quando faz isso, tenta compreender o homem, inclusive como natureza, e a natureza não apenas como algo natural, antes como parte das relações sociais, pois tanto os “recursos naturais”, como a questão da sua poluição ou degradação só ocorrem enquanto relação social. E, enquanto relação social, a natureza da própria humanidade pode ser ameaçada e, até mesmo, impossibilitada.

Nesse último caso está a fome. E, quando posto desta forma, questiona-se o binômio homem e meio, sobretudo, no sentido de que a questão ambiental não pode ser confundida com estudo da natureza e, mesmo que assim fosse, não poderia ser apenas de uma natureza da qual o homem não faz parte.

Como obra social, a impossibilidade dos homens se (re)produzirem enquanto natureza e, tão logo, como sociedade, quando através da fome, manifesta-se de formas diversas, indo da inanição às formas discretas, veladas aos olhos menos avisados, confundindo-se com doenças, como se não tivesse nada a ver com a alimentação. Mas, para além dessa face individual, há aquela coletiva, da fome esfalfando populações inteiras, que reclamam alimentos. Manifestações que Josué de Castro, em repetidas oportunidades, demonstrou.

Estas questões, apesar da historicidade das suas expressões, a partir de uma das possíveis leituras, podem ser depreendidas como o substancial da produção intelectual de Josué de Castro. Assim, a presente pesquisa e seus resultados agregam-se aos estudos já realizados e, certamente, de muitos vindouros, da obra do autor. Obra que possui uma multiplicidade de enfoques, sempre priorizando o caminho do concreto ao conceito que, de acordo com as especificidades das suas manifestações, buscava renová-lo.

Acima de médico, nutrólogo, geógrafo, sociólogo, etc., durante o desenvolvimento desse trabalho, demarcou-se que Josué é um intelectual, entendido no sentido daquele que, posicionado acima das delimitações das áreas do conhecimento, centra-se no objeto que tem por intenção conhecer. De todo modo, sem ver nisso um empecilho para a apreensão da realidade, aproximando-se ou afastando-se dos campos conforme consegue uma resposta mais apurada e/ou renovada.



Desta forma, não seria difícil de entender que Josué tenha sido relegado pela geografia brasileira, apesar da centralidade que atribuiu a esta Ciência no estudo do problema da alimentação e da fome no Brasil. Para além do papel atribuído a Ciência Geográfica, o autor combinou uma série de áreas do conhecimento. Pois são muitas as especificidades encontradas na obra do autor: da alimentação à fome; da questão agrária ao problema urbano; da dinâmica ecológica local aos resíduos que a população produz e possibilita a reprodução da primeira, que é base da segunda, etc. Em síntese, tudo muito amplo e disperso para qualquer área do conhecimento que busque fechar o cerco sobre um aspecto para aprofundar-se nele.

Assim, pode-se indagar, onde residiria a força da construção teórica que o autor legou, bem como, decorrente disso, se, efetivamente, a Ciência Geográfica sempre reduziu ou deveria se reduzir as análises enfocadas.

Talvez seja, precisamente, em ter contrariado as grandes marés do conhecimento geográfico brasileiro e, por isso ser relegado, de onde emana a força do que Josué expressou e que esta pesquisa tentou evidenciar: a relação entre “os mundos”, em muitos casos, aparentemente independentes e incomunicáveis da dimensão do social e da dimensão do natural, que permitiu propor vínculos entre fome e questão ambiental. Mas do mesmo modo que ocorre com as marés, no plano do conhecimento, sempre tem um repuxo daqui ou um solavanco de lá, em outras palavras, aquelas tentativas minoritárias e pouco aceitas, neste caso, do esforço de buscar uma permanente conexão entre o social e o natural.

A tentativa de demonstrar essas questões se fez recorrendo a Ciência Geográfica, mas também a uma perspectiva mais ampla, aquela da dimensão filosófica-naturalista. A primeira, naquelas expressões que não separam um natural e um social e, no corpo do que delimita como ambiental, entende que as questões sociais estão presentes e, quando não muito, busca as transformações na natureza em sua totalidade, na qual o homem está incluído. A segunda, por na sua crítica a uma forma de produzir a vida, considerar o homem e a natureza, sobretudo, aquele como integrante desta e, por isso, legou uma perspectiva, ao mesmo tempo, transformadora e ecológica.

Foi pensando em tais problemas que se tomou a decisão de buscar, na obra de Josué de Castro, uma contribuição para essas questões. Isso pelo fato do autor ser a principal referência no que diz respeito ao estudo da fome e, sobretudo, por levar adiante o seu empreendimento considerando a dimensão do social e a dimensão do natural, permitindo associar fome e questão ambiental, do que em muitos pontos deriva em uma perspectiva ecológica.

Apesar dessa perspectiva ecológica, no caso da obra de Josué, ser muito longe daquela que Foster (2010), em relação a Marx, definiu como vermelha e verde, em muito pode

contribuir para pensar e entender as relações entre o homem e o meio, sem restringir esse último ao natural. Na produção intelectual de Josué, especialmente no que diz respeito aos problemas da produção e do uso dos alimentos, uma vez que o autor preocupou-se com as condições naturais locais, com o desenvolvimento tecnológico, com as relações de trocas e com as demais relações sociais, como de propriedade e de trabalho, que (im)possibilitam uma condição humana de suficiência em termos de alimentação.

Dessa maneira, da mesma forma que o estudo da alimentação e da fome é realizado levando em conta o homem e o meio, demonstrando o rompimento da relação do homem com a natureza, o que tem como decorrência a fome, o arcabouço que pode ser depreendido da obra do autor encaminha para uma (re)ligação entre homem e natureza. Todavia, desta vez em uma condição de abundância. Neste sentido, o que o autor expõe é decorrente da elucidação das condições de fome em cada local e tempo e, sobretudo, de uma adequação das condições sociais, as quais exigem uma revisão das formas de propriedades da terra e das relações de trabalho, tudo acompanhado do correspondente desenvolvimento tecnológico disponível para catapultar a produção de alimentos.

Portanto, tanto na elucidação do problema da fome como na sua superação, a obra do autor expressa contextos do metabolismo entre homem e natureza. De um modo geral, antes de uma perspectiva revolucionária, as ideias de Josué encaminham-se para a superação da fome exigindo uma redistribuição social das terras, eliminando os problemas do latifúndio e da monocultura, bem como resolvendo o problema das pequenas propriedades que não permitem o necessário ao sustento do trabalhador, tudo isso acompanhado de uma revisão das relações de trabalho no campo.

Por sua vez, frente a um contexto de crescimento da população urbana, Josué dá ênfase às tecnologias que ampliam as possibilidades e as quantidades de alimentos possíveis de ser produzidos e, nesse sentido, não prescinde das produções em grande escala. Além disso, em um plano global, defendia a regulação dos mercados de trocas e a criação de reservas alimentares internacionais, inclusive, afirmando que o envio de excedentes de alimentos de um local para outro poderia significar uma solução econômica de bom termo para ambos os lados. Assim, pode-se perceber que Josué pensou tanto o local como o global.

Mas, a associação fome e questão ambiental, que esta pesquisa buscou demonstrar presente na obra do autor, têm sua especificidade e força por apontar, para além de frisar a destruição de uma natureza externa ao homem, que é no próprio homem, em sua natureza e como natureza, que reside a primeira impossibilidade da natureza, que tem consequências sociais, individuais e, sobretudo, coletivas.

Estudando a fome, a perspectiva ambiental possível de ser apreendida da obra do autor, mesmo levando em conta, transpõe a preocupação com a preservação de uma natureza exterior ao homem e centra-se nas consequências encontradas no último. Assim, ao mesmo tempo em que busca na natureza do homem as decorrências sociais das impossibilidades naturais, afirma que no momento em que a humanidade se encontrava, não havia motivos, além de sociais, para a existência da fome.

Desta forma, o estudo da obra de Josué de Castro, exposto em três partes, desenvolveu-se tentando situar como o autor aborda o problema da fome, considerando dimensões sociais e naturais, com o intuito de relacionar fome e questão ambiental. Nesta caminhada pode-se perceber a amplitude das dimensões da produção intelectual do autor. Sua trajetória de estudo da alimentação; a construção e desenvolvimento do estudo da fome e, em todos os momentos, com ênfase em seus últimos escritos, a busca da superação desse fenômeno social.

Em sua construção enquanto conhecimento, pode-se ver como o autor associou sociedade e natureza na demonstração e na busca de solução ao problema da fome. Aliás, não só desta, como também da alimentação, base e condição de superação da primeira. Como resultado disso pode-se dizer que Josué realizou um estudo tanto histórico, como de busca de possibilidades futuras, sempre recorrendo a relação entre homem e natureza. O que está presente tanto nas condições de fome encontradas em cada tempo e local, como na projeção de que forma, socialmente, se poderia chegar a uma condição de abundância, é bem verdade, como visto, às vezes demonstrando-se contraditórias.

Para isso, adentrou no debate das relações sociais, em diferentes contextos, dos homens relacionando-se entres si, da apropriação da natureza e, sobretudo, dos desdobramentos disso na natureza e na natureza humana. Sempre buscando o que há de comum para ambas, apontando que o modo como se produz a vida não permite separar a degradação e a poluição da natureza do problema da fome, pois ambas são resultadas das relações dos homens entre si e destes com o meio, em seu conjunto.

Desta forma, estudando a fome, Josué de Castro deixou um legado de uma específica forma de conexão entre dimensão natural e dimensão social, na compreensão dos contextos sociais. Por isso, a obra do autor representa um referencial histórico, teórico e metodológico que amplia a questão do ambiente, permitindo, do ponto de vista epistemológico, relacionar fome e questão ambiental.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. A atualidade do método de Josué de Castro e a situação alimentar mundial. In: **Revista de economia e sociologia rural**. Vols. 3 e 4. Brasília: jul./dez. 1996.
- ABRAMOVAY, Ricardo. Integrar sociedade e natureza na luta contra a fome no século XXI. In: **Cadernos de Saúde Pública**. Vol. 24, nº 11. Rio de Janeiro: nov. 2008.
- Academia Pernambucana de Medicina. **Ciclo de estudos sobre Josué de Castro**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, Ed. Universitária, 1983. (UFPE, Col. Humanismo e Cultura, 4).
- ANDRADE, Manuel Correia de et al. **Josué de Castro e o Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
- ANDRADE, Manuel Correia de. Atualidade do pensamento de Josué de Castro. In: ANDRADE, Manuel Correia de. **A questão do território no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 2004.
- ANDRADE, Manuel Correia de. Josué de Castro: o homem, o cientista e seu tempo. In: **Estudos avançados**. Vol. 11, nº 29, 1997.
- ANDRADE, Manuel Correia de. Uma releitura crítica da obra de Josué de Castro. In: ANDRADE, Manuel Correia de et al. **Josué de Castro e o Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
- ASCOFAM. **O drama universal da fome**. Rio de Janeiro: ASCOFAM – Secção Brasileira, 1958.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BARROS, Maria Sylvia Carvalho; TARTAGLIA, José Carlos. A política de alimentação e nutrição no Brasil: Breve histórico, avaliação e perspectivas. In: **Alimentos e Nutrição**. Vol. 14, nº 1, 2003.
- BATISTA FILHO, Malaquias. Fórum. Centenário de Josué de Castro: Lições do passado, reflexões para o futuro. Introdução. In: **Cadernos de Saúde Pública**. Vol. 24, nº 11, 2008.
- BAYLISS-SMITH, Tim; OWENS, Susan. O desafio ambiental. In: GREGORY, Derek; MARTIN, Ron; SMITH, Graham. **Geografia humana: espaço, sociedade e ciência social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
- BRÜGGER, Paula. **Educação ou adestramento ambiental?**. Florianópolis: Obra Jurídica, 1999.

CAMPOS, Rui Ribeiro de. **A dimensão populacional na obra de Josué de Castro**. 2004. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

CAMPOS, Rui Ribeiro de. **A geografia brasileira dentro e fora da sala de aula: Uma ciência em construção**. 1997. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica, Campinas.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**. 9 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006.

CARDOSO, Tayguara Torres. **O novo Nordeste: Celso Furtado, Josué de Castro e o debate sobre desenvolvimento e sertão nordestino nos anos 1950**. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

CARLOS, Ana Fani A. “Novas” contradições do espaço. In: DAMIANI, Amélia L.; CARLOS, Ana F. A.; SEABRA, Odete C. L. (Org.). **O espaço no fim do século: A nova raridade**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2001.

CARVALHO, Antônio Alfredo Teles de. **Josué de Castro na perspectiva da geografia brasileira – 1934/1956 (Uma contribuição à historiografia do pensamento geográfico nacional)**. 2001. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

CARVALHO, Antônio Alfredo Teles de. Josué de Castro: Um geógrafo de múltiplas contribuições revisitado em suas idéias. In: **GEOUSP**. n° 13, São Paulo, 2003.

CARVALHO, Antônio Alfredo Teles de. **O pão nosso de cada dia nos daí hoje... Josué de Castro e a inclusão da fome nos estudos geográficos no Brasil**. 2007. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

CASTRO, Anna Maria de (Org.). Josué de Castro: Semeador de idéias. In: **Cadernos do ITERRA**. Ano II, n° 7, Veranópolis/RS, dezembro, 2004.

CASTRO, Anna Maria de. Josué de Castro: Semeador de idéias. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Josué de Castro: Vida e obras**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

CASTRO, Josué de et al. **O subdesenvolvimento económico**. Lisboa: Editorial Presença, 1966. (Perspectivas 14).

CASTRO, Josué de. **¿Adonde va la America latina?**. Lima: Editorial Latino Americana, 1966b.

CASTRO, Josué de. **A alimentação brasileira à luz da geografia humana**. Porto Alegre: Globo, 1937.

CASTRO, Josué de. **A cidade do Recife: Um ensaio de Geografia Urbana**. Rio de Janeiro: Casa do estudante, 1954.

CASTRO, Josué de. **A estratégia do desenvolvimento**. Lisboa: Seara nova, 1971.

CASTRO, Josué de. **A explosão demográfica e a fome no mundo**. Sem local: Edições Itau, Sdb.

CASTRO, Josué de. A questão do salario minimo – Elaboração de um plano para inquerito sobre as condições do trabalho agricola relacionado com o custo e padrão de vida nos centros ruraes. In: **Boletim do Ministerio do Trabalho, Industria e Commercio**. n. 14, Rio de Janeiro, outubro, 1935b.

CASTRO, Josué de. A questão do salario minimo – Tudo aconselha que inicialmente elle repose num typo de ração ideal que, respeitando as zonas que dividem o território nacional, assegure ao homem a albumina e as calorias de que necessita. In: **Boletim do Ministerio do Trabalho, Industria e Commercio**. n. 15, Rio de Janeiro, novembro, 1935c.

CASTRO, Josué de. **Alimentação e raça**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1936. (Bibliotheca de divulgação scientifica – vol. V).

CASTRO, Josué de. **Documentário do Nordeste**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1959.

CASTRO, Josué de. **Documentario do Nordeste**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1937b.

CASTRO, Josué de. **Ensaio de biologia social**. São Paulo: Brasiliense, 1959b.

CASTRO, Josué de. **Ensaio de Geografia Humana**. São Paulo: Brasiliense, 1957.

CASTRO, Josué de. **Fatôres de localização da Cidade do Recife: Um ensaio de Geografia Urbana**. Imprensa Nacional, 1948b.

CASTRO, Josué de. **Fisiologia dos tabús**. 2 ed. Rio de Janeiro: Companhia Industrial e Comercial Brasileira de Produtos Alimentares, 1941.

CASTRO, Josué de. **Fome, tema proibido: Últimos escritos de Josué de Castro**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1957b.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome. O dilema brasileiro: Pão ou aço**. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1961. (Vols. 1 e 2).

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome. O dilema brasileiro: Pão ou aço**. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2006.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome. O dilema brasileiro: Pão ou aço**. 10 ed. Rio de Janeiro: Antares: Achiamé, 1980. (Clássicos das Ciências Sociais no Brasil).

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome: A fome no Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1948.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome: A fome no Brasil**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1946.

CASTRO, Josué de. **Geografia humana: Estudo da paisagem cultural do mundo**. Porto Alegre: Globo, 1939b.

CASTRO, Josué de. **Geopolítica da fome: Ensaio sôbre os problemas de alimentação e de população do mundo**. Rio de Janeiro: Casa do estudante, 1951.

CASTRO, Josué de. **Geopolítica da fome: Ensaio sôbre os problemas de alimentação e de população do mundo**. 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.

CASTRO, Josué de. **Homens e caranguejos**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001.

CASTRO, Josué de. Inquerito sobre as condições de alimentação popular no Distrito Federal. In: CASTRO, Josué de. **O Problema da alimentação no Brasil (Seu estudo fisiológico)**. 3 ed. aumentada. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939c. (Biblioteca pedagógica brasileira – vol. 29).

CASTRO, Josué de. **La alimentación en los trópicos**. Pánuco, México: Fondo de Cultura Económica, 1946b.

CASTRO, Josué de. O espírito geográfico da filosofia moderna. In: **Boletim geográfico**. Ano IX, n. 101, Rio de Janeiro, agosto, 1951b.

CASTRO, Josué de. **O livro negro da fome**. São Paulo: Brasiliense, 1960.

CASTRO, Josué de. **O problema da alimentação no Brasil (Seu estudo fisiológico)**. 3 ed. aumentada. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939. (Biblioteca pedagógica brasileira vol. 29).

CASTRO, Josué de. **O problema da alimentação no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, Sd. (Biblioteca pedagógica brasileira vol. 29).

CASTRO, Josué de. **O problema fisiológico da alimentação no Brasil (Síntese das bases fisiológicas para construção dos regimes alimentares)**. 1932. 52f. Tese (Concurso de Livre Docente da Cadeira de Fisiologia na Faculdade de Medicina de Recife), Recife.

CASTRO, Josué de. O Valor da alimentação – Estudo economico das condições de vida das classes operárias no Recife. In: **Boletim do Ministerio do Trabalho, Industria e Commercio**. n. 5, Rio de Janeiro, janeiro, 1935.

CASTRO, Josué de. Projeto Tracunhaém: O Nordeste do Brasil e a campanha mundial contra a fome. In: ANDRADE, Manuel Correia de et al. **Josué de Castro e o Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

CASTRO, Josué de. **Science et technique**. Sem local: Moderne, Sdc.

CASTRO, Josué de. **Sete palmos de terra e um caixão: Ensaio sôbre o nordeste, área explosiva**. São Paulo: Brasiliense, 1965.

CASTRO, Josué de. **Três personagens: Einstein, Fleming e Roosevelt**. Rio de Janeiro: Casa do estudante, 1955.

CLAVAL, Paul. A geografia como estudo das relações do homem com o ambiente: Um esquema recorrente de explicação. In: CLAVAL, Paul. **Epistemologia da geografia**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011.

CONTI, Laura. **Ecologia: Capital, trabalho e ambiente**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

COSTA, Adão José Vital da. **A relevância do pensamento agroecossistêmico de Josué de Castro para a reflexão agroecológica no Brasil: Potencialidades de uma abordagem histórico-ambiental**. 2010. Tese (Doutorado em Agronomia) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

DI MÉO, Guy; BULÉON, Pascal. **L'espace social. Lecture géographique des sociétés**. Paris: Armand Colin, 2007.

ECO, Humberto. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 1983.

ENGELS, Friedrich. **A dialética da natureza**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

ESCUADERO, Pedro. Prefácio da 2.<sup>a</sup> edição. In: CASTRO, Josué de. **O Problema da alimentação no Brasil (Seu estudo fisiológico)**. 3 ed. aumentada. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939. (Biblioteca pedagógica brasileira vol. 29).

FAO. **Les victimes de la faim plus nombreuses que jamais**. Roma: FAO, 2009. Disp. em <[www.fao.org](http://www.fao.org)> acessado em 20 de jun. de 2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano; GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Josué de Castro: Vida e obras**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

FERNANDES, Florestan. **O que é revolução**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FONTANA, Cleder. **Uma cartografia da fome no Brasil: Um estudo da Geografia da fome (1946), de Josué de Castro, e dos dados de insegurança alimentar da PNAD (2004)**. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande.

FOSTER, Jonh Bellamy. **A ecologia de Marx: Materialismo e natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. A invenção de novas geografias: A natureza e o homem em novos paradigmas. In: SANTOS, Milton et al (Org.). **Território, territórios: Ensaio sobre o ordenamento territorial**. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. 14 ed. São Paulo: Contexto, 2008.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 7 ed. São Paulo: Loyola, 1998.

HOROWITZ, Irving Louis; CASTRO, Josué de; GERASSI, Jonh. **Latin American radicalism: A documentary report on left and nationalist movements**. New York: Random House, 1969.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Segurança Alimentar 2004**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

JOSUÉ DE CASTRO. O autor brasileiro mais lido e comentado no mundo inteiro. In: **Folha da Manhã**. São Paulo, 15 setembro de 1957.



JULIEN, Claude; CASTRO, Josué de; ARCOCHA, Juan; VARGAS LLOSA, Mario. Ou en est la révolution en Amérique Latine?. In: **Les cahiers du Centre d'Estudes Socialistes**. nº 56-57. Paris: CCEs, 1965.

LA BLACHE, Vidal de. **Princípios de Geografia Humana**. Lisboa: Cosmos, 1954. (Vol I).

LEFF, Enrique. **Ecologia, capital e cultura: A territorialização da racionalidade ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2009.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001.

LEFF, Enrique. **Racionalidade ambiental: A reapropriação social da natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LIEDKE, Elida Rubini. Trabalho. In: CATTANI, Antonio David; HOLZMANN, Lorena. **Dicionário de trabalho e tecnologia**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

LIMA, Araújo. **Amazônia, a terra e o homem**. 4 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975. (Biblioteca pedagógica brasileira vol. 104).

LIMA, Eronides da Silva. Quantidade, qualidade, harmonia e adequação: Princípios-guias da sociedade sem fome em Josué de Castro. In: **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**. Vol. 16, nº 1, 2009.

LIMA, José Vicente Rodrigues de. **Josué de Castro, o cientista e o humanista – um depoimento**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1999.

LIMA, Marcos Costa. A humanidade de Josué. In: MELO, Marcelo Mário de; NEVES, Teresa Cristina Wanderley. **Josué de Castro** (Org.). Brasília: Plenarium (Câmara dos Deputados, Coordenação de publicações), 2007. (Perfis Parlamentares nº 52).

LIMA, Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda de (Org.). **Antropologia brasileira: Ciência e Educação na obra de Edgar Roquette-Pinto**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

LIMA, Nísia Trindade; SANTOS, Ricardo Ventura; COIMBRA JR, Carlos E. A. *Rondonia* de Edgard Roquette-Pinto: Antropologia e projeto nacional. In: LIMA, Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda de (Org.). **Antropologia brasileira: Ciência e Educação na obra de Edgar Roquette-Pinto**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

MACHADO, Lia Osório. As idéias no lugar. In: **Terra Brasilis** [Online], 2 | 2000. Posto online no dia 05 de Novembro de 2012. Disponível em: <<http://terrabrasilis.revues.org/298>> acessado em 09 de Jan. de 2013.

MAGALHÃES, Rosana. **Fome: uma (re)leitura de Josué de Castro**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

- MARTINS, Sérgio. Crítica à economia política do espaço. In: DAMIANI, Amélia L.; CARLOS, Ana F. A.; SEABRA, Odete C. L. (Org.). **O espaço no fim do século: a nova raridade**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2001.
- MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Col. Os economistas. Volume I, tomo 1).
- MARX, Karl. Trabalho alienado e superação positiva da auto-alienação humana. In: FERNANDES, Florestan (Org.). **Marx-Engels (História)**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1989.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Hucitec, 1987.
- MEIRELES, Cecília; CASTRO, Josué de. **A festa das letras**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.
- MELO FILHO, Djalma Agripino de. *Geografia da Fome: Clínica de paisagens ou epidemiologia crítica?*. In: **Cadernos de saúde pública**. Vol. 24, nº 11, 2008.
- MELO FILHO, Djalma Agripino de. Manguê, homens e caranguejos em Josué de Castro: Significados e ressonâncias. In: **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**. Vol. 10, nº 2, 2003.
- MELO, Marcelo Mário de; NEVES, Teresa Cristina Wanderley. **Josué de Castro** (Org.). Brasília: Plenarium (Câmara dos Deputados, Coordenação de publicações), 2007.
- MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. **A Geografia no Brasil (1934 – 1977): Avaliação e tendências**. São Paulo: IGEOG-USP, 1980. (Série Teses e Monografias nº 37).
- MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. **A questão ambiental no Brasil (1960 – 1980)**. São Paulo: IGEOG-USP, 1981. (Série Teses e Monografias nº 42).
- MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. O espaço iluminado no tempo volteador (*Grande sertão: veredas*). In: **Estudos avançados**. Vol. 20, nº 58, 2006.
- MOREIRA, Ruy. Nossos clássicos brasileiros: Josué de Castro. In: **GEOgraphia**. Vol. 4, nº 8. Niterói: UFF, 2002.
- MOREIRA, Ruy. **O pensamento geográfico brasileiro: As matrizes brasileiras**. São Paulo: Contexto, 2010.
- MOREIRA, Ruy. **Para onde vai o pensamento geográfico? Por uma epistemologia crítica**. São Paulo: Contexto, 2008.
- NASCIMENTO, Renato Carvalheira do. **Josué de Castro: O sociólogo da fome**. 2002. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília.
- NUNES, Jorge Luis Ramos. **Josué de Castro, o geógrafo da fome – Uma abordagem crítica da obra e sua relação com o contexto econômico e político do Brasil**. 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista – O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2006.

PEDON, Nelson Rodrigo. **Movimentos socioterritoriais: Uma contribuição conceitual à pesquisa geográfica**. 2009. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

PERNAMBUCANO, Otávio. Josué de Castro. In: Academia Pernambucana de Medicina. **Ciclo de estudos sobre Josué de Castro**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, Ed. Universitária, 1983. (UFPE, Col. Humanismo e Cultura, 4).

PICCHI, Bruno. As duas novas leituras do *Homem-caranguejo* de Josué de Castro. In: GODOY, Paulo Teixeira de (Org.). **História do pensamento geográfico e epistemologia em Geografia**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

PORTELLA, Tarciana; AAMOT, Daniel; PASSAVANTE, Zélito. **Homem-Gabiru: Catalogação de uma espécie**. São Paulo: Hucitec, 1992.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: Pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais. In: **Interthesis**. Vol. 1, n° 1. Florianópolis: UFSC, 2004a. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/604>> acessado em 10 de jul. de 2009.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **O Desafio ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

QUAINI, Massimo. **A construção da geografia humana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

QUAINI, Massimo. **Marxismo e geografia**. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2002.

RÊGO, David Loliola. **Cola para quem tem fome: Um ensaio sobre as potencialidades e limitações da sociologia da fome**. 2009. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

RIBEIRO, Gabriela. **Algumas letras para falar da “Festa das letras” de Cecília Meireles e Josué de Castro**. 2011. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.

ROBERSTON, Thomas. Total war and the total environment: Fairfield Osborn, William Vogt, and the birth of global ecology. In: **Environmental History**. 17. April, 2012.

SANTIAGO, Vandek. **Josué de Castro: O gênio silenciado**. Recife: Bagaço, 2008.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: EDUSP, 2002.

SANTOS, Milton. Apresentação – Josué de Castro e a Geografia da Fome. In: CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2006.

SANTOS, Milton. Entrevista explosiva: Mestre Milton. In: **Caros amigos**. n° 17, 1998.

- SANTOS, Milton. **Por uma nova geografia**. São Paulo: EDUSP, 2002a.
- SCHAPPO, Sirlândia. **Josué de Castro por uma agricultura de sustentação**. 2008. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- SEPPILLI, Tullio. Velho e novo problema. In: ASCOFAM. **O drama universal da fome**. Rio de Janeiro: ASCOFAM – Secção Brasileira, 1958.
- SILVA, Tânia Elias Magno da (Cord.). **Josué de Castro**. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2012. (Memória do saber).
- SILVA, Tânia Elias Magno da. **Josué de Castro: Por uma poética da fome**. 1998. 597f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.
- SOJA, Edward W. **Geografias pós-modernas: A reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia: contribuições para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- STEDILLE, João Pedro. A fome e a reforma agrária. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Josué de Castro: Vida e obras**. São Paulo: Expressão Popular, 2000.
- SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Espaço geográfico uno e múltiplo. In: SUERTEGARAY, Dirce M. A.; BASSO, Luís A.; VERDUM, Roberto. **Ambiente e lugar no urbano: A Grande Porto Alegre**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.
- SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Geografia física (?) geografia ambiental (?) ou geografia e ambiente (?). In: MENDONÇA, Francisco; KOZEL, Salete (Org.). **Elementos de epistemologia da geografia contemporânea**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2004.
- SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Notas sobre epistemologia da geografia. In: **Cadernos geográficos**. n. 12. Florianópolis: Imprensa Universitária, 2005.
- TARANTO, Giuseppe Di. **Sociedade e subdesenvolvimento na obra de Josué de Castro**. Belém: CEJUP, 1993.
- TOBELEM, Alain. **Josué de Castro e a descoberta da fome**. Rio de Janeiro: Leitura, 1974.
- TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 2009.
- VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula. In: **Revista de Nutrição**. Vol. 18, nº 4, 2005.
- VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. Fome, eugenia e constituição do campo da nutrição em Pernambuco: Uma análise de Gilberto Freyre, Josué de Castro e Nelson Chaves. In: **História, ciências, saúde**. Vol. 8, nº 2, 2001.
- VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. Josué de Castro e a *Geografia da fome* no Brasil. In: **Cadernos de saúde pública**. Vol. 24, nº 11, 2008.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. Os arquivos brasileiros de nutrição: Uma revisão sobre produção científica em nutrição no Brasil (1944 a 1968). In: **Cadernos de saúde pública**. Vol. 15, nº 2, 1999.

VESENTINI, José William. **Geografia, natureza e sociedade**. São Paulo: Contexto, 1997.

VIEITES, Renato Guedes. **A influência de Maximilien Sorre e Vidal de La Blache na Geografia Médica de Josué de Castro**. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

VIEITES, Renato Guedes; FREITAS, Inês Aguiar de. A influência de Maximilien Sorre e Vidal de La Blache na geografia médica de Josué de Castro. In: **Scientia plena**. Vol. 5, nº 6, 2009.

VOGT, William. **O caminho da sobrevivência**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1951.

#### **Lista de sítios na internet**

Câmara dos Deputados  
<http://www.camara.gov.br/sileg/default.asp>

Centro Josué de Castro  
<http://www.josuedecastro.org.br/jc/jc.html>

Diário da Câmara dos Deputados  
<http://imagem.camara.gov.br/diarios.asp>

Instituto de Nutrição Josué de Castro - UFRJ  
<http://www.nutricao.ufrj.br/>

Projeto Memória 2004 – Josué de Castro  
<http://www.projetomemoria.art.br/>

Projeto Portinari  
<http://www.portinari.org.br/#>

Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura - FAO  
<http://www.brafao.it/bra/fao.htm>

#### **Lista de produções audiovisuais**

CHICO SCIENCE & NAÇÃO ZUMBI. **Afrociberdelia**. Rio de Janeiro: Sony & BMG, 1996.

CHICO SCIENCE & NAÇÃO ZUMBI. **Da lama ao caos**. Rio de Janeiro: Sony & BMG, 1994.

SILVIO TENDLER. **Josué de Castro – cidadão do mundo**. Rio de Janeiro: Caliban, 1994.